MARISTELA SIMÃO

A PRESENÇA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NOS MUSEUS DE SANTA CATARINA

Orientador: Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Departamento de Museologia

Lisboa

2018

MARISTELA SIMÃO

A PRESENÇA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NOS MUSEUS DE SANTA CATARINA

Tese aprovada em provas públicas para a obtenção do Grau de Doutor em Museologia na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 8 de março de 2018, perante o seguinte júri:

Presidente

Prof. Doutor Mário Moutinho – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Arguentes

Prof. Doutor Pedro Jorge de Oliveira Pereira Leite – Investigador CES/Universidade de Coimbra;

Prof. Doutor Manuel Serafim Fontes Santos Pinto – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Vogais

Prof. Doutor Manuel de Azevedo Antunes – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Profª. Doutora Judite Primo – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Profª Doutora Ana Paula Fitas – Centro de Estudo do Evangélico

Orientador

Prof. Doutor Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha – Universidade Federal da Bahia

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Departamento de Museologia

Lisboa

2018

“Histórias importam. Muitas histórias importam.”

Chimamanda Ngozi Adichie

À minha mãe Dora, que mesmo tão longe está tão perto, e que me apresentou à importância do amor e persistência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de tudo a minha grande “famílias”, que são a base de tudo. Ao meu pai Sebastião, meus irmãos Nelson e Bruna, e aos pequenos Murilo, Mariana, Ana Beatriz e Gustavinho, pelos sorrisos e abraços acolhedores e amorosos, que sempre me davam força para continuar.

Ao sempre mestre Professor Paulino Cardoso e Cristiane Mare da Silva, amigos e companheiros de luta.

Ao meu orientador Professor Marcelo Cunha que, desde de nossa primeira conversa no CEAM/ Bahia, acreditou que esse trabalho seria possível. Agradeço pela seriedade, generosidade e competência em todas as intervenções.

Os Professores e Colegas do II CEAM, que me apresentaram a Museologia Social como futura inspiração de trabalho e compromisso.

Ao NEAB/UDESC, confusa e acolhedora família, que tanto contribuiu e contribui para minha formação profissional e de vida.

À equipe da COMUSE/Ibram, pela parceria e oportunidade, inspiração e carinho, nos momentos em que lá estive.

À cada instituição e pessoa que de alguma forma participou desse processo, desde as respostas dos questionários, na participação da oficina e do curso, à disponibilidade para contar suas histórias e memórias, sou grata de coração. Certamente sem vcs esse trabalho não seria possível. Em especial à Marli de Fávero, então coordenadora do SEM/SC, incansável entusiasta dos museus em Santa Catarina.

Agradeço à Grande A'Tuin, pelo exemplo de garra e luta, e ao Belinha, pela doçura.

Também agradeço a todos os amigos e amigas que compreenderam minhas ausências, e continuaram mandando vibrações e palavras de afeto e incentivo. Thanks!!!

Mais do que tudo agradeço ao Santo Angelo, que quando tudo parecia impossível aparecia com a frase mantra: ‘A tese tá pronta, é só fazer!’ Não tenho palavras para agradecer por toda paciência e dedicação que a mim e a esse trabalho despendeu. E a parceria continua, que venha a próxima tese!

RESUMO

Nessa tese, buscamos investigar e discutir a forma como africanos e afro-brasileiros estão representados nas instituições museológicas do Estado de Santa Catarina, sul do Brasil. Mas, acima de tudo, compreender como essas instituições têm atuado como ferramentas de construção/anulação de identidades a partir de representações, presenças e ausências, no caso específico das populações de origem africana. Buscamos identificar e apresentar propostas que possam contribuir para uma política pública para o setor. Desta forma, em um primeiro momento, procuramos compreender as políticas públicas voltadas para os museus e suas interfaces com as políticas de promoção de igualdade racial, voltadas para populações afro-brasileiras e suas articulações em nível federal. Em um segundo passo, focamos em Santa Catarina, procurando compreender as relações entre essas políticas, a preservação de patrimônios e realizar um estudo acerca dos museus do estado e as políticas em que estão inseridos, em nível estadual e nacional. Também, a partir da aplicação de um instrumento de pesquisa, procuramos mapear os museus em Santa Catarina que têm em seu acervo coleções e objetos relativos às populações de origem africana, bem como os representam nas exposições e outras atividades, e também como percebem a temática em suas instituições. E a partir do diagnóstico e tabulação dos dados, partimos de uma abordagem histórica desse processo, delineando as mentalidades que marcaram a construção das identidades no estado. E, por fim, buscamos atuar no campo a partir das premissas da museologia social, com a proposição de ações, que chamamos de ação afirmativa de caráter museológico, iniciativas de formação e capacitação sobre museu, memória e cultura afro-brasileira, visando contribuir para a construção de políticas públicas que articulem museu e promoção de igualdade racial, que contribuam para a valorização da diversidade e no fortalecimento da luta antirracista no Estado de Santa Catarina.

Palavras-Chave: Museus – Memória – Patrimônio – Afro-brasileiros – Santa Catarina

ABSTRACT

In this thesis, we seek to investigate and discuss how Africans and Afro-Brazilians are represented in the museological institutions of the state of Santa Catarina, southern Brazil. But above all, to understand how these institutions have acted as tools of construction/annulment of identities from representations, presences and absences, in the specific case of populations of African origin, seeking to identify and present proposals that may contribute to a public policy for the sector. Thus, initially, we seek to understand the public policies focused on museums and their interfaces with the policies of racial equality promotion, aimed at Afro-Brazilian populations and their articulations at the federal level. In the second step, we focus on Santa Catarina, trying to understand the relations between these policies, the preservation of heritage and to carry out a study about the museums of the state and the policies that are inserted at the state and national levels. Also, from the application of research instruments, we tried to map the museums in Santa Catarina that have collection related to populations of African origin, as well as represent them in exhibitions and other activities, and how they perceive the theme in their institutions. And from the diagnosis and tabulation of the data, we start from a historical approach of this process, outlining the mentalities that marked the construction of the identities the state. Finally, we seek to work in the field from the premises of social museology, with the proposition of actions, which we call affirmative action of museological character, initiatives of formation and training on museum and Afro-Brazilian memory and culture, aiming to contribute to the construction of public policies that articulate museums and the promotion of racial equality, which contribute to the valorization of diversity and the strengthening of the antiracist struggle in the state of Santa Catarina.

Keywords: Museums – Memory – Heritage – Afro-Brazilians – Santa Catarina

ABREVIATURAS

ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as
ACCR – Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais
AMAB – Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros
AMAFRO – Sociedade Amigos da Cultura Afro brasileira
ANCINE – Agência Nacional do Cinema
CAMUS – Centro Acadêmico Livre de Museologia
CBND – Cadastro de Bens Musealizados Desaparecidos
CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina
CEAM – Curso de Estudos Avançados em Museologia
CNM – Cadastro Nacional de Museus
COMUSE – Coordenação de Museologia Social e Educação
COREM – Conselho Regional de Museologia
CTG – Centro de Tradições Gaúchas
DEMU – Departamento de Museus e Centros Culturais
DPMUS – Departamento de Processos Museais
FAECA – Faculdade De Educação Ciências E Artes Dom Bosco
FBN – Fundação da Biblioteca Nacional
FCC – Fundação Catarinense de Cultura
FCP – Fundação Cultural Palmares
FCRB – Fundação Casa do Rui Barbosa
FUNARTE – Fundação Nacional de Artes
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus
ICOM – Conselho Internacional de Museus
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IHGSC – Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
INBCM – Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEAFRO – Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MASC – Museu de Arte de Santa Catarina
MAFRO – Museu Afro-brasileiro
MAM – Museu de Arte Moderna
MAN – Museu de Arte Negra
MArquE – Museu de Arqueologia e Etnologia Prof. Osvaldo Rodrigues Cabral
MEC – Ministério da Educação
MINC – Ministério da Cultura
MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia
MHSC – Museu Histórico de Santa Catarina
MUNCAB – Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira
NEA – Núcleo de Estudos Açorianos
NEAB – Núcleo de Estudos Afro–brasileiros
NEMU – Núcleo de Estudos Museológicos
PDEE – Programa Diversidade Étnica na Educação
PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos
PNEM – Programa Nacional de Educação Museal

PUC – Pontifícia Universidade Católica
SBM – Sistema Brasileiro de Museus
SEBRAMUS – Seminário Brasileiro de Museologia
SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEM/SC – Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UDESC –Universidade do Estado de Santa Catarina
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA –Universidade Federal da Bahia
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL – Universidade Federal de Pelotas
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNB – Universidade de Brasília
UNEGRO – União de Negras e Negros Pela Igualdade
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIAFRO – Programa de Ações Afirmativas para a População Negra na Educação Superior
UNIBAVE – Centro Universitário Barriga Verde
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNOCHAPECO – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
USP – Universidade de São Paulo

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 16
Apresentação do tema central da tese 17
Razões da escolha do tema 21
Hipóteses de investigação 22
Objetivos de investigação 24
Fontes e referências teóricas 25
Metodologia de investigação 33
Estrutura da tese 36
CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS: MUSEUS E PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL 39
1.1 Políticas públicas e os museus no Brasil 46
1.2 Políticas públicas e populações de origem africana 58
1.3 Tecendo elos: políticas públicas, museus e promoção de igualdade racial 70
CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS DE MUSEUS E AS INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICA EM SANTA CATARINA ... 82
2.1. O campo museológico de Santa Catarina 84
2.2 Museus no Estado de Santa Catarina 94
2.3 Políticas museológicas 106
CAPÍTULO 3 – DADOS DO QUESTIONÁRIO 126
3.1 Dados referentes ao questionário – Quantitativos 129
3.2 Dados referentes ao questionário – Questões Abertas 134
CAPÍTULO 4 – IDENTIDADES EM SANTA CATARINA 145
4.1 População de origem africana no estado 152
4.2 Primeira fase: República e nacionalismo 160
4.3 Segunda fase: O Congresso de 1948 167
4.4 Terceira Fase: Academia e profissionalização 174
4.5 Quarta Fase: Festas Típicas e Turismo 178
4.6 Quinta Fase: Novas interpretações 187
CAPÍTULO 5: UM ESFORÇO DE AÇÃO AFIRMATIVA DE CARÁTER MUSEOLÓGICO 196
5.1 Metodologia do Programa Pontos de Memória 201
5.2 Metodologia de formação em Museu, memória e cultura afro-brasileira 205
5.3 Descrição das atividades 216
5.4 Exposição 'Vozes que pulsam: memória e cultura afro-brasileira em Santa Catarina' ... 226
CONSIDERAÇÕES FINAIS 234
REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS 251
APÊNDICES 267
APÊNDICE 1 - Questionário 268
APÊNDICE 2 - Dados do IBGE referentes à população de Santa Catarina 270

APÊNDICE 3 – Banco de dados referentes ao levantamento dos museus de Santa Catarina 280
APÊNDICE 4 – Dados referentes à situação administrativa dos museus de Santa Catarina . 292
APÊNDICE 5 – Dados referentes à temática africana e afro-brasileira dos museus de SC 306
APÊNDICE 6 – Eventos realizados em Santa Catarina durante as Semanas dos Museus..... 318
APÊNDICE 7 – Eventos com temática afro-brasileira em SC nas Semanas de Museu..... 324
APÊNDICE 9 – Projetos contemplados nos Editais de Modernização de Museus 337
APÊNDICE 10 – Projetos nos Editais de Modernização de Museus-Microprojetos 339
APÊNDICE 11 – Projetos contemplados nos Editais Mais Museus 340
APÊNDICE 12 – Projetos premiados nos Editais Mais Museus 341
APÊNDICE 13 – Catálogo Exposição 'Vozes que pulsam' 342
APÊNDICE 14 – Pontos de Memória Afro-brasileiros Premiados 2011, 2012 e 2014 343
APÊNDICE 15 – Plano de Curso Oficina Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira 344

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Senhora com crianças 74
Figura 2: Retrato de Solano Trindade 74
Figura 3: Cartaz de divulgação da 7ª Primavera dos Museus 78
Figura 4: O território de Santa Catarina em imagens de satélite. 83
Figura 5: Museus por município 97
Figura 6: Regiões museológicas de Santa Catarina 100
Figura 7: População, quantidade de museus e PIB por Região Museológica 129
Figura 8: Mapa da população negra nos municípios de Santa Catarina 144
Figura 9: Morte de Francisco Dias Velho, de Dakir Parreiras 148
Figura 10: Algumas cidades de Santa Catarina atualmente, citadas ao longo do texto 151
Figura 11: Bandeira de grupos organizados do Contestado 151
Figura 12: População por Cor/Raça nos recenseamentos brasileiros 155
Figura 13: População por Cor/Raça nas regiões museológicas 156
Figura 14: Capa do primeiro número da Revista do IHGSC 162
Figura 15: Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral em 1969 166
Figura 16: Carimbo comemorativo dos Correios em homenagem ao Congresso de História Catarinense de 1948 169
Figura 17: Placa de sinalização na rodovia BR-470, em Pouso Redondo. 172
Figura 18: Cartaz da festa em comemoração ao aniversário de fundação de Pomerode 172
Figura 19: Prof. Oswaldo Cabral, equipe e convidados durante a inauguração do Instituto de Antropologia da UFSC em 1968 175
Figura 20: Blumenau durante as cheias de 1983 183
Figura 21: Mapa Origem do Povoamento, editado pelo governo do estado e distribuído a escolas de todo o estado. 185
Figura 22: Material elaborado sobre Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira 207
Figura 23: Livro 'Caminhos da Memória: Para fazer uma exposição' 208
Figura 24: Conferência de abertura Prof. Dr. Marcelo Cunha e Mesa Redonda: Profa. Deborah Santos, Desiree Tozi, Rodolfo Fonseca e Prof. Giane Escobar. 211
Figura 25: Roda de conversa e momento de criação da Rede Nacional de Memória e Museologia Social Afro-Brasileira. 212
Figura 26: Registro final da Oficina Museu Memória e Cultura Afro-brasileira, com representantes dos Pontos Memória. 212
Figura 27: Imagem divulgação Curso Museu Memória e Cultura Afro-Brasileira em Santa Catarina. 214
Figura 28: Plano do Curso Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira em Santa Catarina 215
Figura 29: Folder de Divulgação da abertura do curso 217
Figura 30: Na ordem: Fala de abertura, mesa redonda, homenagem à Provedora, conferência de abertura e apresentações artístico-cultural 218
Figura 31: Primeiro dia do curso, no Museu Histórico de Santa Catarina.. 219
Figura 32: Roteiro didático do Centro Histórico de Florianópolis. 220
Figura 33: Visita guiada à Irmandade do Rosário, em Florianópolis 221
Figura 34: Oficina Técnicas de modelagem em Argila - Máscaras africanas. 222
Figura 35: Oficina Bonecas de Tecido - Abayomi. 223
Figura 36: Oficina Religiões de matriz africana. Na ordem: Professoras Jeruse Romão, Lisandra Machado, Graziela dos Santos Lima e Estela Maris Cardoso.. 224

Figura 37: Na ordem: Avaliação final do curso, mesa redonda Professora Cristiane Mare da Silva, Professora Vânia Rodrigues e Professor William Soares, com a presença da pequena Helena Dulce Cardoso. 225
Figura 38: Na ordem: Ação pedagógica do Museu Histórico Catarinense, visita guiada ao Palácio Cruz e Souza e discussão da concepção da exposição. 226
Figura 39: Catálogo da Exposição 'Vozes que pulsam'..... 227
Figura 40: Processo de montagem..... 228
Figura 41: Resultado final Exposição 'Vozes que pulsam'.. 229
Figura 42: Na ordem: Roda de Capoeira, Oficina de Abayomi, Oficina de Máscaras, Oficina de Turbantes.. 230
Figura 43: Grupo na abertura da exposição..... 230
Figura 44: Mestre Khorvão, em imagem do acervo do Ponto de Cultura Quilombola. 237
Figura 45: Ferramenta de trabalho da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina. 237
Figura 46: Grupo de trabalhadores da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina. 238
Figura 47: Registro fotográfico e releitura artística de 2008 de uma festa de casamento, provavelmente na década de 1920, em Jaraguá do Sul..... 238
Figura 48: Professor Orlando Alberto da Cruz, em foto com colegas de magistério em 1970 239
Figura 49: Professora Joana Rosa dos Santos e uma página de seu caderno de anotações. 240
Figura 50: Professora Maria Aurora da Silva..... 240
Figura 51: Tercília dos Santos. Oktober Rural, óleo sobre tela, 2004. 241
Figura 52: Valda Costa e sua obra "Sem título". Acrílica sobre eucatex, 1980. 241
Figura 53: Acervo do Grupo Iê Menino, de Coronel Freitas e Curso de Capoeira do PróArt, de Orleans, em foto do Acervo do Museu ao ar livre Princesa Isabel/UNIBAVE. 242
Figura 54: Foto antiga do Cacumbi do Capitão Amaro, de Florianópolis, em foto do acervo da família e detalhe do Grupo Catumbi do Itapocu, de Araquari, do Acervo da Irmandade do Rosário de Araquari..... 243
Figura 55: Manuel Rosa, o Manequinha, um dos grandes incentivadores do Boi de Mamão de Jaraguá do Sul..... 244
Figura 56: Clube União, de Orleans, em foto do acervo do Museu ao ar livre Princesa Isabel/UNIBAVE e desfile da Unidos da Coloninha, de Florianópolis, acervo do Museu do Presépio. 244
Figura 57: Morro Nossa Senhora do Rosário, em Laguna, antes da demolição da igreja e das obras de terraplanagem. Acervo do Instituto Cultural Chachá 245
Figura 58: Morro Boa Vista, Jaraguá do Sul. Acervo Museu Histórico Emílio da Silva. 246
Figura 59: Oferendas para Iemanjá em Balneário Rincão, década de 1970. Acervo Museu Arqueológico de Balneário Rincão (Simão, 2016a) 246
Figura 60: Antiga procissão e imagem de Nossa Senhora do Rosario e São Benedito. 247
Figura 61: Nossa Senhora do Rosário e a igreja à qual dá nome.. 247
Figura 62: Maria Terezinha Agostinho, provedora da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. 248

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Fundações e autarquias do MinC 45
Tabela 2: Cronologia da Museologia no Brasil. 49
Tabela 3: Princípios adotados na orientação da Política Nacional de Museus 51
Tabela 4: Investimento no campo museal 2001-2015 53
Tabela 5: Cursos de Graduação em Museologia 54
Tabela 6: Edições do Fórum Nacional de Museus 55
Tabela 7: Edições da Semana Nacional de Museus 56
Tabela 8: Edições da Primavera dos Museus 57
Tabela 9: Renda familiar domiciliar per capita média por Cor/Raça 60
Tabela 10: Políticas de Museus e Promoção de Igualdade Racial 78
Tabela 11: Disciplinas sobre a temática Africana e Afro-Brasileira nos Cursos Graduação em Museologia 80
Tabela 12: Princípios norteadores da Política Nacional de Museus e da Política Estadual de Museus 85
Tabela 13: Eixos programáticos da Política Nacional de Museus e da Política Estadual de Museus ... 86
Tabela 14: Cronologia do Sistema Estadual de Museus, elaborada pelo SEM/SC, com alterações. 87
Tabela 15: Objetivos dos sistemas brasileiro e estadual de museus 88
Tabela 16: Edições dos Fóruns de Museus de Santa Catarina 93
Tabela 17: Quantidade de museus, municípios e habitantes por unidade da federação 96
Tabela 18: Quantidade de museus, municípios e habitantes por Região Museológica em Santa Catarina 97
Tabela 19: Valor destinado a cada instituição contemplada no Edital de Modernização de Museus – 2004-2013 110
Tabela 20: Valor destinado a cada instituição contemplada no Edital Mais Museus – 2008-2013 ... 111
Tabela 21: Valor destinado a cada instituição contemplada no Edital de Modernização de Museus/Microprojetos – 2011-2013 111
Tabela 22: Valor destinado a cada instituição contemplada no Prêmio Darcy Ribeiro – 2011-2015 112
Tabela 23: Valor destinado a cada instituição no Prêmio Elisabete Anderle 2013-2014 113
Tabela 24: Valor destinado a cada cidade nos Editais de Modernização de Museus – 2004-2014 ... 113
Tabela 25: Valor recebido por Região Museológica por edital 2004/2015 114
Tabela 26: Participação dos museus de Santa Catarina nas Semanas de Museus e nas Primaveras de Museus 119
Tabela 27: Exposições da 7ª Primavera de Museus sobre Cultura Afro-Brasileira 124
Tabela 28: Tipologia de acervo por Região Museológica 133
Tabela 29: Museu com acervo referência afro-brasileira por tipo de acervo 137
Tabela 30: Eventos e exposições sobre a temática afro-brasileira 139
Tabela 31: População cativa e população total na Província de Santa Catarina. 154
Tabela 32: Principais festas de Santa Catarina. 184
Tabela 33: Metodologias de formação empregadas. 204
Tabela 34: Participantes do Curso Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira em Santa Catarina ... 231

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Museus por quinquênio em Santa Catarina 99
Gráfico 2: Localização dos museus de Santa Catarina por zona urbana ou rural. 101
Gráfico 3: Tipologia dos museus 102
Gráfico 4: Vínculo empregatício dos profissionais dos museus 102
Gráfico 5: Existência de orçamento próprio nos museus de Santa Catarina. 103
Gráfico 6: Instituições que receberam assessoria técnica do Sistema Estadual de Museus. 104
Gráfico 7: Valor cobrado pelo ingresso nos museus de Santa Catarina. 104
Gráfico 8: Composição do público visitante nos museus de Santa Catarina. 105
Gráfico 9: Instituições com acesso à internet em Santa Catarina. 106
Gráfico 10: Regiões Museológicas 115
Gráfico 11: Projetos contemplados por ano 2004-2016 116
Gráfico 12: Valor total dos projetos contemplados por ano 2004-2016 116
Gráfico 13: Instituições participantes nas Semanas de Museus (2004-2017) e nas Primaveras de Museus (2007-2017) 120
Gráfico 14: Eventos com a temática relativa à cultura africana e afro-brasileira nas Semanas de Museus (2004-2017) e nas Primaveras de Museus (2007-2017) 121
Gráfico 15: Presença de museólogos 130
Gráfico 16: Museus por situação 131
Gráfico 17: Museus por Natureza Administrativa 132
Gráfico 18: Museus por natureza administrativa 133
Gráfico 19: Presença afro-brasileira no acervo 135
Gráfico 20: Museus com acervo afro-brasileiro por Região Museológica 136
Gráfico 21: Museus com histórico de eventos afro-brasileiros por Região Museológica 139
Gráfico 22: Pontos de Memória premiados entre 2011 e 2014 por estado. 206

Introdução

Apresentação do tema central da tese

A investigação que aqui se apresenta tem como tema central as populações de origem africana e a forma como estas são representadas nas instituições museológicas do Estado de Santa Catarina, sul do Brasil. A pesquisa ganha importância diante do cenário brasileiro que temos assistido, apesar de recentes retrocessos e da instabilidade política, de ascensão dos museus a instituições de importância nas discussões sobre cultura e patrimônio no país, em que a ênfase na simples conservação e a velha imagem de um depósito de coisas antigas, que tanto tem assombrado as instituições museais, parece estar sendo substituída, paulatinamente, por uma busca por museus dinâmicos e vibrantes, que ocupem seu lugar nas discussões sobre temas como patrimônio cultural, identidade e diversidade. Neste novo cenário, com a emersão de uma museologia mais preocupada com as questões da sociedade, muitos museus passam a redimensionar sua atuação e buscar um protagonismo, em especial nas questões de identidade e pertencimento, e, consequentemente, assumindo maiores responsabilidades.

No entanto, quando tratamos de questões relacionadas a memórias e culturas afro-brasileiras e indígenas, o discurso e as práticas parecem avançar de forma muito mais lenta. Ainda preocupante, reflexo da propagação de uma ideia que louva uma suposta democracia racial, esses espaços muitas vezes apresentam narrativas e alimentam discursos racistas, preconceituosos e excludentes. Muitos museus estão, continuamente, legitimando ou deslegitimando, valorizando ou depreciando, diferentes identidades e culturas, sempre a serviço de uma interpretação, infelizmente, hegemônica de Brasil.

Não diferente, Santa Catarina, neste contexto, usualmente é imaginada como um espaço diferenciado do conjunto da formação brasileira, um ‘pedacinho da Europa no sul do Brasil’. Em oposição a um povo ‘miscigenado’ que emerge de um ‘cadinho cultural’ pleno de diferentes influências, esta região seria quase que exclusivamente fruto de uma experiência que remete à Europa. Fenômenos e mecanismos culturais de outras origens, em especial não europeias, acabam, por vezes, invisibilizados, tanto em pesquisas e estudos quanto em manifestações de divulgação e celebração de aspectos culturais catarinenses. A formação desta memória e deste processo perpassa um processo histórico significativo que foi, portanto, construído. O que se assiste, por vezes, é, assim, um espetáculo de invisibilização, folclorização e cristalização das manifestações culturais que sejam percebidas como de origem não europeia. Esse ocultamento mascara a diversidade de nossa sociedade e busca negar, a populações e

indivíduos, o acesso a sua memória e seu patrimônio e esconder sua história ou falsear sua trajetória.

Nessa perspectiva sempre convém lembrar que os museus são lugares de memória e de esquecimento, assim como são lugares de poder e de silêncios. É preciso ter em mente que "os museus não são inocentes" (Chagas, 1998), que não existem instituições neutras, que apenas nos dão vislumbres do passado, mas que toda instituição está sujeita a seus interesses e acepções, assim como o estão os profissionais que ali desenvolvem suas atividades.

> "Neste sentido, pode-se dizer que o museu é um espaço político de disputas de representação, começando pelas representações atribuídas aos objetos pelos próprios técnicos desses espaços culturais, pelos participantes ou não das comunidades onde se encontram inseridos, pelos patrocinadores das exposições e ainda pelos demais públicos que visitam essas instituições. Assim, os museus tanto podem atuar hierarquizando culturas e identidades, quanto contribuindo para colocar em circulação representações alternativas sobre diferentes grupos sociais, étnico-raciais e culturais, sobre suas memórias, histórias e culturas". (Zubaran & Machado, 2013, p. 1)

Nesses tempos em que os esforços de silenciamento circulam travestidos de policiamento moral, é preciso reconhecer esta atuação política, sob pena de cerramento destes espaços a qualquer interpretação que não reflita as concepções das novas vestais, que nada têm de novas, assim como nada tem de vestais. Muitos museus estão, continuamente, legitimando ou deslegitimando, valorizando ou depreciando diferentes identidades e culturas.

Nessa perspectiva, como instituições de guarda e de longa duração, é inevitável que os museus tenham profundas relações com as instâncias estatais, ainda que, idealmente, estejam mais ligados às concepções de nação, país e povo do que de governo. Como duas importantes vertentes da ação do Estado, as políticas públicas para os museus e as políticas públicas para as ações de promoção da igualdade racial devem se entrelaçar. Para entender de forma mais efetiva a atuação do Estado e da Sociedade nestas questões devemos buscar compreender como essas políticas vem conversando e divergindo, e entender a interface das políticas de promoção de igualdade racial nas políticas de Museus, seus distanciamentos, entrelaçamentos e possíveis articulações. Não é possível, no Brasil, falar da trajetória das instituições museais sem compreender que elas têm, tradicionalmente, se constituído como um dos mais importantes bastiões no silêncio, ou até na efetiva oposição, que têm encontrado no país a memória e a história das populações indígenas e afro-brasileiras. Em especial em Santa Catarina, os museus têm, no mais das vezes, atuado diligentemente na promoção da ideia de uma especificidade cultural catarinense em relação a experiência brasileira, através de um protagonismo exclusivo das populações europeias e da sagração da tríade açoriano-italiano-alemão.

Desta forma, entendemos que conhecer e aprofundar as discussões sobre a relação entre memória, identidade e representação a partir dos processos museológicos constituintes nas instituições do estado de Santa Catarina pode nos fornecer dados para pensar políticas públicas, que auxiliem os esforços para que determinadas parcelas da população deixem de ser excluídas e invisibilizadas, e por sua vez tenham seus direitos garantidos.

Se, por um lado, entendemos que essas políticas públicas vêm de discursos consolidados, por outro acreditamos também que novas reflexões, como os caminhos apontados pela Sociomuseologia, na área da museologia, apontam novos modos de tratar e incluir patrimônios ainda ignorados, como o patrimônio cultural afro-brasileiro, nesses discursos e ações. E a partir dessas premissas, calcada na interdisciplinaridade entre as áreas do conhecimento, em constante construção, como educação e museologia, que possibilitam a transformação da realidade, acreditamos que uma proposta de ação afirmativa, com metodologia pedagógica e dialógica pode contribuir para construção de políticas públicas específicas para o setor.

Aprofundamos essa abordagem logo no início da pesquisa, na coleta de fontes, mas, principalmente, a partir de instrumentos de pesquisa, com a aplicação de um questionário que teve o objetivo de auxiliar na compreensão de como as instituições museais em Santa Catarina têm atuado como ferramentas de construção de identidades, a partir de representações, presenças e ausências, em especial no caso das populações de origem africana, com foco nos acervos e exposições. Ou seja, como os afro-brasileiros estão representados nos museus de Santa Catarina, o que se mostrou uma investigação bastante complexa. Já durante a revisão bibliográfica inicial percebemos que, na área da museologia, pouco havia sido pesquisado sobre o tema no estado. E sobre museus e as populações de origem africana e políticas de promoção de igualdade racial, em Santa Catarina, não encontramos nenhuma referência. E à medida em que foi se efetivando os contatos com as instituições e os questionários aplicados chegavam, a minha problemática inicial se complexificou ainda mais.

Originalmente o plano era investigar como as populações de origem africana estavam representadas nos museus do estado, com um inventário sobre os acervos, análise de narrativas e discursos das exposições, eventos ou outras referências sobre o tema disponível nestas instituições. Depois de tabulados os dados dos quase 300 museus investigados, havia referências de acervo em pouco mais de uma dezena de instituições, e poucos haviam feitos eventos ou exposições sobre a temática – e os ocorridos estavam concentrados, praticamente

em sua totalidade, na 7ª Primavera de Museus, que tratou em 2013 o tema 'Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira'.

Assim a pergunta anterior, sobre como os afro-brasileiros estavam representados, passou a englobar também o questionamento das causas da falta de representação. Em um montante de grande maioria de museus públicos, grande parte municipais e de tipologia histórica (muitos sobre imigração e colonização), que se apresentam como detentores, coletores e guardiões da história das pessoas e do município, buscamos entender como se constituiu esse processo de ausências. Tomando como referência essa linha de abordagem, poderíamos supor que não existiram, ou eram pouco representativas, as populações de origem africana no estado de Santa Catarina. Sabendo, entretanto, da inveracidade desta afirmação, decidimos buscar uma maior compreensão sobre esse cenário de exclusão.

Esse estudo exploratório inicial foi, então, de suma importância para o encaminhamento teórico e metodológico da tese. Tal situação motivou a elaboração de uma proposta de intervenção real, que identificamos como proposta de ação afirmativa de caráter museológico. Dessa forma, a partir do diagnóstico e compreensão do contexto, e uma ampla revisão bibliográfica, atrelada a experiência prévia da pesquisadora, pudemos elaborar uma proposta teórica e metodológica a ser empregada, com objetivo final de ensejar transformações no caso evidenciado, contribuindo para a elaboração de políticas públicas para o setor, aproveitando os atores e setores envolvidos no processo.

Assim, esse tema está desenvolvido em três discussões basilares: primeiramente no campo político, entendendo as políticas, em especial as políticas públicas, e nas duas temáticas afro-brasileiros e museus. No campo interpretativo, buscamos a compreensão do campo museológico no estado, que inclui as políticas nos museus e outros atores. Finalmente, no campo discursivo, seja nas exposições ou nos documentos produzidos pelas instituições, como os questionários e ainda na proposta de intervenção, procuramos reconhecer tanto as condições históricas e sociais como a necessidade contemporânea de atuação. Dialogando com Mário Chagas, consideramos que

> "Quando o pesquisador se debruça sobre as instituições museais, compreendendo-as como elementos típicos das sociedades modernas, é possível identificar em suas estruturas de atuação três aspectos distintos e complementares: a) do ponto de vista museográfico a instituição museal é campo discursivo; b) do ponto de vista museológico ela é produtora de interpretação e c) do ponto de vista histórico-social ela é arena política". (Chagas, 2011, p. 12)

Ainda que essa interpretação seja basilar para nosso estudo, ela aparece diluída em todo o trabalho, sem uma divisão específica. Isso porque acreditamos que a divisão à qual

Chagas refere é realizada *a posteriori*, a partir da análise, enquanto na prática elas estão difusas e profundamente entranhadas em toda atuação das instituições museais.

Razões da escolha do tema

A escolha do tema traduz a trilha acadêmica, profissional, cidadã e política que venho traçando desde a graduação em História, onde tive a oportunidade de fazer parte da equipe do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro da Universidade do Estado de Santa Catarina/NEAB-UDESC desenvolvendo, como bolsista de extensão e pesquisa, trabalhos visando sempre a formulação e aplicação das políticas públicas para a promoção da igualdade racial. Pretendo, assim, dar continuidade à essas discussões assentadas em nível acadêmico, desde a graduação em História, a graduação em Museologia, o Mestrado em História da África e a pós-graduação em Educação para a Diversidade, e também em nível profissional, associada principalmente à experiência no Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, na consultoria que tratou de questões relacionadas à Museu, Memória e Cultura Afro-brasileira. Busco, deste modo, agora no viés da museologia, ampliar as discussões e questionamentos sobre a temática, dialogando com as políticas de caráter museológico e de ação afirmativas e as questões de construção de identidades no estado de Santa Catarina. Buscando problematizar o discurso segundo o qual o estado é marcado, em especial em seus aspectos culturais, pela defesa de uma especificidade e uma unicidade dentro da experiência brasileira, mormente em relação à uma suposta irrelevância das populações indígenas e, especialmente, de origem africana e a influência das instituições museológicas neste processo.

Esses discursos colaboram para que diferentes meios, entre os quais os de comunicação, se utilizem de narrativas ditas consolidadas e representativas para imprimir alusões sobre pertencimento e exclusões. Concordamos com Marcelo Cunha, quando aponta que

> "é perceptível, no sistema de representações, inclusive nas mídias de comunicações e instituições culturais com destaques para os museus, discursos e sinais sobre a presença de heranças negra na formação da chamada cultura nacional marcados pela repetição de lugares comuns, conceitos e preconceitos, reduzindo e desqualificando a força e a importância da presença de matrizes africanas na construção de nossas formas de vida, trabalho, sensibilidades, etc". (Cunha, 2006, p. 1)

Assim, nas instituições museológicas, essas representações, feitas a partir de escolhas sobre o que deve ser preservado em seus espaços, traz consigo uma decisão sobre o que deve ser lembrado. E, mais do que isso, nessa perspectiva a atuação do museu opera no sentido de

definir o que deve ser esquecido. Na perspectiva de construção de uma memória institucionalizada, surgida a partir da atuação consciente de seus atores, o museu pode escolher, em suas atividades, o que é necessário ou não, e, às vezes, o que seria inoportuno manter. Os museus, ainda que atuem, sob certa medida, contra a passagem do tempo – no sentido de conservar e preservar algo que de outro modo não permaneceria – não estão eles mesmos imunes às condições históricas. Como resultado da ação de pessoas, estão, como outras instituições, sujeitos a condições que podem ser interpretadas e datadas, podendo assim, com intervenções direcionadas, por exemplo, culminar em transformações no nível teórico e prático, no conceitual, no modo de agir e propor novos processos.

Acreditamos, assim, que estudos mais aprofundados sobre a temática nas instituições museais podem contribuir para a superação de modelos que acabam por excluir significativas parcelas da população, reservando um protagonismo exclusivo às populações de origem europeia. É sob essa perspectiva que temos orientado nossa atuação, tendo sempre em vista a tentativa de superação de um discurso de insignificância e invisibilidade dessas populações na história, em especial no Estado de Santa Catarina.

Hipóteses de investigação

Concordamos que a sociedade brasileira é constituída por diferentes grupos, o que a caracteriza, em termos culturais, como uma das mais diversas do mundo. Entretanto, sua história é marcada por desigualdades e discriminações, especificamente quando tratamos das populações de origem africana e indígenas, e outras chamadas minorias, impedindo, desta forma, seu pleno desenvolvimento econômico, político, cultural e social.

Desde o final do século XX, e em especial na década e meia seguinte, o Brasil tem concentrado esforços no sentido de remediar esse processo, a partir da construção de políticas públicas específicas para esses segmentos, além de várias iniciativas que contemplem os direitos dessas populações. Entretanto, desde os movimentos que culminaram com a deposição de Dilma Roussef e a ascensão de Michel Temer ao cargo de Presidente uma instabilidade perpassa essas políticas que muitos pensavam ser de Estado, mas que parecem estar ligada apenas a uma questão de Governo. Ainda que estudos mais aprofundados se façam necessários, há indicações de que os novos arranjos de poder que se consolidam como hegemônicos ameaçam sobremaneira os avanços a duras penas conquistados. Deste modo, pensar essas políticas, suas aplicações e implicações na sociedade, passa por diversos embates e debates,

com diversos interesses. Esses debates ainda, por vezes, ficam apenas em níveis teóricos, e apresentam certa dificuldade e não necessariamente chegam à base ou têm a oportunidade de ser aplicados, seja em instituições específicas, como museus, escolas ou universidades, ou nos espaços mais amplos, como nas esferas de governo, para quais foram pensadas.

De toda a forma, pesquisadores, ativistas e educadores continuam pautando suas ações no sentido de implementar políticas públicas em busca de igualdade e respeito à diversidade, nos vários contextos. Neste quadro, a luta antirracista se dá em diversos cenários, sendo necessário perceber que atitudes e comportamentos, em especial nos meios de comunicação, espaços culturais, museus e escolas, são potentes ferramentas para a propagação de ideias, em ambos os lados da disputa.

De qualquer maneira, ainda subsistem alguns dispositivos legais que ancoram essas políticas. No que tange às populações de origem africana no Brasil, tem destaque a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em todas as unidades de educação. (Brasil, 2003) Em março de 2008 a Lei n° 11.645/08, modifica a Lei 10.639/03 incluindo nela a temática indígena. (Brasil, 2008) Tendo respaldo no Parecer CNE/CP 003/2004, entendemos que tal lei se estende a todos os espaços de educação, entre os quais os museus. (Brasil, 2004b). Há ainda o Estatuto da Igualdade Racial, aprovado em 2010. O esforço para a aprovação de leis que subsidiem o combate à discriminação tem registrado outras vitórias importantes, como a aprovação da Lei 12.711/12, conhecida também como Lei de Cotas no ensino superior e, mais recentemente, a Lei 12.990, a lei de cotas para o serviço público, que só em 2017 foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal como constitucional.

Vale ressaltar que a luta pela efetivação de políticas, entretanto, não se encerra com a aprovação de uma lei, mas mantém-se permanente, tanto para evitar retrocessos legais como para garantir que a norma não se transforme em letra morta. É bem verdade, também, que esse arcabouço legal não garante a revisão imediata e efetiva deste cenário de invisibilização e segregação, que é também percebido diretamente no campo do patrimônio cultural. Para Heloisa Buarque de Holanda,

> "um dos efeitos da chamada 'democracia racial brasileira' foi a folclorização das manifestações culturais afro-brasileiras, sua cristalização num passado distante e a-histórico e o apagamento de suas contribuições para a cultura e história afro-brasileiras. Esse ocultamento da diversidade étnico-racial brasileira impediu que a comunidade afro-brasileira tivesse acesso às suas memórias, à sua história e ao seu patrimônio". (Zubaran & Silva, 2012)

Neste contexto, a partir da abrangência destas práticas o patrimônio dito oficial acaba por se construir e se alicerçar em processos desiguais, sendo muitas vezes excluído dos registros e das iniciativas de apoio governamentais elementos afro-brasileiros e indígenas. Como

resultado desta perspectiva temos, muitas vezes, dentro de alguns museus brasileiros e das concepções museológicas ali praticadas, a presença destas populações apenas no aspecto passivo e/ou negativo, como em situações de submissão ou escravidão. No entanto, como reação a esta situação, a partir dos movimentos sociais e das lutas pela igualdade, a memória de populações de origem africana e indígena tem sido, ainda que a passos curtos, incorporada à memória e história nacional, incluindo-se aqui o próprio movimento por essas conquistas. (Freitas, 2005). Chagas nos adverte sobre o cenário dos museus, e sobre o tamanho do desafio para proposições de novas abordagens:

> "Reconhecer o poder antropofágico do museu, a sua agressividade e o seu gesto de violência em relação ao passado é, ao que me parece, um passo importante, mas talvez o maior desafio seja reconhecer que essas instituições criam e acolhem o humano e, por isso mesmo podem ser devoradas. Devorar e ressignificar os museus, eis um desafio para as novas gerações." (Chagas, 2005, p.19)

Esse processo de reconhecimento e valorização da diversidade nas políticas de preservação do patrimônio é um importante indicador da maneira como questões relacionadas às identidades e diversidades passaram a ser tratadas no país, passo fundamental e inescapável no caminho de construção de uma democracia cada vez mais robusta e abrangente. Para Fonseca

> "Reconhecer em que ponto essas políticas se encontram no Brasil é delinear um quadro claro dos avanços e lacunas que envolvem a questão da identidade nacional, em especial no caso da cultura afro-brasileira. Hoje, quando se firma entre nós o conceito ampliado de patrimônio, salta aos olhos como a imagem construída pela política de patrimônio conduzida pelo Estado por mais de sessenta anos no Brasil, ainda estaria longe de refletir a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizam a produção cultural do Brasil, sobretudo a atual, mas também a do passado". (Castriota & Resende, 2010, p. 199)

É nesse viés que propusemos o presente estudo. Compreendemos que o cenário de reconhecimento e construção de políticas sobre o patrimônio sofre um processo de transformação, que deve ser incentivado e aprofundado se quisermos colocar em posição de igualdade as diversas origens da população brasileira. As políticas públicas de ação afirmativa, participação das comunidades e alargamento da visão nacional de patrimônio cultural são passos de grande importância nesse caminho de um Brasil capaz de se reconhecer em suas manifestações, e que contemple e incentive a valorização da diversidade que foi, e continua sendo, marca principal de sua formação cultural, social e política, a partir da compreensão destes processos no estado de Santa Catarina

Objetivos de investigação

- Compreender como as Instituições Museais em Santa Catarina têm atuado como ferramentas de construção/anulação de identidades a partir de representações, presenças e ausências, no caso específico das populações de origem africana.

Objetivos específicos:

- Compreender as políticas públicas voltadas para os Museus e suas interfaces com as políticas de promoção de igualdade racial, voltadas para populações afro-brasileiras no Estado de Santa Catarina e suas articulações em nível federal;
- Compreender as relações entre essas políticas, a preservação de patrimônios e a construção de identidades no Estado de Santa Catarina;
- Realizar um estudo acerca dos museus do Estado de Santa Catarina e as políticas que estão inseridos em nível estadual e nacional;
- Mapear os museus em Santa Catarina que têm em seu acervo coleções e objetos sobre as populações de origem africana, contribuindo para a construção do patrimônio cultural catarinense a partir do reconhecimento de sua história;
- Compreender como os museus, em suas exposições e outras atividades, representam a temática;
- Atuar no campo com iniciativas de formação e capacitação sobre a temática que articulem museu, memória e cultura afro-brasileira e que contribuam para a valorização da diversidade e no fortalecimento da luta antirracista.

Fontes e referências teóricas

Ao optar por um tema que, como ademais todo tema histórico que seja observado com mais afinco, responde a uma discussão por vezes acalorada, por vezes alvo de interesses dos mais diversos; tema que é amplo e abrangente, tem-se a necessidade de tentar traçar de maneira clara o referencial teórico-metodológico que se busca como auxílio para a construção das concepções apresentadas.

Esse trabalho está alicerçado nas concepções da Sociomuseologia e à preocupação com a Museologia Social, onde os conceitos de cultura, memória, identidade e representação são buscados para embasar de forma crítica e consistente as discussões e nossa prática

museológica. Para compreender essas questões específicas à temática referente às políticas de promoção de igualdade racial e as populações de origem africana, além dos citados, são utilizados conceitos como cotidiano, experiência, tradição, negro, afrodescendente, nação, étnico, diáspora, raça e racismo, que possam colaborar para o entendimento das questões apontadas como base do trabalho. Esses marcos teóricos encontram-se presentes ao longo de todo o texto, pois partimos da premissa que esses conceitos se articulam, por vezes se complementam e se retroalimentam, à medida que as reflexões são tecidas.

Diante dos novos desafios que a sociedade apresenta às instituições museais, estudos têm apontado novas interpretações que objetivam auxilia-las na consecução de seus objetivos. O museu e a museologia buscam, deste modo, trazer para o seu interior o contexto social no qual se inserem. É neste sentido que estas instituições têm se aberto às condições do mundo que lhe é exterior e buscam esclarecer e melhor compreender conceitos, relações e noções que lhe dão sustentação, tanto como forma de se aprimorar como de justificar sua existência. Assim a Sociomuseologia, resultado destes novos questionamentos, contribui para que se responda às novas questões que a sociedade contemporânea lhe impõe.

> "A Sociomuseologia constitui-se assim como uma área disciplinar de ensino, investigação e actuação que privilegia a articulação da museologia em particular com as áreas do conhecimento das Ciências Humanas [...] A abordagem multidisciplinar da Sociomuseologia visa consolidar o reconhecimento da museologia como recurso para o desenvolvimento sustentável da humanidade, assente na igualdade de oportunidades e na inclusão social e económica. A Sociomuseologia assenta a sua intervenção social no património cultural e natural, tangível e intangível da humanidade". (Moutinho, 2007, p. 1)

Mais do que a construção de sua área específica de atuação, como fazem outras áreas do conhecimento, a Sociomuseologia tem sua importância na articulação de diferentes campos, entre conhecimentos estabelecidos e a própria museologia. De modo crescente a atuação das instituições museais busca reconhecer sua responsabilidade em processos e dinâmicas sociais, em especial como ferramenta da cultura e da diversidade, do conhecimento e do desenvolvimento.

Nesse seu esforço, é indispensável reconhecer que a participação em suas decisões não pode ficar restrita a um único grupo social, mas deve refletir o esforço pela participação social, em níveis individuais e coletivos. Essas novas possibilidades de atuação, e as responsabilidades que dela advém, exigem a formação de um novo profissional. Segundo a Declaração de Lisboa,

> "Os programas de formação museológica devem preparar formandos, a todos os níveis, para desempenharem mais elevados papéis de liderança, estimulando a investigação intelectual, a interacção imaginativa, e soluções corajosas para aplicar a práticas e actividades museológicas, bem como transmitindo um senso de responsabilidade ética, profissional e social". (Comissão Internacional de Formação de Pessoal de Museus, 1994)

Antes desta ampliação do espectro, a atuação da museologia foi vista como restrita ao desenvolvimento das coleções. Com o avanço de alguns estudos, essa interpretação tem sido questionada, e passa a ser consideradas outras interpretações, em que essa atuação pode agir no sentido do desenvolvimento da sociedade em que se encerra. É justamente no espaço entre essas duas interpretações que se insere a Sociomuseologia.

Sua atuação é marcada pela abertura do conhecimento à influência de outras áreas, que possam contribuir com interpretações que inovem e expandam seus limites e objetivos. Mais do que isso, busca abarcar em sua atuação as diversas populações, utilizando-se para isso de novos meios e possibilidades, além de diversos meios de gestão que permitam a participação dos diferentes atores e usuários.

Entre as iniciativas tomadas no Brasil, também encontramos as alinhadas com os novos paradigmas que ascendem dentro da museologia. Já no ano de 2003 a política nacional de museus preconizava entre seus objetivos

> "Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade sócio, étnico e cultural do país". (Ministério da Cultura, 2003)

Mais recentemente, a Declaração da Cidade de Salvador aprofunda a discussão,

> "compreendendo os museus como instituições dinâmicas, vivas e de encontro intercultural, como lugares que trabalham com o poder da memória, como instâncias relevantes para o desenvolvimento das funções educativa e formativa, como ferramentas adequadas para estimular o respeito à diversidade cultural e natural e valorizar os laços de coesão social das comunidades ibero-americanas e a sua relação com o meio ambiente. (...) buscando assegurar que os museus sejam territórios de salvaguarda e difusão de valores democráticos e de cidadania, colocados a serviço da sociedade, com o objectivo de propiciar o fortalecimento e a manifestação de identidades, a percepção critica e reflexiva da realidade, a produção de conhecimento, a promoção da dignidade e oportunidades de lazer". (Encontro Iberoamericano de Museus, 2007)

Ainda que as teorias museológicas desde há muito preconizem que o museu deve servir à sociedade e seu desenvolvimento, tradicionalmente esta é uma postura pouco efetivamente aplicada, ficando mais como discurso do que como modo real de agir. Ainda assim podemos perceber que cada vez mais encontramos instituições que definem suas atividades a partir da busca do desenvolvimento da sociedade, valorização da diversidade e preservação do patrimônio e da memória, e não apenas em uma perspectiva colecionista.

Essas afirmações que vêm ao encontro das recomendações da UNESCO, de 2015, importante documento referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua diversidade e sua função na sociedade, reafirmando o seu papel social,

> "Museus são espaços públicos vitais que devem abordar o conjunto da sociedade e podem, portanto, desempenhar um importante papel no desenvolvimento de laços sociais e de coesão social, na construção da cidadania e na reflexão sobre identidades coletivas. Os museus devem ser lugares abertos a todos e comprometidos com o acesso físico e o acesso à cultura para todos, incluindo os grupos vulneráveis. Eles podem constituir espaços para a reflexão e o debate sobre temas históricos, sociais, culturais e científicos. Os museus também devem promover o respeito aos direitos humanos e à igualdade de gênero. Os Estados-membros devem encorajar os museus a cumprir todos esses papéis". (UNESCO, 2017, p. 7–8)

Não só as mudanças em seu próprio modo de agir e em seus referenciais condicionam a atuação do museu. Algumas modificações na sociedade representam também novos desafios à sua atuação. Com um público cada vez mais acostumado a lidar com grandes quantidades de informação, qualquer exposição deve contar com níveis múltiplos de discursos, ao mesmo tempo mais complexos e diversos.

É preciso, assim, entender os museus como - ainda que longe de único - o lugar por excelência do fazer museológico. Lugares que devem, segundo Judite Primo ser entendidos, como

> "locais onde o relato é levado à cena podendo o espaço museal ser entendido como um desses cenários. Entender o museu como cenário nos leva a percebê-lo como espaço de reestruturação, encenação e reencarnação, no qual os processos de hibridação das representações do social e do cultural são elaborados como sentidos simbólicos." (Primo, 2007, p. 23)

Para além de novos caminhos teóricos e institucionais, tais mudanças no fazer museológico exigem mudanças em todos os níveis da atividade. Uma preocupação maior com as pessoas e com as dinâmicas da sociedade pressupõe uma sensibilidade maior para determinadas questões. Segundo Moutinho, nesta nova perspectiva:

> "A prática museológica não é focada na existência das coleções de objetos socialmente reconhecidos como raros, mas na existência de outro tipo de 'coleções', construídas a partir de uma herança identitária, dos caminhos e questões de cada ser humano. Em tempos de paz e de guerra, assim como de riqueza e pobreza. E essa Museologia do Social é certamente mais complexa, uma vez que trabalhar com pessoas requer competências humanas e profissionais diversas das competências necessárias àqueles que trabalham com objetos. [...] Isto pode ser reconhecido em uma museologia democratizada, onde, talvez, o principal elemento seja o direito a ser diferente, junto com a rejeição de modelos hierárquicos autoritários". (Moutinho, 2011b, p. 22–23)[1].

Buscamos compreender a nossa prática museológica a partir da experiência cotidiana, que de algum modo une e configura, assimetricamente, os diversos atores nesse processo.

[1] Tradução da autora. No original: "the museological practice is not focused on the existence of collections of objects socially recognized as rare, but rather in the existence of another type of "collections", made up of the identity heritage, by the paths and problems of each human being. In times of peace and of war, as well as of wealth and of poverty. And this Museology of the Social is certainly more complex, since working with people requires human and professional competencies different from the competencies of those who work with objects. […] It can be recognized in a democratized museology where perhaps the main element is the right to be different, together with the rejection of authoritarian hierarchical models." (MOUTINHO, 2011, p. 22-23)

Cotidiano que, segundo Maria Odila Leite Dias, deixa de ser pensado como o lugar do repetitivo, mas que nos possibilita apreender as dimensões postas da luta do dia-a-dia. Dias aborda assim o cotidiano como "uma frente ampla de áreas multidisciplinares e [que] envolve uma estratégia de questionamentos e de crítica da cultura. Atualmente representa nas humanidades uma confluência importante de perspectivas transdisciplinares do conhecimento contemporâneo". (M. O. S. Dias, 1998, p. 223)

Ainda nesta linha, procuramos entender a dimensão do cotidiano como um lugar no qual as práticas se estabelecem dentro de uma dimensão política. Michel De Certeau, filósofo francês, ressalta, ainda, a importância do esmiuçar das práticas de sobrevivência como um exercício de resistência, indicando como uma constante reinvenção das táticas e subterfúgios, o que ele coloca como "cotidiano improvisado". (Certeau, 1994)

Nesse sentido parece apropriado utilizar-nos do conceito de cultura defendido por Clifford Geertz, tratando a cultura como algo essencialmente semiótico. Geertz, ao defender este conceito diz acreditar "como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo estas teias e a sua análise; portanto não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, a procura de um significado." (Geertz, 1996, p. 15) Essa noção nos permite perceber estas relações como uma teia presente de forma difusa, e ao mesmo tempo entrelaçada na sociedade brasileira, abrindo espaço para a atuação do indivíduo como definidora dessas relações sociais.

A partir da década de 1990, a luta anticolonial e a luta das minorias, em alguns países, deram origem a uma linha de crítica radical da cultura contemporânea, indo na direção da reformulação das práticas do conhecimento humanístico. Vários autores buscaram questionar o papel da cultura ocidental ao pensar, e julgar, outros referenciais culturais. Suas considerações nos auxiliam a debater questões como "raça", "identidade", "etnia", "nação" e "tradição", entre outros. (Appiah, 1996; Gilroy, 2001; Hall, 2009; Said, 2007)

No entanto, ainda é perceptível que as ideias que dão base a discursos e narrativas de construção de memórias, identidades ou culturas estão profundamente ligadas às questões de contradições, de disputa pela hegemonia e competições políticas e sociais. Em diferentes lugares e períodos, a tentativa de solidificação de uma versão dessa memória tem sido pauta principal de movimentos políticos, em especial em situações de disputa pelo poder entre movimentos de matizes ideológicos antagônicos. Sob certa perspectiva, essa construção foi um dos mais importantes campos de disputa, em especial na segunda metade do século XX.

Vários pesquisadores percebem uma capacidade de construção identitária positiva, uma ferramenta de coesão, nessa interpretação de memória coletiva, no que poderia ser encarada como uma possibilidade de ponto de união, em especial dentro dos Estados. Para Pollak, o sociólogo Maurice Hallbwachs

> "longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de 'comunidade afetiva'. Na tradição européia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva". (Pollak, 1989, p. 3)

Essa aproximação das questões coletivas de memória pressupõe certos aspectos de coesão e pacificidade que, posteriormente, foram profundamente questionados. A obra de Halbwachs, em especial seu "A memória coletiva", publicada postumamente na década de 1950, vem no contexto de pertencimento nacional de sua época. (Halbwachs, 1990) Desde a publicação da obra, no entanto, podemos observar a emersão de questionamentos às ideias de pertencimento e identidade, em especial o que Homi Bhabha chama de "uma ambivalência particular que assombra a ideia de nação[2]" (Bhabha, 1990, p. 1)

Assim, na esteira de movimentos como a independência de Estados em África e Ásia ou a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, ideias de unicidade identitária dentro das histórias nacionais passam a ser questionadas. Alicerçada principalmente no conceito de multiculturalismo, esta interpretação entende a tentativa de construção de uma narrativa única como um fenômeno eminentemente violento, que exige a invisibilização de largas parcelas da população. Segundo Hall

> "Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensa-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo 'unificadas' apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural". (Hall, 2006, p. 62)

A partir dessa inversão, portanto, novas narrativas vêm à tona, e histórias e interpretações que antes não encontravam espaço passam a assumir novas dimensões. Esse movimento, no entanto, traz novos desafios. Com o abandono da ideia de um pertencimento geral, irrestrito e inquestionável a uma nacionalidade, passa-se a questionar os reiterados esforços empreendidos para a construção dessa ideia.

> "Esse reconhecimento do caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva já anuncia a inversão de perspectiva que marca os trabalhos atuais sobre esse fenômeno. [...] Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. Num

[2] Tradução livre do original: "a particular ambivalence that haunts the idea of the nation".

> primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade". (Pollak, 1989, p. 4)

A chegada destes novos tópicos, surgidos com os questionamentos à noção monolítica de nacionalidade, adiciona um novo nível de complexidade à história e à construção da identidade. Iniciativas e atitudes antes valorizadas passam a se apresentar como conflitantes, e surgem relatos que questionam narrativas já cristalizadas. Em especial dentro das grandes histórias nacionais – marcos importantes na discussão de uma memória coletiva – momentos de conflito, violências e agressões a grupos ou indivíduos, antes esquecidos, emergem, e a tênue e violenta estabilidade até então construída se vê ameaçada.

A principal inovação, no entanto, que surge dessa mudança de perspectiva, é o grande arcabouço de narrativas que pode ser explorado. Eventos, dinâmicas e processos, antes únicos e inquestionáveis, permitem agora uma miríade de novos sujeitos, e várias áreas do conhecimento encontram ali novo lugar de estudo. A quebra dessa falsa homogeneidade permite, acima de tudo, que se avance no conhecimento, e que se busque a valorização de uma diversidade que pode ser entendida como a principal força de qualquer sociedade.

Não podemos perder de vista, também, as considerações de Miriam Sepúlveda dos Santos ao afirmar

> "que a memória pode ser um instrumento de dominação, tal qual o esquecimento. Muitas vítimas de violência e situações traumáticas tem denunciado o uso da memória desses episódios como forma de controle e submissão. A luta aqui não é, portanto, necessariamente a luta da memória contra o esquecimento. E se a memória estiver sendo reduzida a abusos da história e cultivo de comemorações. [...] Lutar pela memória pode significar a conquista da liberdade, pois tanto a consciência de historicidade, quanto a construção do passado por atores do presente apontam novas possibilidades de ação. Mas, sabemos, também, que a memória nem sempre se associa a movimentos pela liberdade; ela pode ser responsável por coerções, exclusões e toda a sorte de controle social". (M. S. dos Santos, 2003, p. 31)

A construção da memória e as opções que uma sociedade favorece nesse campo são, assim, partes de um processo político, longo e perene, sujeito à atuação de diversificados atores. Tais discussões sobre identidade são mais evidentes, no Brasil, quando falamos das populações de origem africana, sejam eles africanos ou afro-brasileiros. As discussões sobre a África enquanto um legado cultural, social e espiritual, tendo em vista o processo histórico e político vivido pelo Brasil, a despeito de parte daquilo que ficou soterrado em relação à cultura desse continente, vem à tona com toda força nos últimos anos, principalmente com a implementação da Lei 10.639/03.

A experiência da escravidão, dos fluxos e das trocas interculturais atlânticas, defende Paul Gilroy, deve ser parte integrante dos estudos das culturas e identidades formadas na

América. Essa visão seria uma perspectiva transnacional e intercultural, produzida através da diáspora. (Gilroy, 2001)

O conceito de diáspora, apesar de sua origem, não é aqui empregado dentro de uma ideia de um retorno redentor de uma dispersão. Ela representa, sim, um processo de reconstrução de um pertencimento, uma redefinição cultural e histórica, além da ideia de transformação, mudança e deslocamento. As identidades, nesse contexto, são criadas a partir de uma ideia de elo entre o sujeito e o local que é percebido como de sua origem. Não são, portanto, fixas. Segundo Stuart Hall, dependem de um "conjunto de posições de identidade", (Hall, 2006, p. 34) variando conforme a pessoa, o momento e o contexto. Se tornam, assim, mais políticas que antropológicas. Diz ainda o autor que: "cada uma dessas histórias de identidade está inscrita nas posições que assumimos e com as quais nos identificamos. Temos de viver esse conjunto de posições de identidade com todas as suas especificidades." (Hall, 2006, p. 433)

Tais identidades criadas ou reinventadas não podem ser entendidas como assimilação, pois são resultado de processos históricos que não ocorrem em mão única, ainda que resultantes de uma relação desigual, inseridas em relações de poder, dependência e subordinação, marca sempre presente do colonialismo.

Se a literatura e os processos políticos apressam-se em negar a existência de 'raças' no sentido biológico – cujo estabelecimento tem servido de base a crimes e construções pseudocientíficas – a busca de conceitos que permitam caracterizar um grupo tão diverso quanto as populações de origem africana não tem sido tarefa fácil. O desafio implica em desenvolver conceitos que permitam reconhecer as diversidades ao mesmo tempo em que se incentiva a construção das identidades na atuação do indivíduo, assim como operacionaliza políticas e iniciativas que combatam a discriminação e as desigualdades. A busca de soluções tem apontado para conceitos como a 'afrodescendência', que, se não resolvem todas as questões envolvidas, permitem a construção de um entendimento nas discussões sobre a temática

Para Cardoso:

> "O termo afrodescendência, por sua vez, expressa um longo debate tanto com o que existe de melhor na historiografia acadêmica sobre as experiências dos africanos e seus descendentes no Brasil escravista e sua crítica a uma visão racialista desta história por parte dos intelectuais de origem africana. [...] a racialização das populações de origem africana no Brasil é recente e fruto do esgotamento das antigas formas de classificação social e da cultura escravista que as instituía. Igualmente, [...] ela expressa a crescente popularidade a partir da segunda metade do século XIX dos discursos racistas científicos originados na Europa. Discursos que reelaborados para as tristes condições do país, forneceu em um quadro de crescente questionamento da instituição escravista, de uma reatualização das hierarquias sociais gestadas no cativeiro. A cor associada à classificação social possui matrizes historicamente distintas ao longo da história brasileira o que nos impede de lançar mão dela

> indiscriminadamente para qualquer tempo e espaço sem corremos o risco de anacronismo". (P. de J. F. Cardoso, 2013)

Nos discursos sobre África, muitas vezes, as questões de identidade partem da ideia de uma ligação inata dentro de seu território. Ainda que seja possível creditar parte desta permanência às necessidades da luta política por direitos na diáspora, uma compreensão realmente profunda destas questões pode exigir a superação desses ideais. Cardoso continua:

> "Por outro lado [...] grande parte do discurso pan-africanista tem origem nas mesmas fontes nacionalistas que deram origem a várias formas de racismo, xenofobia e intolerância, na medida em que mobiliza os mesmos valores centrais no nacionalismo europeu do séc. XIX: história, religião, língua, cultura e raça. A pergunta que precisamos nos fazer é se precisamos continuar presos aos marcos intelectuais do século XIX. [...] Para fugir do anacronismo e do racialismo optamos por utilizar as categorias de população de origem africana e afrodescendentes como ferramentas de natureza descritiva para apreensão de realidades pretéritas. Elas nos permitem nos referir a totalidade dos africanos e seus descendentes sem a pretensão de ser expressão de identidade étnica ou uniformidade cultural. Ela nos permite discutir sobre fenômenos de longa duração que afetaram e afetam africanos e seus descendentes no pais.". (P. de J. F. Cardoso, 2013)

Assim, pensamos ser possível nos questionarmos sobre o papel ocupado pelas populações de origem africana nos discursos sobre a história e memória em Santa Catarina. E questionarmos, também, conceitos de identidade e pertencimento que têm sido reiterados ao longo dos anos, além do lugar de Santa Catarina na organização social brasileira.

Metodologia de investigação

> *"As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo. Mas a construção [...] não é incompatível com a prova; a projeção do desejo, sem o qual não há pesquisa, não é incompassível com os desmentidos infligidos pelo princípio da realidade. O conhecimento [...]) é possível". (Ginzburg, 1989, p. 144)*

Para o desenvolvimento dessa investigação selecionamos uma ampla gama de fontes, envolvendo desde o levantamento e análise de documentação primária até o exame de uma extensa bibliografia. Este trabalho se organizou em torno de dois eixos, as políticas de museus e de promoção de igualdade racial.

Iniciamos com a seleção e análise documental – legislação, normas, diretrizes – que orientam as políticas e práticas sobre Museu, Museologia e de Promoção de Igualdade Racial, juntamente a uma extensa revisão bibliográfica sobre o tema, que foi a base do nosso referencial teórico e auxiliou na análise e abordagem dos dados e resultados.

Sobre as Políticas para Museus, levantamos e discutimos seus marcos históricos e legais, começando pela Política Nacional de Museus, implantada em 2003, e com especial destaque para a Lei Nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que criou o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, o Sistema Brasileiro de Museus, o Estatuto de Museus e o Plano Nacional de Museus. Destacamos, também, o Cadastro Nacional de Museus, instrumento do Sistema Brasileiro de Museus, que nos permitiu mapear e traçar um perfil dos museus em nível nacional e estadual. Os relatórios de gestão do Ibram de 2003 a 2016 colaboram com dados importantes para acompanhar o desenvolvimento dessas políticas, com destaque para as ações de fomento e financiamento. Dentro deste tema, foram utilizados os Editais de Modernização de Museu, Modernização de Museu-Microprojetos e Mais Museus, que tiveram seus resultados referentes a Santa Catarina levantados. Também foi importante o levantamento dos dados, relativos a Santa Catarina, das Semanas dos Museus e das Primaveras dos Museu, assim como das discussões dos Fóruns Nacionais de Museus. Analisando cada evento, além de quantificar a participação dos museus de Santa Catarina, foi possível mapear presenças e ausências da temática afrodescendente.

Em nível estadual, selecionamos documentos sobre a Política Estadual de Museu e a instauração e desenvolvimento do Sistema Estadual de Museu – SEM/FCC, buscando compreender o papel destes em nosso tema de interesse. Foram pesquisados, também, documentos referentes às ações desses órgãos, com destaque para os editais e resultados das três edições do Prêmio Elizabete Anderle, das Programações dos Fóruns de Museus e outras atividades relacionadas.

Chama atenção, além disso, o Cadastro Catarinense de Museus, que, juntamente com o Cadastro Nacional, auxiliou-nos a mapear e traçar um perfil dos Museus de Santa Catarina. Foram importantes neste esforço, também, os dados sobre as instituições museológicas disponíveis no Museu em Números, publicado pelo Ibram, e os dados estatísticos disponibilizados pelo Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina.

Também são foco as políticas que envolvem as populações de origem africana e seus avanços ao longo dos anos. Apresentando e discutindo o processo histórico de construção dessas políticas, buscamos, também, fazer uma cartografia dos marcos legais, como a Política Nacional de Promoção de Igualdade, a Lei 10.639/03 – que inclui nos currículos escolares a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, o Estatuto de Igualdade Racial, as regulações do Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial, a Lei de Cotas nas Universidades Brasileiras, o Plano Nacional de Promoção de Igualdade Racial, as 3

Conferências Nacionais de Promoção de Igualdade Racial e o Plano Setorial de Cultura Afro-Brasileira. E, no esforço de traçar um painel das condições e distribuição, no estado, das populações de origem africana utilizamos dados do IBGE e do IPEA.

E, ainda nessa perspectiva, selecionamos algumas ações que envolvem as duas políticas, mais detidamente no eixo da formação, capacitação e qualificação das políticas de museus e aplicação da Lei 10.639/03, mapeando os cursos de museologia em nível de graduação e pós-graduação no Brasil, levantando a sua estrutura curricular e as disciplinas referentes a temática africana, afro-brasileira e negra, nesses cursos. Ações, em ambas as áreas, em franca expansão nas universidades brasileiras, foram analisadas com o intuito de compreender sua articulação. Analisamos de modo especial a programação da 7ª Primavera dos Museus, promovida pelo Ibram sob o tema 'Museus, Memória e Cultura Afro-Brasileira', tabulando os dados referentes ao estado de Santa Catarina. Essa ação foi um importante marco, ao nosso ver, da articulação dessas políticas. Também mapeamos algumas instituições museológicas de relevância dentro da temática afro-brasileira, africana e negra no país, analisando suas propostas de atuação e a maneira que se organizam.

Ainda sobre Santa Catarina, para compreendermos os discursos de construção de identidades no estado, buscamos selecionar documentos referentes a esse processo. Chamam a atenção as Atas do 1° Congresso de História Catarinense de 1948, os Boletins da Comissão Catarinense de Folclore, além de dados gerais da população, desde o recenseamento de 1872 até as projeções populacionais para 2014. Estes dados nos ajudaram a compreender dinâmicas e processos sobre as questões étnico-raciais no cenário catarinense.

Essas fontes, junto às demais informações e ao levantamento bibliográfico, nos auxiliaram a construir uma investigação sólida, partindo das condições e do desenvolvimento histórico de Santa Catarina. Acreditamos que as informações aqui levantadas são capazes de qualificar não só a presente investigação, mas também trabalhos futuros que podem encontrar, na presente tese, a parceria que porventura necessitem. Como instrumento de pesquisa, elaboramos, a partir do cadastro de museus do Ibram, um questionário, com 12 questões, com o objetivo de traçar o perfil das instituições museologias e sujeitos da pesquisa, com enfoque em seu acervo sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, colaborando para um inventário sobre esse patrimônio no estado, além dos eventos sobre a temática e a percepção das instituições sobre o tema.

O período de aplicação do questionário se deu entre o segundo semestre de 2014 e o primeiro semestre de 2015. E a metodologia de aplicação se deu em dois momentos, primeiro

contato telefônico, com posterior envio por e-mail do questionário com um pequeno texto introdutório sobre a pesquisa. O levantamento englobou 272 instituições museais do Estado de Santa Catarina.

Utilizou-se, ainda, do método pesquisa-ação que, entre outras características, entende que os sujeitos do contexto participam da elaboração da pesquisa, incluindo o pesquisador, na construção de uma pesquisa participante, que busca solucionar algum problema, e cujos resultados devem reverter para os sujeitos da pesquisa. Para a elaboração e aplicação de uma proposta de capacitação e qualificação sobre museu, memória e cultura afro-brasileira em Santa Catarina. Essa proposta foi articulada com a metodologia do Programa Pontos de Memória do Ibram, e com metodologia de investigação do NEAB/UDESC, que tem a pesquisa como princípio educativo e também se caracteriza pela interdisciplinaridade. A partir do planejamento coletivo realizado pela pesquisadora e os atores envolvidos, a proposta foi constantemente discutida e avaliada, no intuito de uma melhor articulação. A pesquisa utilizou-se também de métodos descritivos, no sentido de aprofundar as observações reflexivas sobre a metodologia e a política pedagógica da ação de caráter museológico que foi desenvolvida.

Assim, através dos resultados, do relato de experiência da ação proposta, combinados com análise documental e normativa, e extensa revisão bibliográfica, buscamos instrumentos para compreender de forma mais ampla as questões trazidas pela investigação e indicar uma possibilidade de prática pedagógica capaz não só de auxiliar outros fazeres, mas contribuir para a valorização da diversidade e construção de uma sociedade mais igualitária. Trata-se, assim, de somar esforços com a miríade de iniciativas que estão, a todo o momento, sendo desenvolvidas, tendo como horizonte uma realidade capaz de proporcionar oportunidades iguais aos diferentes indivíduos que a formam.

Também convém registrar que toda esta miscelânea de registros e informações que coletamos, sistematizamos e interrogamos a partir dos métodos expostos pretendem convergir no sentido da construção de uma interpretação possível, da história de um determinado tempo, espaço e em especial uma história das pessoas e da construção de suas identidades.

Estrutura da tese

O presente esforço investigativo está estruturado em 5 capítulos, buscando refletir o caminho epistemológico percorrido. Ainda assim essa separação responde a um esforço de organização, onde está estabelecida profunda conexão entre as partes.

No primeiro capítulo buscamos apresentar um panorama das políticas públicas no Brasil, visando compreender como as iniciativas específicas para esses segmentos contemplam os direitos dessas populações, na interface entre as políticas sobre museu e sobre a promoção da igualdade racial.

Procuramos compreender as políticas que envolvem as populações de origem africana e sua trajetória ao longo dos anos, apresentando e discutindo o processo histórico de construção dessas políticas, o envolvimento da sociedade organizada, como o movimento negro, e de algumas personalidades, como Abdias do Nascimento. Buscamos, também, fazer uma cartografia dos marcos legais, como a Política Nacional de Promoção de Igualdade, a Lei 10.639/03 – que inclui nos currículos escolares a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira –, o Estatuto de Igualdade Racial (2010), o Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial e a Lei de Cotas nas Universidades Brasileiras e nos serviços públicos, entre outros. Assim, faz-se também com as Políticas para Museus, levantando e discutindo seus marcos históricos e legais, como a Política Nacional de Museus, a criação do Ibram, o Sistema Brasileiro de Museus, o Estatuto de Museus, o Plano Nacional de Museus e outras ações de formação que contribuíram para consolidação dessas políticas. Destacamos também os processos e indivíduos envolvidos na construção e consolidação destas políticas. E, para finalizar o raciocínio, objetivamos compreender como essas políticas vem conversando e/ou divergindo, e entender a interface das políticas de promoção de igualdade racial nas políticas de Museus, seus distanciamentos, entrelaçamento e possíveis articulações.

A seguir, no capítulo 2, buscamos situar os Museus de Santa Catarina, e compreender o campo museal e museológico em que eles estão inseridos. Assim, em um primeiro passo procuramos construir um quadro histórico do campo museal no estado. Em seguida, avançamos em uma compreensão sobre a estruturação das políticas que envolvem os Museus como os investimentos e fomentos na área e o envolvimento em ações de interação, socialização e formação, como as Semanas de Museus, Primaveras de Museus e Fóruns Estadual e Nacionais de Museu, focando nas articulações e interação com as políticas de nível nacional.

No capítulo 3 apresentamos os resultados da pesquisa diagnóstica onde buscamos conhecer um pouco mais os Museus de Santa Catarina, mapear e traçar um perfil e compreender como estas instituições percebem as populações de origem africana em seus acervos, exposições e outras atividades, com prévio mapeamento e aplicação de questionário, a partir dos cadastros de museus do Ibram e do SEM/SC. Estes cadastros totalizam 272 instituições espalhadas por 122 dos 295 municípios do estado de Santa Catarina. Os dados nos permitiram

traçar estratégias conceituais e métodos para as discussões e ações apresentadas nos próximos capítulos. Objetivamos, assim, auxiliar na compreensão da atuação destas instituições no estado, tendo como foco a construção deste cenário, com especial interesse sobre a valorização de determinadas identidades e narrativas.

No capítulo 4, a partir do diagnóstico apresentado nos capítulos anteriores, buscamos compreender, de forma mais aprofundada, os processos que levaram a construção da ideia de uma Santa Catarina exclusivamente europeia, fruto de uma colonização tardia e com poucas interfaces com o que ocorria em outros espaços do país. A exclusão ou invisibilização da contribuição de populações fora da tríade 'açorianos-alemães-italianos' é um fenômeno que parece marcar a cultura e a sociedade catarinense. Buscamos neste capítulo investigar a forma como essa seleção se passa, tanto nos grandes centros como nos pequenos municípios do estado. Em especial após a década de 1980, a busca por uma origem passou a ter presença marcante nas políticas culturais de Santa Catarina e seus municípios, inclusive como base para o incremento da atividade turística. Como essa origem percebida é, quase exclusivamente, europeia, buscamos compreender de que forma se dá a exclusão das demais populações e as ramificações dessas iniciativas no cenário político, cultural, social e econômico de Santa Catarina.

Por fim, o capítulo 5 apresenta uma síntese das discussões e reflexões ao longo da tese e de um extenso diagnóstico da realidade dos Museus do estado de Santa Catarina e a população afro-brasileira no estado. Uma proposta de intervenção que definimos como uma ação afirmativa de caráter museológico. Descrevemos a concepção e aplicação dessa proposta, que focou na formação e capacitação sobre museu, memória e cultura afro-brasileira em Santa Catarina para profissionais da área museológica, a fim de contribuir para a superação do problema constatado, qual seja, os discursos e práticas excludentes nesses espaços. E, com uma abordagem possível diante da complexidade da temática, colaborar para elaboração de políticas públicas, que articulem Políticas de Museus e Promoção de Igualdade Racial, efetivas, que garantam o direito a memória dessa população, reconhecendo e valorizando a diversidade presente em Santa Catarina.

Capítulo 1 - Políticas públicas: museus e promoção de igualdade racial

> *"Art. 2º É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais". (Brasil, 2010)*

Embora o Estado tenha, permanentemente, atuado através da execução – ou da falta – de políticas públicas, apenas em meados do século passado a área começou a emergir como um campo de estudos. Tratando-se de uma ampla gama de fenômenos, atos, normativas e manifestações, o conceito de políticas públicas pode ser bastante difícil de definir, afinal são muitos os processos que podem ser assim caracterizados. Para Celina Souza

> "Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn, como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye sintetiza a definição de política pública como 'o que o governo escolhe fazer ou não fazer'. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz". (Souza, 2006, p. 24)[3]

É a partir desta complexidade que atuam as políticas públicas. São instrumentos do Estado e da sociedade que interagem por meios políticos, sociais, culturais e econômicos, de modo que se colocam como um campo essencialmente interdisciplinar. Essas políticas, entretanto, precisam se consolidar como ferramentas, agindo em determinada situação e com objetivos específicos. Partem, normalmente, de normativas ou fluxos de decisão, e "desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas" (Souza, 2006, p. 25)

Essas políticas demonstram, assim, as áreas que concentram as prioridades dos Estados, e são constantemente modificadas no decorrer do tempo. Como não há maneira de atender a todas as pautas colocadas pela sociedade – até mesmo devido ao fato de que muitas são conflitantes – os governos realizam escolhas, e dão prioridade a determinadas situações que querem ver solucionadas ou minoradas.

> "As políticas públicas exigem opções, hierarquias de prioridades, cronograma de ação e uma agenda social. Toda opção é seletiva, significa a inclusão e a exclusão de beneficiários, revelam os grupos e interesses capazes de influenciar o Estado e as instituições, no momento em que omitem, selecionam ou silenciam. Elas demonstram as disposições, os discursos e a capacidade de articulação dos atores, discursos e projetos que pretendem alcançar benefícios e modificar alguma situação". (Rubim, 2011, p. 13)

[3] A autora se refere a: (Dye, 1984; Lasswell, 1950; Lynn, 1980; Mead, 1995; Peters, 1986)

Ainda que a participação da sociedade seja constante e desejável, a origem das políticas públicas, per se, é o Estado, através de seus governos ou estruturas, nos variados níveis. Embora recentemente muito se tenha falado sobre o encolhimento do Estado e uma globalização que limitaria a capacidade de ações dos governos, estas novas conjunturas não retiram dele a capacidade e responsabilidade de ação, embora a tornem progressivamente mais complexa.

Assim a abrangência, a importância e a forma de desenvolvimento das políticas públicas varia na medida das características do Estado e da sociedade nos diferentes contextos. Em especial o alcance do poder estatal e sua capacidade de interferir diretamente na sociedade desempenham importante papel, assim como o desenvolvimento de sua economia e de sua sociedade. Segundo Frey

> "Nos Estados Unidos, essa vertente de pesquisa da ciência política começou a se instituir já no início dos anos 50, sob o rótulo de 'Policy Science', ao passo que na Europa, particularmente na Alemanha, a preocupação com determinados campos de políticas só toma força a partir do início dos anos 70, quando com a ascensão da socialdemocracia o planejamento e as políticas setoriais foram estendidos significativamente. Já no Brasil, estudos sobre políticas públicas foram realizados só recentemente. Nesses estudos, ainda esporádicos, deu-se ênfase ou à análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas". (Frey, 2000, p. 214)

De forma geral, a instituição e o desenvolvimento de políticas públicas responde a determinados anseios da sociedade, vocalizados, normalmente, através de grupos definidos. Deste modo, servem para que o Estado remedie ou equalize situações determinadas, se tornando, no mais das vezes, um instrumento de atuação deste sobre a sociedade. Há assim uma via de mão dupla, que ao mesmo tempo que surge de determinadas parcelas da sociedade também faz o caminho oposto, e vai atuar no sentido de buscar construir um comportamento sobre um ponto determinado, que antes não existia. Daí também se compreende a natureza eminentemente polêmica de muitas políticas públicas, pois o Estado age para direcionar ações específicas, em grande parte das vezes dentro de temas ainda em discussão pela sociedade. "O exame da vida de certas políticas setoriais, sobretudo as de caráter mais dinâmico e polêmico, não deixa dúvidas referentes à interdependência entre os processos e os resultados das políticas". (Frey, 2000, p. 219)

Essa natureza divisionista, entretanto, é superada pela utilização das políticas públicas como ferramentas capazes de traduzir direitos difusos[4]. A base da sustentação da utilização

[4] Direitos difusos são aqueles que se referem a parcelas da população, a grupos específicos, e não a um indivíduo que possa ser definido. São direitos "transindividuais (metaindividuais, supraindividuais, pertencentes a vários indivíduos), de natureza indivisível (só podem ser considerados como um todo), e cujos titulares sejam pessoas

dessas políticas é sua utilidade em tornar real e palpável noções antes abstratas. Talvez em nenhuma área essa característica seja mais visível do que na maneira que o Brasil tem enfrentado as questões referentes às relações étnico-raciais.

Com um passado que buscava invisibilizar qualquer tipo de discriminação ou racismo, ao mesmo tempo que reproduzia permanentemente um cenário imensamente injusto e segregacionista, a nação brasileira sempre sustentou um discurso de convívio exemplar entre as populações diversas, cristalizado na ideia de uma democracia racial[5], uma pretensa paz social que surgiria da ausência ou menor importância da questão étnico-racial nas relações sociais, econômicas e políticas no Brasil. Ainda que desde 1988 a constituição asseverasse uma série de direitos, em especial o direito à igualdade de oportunidades, é apenas no início dos anos 2000 que as políticas públicas passam a sair do papel e atuar no sentindo de interromper o ciclo de discriminação que vinha se reproduzindo. Ainda que haja um caminho ainda muito longo a ser percorrido, o Estado Brasileiro, em seus diferentes níveis, passou a atuar de maneira sistemática e direta no sentido de tornar realidade os direitos básicos colocados pela constituição.

Como ferramenta de Estado, mais do que de governo, no entanto, as políticas públicas acabam encontrando dificuldades extras dentro da multiplicidade das estruturas de governo do país. A existência de vários níveis de poderes, órgãos e estruturas de governo acabam por dificultar a consolidação de políticas abrangentes, em especial diante das responsabilidades atribuídas a cada um desses agentes, que em alguns momentos se sobrepõem e em outros acabam por criar vácuos jurídicos.

> "Destaco aqui o fato de o status de ente federativo ter sido concedido também aos municípios. O Brasil é uma das poucas federações no mundo a fazer isto. O Estado brasileiro, dessa forma, divide a responsabilidade das políticas públicas entre os três entes do governo, descrito no artigo 23 da nossa Carta Magna. Aí residem não somente possibilidades interessantes, mas também diversos entraves na implementação dessas políticas. Exemplo disso é a dificuldade de coordenação por conta de má distribuição de recursos, de superposição de competências, e de competição ou falta de diálogo entre os entes de governo". (H. H. de Oliveira, 2013)

indeterminadas (ou seja, indeterminabilidade dos sujeitos, não há individuação) ligadas por circunstâncias de fato, não existe um vínculo comum de natureza jurídica" (Zanetti Jr., 2014, p. 2–3)

[5] A expressão encontra sua origem nas discussões surgidas a partir da década de 1930, que buscavam encontrar novas formas de conhecer a História da formação brasileira, principalmente 'Casa-Grande e Senzala', de Gilberto Freyre. (Freyre, 1933). Embora seja construída a partir de algumas ideias presentes na obra, não pode ser atribuída diretamente ao autor. "Sem ter cunhado a expressão, e mesmo avesso a ela, já que evocava uma contradição em seus termos (as raças são grupos de descendência e, portanto fechados, ao contrário da democracia que ele pregava), mas grandemente responsável pela legitimação científica da afirmação da inexistência de preconceitos e discriminações raciais no Brasil, Freyre mantém-se relativamente longe da discussão enquanto a ideia de uma democracia racial permanece relativamente consensual, seja como tendência, seja como padrão ideal de relação entre as raças no Brasil" (A. S. Guimarães, 2001, p. 152–153)

Essa igualdade criada entre os diferentes níveis (municipal, estadual e federal) contribui não só para que se torne mais difícil a implementação de políticas públicas, mas também que elas atinjam resultados discrepantes em diferentes bases geográficas, uma vez que uma importante parte de sua atuação acaba ficando na mão dos municípios, e assim a mercê das mais de 5 mil prefeituras brasileiras e suas características específicas. Uma política do governo federal, neste cenário, pode ter diferentes graus de eficiência e eficácia nos diversos estados e municípios, a depender do apoio recebido de cada governo. Ainda que emanadas do poder central, em Brasília, o nível de engajamento nas iniciativas, por parte de estados e municípios, varia, e com ele varia a eficácia e o alcance das políticas. Isso se torna um desafio ainda maior se levarmos em conta que a educação no Brasil, normalmente fundamental para o sucesso de políticas públicas, tem a responsabilidade sobre seus diferentes estratos (Infantil, Fundamental, Médio e Superior) dividida entre os entes federativos. Lidar com essa miríade de interesse e com essa complexidade de jurisdições e responsabilidades é um desafio perene das iniciativas governamentais brasileiras.

Afinal, as políticas não são apenas implementadas, mas mantém-se em permanente movimento, sendo continuamente reinterpretadas e ressignificadas pelos sujeitos (Ball, 2009). Cabe, assim, a nós, enquanto sujeitos desse processo, compreendermos os termos que definem essas políticas, para que possamos auxiliar na construção de uma sociedade mais igualitária e diversa. E a partir desse referencial, concordamos com Thaís Carvalho,

> "que a transposição das normas para a execução das políticas nunca é direta, é sempre mediada por diversos atores sociais, por interesses múltiplos e muitas vezes divergentes, no caso das relações raciais fortemente marcadas por formas de compreensão socialmente determinadas e muitas vezes arraigadas. Portanto, o processo é sempre de incorporação parcial, eivado de contradições, muitas vezes com interpretações, traduções e ressignificação das normativas nas redes". (Carvalho, 2012, p. 21)

No Brasil, o Estado, por sua vez, amparado na Constituição de 1988, delega a Ministérios e Secretarias a função primária, nesse caso os Ministérios da Cultura, Educação e Direitos Humanos. A maneira do Estado atuar na forma como a sociedade se organiza faz da cultura um dos principais campos das políticas públicas[6]. Mais do que isso, desde 2003 o Brasil tem encarado a Cultura com uma definição mais abrangente, e que lhe dá um destaque maior na organização do Estado e da sociedade. Segundo o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, desde a ascensão do Partido dos Trabalhadores à presidência

> "É outra – e é nova – a visão que o Estado brasileiro tem, hoje, da cultura. Para nós, a cultura está investida de um papel estratégico, no sentido de construção de um país socialmente mais

[6] As políticas culturais são complexas e por vezes deixadas em segundo plano, não só no Brasil. Casos como o português, estudado por Judite Primo em 'A Museologia e as Políticas Culturais Européias: O Caso Português'. (Primo, 2007)

> justo e de nossa afirmação soberana no mundo. Porque não a vemos como algo meramente decorativo, ornamental. Mas como base da construção da preservação de nossa identidade, como espaço para a conquista plena da cidadania, e como instrumento para a superação da exclusão social". (Brasil. Ministério da Cultura, 2006)

Essa nova visão eleva o conceito de cultura a um dos direitos básicos de todo cidadão, e o amplia de modo a abarcar mais do que manifestações artísticas específicas. A cultura passa a ser, neste sentido, parte da construção de uma identidade da população brasileira, abarcando manifestações de diversas origens e abraçando a ideia de um país multicultural e diverso, ainda que muitas vezes desigual, ou, para ser mais exato, tal diversidade passa a ser reconhecida pelas instâncias estatais brasileiras.

> "Nessa linha, pode-se dizer que, sob Lula, o Estado brasileiro buscou assegurar os meios para o reconhecimento efetivo da cultura como direito. Em consonância com esse princípio de cidadania cultural, ofereceu ao pais a perspectiva da institucionalidade da cultura nos aparatos governamentais, com a criação de órgãos gestores, conselhos e conferências de cultura, a aprovação do Plano Nacional de Cultura, a tramitação de vários projetos de lei e, principalmente, o início da constituição do Sistema Nacional de Cultura". (Piva, 2013, p. 286)

Essa emersão de um novo conceito de cultura dentro do espectro de atuação dos governos vem se contrapor a uma trajetória da área que oscilava entre a ausência e a precariedade. Na maior parte de sua trajetória como nação, os governos do Brasil estiveram, na área da cultura, mais preocupados em censurar posições dissonantes do que em desenvolver qualquer concepção mais abrangente. A cultura era, assim, na visão dos governos, pouco mais do que um campo afeito ao controle social, normalmente travestido de defesa de uma moral mas tendo como real foco coibir as contestações ao regime. Sob esta perspectiva, aliada à pouca eficiência no trato com os recursos do Estado, muito pouco se avançou na área nos anos pré-redemocratização.

> "As ditaduras do Estado Novo e do regime militar são emblemáticas na perspectiva em que realizam, paradoxalmente, potentes intervenções em políticas culturais em contextos de repressão e violência, inclusive contra a comunidade cultural. Junte-se a isto a descontinuidade política-administrativa que caracteriza a gestão pública no país e em especial, atinge a área cultural. O panorama resultante da atuação dos governos não é nada alvissareiro para a cultura". (Rubim, 2011, p. 13)

O trajeto da área da cultura no Governo Federal é assim, marcado pela inconstância, em especial até o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso.

> "O ministério foi criado em 1985, desmantelado por Fernando Collor e transformado em secretaria em 1990, e recriado em 1993 por Itamar Franco. Tancredo Neves, antes de morrer, resolveu criar o ministério. Jose Sarney instalou o órgão, mas simultaneamente tomou medidas políticas, como a inauguração da lógica das leis de incentivo, que fragilizaram o ministério em seu processo de implantação. Fernando Collor, no primeiro e tumultuado experimento neoliberal no país, praticamente desmontou a área de cultura no plano federal. Acabou com o ministério, reduziu a cultura a uma secretaria e extinguiu inúmeros órgãos". (Rubim, 2011)

Rubim vai mais além, e conceitua as políticas culturais do Brasil ao longo de sua história como marcadas por três característica: ausências, instabilidades e autoritarismos. Apenas após a redemocratização e os conturbados anos dos governos de Fernando Collor e Itamar Franco é que a cultura começa a trilhar um caminho mais estabilizado, ainda sob a gestão de Francisco Weffort no Ministério da Cultura, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Após 2003, no entanto, o MinC ganhou espaço, atuando com ênfase em setores definidos, e servindo como articulador de grandes discussões, que englobam diversos atores sociais, tanto individuais como institucionais. Essa evolução da atuação do Ministério, e o caminho que ele aponta para outras estruturas como as secretarias estaduais e municipais, acaba por tornar-se, em si, uma grande contribuição à atuação do Estado. Para Glauber Piva

> "O saldo desse período e a afirmação prática de que a dimensão dos direitos culturais antecede a dimensão econômica da cultura e, ainda que não se contraponha nem se subordine a ela, tem primazia no alargamento da própria tenda democrática. As conquistas, portanto, não estão naquilo que o Estado pretensamente fez pela cultura, mas sim na relação dialógica, dinâmica e respeitosa que se estabeleceu". (Piva, 2013, p. 300)

Essa acepção do papel do Estado na Cultura solidificou-se na elaboração da Política Nacional de Cultura, que consolida as várias iniciativas, planos, programas, projetos e ações da área. Buscando dar uma organização às várias frentes em que atua, o Ministério organiza por áreas a sua atuação.

Fundações e Autarquias do MinC

Cinema	ANCINE	Agência Nacional do Cinema
Museu	Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
Patrimônio	IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Livro	FBN	Fundação Biblioteca Nacional
Pesquisa	FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
Artes	FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
Cultura Afro	FCP	Fundação Cultural Palmares
Políticas regionais		Representações Regionais

Tabela 1 - Fundações e autarquias do MinC (MinC, 2015)

Separadas como forma de organização institucional, essas fundações e autarquias estão, entretanto, articuladas, ainda que tenham autonomia. Estão, ainda, subordinadas ao MinC e fazem parte de uma política de cultura única, que busca articular as diferentes frentes, que traduzem as linhas gerais do ministério para as diferentes áreas. Dentro do tema que aqui nos interessa, duas linhas de atuação do MinC se destacam, o Ibram e a FCP. Linhas de frente nas políticas de valorização da diversidade e promoção da igualdade, ambas se articulam também com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - SEPPIR, principal local de aglutinação na formulação e execução destas políticas.

Em meados de 2016, entretanto, ocorre o que parece ser uma profunda mudança de rumo na política do Brasil para a área da cultura. Dilma Roussef, que ocupava o cargo de presidente desde janeiro de 2011 e que havia, em 2014, sido reeleita para cumprir um mandato até 2018, é deposta, e Michel Temer é guindado ao posto, apoiado pelas forças políticas derrotadas nas urnas. Um dos primeiros atos do novo governo é a extinção do Ministério da Cultura, rebaixando-o a uma secretaria subordinada ao Ministério da Educação. Tal ato recebeu imediata e forte oposição de vários indivíduos e entidades da área, deflagrando-se um processo de resistência que incluiu a ocupação de prédios públicos por todo o país. Dias depois o governo volta atrás, e decide pela recriação da pasta. Ainda que tenha sido uma vitória importante, o recuo não significou uma guinada nas políticas a serem implantadas. Mais do que uma mudança de rumo, para o próprio ministro da Educação "A decisão de recriar o Minc é um gesto do presidente Temer no sentido de serenar os ânimos". (G1 Brasil, 2016)

Embora o cenário futuro ainda não esteja claro, é possível divisar dificuldades, em especial se levarmos em conta que o novo governo se apoia em uma parcela retrógrada e conservadora do legislativo e da sociedade brasileira. Não nos parece haver dúvidas, entretanto, de que esse é um momento de ruptura, em que conquistas históricas dos movimentos sociais e da sociedade vêem-se ameaçadas e, mais do que isso, está em risco a opção do Brasil em enfrentar estas questões fundamentais partindo do viés da valorização da diversidade e do combate ativo a discriminações, que dominava o cenário brasileiro desde, ao menos, 2001. O quadro, entretanto, ainda se mantém nebuloso, e estudos mais aprofundados fazem-se necessários.

1.1 Políticas públicas e os museus no Brasil

Nos últimos anos o Brasil tem modificado a relação do Estado com a cultura e com as políticas públicas para o setor. O país tem seguido na direção da construção de um conceito alargado de cultura, que tire a temática das franjas da atuação governamental e permita o desenvolvimento e a efetivação de políticas de Estado no setor, com apoio institucional e um plano abrangente de atuação. Um dos principais pontos neste sentido é a tentativa de superação da exclusividade de uma 'alta cultura' e da superação do apoio exclusivo a obras e a manifestações artísticas consolidadas, em favor de um conceito que agregue a valorização da diversidade e o suporte ao patrimônio cultural.

Dentro deste cenário, os museus têm assumido grande importância. Tradicionalmente os governos no Brasil tem dedicado uma parte pequena de sua atenção às instituições

museológicas, as relegando a um papel subalterno. Neste novo cenário, entretanto, o setor assumiu uma posição de maior destaque. Com a emersão de uma museologia mais preocupada com as questões da sociedade muitos museus passam a redimensionar sua atuação e buscar um protagonismo, em especial nas questões de identidade e pertencimento.

> "Dentro deste novo panorama, os museus vêm ganhando renovada importância na vida cultural e social brasileira, como processos socioculturais colocados a serviço da democracia, da sociedade e como uma ferramenta de desenvolvimento social. Longe de ser apenas um lugar onde se guardam coisas velhas, os museus brasileiros, na sua diversidade, são agentes que inter-relacionam múltiplas políticas, estéticas, formas de fazer, de saber, de conhecer – reveladoras das várias facetas do inesgotável repertório da cultura brasileira". (IBRAM, 2010)

Ainda que essa guinada represente, também, um incentivo à construção e manutenção de museus e um aumento na visitação e no acesso de diferentes públicos a essas instituições, ainda há um caminho muito longo a ser percorrido. Os investimentos nessa área cresceram exponencialmente na primeira década do século XXI, com o valor no ano de 2011 equivalendo a mais de dez vezes o montante investido em 2001 (Ibram, 2012c). Esse incremento vem acompanhado de um grande aumento no número de visitantes, que era de 15 milhões no ano de 2003 e chega a 80 milhões em 2012 (IBRAM, 2012), ainda que 70% da população (Mendes, 2012) não frequente museus ou quaisquer instituição cultural. (Ariza & Secchi, 2013, p. 151) O atual cenário, entretanto, apresenta-se mais conturbado. Ainda que tenha recuado depois, a decisão de acabar com o Ministério da Cultura marca indelevelmente o governo de Michel Temer, mostrando que a área não conta com a prioridade que recebeu de governos anteriores. Embora ainda seja difícil de mensurar, parece haver uma dificuldade de novos investimentos e de manutenção especialmente a partir dos últimos dois anos, em especial nas instituições ligadas a um dos três níveis de governo.

O caminho, no entanto, é sempre marcado por percalços, e o ritmo de desenvolvimento apresentado na realidade acaba, por vezes, a representar uma frustação quando comparado ao que se tem como ideal. De todo o modo, o que se tem assistido parece ser a busca pela ascensão dos museus a instituições de importância dentro das discussões sobre cultura no Brasil. Esse processo passa pela qualificação das instituições e dos profissionais que ali desenvolvem suas atividades, mas também passa por um maior protagonismo no cenário nacional, uma maior preocupação por parte de governos e mantenedores com o papel a ser desenvolvido e uma ampliação e maior desenvolvimento do próprio campo de conhecimento. Ainda que esteja a ela ligado, esses movimentos não são resultados exclusivos da atuação estatal, mas sim sintomas de mudanças maiores, de uma reorganização do papel do museu no cenário cultural brasileiro.

> "Consideramos que as mudanças não devem ser apreendidas na trajetória que se inicia na criação de uma unidade institucional, o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e se esgota no gesto presidencial de sancionar a lei que cria o Ibram, o que significaria incorrer em uma armadilha evolucionista. O período e o processo enfatizam as forças sociais, alianças sociais, interesses e discursos que produzem um arranjo conjuntural. Importa, assinalar o percurso, enfrentamentos e mudanças que permitem a constituição do processo que, sendo social e institucional, não se reduz a marcos jurídicos e mudanças institucionais". (N. A. de Moraes, 2009, p. 54)

Para melhor compreender o caminho que os museus e a museologia traçaram no Brasil, um recurso à cronologia nos parece didático. Conforme a tabela a seguir, as iniciativas foram, tradicionalmente, isoladas, e não se pode delinear um projeto maior de política pública para a área.

Cronologia da Museologia no Brasil

Ano	Evento
1818	Criação do Museu Real por D. João VI (hoje Museu Nacional, pertencente à Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
1866	Surgem os primeiros museus de história natural, de caráter enciclopédico, a partir da fundação do Museu Paraense Emilio Goeldi
1894	Fundação do Museu Paulista, também nos moldes de uma instituição de caráter enciclopédico
1922	Criação do Museu Histórico Nacional (Gustavo Barroso), no contexto das comemorações do centenário da independência do Brasil. O papel pioneiro do Museu Histórico Nacional está na criação do primeiro órgão de preservação do patrimônio histórico – Inspetoria dos Monumentos Nacionais.
1932	Criação do primeiro curso de museologia (hoje Escola de Museologia – Unirio).
1937	Implantação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que passa a desenvolver uma política museológica, com a criação de museus monográficos nas duas décadas seguintes
1938	Museu da Inconfidência (Minas Gerais)
1938	Museu das Missões (Rio Grande do Sul)
1943	Museu Imperial de Petrópolis (Rio de Janeiro)
1946	Museu do Ouro (Minas Gerais)
1946	Criação do ICoM – International Council of Museums
1954	Museu do Diamante (Minas Gerais)
1956	1º Congresso Nacional de Museus (Ouro Preto-MG)
1958	Museu Regional de São João Del Rei (Minas Gerais)
1958	Seminário Regional da Unesco sobre a função educativa dos museus, no Museu de Arte Moderna (MAM), Rio de Janeiro
1963	Criação da Associação Brasileira de Museologia (ABM) e a luta pela regulamentação da profissão de museólogo.
1972	Mesa Redonda de Santiago do Chile
1974	Criação do segundo Curso de Graduação em Museologia, na UFBA
1983	Programa Nacional de Museus, ligado à Fundação Nacional Pró-Memória para a revitalização dos museus brasileiros.
1984	Regulamentação da profissão de museólogo (Lei 7.287/84)
1984	Carta de Quebec
1980-1990	Ampliação do conceito de patrimônio cultural, incluindo os bens de natureza imaterial. Apropriação dos movimentos sociais pelo direito à memória e à identidade. Movimento internacional Nova Museologia (MINOM)
2003	Política Nacional de Museus (gestão do ministro Gilberto Gil) e criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu/Iphan).
2004	Implantação do Sistema Brasileiro de Museus (Decreto 5.264/04, posteriormente revogado e substituído pelo Decreto 8.124/13).

2009	Criação do Estatuto dos Museus (Lei 11.904/09)
2009	Criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), como autarquia federal do Ministério da Cultura (MinC), responsável pela política museológica (Lei 11.906/09).
2010	Implantação do Plano Nacional de Cultura (Lei 12.343/10)
2010	Plano Nacional Setorial de Museus 2010-2020
2011	Criação do Programa Pontos de Memória
2014	1º Seminário Brasileiro de Museologia – SEBRAMUS
2014	Política Nacional de Cultura Viva
2015	Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade – UNESCO
2017	Institucionalização do Programa Ponto de Memória, Portaria nº 315, Ibram

Tabela 2: Cronologia da Museologia no Brasil. Desenvolvida pela autora a partir de (Oriá, 2012, p. 50)

Vale ressaltar, ainda, que iniciativas de igual importância, mas de foco mais local, ocorrem por todo o país, mas por sua natureza são de difícil quantificação. Referimo-nos aos esforços empreendidos por indivíduos e instituições, nos inúmeros Pontos de Cultura, Pontos de Memória, 'museus tradicionais', pequenos e grandes museus, museus comunitários, ecomuseus e outras iniciativas de memória que deram impulso ou foram impulsionadas pelas redes, como as redes temáticas de memória e museologia social, espalhadas pelo país, além da mais de uma dezena de cursos de graduação e pós-graduação em Museologia e outras ações do Ibram, dos Sistemas de Museus e de outras instituições de cultura.

A década de 1970 representou um momento crítico na construção de uma nova museologia, interpretação apontada por vários pesquisadores (Chagas, 1994; Chuva, 2009; Menezes, 1993; Moutinho, 2004, 2007; M. S. dos Santos, 2002; Varine-Bohan, 1995). As novas interpretações e maneiras de compreender a atuação e o papel a ser desempenhado pelas instituições museológicas, que vieram à tona naquele momento, representam um ponto fundamental no pensar museológico e na elaboração de políticas específicas para o setor. A mesa-redonda organizada pela Unesco em cooperação com o ICOM, em Santiago de Chile, em 1972, pode ser considerada um marco que estabelece as fronteiras entre a museologia das coleções e aquela que concebe o museu como instrumento de desenvolvimento social.

> "A partir da década de 1970, as novas práticas desenvolvidas nos museus priorizam o respeito à diversidade cultural, a integração dos museus às diversas realidades locais e a defesa do patrimônio cultural de minorias étnicas e povos carentes. Mais do que isso, os museus modificaram a relação cotidiana entre profissionais de museus, exposições e público. A tarefa educativa passou a ser compreendida a partir do diálogo com o público e de práticas interativas. Objetos, práticas e costumes passaram a estar subordinados a uma resposta mais ativa do público. As narrativas produzidas tornaram-se temas de debate que fazem parte da agenda política contemporânea". (M. S. dos Santos, 2002, p. 58)

Dessas discussões e a partir destas novas concepções surge o Movimento intitulado Nova Museologia, que se solidifica com os documentos construídos em Santiago e Quebec, além de experiências museológicas que estavam sendo desenvolvidas em lugares como México,

Suíça, Canadá, França e Portugal. Esse movimento acabou por causar grandes impactos tanto nas concepções teóricas como nas práticas desenvolvidas no país. O desafio que surgia era construir uma maneira de pensar e desenvolver um fazer museológico que abarcasse as dimensões populares e comunitárias, e levasse a uma nova concepção de patrimônio e de sua preservação e utilização, utilizando-se da museologia como agente de mediação.

> "O Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM), que se organizou na década de 1980 a partir dos flancos abertos no corpo da museologia clássica nos anos 1970 e um pouco por todo o mundo, viria também configurar um novo conjunto de forças capazes de dilatar, ao mesmo tempo, o campo museal e a paisagem patrimonial. Por essa época, no Brasil destacou-se em termos teóricos e práticos o trabalho de Waldisa Russio, inovador, ousado e inspirador de uma museologia popular, politicamente engajada e comprometida com os processos de transformação social". (IBRAM, 2010, p. 23)

Ainda que seja um marco mundial, os documentos elaborados na Mesa Redonda do Santiago de Chile tiveram um grande impacto especialmente na América Latina, e com destaque no Brasil. Esse discurso, no entanto, parece ter sido incorporado pelas instituições museológicas e seus profissionais de uma forma gradual e fragmentada, ainda que constante. Para Myrian Sepúlveda dos Santos,

> "No Brasil, o discurso desenvolvimentista foi incorporado, por exemplo, por dirigentes de museus históricos, que passaram a substituir antigos discursos enaltecedores de heróis e feitos históricos por aqueles mais próximos da nova historiografia. A crise dos anos de 1970 de certa forma foi superada. Quando observamos o crescimento dos museus ao longo do século XX, o aspecto a ser destacado é que a maior parte deles, isto é, 81,24% dos museus atualmente existentes, foi criada apenas nas últimas quatro décadas, sendo que o grande aumento do número de museus ocorreu nos anos de 1980, com uma queda desse crescimento na década seguinte". (M. S. dos Santos, 2002, p. 58)

Destacamos como marco para a consolidação de muitas ações hoje efetivas a Política Nacional de Museus, lançada em meio às comemorações do Dia Internacional de Museus, no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro em maio de 2003, que, como vimos acima, coroa um processo que buscava elevar a visão que se tinha dos museus e da museologia, amarrando anseios e ações efetivas.

Ainda que tenha sido capitaneado pelo Estado e tenha tomado forma em um cenário de desenvolvimento de políticas públicas, a participação da sociedade, com ênfase para instituições museológicas e indivíduos envolvidos na temática, foi fundamental na concepção e execução do plano. Não se tratou, deste modo, apenas de uma atividade estatal, mas do reconhecimento de anseios nacionais que há muito estavam sendo construídos. Essa premissa, da participação, deu base a metodologia usada para a formulação da política. Após este processo foi definido como objetivo geral do plano

> "Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento

> à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade sócio, étnico e cultural do país". (Ministério da Cultura, 2003)

Essa máxima também orientou a construção do plano, que se baseou em princípios definidos, buscando transpor o objetivo maior para as questões mais práticas, embora ainda complexas e abrangentes, que a área encontrava no país. Assim chegou-se aos seguintes princípios, que, junto ao objetivo, orientam o plano.

Princípios adotados na orientação da Política Nacional de Museus

1	Estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições e do acesso aos bens culturais.
2	Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local.
3	Desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro.
4	Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, com técnicos e gestores culturais, dos processos de registro e proteção legal e dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser musealizado.
5	Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural.
6	Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, a preservação e a sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização.
7	Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes, de acordo com as suas especificidades e diversidades

Tabela 3: Princípios adotados na orientação da Política Nacional de Museus (Ministério da Cultura, 2003)

O objetivo e os princípios norteadores, junto às discussões para a elaboração do plano, levaram à definição de sete eixos programático, que devem orientar a aplicação do plano. A saber: 1. Gestão e Configuração do Campo Museológico, 2. Democratização e Acesso aos Bens Culturais; 3. Formação e Capacitação de Recursos Humanos; 4. Informatização de Museus 5. Modernização de Infraestruturas Museológicas; 6. Financiamento e Fomento para Museus; 7. Aquisição e Gerenciamento de Acervos Culturais. (Ministério da Cultura, 2003)

Para Mario Moutinho, tanto o PNM quanto o Sistema Brasileiro de Museus se constituem em dois importantes marcos na área, capazes de dar uma direção unificada a movimentos antes dispersos. (Moutinho, 2004) Para o autor, entretanto, as iniciativas vêm dar substância a um esforço que já vinha se desenvolvendo há muito tempo, e que tinha suas bases nas discussões da museologia contemporânea. Mas Moutinho também alerta:

> "Não tenhamos ilusões!!!!! A museologia, tal como pensada nesses dois importantes documentos é grande demais para ser deixada apenas aos museus formais. Essa museologia faz parte da 'alfabetização para todos' do séc. XXI. Por isso a PNM no seu todo tem a qualidade de interpelar a sociedade brasileira e a comunidade internacional para a necessidade de enveredarmos por novos rumos. E esses rumos passam pelo direito de participação e de decisão aberto a todos. E esses rumos passam pela reorganização dos Grandes Museus certamente, mas também e, sobretudo, pelo reconhecimento dos pequenos museus, que nasceram e nascem das consciências dos cidadãos, da sua vontade de criar, de

> organizarem, de intervir no lugar onde vivem e onde trabalham. São museus que manifestam a relação do dia-a-dia de cada um, com a memória, com o esquecimento, com o património, com a vontade de assumir o direito de cidadania e de querer mudar o mundo". (Moutinho, 2004, p. 6)

Atualmente, passados mais de 10 anos, podemos fazer um balanço mais aprofundado da Política Nacional de Museus, apontando os avanços, marcos, limites e mesmo retrocessos. A partir dos eixos temáticos analisados separadamente podemos verificar que muito do que se pretendia em 2003 se efetivou, com destaque para as já citadas implementações do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram e do Sistema Brasileiro de Museus – SBM e a aprovação do Estatuto Brasileiro de Museus (Brasil, 2009b) que consolida uma legislação própria para a área.

Assim pode-se afirmar que a vontade governamental de regular e apoiar o setor não foi o único motor dessas transformações. Havia já há algum tempo uma ebulição científica e cultural, em especial na academia, que apontava para novos caminhos no fazer museológico. Foi esse apoio e pressão por parte de diferentes atores da sociedade que não só permitiu que se construísse uma legislação e um arcabouço institucional que a apoiasse, mas que exigiu que as diferentes esferas governamentais agissem nessa direção.

Ao analisar esta questão, o próprio Ibram reconhece que um dos principais desafios está em fazer chegar aos pequenos e médios museus – que não têm tantas condições quanto os grandes museus de executar iniciativas de forma autônoma – as políticas da instituição, de modo a dar capilaridade às iniciativas e realmente democratizar o acesso e a atuação do Instituto (IBRAM, 2010, p. 30). Por outro lado, também reconhece que foi trilhado um longo caminho, mas muitas das dificuldades permanecem, amplificadas pelo novo papel – mais próximo das questões protagonistas do debate público – que os museus e a museologia lograram alcançar.

Parece-nos evidente que tais problemas ainda estão longe, ao menos na maioria das instituições, de ser solucionados. Mesmo com a aprovação do Estatuto de Museus, lei 11.904/09, que estabelece várias normativas que podem apontar caminhos para a solução destes problemas, o caminho a percorrer é longo. O Plano Museológico, ferramenta prescrita pela lei e que pode auxiliar na solução de muitos das questões levantadas acima, pode ser tomado como exemplo, pois sabemos que poucos museus usufruem devidamente dessa ferramenta de gestão, seja porque ainda não o elaboraram ou porque no cotidiano não é aplicado, sendo relegado a mero documento burocrático.

Diante deste cenário, é mister perseverar em algumas políticas que se mostram acertadas, sob pena de retroceder e de ceder à inconstância e a falta de continuidade que marcaram as políticas culturais em épocas anteriores. Uma das mais importantes, se não a

principal, é o incentivo à participação de diferentes atores nas políticas públicas, o que pode ajudar a que tais políticas surjam a partir dos interesses e necessidades da comunidade museológica, e que tenham nela seus principais referenciais. É essa participação que qualifica e dá relevância aos debates, pois permite que políticas sejam construídas a partir de diferentes lugares e agreguem saberes que de outra forma não seriam aproveitados. É também essa participação que pode ajudar a evitar que as políticas para o setor sejam construídas a partir única e exclusivamente das vontades governamentais, e assim criar condições para que, de alguma forma, tais políticas sejam ações de Estado, menos suscetíveis às flutuações do governo de turno.

> "Entretanto, quando nos perguntamos quem são aqueles que constroem as narrativas que encontramos na grande maioria dos museus brasileiros, descobrimos que mais de 80% destas instituições são públicas e financiadas, em grande parte, pelo governo. Segundo García Canclini, na América Latina, os museus fazem parte das últimas instituições culturais a serem amplamente financiadas pelos governos nacionais, uma vez que as demais atividades artísticas já sobrevivem do mercado. No caso do Brasil, seu diagnóstico é correto, pois os museus não só dependem, em grande parte, de financiamentos públicos, como ainda cumprem a função de divulgar, para o grande público, narrativas, muitas vezes históricas, que fazem parte do grande imaginário que constitui a identidade da nação". (M. S. dos Santos, 2004)

Um dado que pode dar ideia da expansão do campo da museologia no Brasil é o do incremento no repasse de verbas do governo federal para as instituições museológicas. Conforme pode-se perceber abaixo, o incremento foi significativo, e, ainda que seja relativo apenas ao sistema operado pelo MinC, representa uma nova ordem de magnitude no apoio e importância dada à área.

Investimento no Campo Museal (MinC)

Ano	Valor (R$)	Variação
2001	R$20.043.913	-
2002	R$24.483.432	22,15%
2003	R$44.680.988	82,49%
2004	R$43.817.004	-1,93%
2005	R$90.828.152	107,29%
2006	R$114.864.517	26,46%
2007	R$119.837.256	4,33%
2008	R$119.067.562	-0,64%
2009	R$119.214.072	0,12%
2010	R$171.506.579	43,86%
2011	R$216.027.779	25,96%
2012	R$263.490.379	21,97%
2013	R$237.629.390	-9,81%
2014	R$316.824.090	33,33%
2015	R$307.412.866	-2,97%
Total	**R$1.084.371.254**	1.473,70%

Tabela 4: Investimento no campo museal 2001-2015 (Ibram, 2016g)

Mas não só o financiamento pode nos exemplificar o incremento ocorrido na área nos últimos anos. A museologia tem se desenvolvido como prática, mas também como campo teórico. Não só a disponibilidade de informações e publicações tem sido crescente como houve uma importante expansão no número de cursos superiores, em especial na graduação. Ainda assim a pós-graduação conta com um curso de doutorado, oferecido pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio, e seis de mestrado (Unirio, UFPI, UFBA, UFOP, UFRGS e USP). Há, ainda, os cursos de especialização Latu sensu e de tecnólogo que vêm surgindo em várias universidades, em sua maioria em universidades particulares. Na tabela abaixo pode-se perceber não só o aumento que tais cursos de graduação têm experimentado, com apenas dois deles tendo sido instalados antes de 2004, mas também o papel das instituições federais nesta expansão, de forma que hoje tais universidades concentram quase 70% das vagas oferecidas.

Cursos de Graduação em Museologia

Estado	Instituição	Criação	Vagas
RJ	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio	1931	100
BA	Universidade Federal da Bahia – UFBA	1970	40
SC	Centro Universitário Barriga Verde – Unibave	2004	50
BA	Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB	2006	50
RS	Universidade Federal de Pelotas – UFPEL	2006	30
SE	Universidade Federal do Sergipe – UFS	2007	50
MG	Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP	2008	40
RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	2008	30
DF	Universidade de Brasília – UnB	2009	64
PA	Universidade Federal do Pará – UFPA	2009	30
PE	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE	2009	30
GO	Universidade Federal de Goiás – UFG	2010	50
MG	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	2010	50
SC	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	2010	25
SP	Faeca Dom Bosco	2012	120
SP	Universidade Brasil	2014	50
SP	Pontifícia Universidade Católica – PUC/Campinas	2017	60
	Total		**869**

Tabela 5: Cursos de Graduação em Museologia[7]

Embora tenha havido o crescimento, ainda preocupa a concentração destes cursos em grandes centros ou em locais onde a museologia já se encontra tradicionalmente estabelecida. Nos parece que há a necessidade de uma interiorização da museologia como campo de estudos, como forma de diminuir a distância entre o saber acadêmico do campo e uma miríade de iniciativas museológicas que se espraiam por todo o país.

[7] Os cursos de graduação das Universidades Faeca Dom Bosco/SP e Unibave/SC não se encontram ativos para novos ingressos, enquanto a PUC/Campinas e da Universidade Brasil tem sua primeira turma prevista para o primeiro semestre de 2018.

Questões como essas, nos últimos anos, vêm sendo debatidas pelo campo museológico, acadêmicos, profissionais de museu, professores e instituições, e de forma mais efetiva pela Rede de Professores e Pesquisadores do Campo da Museologia, o que culminou em 2014 na organização do I Seminário Brasileiro de Museologia – SEBRAMUS, hoje na terceira edição. O evento foi criado "com o desafio de ser um espaço de construção solidária e dialógica da Museologia no cenário nacional. Tem como objetivo se afirmar como lócus privilegiado de discussões acadêmicas, contribuindo para a divulgação qualificada da produção científica dos professores e pesquisadores da área". (SEBRAMUS, 2015)

Neste contexto três iniciativas do Ibram se destacam no sentido de oportunizar a participação de diferentes públicos e auxiliar na construção de laços entre as diferentes pessoas e instituições envolvidas: O Fórum Nacional de Museus, a Semana Nacional de Museus e a Primavera de Museus. Pensado como instância aglutinadora nacional, sendo utilizada para dar abrangência à formulação e a avaliação de políticas museológicas, o Fórum Nacional de Museus

> "é um evento bienal, de abrangência nacional, com o objetivo de refletir, avaliar e delinear diretrizes para a Política Nacional de Museus (PNM) e consolidar as bases para a implantação de um modelo de gestão integrada dos museus brasileiros, representado pelo Sistema Brasileiro de Museus (SBM)" (Ibram, 2015c)

Edições do Fórum Nacional de Museus

Edição	Ano	Tema	Público	Cidade
1°	2004	A Imaginação Museal: Os Caminhos da Democracia	450	Salvador (BA)
2°	2006	O Futuro se constrói hoje	1.100	Ouro Preto (MG)
3°	2008	Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento	1.500	Florianópolis (SC)
4°	2010	Direito à Memória, Direito a Museus	1.922	Brasília (DF)
5°	2012	40 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile: entre o idealismo e a contemporaneidade	1.000	Petrópolis (RJ)
6°	2014	Museus Criativos	700	Belém (PA)
7°	2017	Recomendação UNESCO: Caminhos para museus e coleções	918	Porto Alegre (RS)

Tabela 6: Edições do Fórum Nacional de Museus (Ibram, 2017c)

Na quarta edição deste fórum, realizada em Brasília, tomou corpo a interpretação de que as modalidades de representação e participação disponíveis não encontravam mais a legitimidade e representatividade desejadas. As críticas se dirigiam ao perfil eminentemente acadêmico que o Fórum havia tomado, de forma que uma série de pequenas instituições, em especial as de regiões mais distantes dos grandes centros de estudos e as que não contavam com um corpo técnico tão habilitado, acabavam alijadas de muitas das discussões. Essas demandas representavam, na verdade, um esforço no sentido de uma volta às bases, com um reforço no aspecto político do fórum, e representam um dos grandes desafios que o Ibram e as instituições

museológicas brasileiras, e os profissionais a ela ligados, enfrentam. (IBRAM, 2010) Nas edições seguintes, nos parece, não houve aumento na participação, mas as discussões continuaram a estar voltadas para a inclusão de novos atores e assuntos, como espaço aberto a grupos de trabalho específico para diferentes temáticas, como as teias dos Pontos de Memória, Museus Universitários e o Plano Nacional de Educação Museal – PNEM, aprovado no fórum de 2017.

Já a Semana de Museus e a Primavera dos Museus, por outro lado, buscam concatenar os esforços de instituições de todo o Brasil em torno de um mesmo tema. Esse esforço permite uma maior proximidade entre as variadas instituições, e também auxilia o Ibram no esforço de dar fôlego a determinadas pautas, em consonância, no mais das vezes, com as políticas mais amplas do governo federal. Estas iniciativas permitem, também, uma otimização de recursos e a possibilidade de divulgação conjunta de variadas iniciativas museológicas, o que acaba por as tornar as grandes referências nacionais na definição de temas e agendas dos museus em todo o país. Esse esforço tem encontrado crescente aceitação, que pode ser percebida pelo crescimento que ambas iniciativas têm experimentado. A título de exemplo, a primeira Semana de Museus, realizada em 2003 contou com 270 eventos desenvolvidos em 57 instituições, enquanto que, 14 anos depois, a 15ª edição já contava com mais de 3.000 eventos distribuídos por mais de mil museus de todo o país. (Ibram, 2017b)

Edições da Semana Nacional de Museus

Edição	Ano	Tema	Instituições	Eventos
1ª	2003	Museus e Amigo	57	270
2ª	2004	Museus e Patrimônio Imaterial	161	350
3ª	2005	Museus: Pontes Entre Culturas	284	800
4ª	2006	Museus e Público Jovem	429	1.220
5ª	2007	Museus e Patrimônio Universal – Somos todos Universais	464	1.426
6ª	2008	Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento	447	1.420
7ª	2009	Museus e Turismo	614	2.019
8ª	2010	Museus para a Harmonia Social.	588	1.763
9ª	2011	Museu e Memória	994	3.050
10ª	2012	Museus num mundo em transformação	1.114	3.420
11ª	2013	(Memória + criatividade) = Mudança social	1.252	3.910
12ª	2014	Museus: as coleções criam conexões.	1.337	4.268
13ª	2015	Museu para uma sociedade sustentável	1.378	4.570
14ª	2016	Museus e paisagens culturais	1.236	3.697
15ª	2017	Museus e histórias controversas: Dizer o indizível em museus	1.070	3.079

Tabela 7: Edições da Semana Nacional de Museus (Ibram, 2017b)

Em 2013, em parceria com a SEPPIR, a 7ª Primavera de Museus, que ocorreu entre os dias 23 e 29 de setembro, teve como tema “Museus, Memória e Cultura Afro-brasileira”. Para

muitas instituições foi o primeiro momento de contato com a temática, e representou um importante avanços para a discussão das relações étnico-raciais dentro dos museus brasileiros.

Edições da Primavera dos Museus

Edição	Ano	Tema	Instituições	Eventos
1ª	2007	Meio Ambiente: Museu, Memória e Vida	300	874
2ª	2008	Museus e o diálogo intercultural	234	580
3ª	2009	Museus e Direitos Humanos	324	790
4ª	2010	Museus e Redes Sociais	276	764
5ª	2011	Mulheres, Museu e Memória	574	1.779
6ª	2012	A Função Social dos Museus	803	2.405
7ª	2013	Museus Memória e Cultura Afro- Brasileira	884	2.664
8ª	2014	Museus Criativos	761	2.436
9ª	2015	Museus e Memórias Indígenas	809	2.413
10ª	2016	Museus, Memórias e Economia da Cultura	753	2.080

Tabela 8: Edições da Primavera dos Museus (Ibram, 2016e)

Observar tais mudanças no campo da museologia, no entanto, não significa dizer que todas as instituições museais compartilham destas mesmas ideias. Sendo estas instituições formadas por pessoas, cada uma responde de acordo com seus interesses, refletindo as variadas visões que esses atores mantêm. Para Moutinho,

> "hoje encontramos museus que se autoexcluíram dos processos de participação e na verdade vegetam lamentavelmente sem que neles se vislumbre o exercício de qualquer utilidade para com o resto da sociedade. São museus alheios ao desenvolvimento, sorvedouros de recursos financeiros, fechados sobre as suas coleções que na maior parte dos casos se deterioram ao ritmo dos anos. Por isso, esses museus, reduzem geralmente a sua atividade à manutenção de uma exposição permanente sem ideias, sem rumo, de puro "exibicionismo" como diria Hugues de Varine e que por isso mesmo, envelhecem ainda mais rapidamente". (Moutinho, 2011a, p. 1)

Temos, deste modo, instituições que não se alinham com essas novas interpretações, incluindo museus com preocupações que não vão além de sua própria existência, que só buscam justificar a atuação das instâncias estatais que os mantêm ou que estão a serviço de comemorações ou visitas importantes, e que serão abandonados tão logo passe sua utilidade. Existem, por outro lado, instituições onde a qualidade do trabalho é garantida pela atuação de seus colaboradores, à revelia ou mesmo contra a atuação de sua direção ou da instituição que a mantém. Nesses museus, a qualificação de sua atuação ocorre a partir de um trabalho que vai além do expediente e das direções a qual se vinculam. São os "museus clandestinos" das palavras de Moutinho. (Moutinho, 2011a, p. 2)

E existem os museus onde condições mais próximas às ideais se encontram, onde as direções ou entidades que os controlam buscam e oferecem alternativas de trabalho que dão sentido à atuação do museu, e onde colaboradores comprometidos com estas diretivas têm a possibilidade de executar suas funções e buscar aprofundar e partilhar de forma mais completa as decisões da instituição. Para Moutinho

> "Deixou de existir um modelo único de Museu igual à ideia de coleção, de edifício e de público, para se assumir o museu com um lugar central dos conceitos de património(s), território e população. Desenvolveram-se novos modelos de gestão não hierarquizados e assumiu-se o alargamento da noção de património, e a consequente redefinição de "objeto museológico". Este processo de abandono de uma ideia única de Museu é determinado pela ambiguidade desta situação, que arrasta conflitos, difíceis em muitos casos de resolver". (Moutinho, 2011a, p. 3)

Ainda que as teorias museológicas desde há muito preconizem que o museu deve servir à sociedade e seu desenvolvimento, tradicionalmente esta é uma postura pouco efetivamente aplicada, ficando mais como discurso do que como modo real de agir. Ainda assim podemos perceber que cada vez mais encontramos instituições que definem suas atividades a partir da busca de um desenvolvimento da sociedade, valorização da diversidade e preservação do patrimônio e da memória, e não apenas em uma perspectiva colecionista.

Para além de novos caminhos teóricos e institucionais, tais mudanças no fazer museológico exigem mudanças em todos os níveis da atividade. Uma preocupação maior com as pessoas e com as dinâmicas da sociedade pressupõe uma sensibilidade maior para determinadas questões.

1.2 Políticas públicas e populações de origem africana

Assim como ocorre com relação às políticas sobre os museus, o Estado brasileiro também despertou, nos últimos anos, de uma secular invisibilização das questões das relações étnico-raciais e de combate ao racismo. Uma série de leis, normas, decretos, instituições e incentivos foram construídas, através da implantação de políticas de ação afirmativa e incentivo ao estudo e discussão do tema.

Essa ofensiva do Estado brasileiro, ainda que longe da conclusão, contrasta com a profunda letargia com que a questão era encarada no século passado. Uma nova relação de governos com a temática foi construída, e hoje poucos aceitam a narrativa antes hegemônica que sustentava a negativa de atuar na questão. Um ponto que representa uma virada nessa relação é a Conferência de Durban, realizada na África do Sul em 2001. Oficialmente nomeada de "Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância", o encontro reuniu representantes dos mais diversos países e, mesmo tendo sido marcada por tensas negociações e pela ameaça de um fracasso em alcançar um resultado que significasse a construção de medidas concretas de enfrentamento do racismo, acabou por representar o compromisso possível das diversas nações com o enfrentamento da questão.

> "Já é consenso entre muitos pesquisadores das relações raciais que a Conferência de Durban é o fator político mais significativo para o início da construção das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil. Não há como discordar dessa assertiva. O referido evento se consolida como forte instrumento político institucional de cunho internacional para pressionar os Estados na construção de políticas antirracistas." (Ferreira, 2013, p. 364)

Para o Brasil, a conferência representou um compromisso de Estado com a construção de medidas concretas e efetivas no combate à discriminação e ao racismo, que só foi sendo aprofundado nos anos seguintes. A Lei 10.639/03, que obriga a inclusão da temática da História e Cultura Africana e Afro-brasileira na educação brasileira também representou um grande avanço, uma vez que permite um maior desenvolvimento das discussões sobre o tema nas instituições de ensino, ao mesmo tempo que garante condições para o desenvolvimento de programas e projetos que busquem qualificar professores e outros educadores. A lei também traz para dentro das escolas a discussão de temas que antes eram invisibilizados, dificultando que o sistema educacional brasileiro continuasse ignorando ou mantendo à margem essas questões. No novo cenário que emerge na cultura brasileira, outrossim, tal lei tem posta à prova sua eficácia, tendo em vista o esforço em revogá-la ou em dificultar sua aplicação efetiva. Neste momento a existência de um arcabouço legal, entretanto, se torna ainda mais importante como ferramenta de apoio as disputas realizadas nas escolas, museus e demais espaços educacionais do país.

Como resultado deste renovado compromisso de enfrentar o tema, foram construídas estruturas nos governos para tratar das ações de promoção da igualdade racial. A principal delas, por seu alcance nacional, foi a criação da SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República), instituída pela Medida Provisória 111/2003, posteriormente convertida na Lei 10.678/03, que tem entre suas funções a "formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial" (Brasil. SEPPIR, 2015). Surgida de demandas do próprio movimento negro, ali são, ou deveriam ser, centralizadas as ações do governo federal de promoção da igualdade racial. A secretaria também tem sido posta a prova, tendo perdido seu status de ministério e sido transformada em uma secretaria subordinada ao Ministério da Justiça.

O Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas/IPEA, vem acompanhando, desde a década de 1970, os indicativos sobre as condições de vida no Brasil, construindo um amplo e bem fundamentado arcabouço de pesquisas e publicações sobre a temática das populações de origem africana e temas correlatos. Em 2014, em articulação com a SEPPIR, foram publicados dados atualizados sobre a situação social da população negra no Brasil, detalhados por estados da federação. O estudo apresenta indicadores construídos a partir da Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios (PNAD), entre os anos de 2001 e 2013, com os seguintes eixos: i) características das famílias; ii) escolaridade; iii) trabalho e renda; e iv) seguridade social, tendo sido atualizado em anos seguintes. (IPEA, 2014, p.10)

Renda familiar domiciliar per capita média por Cor/Raça (R$

Cor/Raça	1995	1998	2001	2004	2007	2011	2014	2015
Total	761,1	780,4	747,3	721,7	860,6	985,6	1.132,7	1.052,0
Branca	1.030,8	1.061,1	1.017,5	975,4	1.168,6	1.294,0	1.505,1	1.402,2
Negra	433,3	444,7	436,2	453,4	560,5	700,4	820,6	762,2

Tabela 9: Renda familiar domiciliar per capita média por Cor/Raça (IPEA, 2016)

O que fica claro, nesses números, é que não é apenas dentro das categorias étnico-raciais que se encontram forte diferenças de condições. Também na clivagem de gênero e entre populações urbanas e rurais há uma forte diferenciação, de modo que a renda média de uma mulher negra rural não chega a 30% da média para um homem branco urbano.

Esses dados mostram um cenário de diminuição das desigualdades, além de uma melhora na condição geral de todos os estratos da sociedade. Ainda assim, fica claro que a distância, em todos os níveis pesquisados, entre brancos e negros se mantém alta, de modo que, mesmo se mostrando efetivas, as medidas que buscam a superação de desigualdades mantêm-se necessárias.

> "A análise da situação nacional mostra que a melhoria dos indicadores, em muitos casos, ocorreu de modo mais pronunciado no segmento negro da população. Entre estes, vale notar que para além da significativa redução do percentual dos que vivem em situação de pobreza, também se destaca o expressivo aumento dos que se situam nas faixas médias de renda e nos níveis mais altos de escolaridade. Apesar do evidente avanço nas condições de inserção econômica e social, ainda persistem os diferenciais que colocam os negros em desvantagem, comparativamente aos brancos, em todos os indicadores analisados". (IPEA, 2014, p. 12)

Neste sentido, a superação de uma situação de desigualdades baseada em pretensas diferenças raciais – situação essa secularmente reiterada e tradicionalmente negada ou invisibilizada no país – necessita da atuação forte e permanente do Estado, principalmente se levarmos em conta o enorme passivo que o Brasil vem acumulando ao longo de sua trajetória.

> "Às diferenças do ponto de partida de cada grupo racial, soma-se a resiliência do racismo que, como elemento estruturante das relações sociais no Brasil, opera no sentido de amortecer o dinamismo do processo de inclusão social. No que se refere às políticas públicas, tal constatação impõe o robustecimento da agenda de promoção da igualdade [...]. A incorporação da perspectiva racial nas políticas gerais e setoriais é requisito fundamental para que se potencializem os resultados das ações afirmativas. Além disso, com a participação das organizações do movimento social, o enfrentamento ao racismo é centrado no esforço de mudança de mentalidades, de superação de comportamentos e de atitudes, pessoais e institucionais, que selecionam ou excluem os indivíduos com base no pertencimento racial". (IPEA, 2014, p. 12)

Não há como negar, assim, que as bases do fosso apresentado nos dados acima vêm da maneira que o país tem tratado questões de pertencimento, identidade e diversidade, em

especial as étnico-raciais. Como podemos perceber, quando restringimos nosso estudo ao recorte racial, os dados apontam que as condições de desigualdades se potencializam. Concordamos com Renato Ferreira que o racismo está na raiz deste processo.

> "O racismo se desenvolveu como uma espécie de pilar ideológico na formação e estruturação da sociedade brasileira. A discriminação racial mediou por centenas de anos e por diversas gerações as relações sociais estabelecidas em nossa sociedade, hierarquizando-a injustamente com base na subjugação da população negra. O fim da escravidão, contudo, não foi sucedido por políticas públicas antirracistas que teriam contribuído para romper com os séculos de atraso que nos prenderam e nos prendem até hoje aos grilhões de uma pré-modernidade legada pela injustiça de nossos colonizadores". (Ferreira, 2013, p. 362)

Diante da importância que assume, o tema das relações raciais no Brasil tem sido objeto frequente de reflexão para estudiosos, ativistas, pesquisadores e o próprio Estado, principalmente os que tem como tema o período posterior à Abolição da Escravatura e à Proclamação da República. Muitos destes estudos buscam compreender de maneira mais abrangente a nova realidade social que estava tentando se estabelecer naquele momento, organizando e classificando o modelo ideal de civilização que a nação brasileira deveria perseguir.

Várias teorias e hipóteses foram amplamente difundidas, e o impasse de como encarar uma sociedade multicultural e multiétnica nos moldes sociais já estabelecidos do 'antigo regime', que assumia novas roupagens na incipiente República, e que tem reflexos ainda hoje na nossa sociedade, aparecia como foco. No início do século XX teorias raciais assumem o centro das discussões, e nesse cenário tomam corpo propostas ancoradas nas teorias de branqueamento da população, bem aceitas e muitas vezes consideradas a solução definitiva para o projeto de nação do Brasil.

Essas propostas, no entanto, longe de se constituírem como alternativas viáveis ou desejáveis, eram embasadas na cor e nos preconceitos nos vários níveis, engessando e calcando na discriminação e na soma de privilégios para uma parte da população o pensar sobre as relações raciais no Brasil. Esse pensamento hegemônico contribuiu para naturalizar ações e comportamentos discriminatórios e preconceituosos como históricos e culturais, resultando, por exemplo, em acepções como a de uma suposta democracia racial.

Assim, na década de 1950 questões como as relações raciais no Brasil ainda continuavam latentes, e as teorias e estudos ganhavam outro foco. Mesmo depois de mais de 50 anos de república o país ainda não se consolidara como democrático, no sentido que as desigualdades e estratégias de dominação por parte de parcelas da população continuavam operantes.

Entre 1952 e 1955 a UNESCO planejou dois grandes projetos de pesquisa para conferir o padrão de relacionamento entre negros e brancos no Brasil. Um na cidade de Salvador, sob a coordenação de Thales de Azevedo, antropólogo baiano da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, e outro em São Paulo sob a responsabilidade de Florestan Fernandes e Roger Bastide, estudos que orientaram por muito tempo as discussões sobre a temática no Brasil[8]. (G. Santos, 2009, p. 60)

Em seu trabalho, Thales de Azevedo, conclui que

> "a sociedade baiana é uma sociedade multi-racial de classes e não de castas; e que existem, relativamente falando, relações pacíficas entre os indivíduos descendentes de vários estoques raciais; e que não existem barreiras intransponíveis que impeçam a ascensão social de indivíduos por causa de sua cor; e, finalmente, de que as facilidades para a ascensão das pessoas de cor de uma mesma classe para outra mais elevada estão aumentando." (Azevedo, 1955, p. 9)

Para o autor, assim, a questão racial não era impeditiva, mas apenas reflexo da situação social diferenciada, em especial econômica. Esse tipo de hipótese deu origens a interpretações mais brandas sobre a influência das questões raciais nas condições das populações.

> "o tipo racial de um indivíduo, ou melhor, a sua aparência física, constitui apenas um dos critérios na avaliação das qualidade e merecimento do homem de cor pelo seu conterrâneo. A profissão, o padrão de vida, a educação, a família e a participação na sociedade constituem, com o tipo racial, os fatores que determinam a classificação na hierarquia social baiana. Apesar das desvantagens do seu tipo racial, é perfeitamente possível ao homem de cor subir de posição social se modificar a sua situação econômica, sua educação, sua profissão". (Azevedo, 1955, p. 10)

Esse tipo de abordagem negacionista, ainda em voga em muitas situações, de certo modo coloca nas populações de origem africana a responsabilidade pelas agruras surgidas dos embates das relações raciais. A melhora de suas condições de vida passa a ser um objetivo alcançável pelo esforço do indivíduo, com as questões de discriminação e racismo não sendo impeditivas para este desenvolvimento.

Contrapondo-se a essa interpretação, Florestan Fernandes coloca as relações raciais no centro de seus estudos. A superação de questões de discriminação e preconceito passa a ser necessária para que essas populações possam melhorar suas condições de vida. Para o autor, no entanto, apenas a superação das contradições econômicas e das questões de classe possibilitariam a superação das questões raciais.

É nesse contexto que Florestan Fernandes traz uma reflexão de cunho sociológico para essas questões, ao afirmar que, "a classificação no núcleo da ordem social competitiva constitui

[8] Oracy Nogueira, que também fez parte grupo de pesquisadores paulistas e do projeto da UNESCO, realizou um estudo comparativista entre as relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos e criou o conceito de preconceito de marca para compreender a dinâmica do racismo brasileiro, em contraste com o preconceito de origem que caracterizava o racismo norte americano. (O. Nogueira, 1991)

um requisito estrutural e dinâmico para qualquer alteração dos padrões vigentes de relações raciais. (Bastide & Fernandes, 1971, p. 336)

Para o autor essa dinamização só poderia se dar através da equiparação econômica, social e política dos sujeitos. E nesse caso

> "o paralelismo entre 'cor' e 'condição social dependente', só pode ser rompido a partir do momento em que o negro e o mulato alcancem condições de equiparação econômica, social e política diante do branco. No entanto, ressalta que essas condições não são, em si mesmas, suficientes para modificar o status quo racial imperante. Os brancos ignoram, neutralizam ou solapam, consciente e inconscientemente os efeitos sociais da classificação do 'negro' nos níveis sociais a que pertencem". (Bastide & Fernandes, 1971, p. 336)

As transformações ocorridas após a Abolição, em fins do século XIX e início do século XX, foram fundantes da situação racial brasileira. A rápida transformação urbana e a vinda de imigrantes europeus foram fundamentais em forçar uma exclusão das populações de origem africana dos ideais de futuro do Brasil.

Condizente com a escola marxista a que se filia Fernandes, o autor enxerga em questões de 'superestrutura' a impossibilidade de ascensão social das populações de origem africana, e liga a solução das questões raciais ao desenvolvimento da situação econômica. No entanto, a 'cor' continua a operar como marca racial e como símbolo de posição social indicando simultaneamente 'raça dependente' e 'condição social inferior'. (Bastide & Fernandes, 1971, p. 337)

Há assim, entre Thales de Azevedo e Florestan Fernandes, a distância da aceitação do impacto da discriminação e do racismo na organização social brasileira. Com o desenvolvimento das ciências sociais, a grande maioria dos estudos sobre a temática desenvolveu-se a partir de interpretações mais próximas a Fernandes, reconhecendo questões culturais como centrais nas relações raciais. Mais recentemente Lilia Schwarcz, em outra abordagem sobre o tema, afirma que "assim como não é possível negar o racismo, que no Brasil se afirma por uma hierarquia muito internalizada e não exclusivamente pela divisão de classes sociais, também não se pode abrir mão de falar das singularidades dessa sociedade misturada. (Schwarcz & Queiroz, 1996, p. 179) Para a autora,

> "trata-se, portanto, de um racismo mestiço. Limitar a questão a um problema exclusivamente econômico pouco resolve, assim como jogar o tema exclusivamente no reino da cultura. [...] E se este é o país da discriminação racial, da afirmação de hierarquias internalizadas, é também um local diferente no que se refere ao padrão de comportamento e de relações raciais. (Schwarcz & Queiroz, 1996, p. 179)

Da negação, ao menos parcial, das relações raciais como impedimento à ascensão social das populações de origem africana ao exercício ativo, por parte do Estado, de políticas públicas de valorização da diversidade, temos uma série de interpretações e pontos de vista. O

caminho até o reconhecimento, por parte do Estado, de seu papel e de suas responsabilidades não foi curto. Esse novo reconhecimento sobre a necessidade de políticas públicas dentro da temática racial vai sendo construído a partir da redemocratização, à medida que o país vai retomando as lides democráticas e percebendo que essa democracia vai muito além do direito formal ao voto.

Nesse sentido um marco foi a Constituição promulgada em 1988, que consigna a criminalização do racismo, tema que é posteriormente aprofundado na Lei 7.716/89, que define os crimes de preconceito de raça e cor. A nova constituição também reconhece as bases para o enfrentamento das questões quilombolas, tendo sido criada, logo depois, a Fundação Cultural Palmares, ligada ao MinC e uma das ferramentas do ministério na relação com a temática[9].

Em 1995 teve lugar a "Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida", uma das primeiras grandes manifestações populares de combate ao racismo, buscando repensar a relação do país com o racismo, simbolizado na troca das comemorações do 13 de maio, dia da Abolição da Escravatura, para o 20 de novembro, estabelecido como o Dia Nacional da Consciência Negra,

> "este evento teve a formalização de uma proposta com a entrega do 'Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial' ao então presidente Fernando Henrique Cardoso. O documento apresentava um diagnóstico da desigualdade racial e da prática do racismo, com ênfase nos temas de educação, saúde e trabalho. Quanto às reivindicações, elas estavam divididas em tópicos que, além dos três mencionados, incluía religião, terra, violência, informação e cultura e comunicação". (Lima, 2010, p. 79)

A Marcha de 1995 representou uma aproximação dos movimentos negros com as esferas estatais, processo que ia se mostrar imprescindível nas movimentações posteriores. Também acabou sendo um momento em que se superou a busca de uma igualdade formal, materializada na Constituição de 1988, em favor de uma igualdade real, que abarcasse a luta por reais condições de igualdade entre todos os brasileiros. No ano seguinte, em 1996, foi lançado o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH I, um dos primeiros documentos

[9] No dia 22 de agosto de 1988, o Governo Federal fundou a primeira instituição pública voltada para promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira: a Fundação Cultural Palmares, entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC). A FCP, no entanto, nos últimos anos, tem centrado seus esforços no patrimônio, através da certificação de comunidades de remanescentes de quilombos, já tendo emitido mais de 2.500 certificações. O documento reconhece os direitos das comunidades quilombolas e dá acesso aos programas sociais do Governo Federal, mas não garante a titulação das terras, responsabilidade de outro órgão, o INCRA. Alvo de inúmeros interesses, polêmicas e morosidade, esses processos têm se alongado por anos, nem sempre terminando com resultados positivos, mesmo em áreas que tem base legal e documental. A identificação dos limites das terras das comunidades é feita a partir da avaliação conjunta das indicações da própria comunidade e de estudos técnicos e científicos, inclusive relatórios antropológicos, constituindo na caracterização espacial, econômica, ambiental e sociocultural da terra ocupada pela comunidade. Certamente o direito à propriedade de suas terras e à moradia é um dos maiores desafios da luta antirracista no Brasil, e que tem muito ainda a avançar.

em que o Estado Brasileiro se compromete com medidas práticas e efetivas contra a discriminação e o racismo. Esse documentou estabeleceu algumas bases de grande importância, como o compromisso em adicionar o quesito cor em documentos e bancos de dados públicos, e registrou o compromisso com ações afirmativas e promoção de políticas de "discriminação positiva".

Em 2001, em Durban, na África do Sul, como já mencionado, ocorreu a 'Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância'. Com uma participação de destaque do Brasil, tanto nos encontros de preparação como na própria reunião, Durban representou, para o país, um ponto de lançamento de uma nova forma de combater o racismo e a desigualdade, baseada em efetivas ações afirmativas, incluindo a adoção de cotas. Essas ações, entretanto, ainda eram tímidas e de pouco alcance, mas significaram alguns passos na direção que viria a marcar o enfrentamento ao racismo nos anos seguintes.

> "Embora seja possível afirmar que no governo Fernando Henrique Cardoso já havia iniciativas federais voltadas à população negra, a análise dos documentos do período revela que a estratégia discursiva e a política deste governo foi promover o reconhecimento sem investimentos no aspecto redistributivo, embora a desigualdade racial fosse a principal justificativa para as políticas de valorização da população negra, aliás, expressão fartamente encontrada nos documentos oficiais deste período. [...] Este foi um momento incipiente do debate, cujas metas eram evidenciar a situação social dos negros por meio da produção de diagnósticos e implantar políticas valorativas, apresentando, portanto, uma pauta menos expressiva de políticas afirmativas. Significava, pois, um momento de construção de uma base para uma ação política mais efetiva. As ações afirmativas que ocorreram na gestão FHC forma tímidas e posteriores a Durban". (Lima, 2010, p. 82)

Com a posse do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, estabeleceu-se uma nova relação entre os movimentos negros e o Estado. Os movimentos não estavam mais limitados à condição de postuladores, mas, nessa nova conjuntura política, passaram a efetivos participantes na formulação de políticas, incluindo a ocupação de importantes postos na hierarquia estatal. Não se tratava mais de atores externos ao governo.

Essa nova relação atingiu sua plenitude com a criação, conforme referimos, neste mesmo ano, da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Segundo a Medida Provisória 111/03, que cria a secretaria, sua principal responsabilidade é a

> "formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial, na formulação, coordenação e avaliação das políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância, na articulação, promoção e acompanhamento da execução dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação da promoção da igualdade racial, na formulação, coordenação e acompanhamento das políticas transversais de governo para a promoção da igualdade racial, no planejamento, coordenação da execução e avaliação do Programa Nacional de Ações Afirmativas e na promoção do acompanhamento da implementação de legislação de ação

> afirmativa e definição de ações públicas que visem o cumprimento dos acordos, convenções e outros instrumentos congêneres assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à promoção da igualdade e de combate à discriminação racial ou étnica" (Brasil, 2003)

Essa nova instância estatal passou, assim, a centralizar, agregar e direcionar toda a política federal de promoção da igualdade racial. Tendo recebido status de Ministério em 2008, foi através de sua atuação que se deu impulso às iniciativas na questão. O país tem optado, desde então, por ações afirmativas que busquem ativamente a superação do preconceito e da discriminação que por séculos pautaram as relações sociais e étnico-raciais. Uma série de medidas políticas, públicas e privadas, de caráter compulsório, têm auxiliado na busca destes objetivos.

> "as ações afirmativas consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. Constituem, por assim dizer, a mais eloqüente manifestação da moderna idéia de Estado promovente, atuante, eis que de sua concepção, implantação e delimitação jurídica participam todos os órgãos estatais essenciais, aí incluindo-se o Poder Judiciário, que ora se apresenta no seu tradicional papel de guardião da integridade do sistema jurídico como um todo, ora como instituição formuladora de políticas tendentes a corrigir as distorções provocadas pela discriminação". (Gomes, 2001, p. 6–7)

Propostas vem sendo debatidas, e como principal marco legal aponta-se, no que tange às populações de origem africana no Brasil, a Lei 10.639/03. Tal lei caracteriza a importância do Ensino da Cultura e História Africana e Afro-brasileira estarem presentes nos currículos oficiais de ensino, modificando o artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em todas as unidades de educação. Em março de 2008 a Lei n° 11.645/08, modificou a Lei 10.639/03 incluindo nela a temática indígena.

Segundo Paulino Cardoso,

> "As mudanças trazidas na Lei 9.394/96, Diretrizes e Bases da Educação Nacional, são facilmente compreendidas quando associadas ao parecer do Conselho Nacional de Educação nº 03/04, que propôs as Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de Cultura e História Afro-Brasileira e Africana. Esta norma legal, além de eliminar silêncios, melhorou significativamente o texto da Lei 10.639/03, ao criar orientações para sua implementação nas redes de ensino oficiais do país". (P. de J. F. Cardoso, 2008a, p. 102)

Em parecer às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, sua relatora, Conselheira Petronilha Gonçalves e Silva, afirma:

> "O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade. Trata-

> o, da política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais e antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros" (Brasil, 2004b, p. 10)

Ainda dentro destes esforços, ganha destaque a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, em julho de 2010, após uma tramitação de mais de 7 anos no Congresso Nacional, capitaneada pelo Senador Paulo Paim, em meio a muitas polêmicas e disputas, principalmente referentes à política de cotas e à questão da demarcação das terras quilombolas. Lei que foi aprovada e sancionada, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sob o nº 12.288/10, que tem como objetivo "garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica". (Brasil, 2010) Este Estatuto, apresentado a partir das demandas dos movimentos negros, acabou por sofrer grande resistência. O texto da lei foi bastante modificado entre a sua proposição e a redação aprovada. Foram deixadas de lado, por exemplos, o fortalecimento da política de cotas como ação afirmativa e o próprio uso do termo raça, substituído por etnia. Essa resistência mostra que, ainda que se tenha avançado na questão, nos últimos anos, o tema está longe de ser consenso e os avanços só são conquistados após a superação de forte resistência, em especial desempenhada por parte de parlamentares representantes dos segmentos conservadores e retrógrados da sociedade brasileira.

Estão dispostos, assim, os dois principais eixos da ação de combate ao racismo, ambos profundamente articuladas com a educação. Por um lado, a reserva de vagas, em especial no ensino superior, como ferramenta de ascensão social e reparação de injustiças históricas, por outro a obrigatoriedade do estudo de África e de temas ligados à cultura africana e afro-brasileira, como forma de combater um cenário que mistura invisibilização e desvalorização destas populações.

A sombra que esse cenário exerce sobre a educação não pode ser negligenciada. Embora necessária, a abordagem do tema não é tarefa fácil. Durante muito tempo se conviveu com a ausência quase completa de conteúdos curriculares que tratassem satisfatoriamente das características multiculturais do país e sua população. Mais longe ainda esteve a discussão, dentro da educação, dos efeitos dessa realidade e de sua fundamentação racista e discriminatória. Para Neli Góes Ribeiro

> "O racismo que nos referimos encontra-se presente nos currículos escolares, no qual a tradição eurocêntrica exclui conteúdos de valorização da história dos povos africanos e de sua trajetória de luta e resistência na diáspora. Folcloriza e subestima as expressões de sua cultura e realidade, invisibiliza sua presença e importância na sociedade passada e atual". (P. de J. F. Cardoso, 2008a, p. 60)

Assim, o entendimento sobre Educação para Relações Étnico-Raciais, segundo a resolução nº 1, de 17 de junho 2004, vem ao auxílio das discussões, como ato legal e esclarecedor. A Educação para as Relações Étnico-Raciais tem, assim,

> "por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação de democracia brasileira". (Brasil, 2004b, p. 11)

Assim tais políticas partem da percepção de uma necessidade de reconhecer a diversidade como elemento fundamental na construção de identidades no Brasil. Longe, no entanto, de um retorno a uma ideia de um cadinho cultural que homogeiniza e dissipa diferenças, trata-se de reconhecer origens diversas, contribuições de vários grupos e culturas que dão origem a uma população. Não se trata, outrossim, de encontrar a identidade do povo brasileiro, mas de permitir que cada indivíduo construa sua identidade a partir de sua trajetória.

A atuação das políticas públicas e dos variados movimentos sociais, ainda, é marcada pela atuação no campo da política. Embora a construção dessas iniciativas se dê baseada no estudo teórico, com as contribuições acadêmicas, a partir de discussões interdisciplinares, a preocupação é com a solução de problemas persistentes no modo de organização social e econômica da sociedade, e das diferenças de oportunidades que encontram indivíduos de diferentes grupos sociais. Para Kabengele Munanga

> "A identidade, repetimos, compreende um conjunto de traços: étnicos, linguísticos, históricos, socioculturais intelectuais, míticos e religiosos. Se a noção da identidade é inseparável da noção da unidade, ela implica também a diversidade. Mas mesmo respeitando essa diversidade, podemos reter como único traço fundamental comum a todos os negros, pouco importa a classe social de cada um, a situação de exclusão. Em outros termos, a identidade do mundo negro se inscreve no real sob a forma de exclusão. Ser negro é ser excluído. Por isso, sem minimizar os outros fatores, continuo a afirmar que a identidade negra mais abrangente seria a identidade política, a de um segmento importante da sociedade brasileira excluída do exercício de plena cidadania". (J. C. Nogueira & Nascimento, 2012, p. 16)

Se buscarmos uma gênese da ideia de patrimônio cultural no Brasil e sua história de exclusão e inclusão, ou busca por afirmação de identidades, iremos perceber que, em relação às populações de origem africana, sempre foi negado, ou pelo menos invisibilizado, o direito ao reconhecimento oficial de seu patrimônio. Durante muito tempo, essas populações tiveram negado o protagonismo histórico, entrando no passado da nação apenas enquanto peças subordinadas na empresa escravista.

A grande mudança, que se deu já nos primeiros anos do século XXI, foi o reconhecimento de seu protagonismo, e a aceitação de que seu lugar no passado era ocupado por indivíduos, sujeitos autônomos, ainda que, no caso brasileiro, na maioria das vezes

escravizados. Assim até meados do século XX as populações de origem africana tiveram negadas sua participação na História do Brasil, e suas manifestações culturais, quando não ligadas diretamente à experiência do cativeiro, eram desconsideradas e invisibilizadas, além de, quando possível, fisicamente destruídas ou legalmente proibidas.

> "Não há, evidentemente, preocupações sobre o patrimônio e a cultura afro-brasileira no longo período de que se estende ao longo do século XIX e início do século XX. Diante esse contexto histórico, podemos compreender as dimensões dos processos de negações que decorrem no futuro imediato, uma vez que, para considerar-se a relevância de um bem patrimonial, temos que necessariamente elevar seu significado no passado, remetendo-o para o futuro. Nesse caldeirão de efervescência social, os debates acerca dos conceitos de raça e dos destinos da população negra ex-escrava são centrais". (J. C. Nogueira & Nascimento, 2012, p. 68)

A principal mudança na questão do patrimônio foi uma ampliação no próprio conceito, que superou a limitação da 'pedra e cal' e passou a abarcar conceitos mais amplos, em especial a partir da década de 1980, ainda que as discussões sobre o tema remetam à Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, aprovada pela UNESCO em 1972. (UNESCO, 1972) No Brasil o marco principal desta mudança é a recepção deste conceito pela Constituição de 1988.O reconhecimento da ideia de patrimônio imaterial, por exemplo, deu condições a manifestações não monumentais, e em especial de grupos mais afastados do poder, político e econômico, do Estado, de reconhecer e registrar manifestações que reputassem importantes.

É através de mudanças legais que essas novas interpretações vão se solidificar e ganhar alcance. Na própria constituição federal de 1988 já surge o reconhecimento da necessidade de garantir "a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional". Passo fundamental no sentido de levar a identidade e a história nacionais para além dos grandes vultos, buscando amplia-las de modo que alcancem toda a população.

Mas talvez a grande vitória nessa caminhada seja o decreto 3.551/00, que passa a permitir o registro de bens imateriais. Esse decreto leva o patrimônio para além das fortalezas e palácios, e permite que cada comunidade reconheça como importante em sua formação a manifestação que reputar significativa.

Antes, entretanto, algumas poucas iniciativas alcançaram êxito em reconhecer manifestações de populações antes segregadas. São, no entanto exceções que confirmam a regra, e as resistências ao seu reconhecimento ilustram bem os obstáculos existentes. No ano de 1986, dois anos antes da Constituição, foi tombado o Terreiro Casa Branca do Engenho Velho, em Salvador, importante centro religioso considerado um dos mais antigos do país. Mas, mesmo com a sua inegável importância, a decisão sobre seu tombamento esteve longe de encontrar unanimidade. "O Conselho encontrava-se bastante dividido. Vários de seus membros

consideravam desproposital e equivocado tombar um pedaço de terra desprovido de construções que justificassem, por sua monumentalidade ou valor artístico, tal iniciativa" (Velho, 2006, p. 237)[10] Após muitas divergências, entretanto, o tombamento acabou aprovado.

Também em 1986 foi tombada a Serra da Barriga, região onde se desenvolveu o Quilombo dos Palmares, em Alagoas, outro local de grande importância nas lutas antirracistas. Essas iniciativas se deram a partir da mobilização da população, em especial de movimentos negros, mas, apesar de terem atingido seus objetivos, apenas tornaram mais clara a necessidade de desenvolvimento de novas interpretações sobre a definição de patrimônio cultural e a maneira que o país com eles se relacionava.

> "Podemos entender o Patrimônio Histórico como mais que um testemunho do passado, é um retrato do presente, uma expressão das possibilidades políticas dos diversos segmentos sociais, expressas em grande parte pela herança cultural, dos bens que materializam e documentam sua presença, sua marca no fazer histórico da sociedade [...] Aqui, os enfoques que o patrimônio tem encontram com a memória e lhe dão sentido, na medida em que expõe no território o conflito das identidades que lutam para se firmar enquanto mecanismos ideológicos, que objetivam a disputa do poder e têm nos direitos culturais um amparo legal" (J. C. Nogueira & Nascimento, 2012, p. 86)

As lutas pelo reconhecimento, legal e social, de direitos buscam, assim, reconhecer as populações de origem africana e suas manifestações culturais como parte integrante e fundamental da identidade brasileira. É, deste modo, um passo necessário para permitir iguais direitos a todos os grupos sociais. Se trata, antes de tudo, de reconhecer a população brasileira como um corpo mais diverso do que tradicionalmente se tem feito, e de perceber o papel que o Estado deve desempenhar neste processo.

Os museus, nesse cenário, assumem importante papel. Não só no Brasil, mas ali muito especialmente, onde algumas instituições museais têm sido locais mais resistentes a essas novas interpretações enquanto outras lideram processos de mudança, configurando-se como um dos palcos mais iluminados nesta disputa.

1.3 Tecendo elos: políticas públicas, museus e promoção de igualdade racial

A Política Nacional de Museus de 2003, já na sua introdução, ressalta o papel dos museus no reconhecimento de um patrimônio cultural que valorize a diversidade e abarque as diferentes identidades das populações ali representadas. São eles o local de representação do tangível e do intangível, onde a dimensão cultural de processos diversos, e sua relação com

10 Dois textos em especial podem nos auxiliar a compreender esse processo de tombamento: "Terreiro da Casa Branca: patrimônio do Brasil", de Ordep Serra e "Saravá! Candomblé é patrimônio nacional", de Cora Dias. (C. Dias, 2011; Serra, 2008)

outros elementos, é ponto principal. Desse modo o reconhecimento do pertencimento de diferentes populações a um mesmo nível dentro de suas representações é sinal de respeito aos indivíduos de diferentes origens.

> "Para cumprir esse papel, os museus devem ser processos e estar a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento. Comprometidos com a gestão democrática e participativa, eles devem ser também unidades de investigação e interpretação, de mapeamento, documentação e preservação cultural, de comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza, com os objetivos de propiciar a ampliação do campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira". (Ministério da Cultura, 2003, p. 8)

O Estatuto de Museus também orienta sua organização a partir do reconhecimento do patrimônio cultural, tendo como premissas a valorização da diversidade cultural e a participação das diferentes comunidades. Mesmo tratando da declaração de interesse público de acervos que, de alguma forma, representem "um valor cultural de destacada importância para a Nação", este interesse deve sempre respeitar "a diversidade cultural, regional, étnica e lingüística do País." (Brasil, 2009a) Assim, como todas as outras políticas de governo, as direcionadas aos museus têm que se subordinar a uma política de Estado, maior, que reconhece a população do país como diversa e coloca essa diversidade como uma característica a ser valorizada, tendo como alvo, sempre, a contínua e completa inclusão de todos os cidadãos.

Essas diretivas estão consolidadas no Plano Nacional Setorial de Museus, que buscou articular iniciativas e estabelecer metas e perspectivas para os dez anos seguintes a sua elaboração, em 2010. O Plano, assim, articulou-se a partir destas perspectivas, e também tem sua organização construída a partir do reconhecimento da diversidade da sociedade brasileira e da necessidade de sua valorização. (Ibram, 2010c) O Plano se insere em uma iniciativa maior, o Plano Nacional de Cultura, que parte destes mesmos princípios para atuar na Cultura brasileira de forma ampla. E que agora também está direcionada para a construção de uma Política Setorial para a Cultura Afro-brasileira organizada a partir da Fundação Palmares.

Os museus, assim, deixam de ter sobre seus ombros a responsabilidade de representar uma grande identidade nacional, que não deixava frestas para outras interpretações, e passa a se dedicar a temas mais específicos. Não se trata mais de ilustrar a Cultura Nacional com letras maiúsculas, mas de versar sobre aspectos importantes, embora de menor espectro, desta. "De fato, com os aportes teóricos da Nova Museologia, passou-se da concepção de museu como elemento de constituição da identidade nacional, que se pretendia única, homogênea e unívoca, para o museu como espaço de afirmação de outros segmentos sociais." (Brasil. Câmara dos Deputados, 2013, p. 14) Assim, busca-se, de certa forma, englobar também museus do país, do estado ou do município para dar lugar a museus que representem as comunidades, as

populações, ou aspectos de uma grande, intricada e diversificada teia que forma as identidades de uma população.

> "Assiste-se, assim, a um crescimento dos museus comunitários, museus populares, museus étnicos, ecomuseus e museus temáticos em detrimento de museus nacionais em várias partes do mundo. No Brasil, exemplo mais contundente desse novo processo museológico se deu com a criação do Museu da Favela, na favela da Maré, cidade do Rio de Janeiro, fruto da reivindicação dos próprios moradores locais. [...] É o museu, com uma nova prática de memória cidadã, dando visibilidade a grupos étnicos e comunidades tradicionais". (Brasil. Câmara dos Deputados, 2013, p. 14)

Outra iniciativa desta política são os Pontos de Memória[11], um programa que atende os diferentes grupos sociais do Brasil que encontram poucas oportunidades de narrar e expor suas próprias histórias, memórias e patrimônios nos museus. O Programa, que foi institucializado pela Portaria nº 315/2017, que oficializa o Programa como política pública perene no âmbito de atuação do Ibram, tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento de uma política pública de direito à memória, com base no Plano Nacional Setorial de Museus e Plano Nacional de Cultura. (Ibram, 2017f)

Muito embora estas iniciativas pareçam atuais, esforços individuais e dos movimentos negros podem ser percebidos ainda no século XX. A principal destas iniciativas surge a partir de 1950, com os trabalhos de Abdias do Nascimento[12], que a partir dos trabalhos e discussões do Teatro Experimental do Negro levou ao surgimento da ideia de criação de um Museu de Arte Negra. Durante 18 anos, entre 1950 e 1968, Abdias Nascimento foi coletando obras de arte de diversos artistas, que culminou em uma exposição no Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro. Na oportunidade apresentou o projeto de criação do Museu de Arte Negra,

[11] Inicialmente, as atividades foram desenvolvidas 12 Pontos de Memória, chamados de Pontos Pioneiros, situados em comunidades populares nas seguintes cidades: Belém/PA (Comunidade de Terra Firme); Belo Horizonte/MG (Comunidade do Taquaril); Brasília/DF (Comunidade da Estrutural); Curitiba/PR (Comunidade do Sítio Cercado); Fortaleza/CE (Comunidade Grande Bom Jardim); Maceió (Comunidade do Jacintinho); Porto Alegre/RS (Comunidade da Lomba do Pinheiro); Recife/PE (Comunidade do Coque); Rio de Janeiro/RJ (Comunidades do Pavão-Pavãozinho-Cantagalo); São Paulo/SP (Comunidade da Brasilândia); Salvador/BA (Comunidade do Beiru) e Vitória/ES (Comunidade do São Pedro). Atualmente, com as premiações dos editais de 2011, 2012 e 2014, mais de 200 instituições já foram contempladas, incluindo iniciativas no exterior, como Portugal, Espanha, Uruguai e Bélgica.

[12] "Participou da Frente Negra Brasileira na década dos 1930 e em 1944 criou o Teatro Experimental do Negro, que organizou eventos seminais de direitos civis como a Convenção Nacional do Negro (1945-46) e o Congresso Nacional do Negro Brasileiro (1950). […] Como parlamentar, Abdias Nascimento apresentou os primeiros projetos de lei que definiam a discriminação racial como crime e criavam mecanismos de ação afirmativa para mitigar o seu legado no Brasil. […] Sua contribuição para o desenvolvimento de um currículo escolar que inclua a história e a herança cultural africanas tem sido consistente e inovadora desde a década dos 1940, quando ele organizava cursos de alfabetização e de cultura geral para os integrantes do Teatro Experimental do Negro, muitos dos quais inicialmente não sabiam ler e escrever. [...] Abdias Nascimento foi um pioneiro principal na resistência contra a intolerância, incluindo especificamente a intolerância religiosa. Ele lutou de forma consistente para promover o direito de praticar as religiões de origem africana, enfrentando a repressão policial e também a redução ideológica da dimensão espiritual dessas religiões, o desprezo por elas e sua consideração, na melhor das hipóteses, como folclore". (Brigagão, 2009)

descrito por ele em um artigo publicado, em 1968, na revista da galeria de Arte Moderna, do Rio de Janeiro:

> "Minha decisão de organizar o Museu de Arte Negra aconteceu durante a realização do 1º Congresso do Negro Brasileiro que o TEN promoveu no Rio em 1950, ao discutir-se a tese de Mário Barata sobre A escultura de origem africana no Brasil. Reconhecendo que "O negro realizou na África e em parte na Oceania uma das mais impressionantes obras plásticas humanas"(...), lamentando a inexistência de um museu para estudo e exame da "função que as peças de origem exercem na vida do grupo 'racial' ou de toda a sociedade" e que "um museu de arte negra viria, de fato, satisfazer uma necessidade secular: o conhecimento das artes e da civilização brasileira, sob o ângulo estritamente racional (...) dentro do que se entende modernamente por museu, isto é, não só o acervo de documentos e monumentos, mas a sede de atividades técnicas e científicas paralelas, poderá trazer grande contribuição no campo das pesquisas, inventário, classificação, informação e divulgação dessas artes (negras)"." (Nascimento, 2015a)

Em outro texto, Cultura e Estética Negra, publicado nessa mesma revista em 1968, em uma edição anterior, fala mais sobre o objetivo do museu

> "Não é e não será o Museu de Arte Negra um órgão de acumulação ou depósito de um arquivo morto. Sob o critério da seleção estética, informado de Negritude, mas, fundamentalmente sujeito às imposições do humanismo, o MAN não se limitará ao campo exclusivo das artes plásticas. Será instrumento de pesquisas no amplo e vasto universo cultural afro-brasileiro. Aberto a todas as colaborações, desdenhará, entretanto, a incompreensão surda e muda dos conselhos de cultura, esterilizado na burocracia, prematuramente fenecidos no seu academismo original, ignorando que o típico, o autêntico, o significativo e específico da arte brasileira vêm, indubitavelmente da emoção, da sensibilidade do negro traduzidas em sua manifestação viva de arte, nos seus produtos culturais e estéticos densos de fascinação e amor". (Nascimento, 2015b)

Nessa época, entretanto, Abdias do Nascimento fazia oposição ao regime militar instituído em 1964, participando do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Pouco tempo depois de abrir a exposição do Museu de Arte Negra, vai aos Estados Unidos, buscando diálogo com os movimentos de direitos civis e direitos humanos das populações negras. Com a decretação do AI-5, entretanto, fica impedido de voltar ao país, permanecendo por 13 anos no exílio, vivendo nos EUA e na Nigéria.

Apesar de todos os esforços, o Museu de Arte Negra nunca saiu do papel, ficando o acervo sob a guarda de Abdias do Nascimento, que continuou colecionando e também, sob a influência de artistas próximos, dedicou-se a elaboração de obras de sua autoria. Este acervo encontra-se atualmente no Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros - IPEAFRO. São imagens, conforme se pode perceber abaixo, que se entrelaçam profundamente com a atuação política de Abdias do Nascimento.

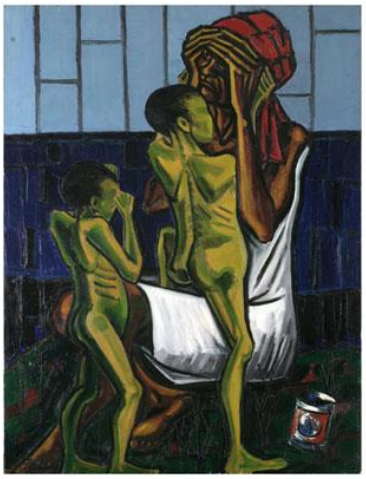


Figura 1: Senhora com crianças. (Paula, 1967)

Figura 2: Retrato de Solano Trindade (Pedrosa, 1967)

A proposta do MAN acabou por representar uma importante inovação na área pois dedicava-se, antes de tudo, ao tema da cultura negra como uma vertente específica da arte.

> "Nosso museu abriga obras de pretos, de brancos, de amarelos, dos homens de todas as raças e nacionalidades. Importam aqueles valores estéticos que só a raça ou a vivência dos valores da raça negra conferem à obra. Por isso o Museu de Arte Negra guarda a importante colaboração de artistas influenciados pela presença do negro, como um Scliar, Ivan Serpa, B. Giorgi, J. P. M. Fonseca, Mário Cravo, Edelweiss, Inimá; por outro lado, o fato de um Volpi, Mabe, Flávio Carvalho, Décio Vieira, Rubens Gerchman, Iberê Camargo, Fayga, Ana Letícia, Benjamim Silva, Jarbas Juarez, Bonadei, W. Levy, Maria Bonomi, Lígia Clark, Campofiorito, Di Preti, Paulo Chaves, J. Assumpção Souza, L. Azevedo, Darel, figurar como colaboradores espontâneos do MAN, revela o alcance ecumênico como seu trabalho é concebido e dinamizado. Livre de qualquer dogmatismo nos propósitos e na ação, o MAN tampouco se submete a um irresponsável ecletismo que não atenda à exigência de valor". (Nascimento, 2015b)

Seguindo-se ao Museu de Arte Negra, outras iniciativas foram construídas dentro da temática, mas embora a busca por representação e valorização da arte africana e afro-brasileira

nestes espaços seja um objetivo já há muito tempo perseguido, ainda não foi possível se desvencilhar totalmente de uma longa trajetória de discriminações e da ideia de um passado escravocrata e negacionista.

> "A memória da herança africana em práticas culturais reflete esta hierarquia de juízos e valores. Os objetos associados à África, embora celebradas pelo imaginário nacional como parte da cultura popular, nunca recebeu o mesmo prestígio daqueles ligados à cultura européia. Em verdade, muitos deles são até hoje expostos como troféus nos museus da polícia, como acontece no Rio de Janeiro. Outros encontram-se expostos em museus associados às irmandades católicas, pois estas, indo de encontro às autoridades católicas da época, associaram-se muitas vezes à maçonaria e às instituições africanas, permitindo a socialização e ascensão social de escravos". (M. S. dos Santos, 2004)

Com essa mesma abordagem Marcelo Cunha, alerta para a complexidade das discussões sobre a temática,

> "Esta discussão deve ser conduzida através da análise de que modo, ao longo dos tempos, determinadas categorias e ideias contribuíram para o processo de preservação, distorção ou exclusão destas culturas, refletindo-se sobre o Patrimônio e sua importância enquanto elemento norteador de identidades e construção de imagens sobre nações e memórias daí recorrentes, pensando ainda nas imagens e conceitos como norteadores das políticas patrimoniais. Nesse contexto, devemos identificar quais são os espaços de memórias relativos às culturas africanas e afro-brasileiras entre nós, quais as estratégias utilizadas até então para a preservação ou mesmo a negação das referências acerca da participação do negro na formação da 'cultura nacional', da 'sociedade brasileira', suas ideias, seus traços definidores e essenciais". (Cunha, 2003, p. 273–274)

Algumas instituições, assim, têm se destacado no cenário nacional pelo trabalho realizado dentro da temática Afro-Brasileira e Africana[13]. São alguns exemplos:

- *Museu da Abolição (Recife/PE):* Criado em 1957, no governo de Juscelino Kubitschek, o Museu da Abolição só foi abrir suas portas em 1983. Atualmente vinculado ao Ibram, busca discutir a escravidão sob um novo viés, mantendo sua atenção em temas como o racismo, a exclusão, violências, as diversidades culturais e seus reflexos na constituição do Brasil.
- *Museu do Negro (Rio de Janeiro/RJ):* fundado em 1969, é uma instituição privada, vinculada e mantida pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. O Museu funciona nos fundos do prédio da Irmandade. O Acervo que se encontra exposto é constituído de réplica em gesso do mausoléu da Princesa Isabel e do Conde D'Eu, peças de ferro referentes a escravidão, bustos e quadros em tela de personagens da história africana e afro-brasileira, como a Escrava Anastácia, Zumbi, o Escravo

[13] Temática que vem sendo discutida por alguns pesquisadores, como Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha (Cunha, 1999, 2006, 2008), Myriam Sepúlveda dos Santos (M. S. dos Santos, 2004, 2005) e Raul Lody (Lody, 2005).

Desconhecido, o Escravo d'Angola e o Cigano, instrumentos musicais como o atabaque, bem como fotos de Ruth de Souza e outros artistas brasileiros contemporâneos.

- *Museu Afro-Brasileiro (Laranjeiras/SE):* criado em 1976, se constitui como Museu Histórico, dedicado a investigar a presença do negro na história brasileira. Dedica-se com especial ênfase ao período da indústria açucareira, mas se destaca por advogar uma superação do binômio cativeiro-liberdade dentro do tema das populações de origem africana.
- *Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia (Salvador/BA):* aberto ao público em 1982, acaba se constituindo sob uma perspectiva um pouco diferente, buscando se consolidar como uma referência em ações de afirmação identitária, superando interpretações meramente. Tem como tema as culturas africanas e sua presença no Brasil, apoiando-se em uma ação política que busca a eliminação do racismo e de intolerância religiosas, originalmente ligado ao Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, atualmente constitui-se como um dos Núcleos de Pesquisa da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da mesma Universidade, sendo gerido por docentes do Departamento de Museologia desta Faculdade.
- *Museu Afro Brasil (São Paulo/SP):* criado em 2004, por inciativa do artista plástico, museólogo e colecionador Emanuel Araújo, a partir de sua importante coleção de arte, objetos de cultura material e documentos relacionados ao universo afro-brasileiro e africano, é subordinado à Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e localizado no Parque do Ibirapuera. O Museu busca incentivar o entendimento da cultura brasileira, africana e afro-brasileira a partir do seu acervo, que compreende período que vai do século XVI até a contemporaneidade, visando reforçar a importância da "mão-afro-brasileira", expressão cunhada por Emanuel para marcar a importância de negros e negras na formação do Brasil.

Nos últimos anos, outras iniciativas vêm se propondo a tratar a temática, à luz dessas novas discussões e políticas de valorização e respeito a diversidade cultural, na tentativa de articular iniciativas para valorização da diversidade, com enfoque nas populações de origem africana, e para as políticas para as instituições museológicas.

- *Museu AfroDigital:* Iniciado em 2010, de forma online, estruturado a partir de universidades brasileiras – UFPE, UERJ, UFBA e UFMA – coligadas na Rede de Museus Digitais Afro. Tem o propósito de disponibilizar e intercambiar cópia de documentos por internet, reunindo num só acervo documental digital os fundos de arquivo relativos aos Estudos Afro-Brasileiros e Africanos que hoje se acham dispersos em várias instituições e coleções privadas, tanto nacionais como internacionais. Ainda em fase de concretização e ampliação.
- *Museu Nacional da Memória Afrodescendente (Brasília/DF):* Com a proposta conceitual final aprovada em 2013, mas ainda em gestação, propõe a construção de um museu nacional sobre o tema, a ser instalado em Brasília. Ligado ao MinC, o Museu busca se tornar referência nos estudos da temática, e com o Ibram articular as questões afro com as políticas de desenvolvimento de museus.
- *Museu Nacional de Cultura Afro-Brasileira MUNCAB (Salvador/BA)* A proposta de criação vem desde 2007, organizada pela AMAFRO – Sociedade da Cultura Afro-Brasileira, sediada em Salvador. É estruturado a partir de parcerias com Governo Estadual da Bahia e do Governo Federal. Proposta ainda em fase de finalização, embora não apresente um funcionamento contínuo apresenta atividades pontuais e específicas. " O projeto museológico do MUNCAB propõe a criação de um museu dinâmico, um museu que não se restringe ao passado e que irá dialogar com as linguagens artísticas como o teatro, a dança e a música possibilitando uma maior integração entre o espaço museológico e as escolas públicas, as comunidades carentes e os grupos étnicos como quilombolas e indígenas".(Capinan, 2014)

Analisando, assim, as políticas de Museus e as de Promoção de Igualdade Racial, fica evidente que encontramos entre elas pouca articulação. Tendo se originado em setores diferentes, há uma falta constante de diálogo entre os dois ramos de iniciativas, ainda que possamos perceber iniciativas nos dois setores ocorridas paralelamente.

Políticas de Museus e Promoção de Igualdade Racial

Ano	Museus	Promoção da Igualdade Racial
2003	Política Nacional de Museus	Política de Promoção da Igualdade Racial
	Criação do DEMU	Criação da SEPPIR
	1ª Semana de Museus	Aprovação da Lei 10.639/03
2004	Sistema Brasileiro de Museus	1ª Conferência Nacional de Promoção de Igualdade Racial
	1° Fórum de Museus	
2006	Cadastro de Museus	
2007	1ª Primavera de Museus	2ª Conferência Nacional de Promoção de Igualdade Racial
		Cadastro de Comunidade Quilombolas (Fundação Palmares)
2009	Criação do Estatuto de Museus	Plano Nacional de Promoção de Igualdade Racial
	Criação do Ibram	
2010	Plano Nacional de Cultura	Estatuto da Igualdade Racial
	Plano Setorial de Museus	
	Guia de Museus	Sistema de Promoção de Igualdade Racial
	Pontos de Memória	
2011	Museu em Números	
2012		Lei de Cotas
2013	7ª Primavera de Museus: Museu, Memória e Cultura Afro	
		3ª Conferência Nacional de Promoção de Igualdade Racial
2014	Política Nacional de Cultura Viva	Plano Setorial de Cultura Afro - Fundação Palmares
2016		Lei de Cotas nos Cursos de Pós-Graduação
2017	Institucionalização do Programa Pontos de Memória	Lei de Cotas noServiço Público
	Oficialização da Política Nacional de Educação Museal	

Tabela 10: Políticas de Museus e Promoção de Igualdade Racial

Entretanto, em 2013 essas políticas se encontraram durante a 7ª Primavera dos Museus. A iniciativa agregou atividades de museus de todo o país entre os dias 23 e 29 de setembro, e buscou levar o tema "Museus, memória e cultura afro-brasileira" para todos os museus participantes.

Figura 3: Cartaz de divulgação da 7ª Primavera dos Museus (Ibram, 2015f)

A iniciativa envolveu 2.600 eventos em 884 museus, incluindo os 29 museus do Ibram. Muitos destes museus observaram, pela primeira vez, manifestações da cultura africana e afro-brasileira em seus acervos, em um importante exercício de reconhecimento da presença destas populações em suas comunidades.

No entanto, é bem verdade que essas iniciativas, pontuais, estão longe de trazer para dentro dos Museus a discussão de forma permanente e crítica. Outras ações devem ser articuladas no plano da prática museológica. As preocupações com os museus e com a promoção da igualdade podem e devem estar relacionadas a todos os níveis da Educação. Destaque na formação dos cursos de graduação em Museologia, os quais, salvo poucas exceções, ainda não são incluídas de forma sistêmica em seus currículos disciplinas sobre cultura e história africana e afro-brasileira, relações étnico-raciais e mesmo sobre outras facetas da diversidade cultural, como indígenas e ciganos, assim como relações de gênero e temas como machismo, homofobia e outras formas correlatas de discriminação e preconceito, temas latentes e urgentes na nossa sociedade. Isso nos leva a afirmar que iniciativas de valorização da diversidade ainda não tiveram o alcance esperado nos currículos das Universidades, embora sua presença, benéfica, já possa ser sentida.

Essa tendência pode ser observada, em um estudo mais apurado, nas grades curriculares dos cursos de graduação em Museologia do país. Abaixo listamos as disciplinas que encontramos na observação destes currículos, lembrando que em alguns cursos as optativas são livres, podendo o aluno cursar qualquer disciplina de qualquer curso, o que inviabiliza, neste caso, o levantamento a que aqui nos propomos. Nos casos, no entanto, em que os currículos apresentam uma lista a partir da qual o aluno deve fazer sua opção, as disciplinas que localizamos encontram-se referenciadas.

Disciplinas sobre a temática Africana e Afro-Brasileira nos Cursos Graduação em Museologia

		Disciplinas	
Estado	**Instituição**	**Obrigatórias**	**Optativas**
BA	Universidade Federal da Bahia – UFBA		Laboratório de cultura material africana e afro-brasileira
			História da África
			Antropologia do Negro no Brasil
	Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB		Arqueologia de Populações de Origem Africana
			Antropologia do Negro
			Antropologia Afro-americana
			História e Cultura Afro-Brasileira
DF	Universidade de Brasília – UnB		Estudos Afro-Brasileiros
			História da África Pré-Colonial
			História da África I
			História da África II
GO	Universidade Federal de Goiás – UFG		
MG	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG		
	Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP		História da África
			Tópico Especial em Educação: A escola e a Cultura Afro-Brasileira
PA	Universidade Federal do Pará – UFPA	Antropologia das Populações Afro-Brasileiras	
PE	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE	Etnomuseologia I	
RJ	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio		História da África
			História da África e Escravidão Moderna
RS	Universidade Federal de Pelotas – UFPEL		
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS		História da Arte Afro-Brasileira
SC	Centro Universitário Barriga Verde – Unibave		
	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC		Estudos Afro-Brasileiros
SE	Universidade Federal do Sergipe – UFS		História da África e da Cultura Afro-Brasileira
SP	Pontifícia Universidade Católica – PUC/Campinas	História da África	
	Faeca Dom Bosco		

Tabela 11: Disciplinas sobre a temática Africana e Afro-Brasileira nos Cursos Graduação em Museologia (Elaborada a partir das grades curriculares de cada curso em 2017)

Podemos apontar, assim, a importância de uma profunda articulação entre as políticas públicas para a área de cultura e educação. As iniciativas tanto na área museológica como na área de combate ao racismo e a discriminação podem contribuir para a construção de uma sociedade mais consciente de sua formação e de sua trajetória, e de uma realidade de inclusão e de valorização da diversidade.

Em um país da dimensão do Brasil, tanto geograficamente como em população, a construção de identidades que abarquem diversas origens é fundamental. Não há como pensarmos um futuro digno e justo para o país que não inclua o avanço constante no combate a estas questões. A análise da situação em que estamos e do caminho que percorremos até ela deixa claro que muito se avançou, mas também que estamos muito longe do final do caminho. Deste modo a necessidade de construção destas políticas permanece premente, e novos avanços dependem da avaliação das iniciativas já executadas e do reconhecimento da necessidade de um trabalho amplo, contínuo e permanentemente reavaliado, sempre com a participação efetiva das populações envolvidas.

Capítulo 2 – Políticas de museus e as instituições museológica em Santa Catarina

Localizado no sul do Brasil, entre os estados do Rio Grande do Sul e Paraná, Santa Catarina possui, de modo geral, alguns dos melhores indicadores sociais do Brasil. Divide-se entre uma planície litorânea, mais estreita no sul e mais ampla no norte, onde entra pelos vales dos grandes rios, em especial o Vale do Rio Itajaí, e um planalto no interior, a partir da chamada Serra, que faz a transição entre os dois espaços. Tem como capital Florianópolis, no litoral central, e como principais cidades Blumenau e Joinville, no litoral norte, Criciúma, no litoral sul, Lages no planalto e Chapecó no oeste, próxima à divisa com a Argentina. Possui uma população de cerca de 6,5 milhões de pessoas.

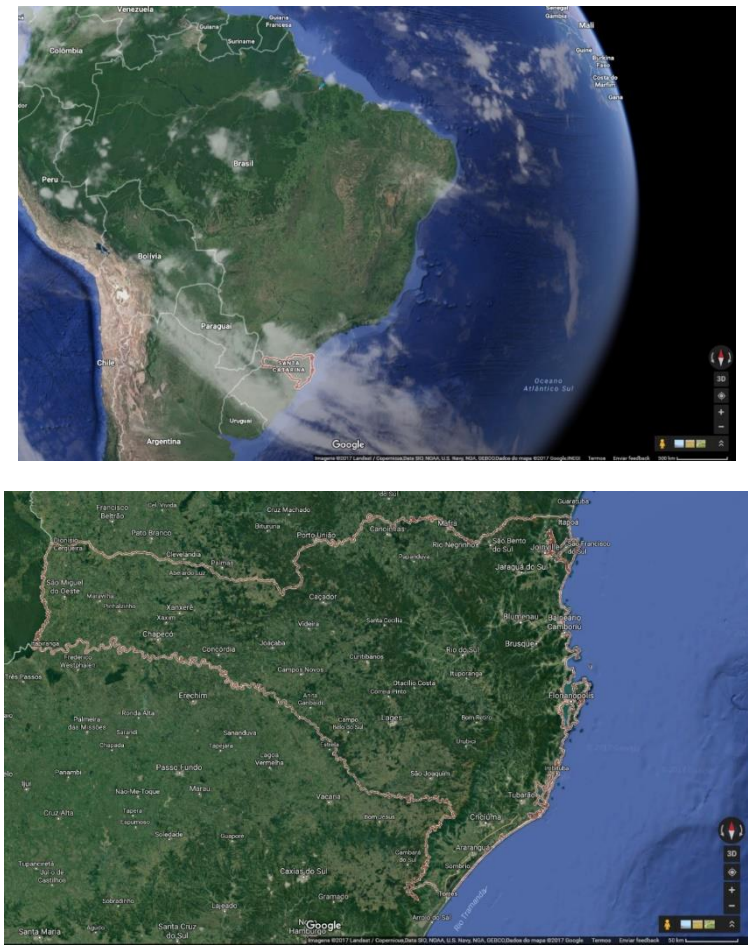


Figura 4: O território de Santa Catarina em imagens de satélite. Elaboradas pela autora a partir de <maps.google.com>

O Estado de Santa Catarina possui um longo histórico de definição de identidades culturais construídas, muitas das vezes, politicamente, usando a memória como instrumento de poder. Este processo definiu as populações pertencentes aos determinados espaços, incluindo e excluindo indivíduos a partir da definição de uma história local. Há, deste modo, a construção de discursos e ideais que vão se solidificar e acabar representando um obstáculo, ou uma vantagem, real em variadas situações.

Neste cenário, se destaca o papel desempenhado pelos museus. Em especial em Santa Catarina, onde há uma forte capilarização do campo, com tais instituições, muitas vezes, sendo a única ou a mais importante presença na área da cultura, do patrimônio e da representação das identidades, em especial nos pequenos municípios. Assim, neste capítulo buscamos conhecer os Museus de Santa Catarina, e compreender o campo museal e museológico em que eles estão inseridos.

Em um primeiro momento buscamos construir um histórico do campo museal no estado. Em seguida, uma compreensão sobre a estruturação das políticas que envolvem os Museus como os investimentos e fomentos na área e o envolvimento em ações de interação, socialização e formação, como as Semanas de Museus, Primaveras de Museus e Fóruns Estadual de Museu e outras ações que envolvem esse setor.

2.1. O campo museológico de Santa Catarina

Desde a implantação da Política Nacional de Museus de 2003 Santa Catarina vem pensando sua Política Estadual de Museus, tentando articular suas ações a partir das iniciativas realizadas nacionalmente e buscando integrar e dar um rumo conjunto às suas quase 300 instituições museológicas, com ações que o estado já vinha desenvolvendo desde a década de 1990.

> "Em decorrência da implantação do Sistema Brasileiro de Museus e das políticas públicas voltadas à área museológica pelo Ministério da Cultura (MinC), a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) promoveu diversos encontros presenciais com pessoas e entidades vinculadas à Museologia, meio universitário, profissionais da área e secretarias municipais de cultura, a fim de discutir propostas para a atuação do Estado, em favorecimento aos museus e seus profissionais. Esse processo culminou com a realização do 1º Fórum Estadual de Museus de Santa Catarina, promovido pela FCC e ocorrido na cidade de Florianópolis, em 2005. Na oportunidade, as diretrizes formuladas nos encontros anteriores foram aprovadas na plenária final do evento. Essas diretrizes formam a base da Política Estadual de Museus para Santa Catarina. No 2º Fórum Estadual de Museus, realizado em Joinville, as propostas foram revistas, sendo acrescidas outras diretrizes pertinentes, contemplando as lacunas existentes". (Fundação Catarinense de Cultura, 2015b)

Assim as políticas nacional e estadual de museus parecem estar muito próximas, não apenas em sua formulação como em seus objetivos. Essa proximidade se forma a partir da verificação de que as iniciativas estaduais estão não apenas alinhadas, mas surgem como consequência dos trabalhos realizados nacionalmente. Essa proximidade pode ser verificada quando cotejamos seus princípios básicos:

Princípios norteadores	
Política Nacional de Museus (2003)	**Política Estadual de Museus (2010)**
1. Estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições e do acesso aos bens culturais	1. Democratização do acesso aos bens culturais no Estado de Santa Catarina aos mais diversos segmentos da sociedade;
2. Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local.	2. Estabelecimento e consolidação das políticas públicas voltadas para a construção/afirmação das identidades locais;
3. Desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro.	3. Valorização do Patrimônio Cultural sob a guarda dos museus de Santa Catarina, por meio de ações de comunicação museológica, gestão pública e pesquisa do mesmo;
4. Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, com técnicos e gestores culturais, dos processos de registro e proteção legal e dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser musealizado.	4. Respeito à diversidade cultural presente no Estado de Santa Catarina frente às ações homogeneizadoras;
5. Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural.	5. Garantia da participação das comunidades nos processos de preservação (musealização, tombamento, exposição, acervo, pesquisa) do Patrimônio Cultural em Santa Catarina;
6. Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, a preservação e a sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização.	6. Estímulo à contratação e à formação de quadro funcional especializado para os museus de Santa Catarina;
7. Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes, de acordo com as suas especificidades e diversidades.	7. Incentivo ao desenvolvimento da função educativa dos museus.

Tabela 12: Princípios norteadores da Política Nacional de Museus (Ministério da Cultura, 2003) e da Política Estadual de Museus (Fundação Catarinense de Cultura, 2015b)

Percebemos que ambas destacam a democratização, a valorização e o respeito ao patrimônio cultural e à diversidade cultural. A política nacional, no item 7, vai mais longe e específica a preocupação com o patrimônio indígena e afrodescendente, alvo de nossa pesquisa.

Entre os eixos programáticos desenvolvidos a partir destes princípios, entretanto, nos parece que, embora as prioridades sejam diferentes, a abordagem é semelhante. Isso reflete os momentos diferentes em que foram formuladas as políticas, o avanço do campo no período, as diferentes atribuições constitucionais dos estados e da União e as diferenças de Santa Catarina em relação a outros espaços do Brasil. Não se trata, entretanto, de reconhecer em Santa Catarina um trajeto histórico diferenciado de outros espaços brasileiros, como tem sido defendido, mas, pelo contrário, reconhecer os diferentes locais ocupados por Santa Catarina nessa trajetória.

A Política Estadual de Museus está dividida em seis eixos programáticos, ante os sete da Política Nacional:

Eixos programáticos	
Política Nacional de Museus	**Política Estadual de Museus**
1. Gestão e Configuração do Campo Museológico	1. Capacitação e Formação;
2. Democratização e Acesso aos Bens Culturais	2. Gestão;
3. Formação e Capacitação de Recursos Humanos	3. Financiamento e Fomento;
4. Informatização de Museus	4. Democratização do Acesso aos Bens Culturais;
5. Modernização de Infra-Estruturas Museológicas	5. Acervo;
6. Financiamento e Fomento para Museus	6. Pesquisa.
7. Aquisição e Gerenciamento de Acervos Culturais	

Tabela 13: Eixos programáticos da Política Nacional de Museus (Ministério da Cultura, 2003) e da Política Estadual de Museus (Fundação Catarinense de Cultura, 2015b)

Para Márcia Bertotto "a Política Nacional de Museus, como política pública cultural, estimula a ampliação de uma rede sistêmica, buscando integração e aprimoramento" (Bertotto, 2013, p. 18) Uma ação nesta direção está prevista no eixo da Política Nacional de Museus intitulado Gestão e Configuração do Campo Museológico, e que inclui a implementação do Sistema Brasileiro de Museus e o incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus. Assim, nesse momento, de estímulo nacional, muitos dos sistemas de museus foram criados, reformulados, refundados ou reorganizados – uma vez que essas iniciativas já vinham de muito tempo, pelo menos desde as décadas de oitenta e noventa.

Ainda que as tentativas de estabelecimento dos sistemas tenham sido implementadas, isto não significa que o processo estava encerrado. Neste esforço de estabelecer os sistemas, há muitos recuos e descontinuidades, tanto nacionalmente como nos estados, assim como ocorreu em Santa Catarina. O Sistema no estado foi criado em 1991, mas não conseguiu funcionar ininterruptamente desde então, surgindo como órgão de assessoria técnica, mas logo acabando por interromper suas atividades. Apenas em 2005, a partir das discussões sobre o Sistema Brasileiro de Museus, a política para Museus em Santa Catarina é reestruturada, a discussão se alonga e a partir do 2º Fórum Estadual de Museus suas diretrizes são revistas, sendo adequadas à Política Nacional de Museus através de decreto publicado no ano seguinte. (Bertotto, 2013, p. 77)

Cronologia do Sistema Estadual de Museus	
1991	Criado o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC), pelo Decreto Estadual no 615. Com o tempo, suas funções foram absorvidas pela Gerência de Museus da FCC, também responsável pela administração dos museus desta Fundação.
2004	Em decorrência da implantação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) e das políticas públicas voltadas à área museológica pelo Ministério da Cultura (MinC), a FCC promoveu um amplo debate a fim de reestruturar a política estadual de museus e reformular sua atuação para o campo museológico catarinense.
2005	Realizado o 1º Fórum de Museus de Santa Catarina, onde foram debatidas e aprovadas as diretrizes norteadoras da Política Estadual de Museus (PEM), bem como a minuta do Decreto para institucionalização do SEM/SC.
2006	Sancionado o Decreto Estadual nº. 4.163, reinstituíndo o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC), tornando-o responsável pela coordenação e sistematização da PEM e articulação entre os museus catarinenses.
2010	No município de Joinville foi realizado o 2º Fórum de Museus de Santa Catarina. Nesse encontro o público foi convidado a revisar e atualizar as diretrizes da Política Estadual de Museus, inserindo aspectos considerados relevantes e que não estavam contemplados no texto original.
2011	Sancionado o Decreto Estadual nº. 599, de 18 de outubro. Esta legislação reformulou a atuação do SEM/SC, respeitando as especificidades regionais do campo museal catarinense e designando como seus principais objetivos. Realizado o 3º Fórum de Museus de Santa Catarina no município de Chapecó.
2012	Atendendo à nova legislação, o SEM/SC dá início a um plano de ações envolvendo cursos, palestras, edição de publicações, desenvolvimento de grupos de trabalho e pesquisa, além de visitas técnicas aos museus do interior do Estado.
2013	Inicia-se a construção do texto base do Plano Setorial de Museus a partir dos diagnósticos e das proposições encaminhadas pelo público presente no 3º Fórum de Museus. Baseado nos mesmos seis eixos da Política Estadual de Museus, e contou com discussões realizadas em sete encontros regionais.
2014	Elaboração da minuta do Decreto que institucionaliza o Plano Estadual Setorial de Museus, contendo todas as diretrizes, estratégias e ações aprovadas pelos participantes do 4º Fórum de Museus, e encaminhamento para as providências necessárias a sua sanção pelo Governo do Estado.

Tabela 14: Cronologia do Sistema Estadual de Museus, elaborada pelo SEM/SC, com alterações. (Fundação Catarinense de Cultura, 2015d)

O campo museológico em Santa Catarina, entretanto, é formado por atores diversos. Desde 1991, em sua primeira fundação, o SEM/SC tem entre seus objetivos colocar em contato e estabelecer redes e ligações entre os vários indivíduos e instituições com atuação na área, assim como servir como ferramenta de fomento, organização e incentivo. (Santa Catarina. Governo do Estado, 1991b)

Reformulado a partir do Sistema Brasileiro de Museus, o Sistema Estadual atua como ponto de concentração dessas políticas e desse movimento de expansão da museologia em Santa Catarina. Visando "principalmente, à coordenação, articulação, mediação, qualificação, fortalecimento e à cooperação entre os museus". Tem aderido, segundo dados de janeiro de 2015, 191 instituições museológicas, públicas e privadas, sediadas em 100 municípios. (Fundação Catarinense de Cultura, 2015a) Por ter sido desenvolvido a partir do SBM, o Sistema Estadual apresenta características próximas ao seu congênere nacional. Um exemplo disso são seus objetivos, bastante alinhados.

Objetivos	
Sistema Brasileiro de Museus (2004)	**Sistema Estadual de Museus (2011)**
Promover a articulação entre as instituições museológicas, respeitando sua autonomia jurídico administrativa, cultural e técnico-científica	Promover a articulação entre as instituições museológicas existentes no estado, respeitada a autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica de cada uma delas;
Estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais, de acordo com suas especificidades	Estimular e promover o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas entre as instituições integrantes do Sistema, respeitando e valorizando o patrimônio cultural de cada comunidade de acordo com as suas especificidades;
Divulgar padrões e procedimento técnico científicos que orientem as atividades desenvolvidas nas instituições museológicas	
Estimular e apoiar os programas e projetos de incremento e qualificação profissional de equipes que atuem em instituições museológicas	Divulgar padrões e procedimentos técnico-científicos que sirvam de orientação às equipes responsáveis pelas instituições museológicas estabelecidas no estado;
Estimular a participação e o interesse dos diversos segmentos da sociedade no setor museológico	Estimular e promover programas e projetos de incremento e qualificação, bem como incentivar a formação, atualização e valorização dos profissionais de instituições museológicas existentes no estado;
Estimular o desenvovimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais nas instituições museológicas	
Incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e internacionais de museus, bem como seu intercâmbio e integração ao Sistema Brasileiro de Museus	Incentivar a criação de redes e sistemas municipais e regionais de museus, bem como promover o intercâmbio com sistemas e redes nacionais e internacionais;
Propor a criação e aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas do país	
Estimular práticas voltadas para a permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos	Criar cadastro e incentivar a inclusão de dados, promovendo sua manutenção e atualização junto às instituições museológicas estabelecidas no estado.
Incentivar a formação, atualização e a valorização dos profissionais de instituições museológicas	

Tabela 15: Objetivos dos sistemas brasileiro (Brasil. Presidência da República, 2004) e estadual de museus (Fundação Catarinense de Cultura, 2015a)

O Sistema Estadual de Museus é apenas uma das partes do campo no estado. Em seu processo de consolidação temos a atuação de Universidades e cursos de graduação e pós-graduação, o Conselho Regional de Museologia da 5ª região – que desde 2013 possui uma sede no estado - instituições museológicas variadas, secretarias municipais e estadual de cultura, além de vários indivíduos, ligados à essas instituições ou não.

O primeiro Museu no estado data de 1933 na cidade de Corupá, hoje denominado Museu Irmão Luiz Gartner. (Ibram, 2011c, p. 525) Em 1949 surge o Museu de Arte Moderna de Florianópolis - MAMF, que anos depois veio a se transformar no Museu de Arte de Santa Catarina – MASC, e pode ser considerado o primeiro museu público do estado. (Neves, 2010) Com o tempo, outras instituições foram surgindo, como o atual Museu de Arqueologia e

Etnologia Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral da Universidade Federal de Santa Catarina – MArquE/UFSC, que se transformou de Instituto de Antropologia a Museu de Antropologia na década de 1970. No entanto, apenas com as tentativas de criação do Sistema Nacional de Museus em 1986, e com a atenção despertada, por essa iniciativa, para a necessidade de organização do campo, que se iniciam, ainda que timidamente, ações de qualificação e organização das instituições no estado.

Merece destaque a parceria entre a FCC e a Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UnoChapecó, que levou à criação do Centro de Estudos da Memória do Oeste Catarinense – CEOM. Esta iniciativa foi um importante fator no desenvolvimento das atividades museológicas naquela região. Como o Oeste é a porção mais distante da capital do estado e de suas estruturas de governo, o CEOM atua como um centro de referência, centralizando iniciativas, servindo de ponto de contato entre as diferentes instituições e oferecendo treinamento e formação aos profissionais.

> "Entre os recursos de poder que habilitaram o CEOM a tornar-se uma organização dominante, estão seu corpo técnico especializado, a legitimação que o Estado lhe concedeu e a compreensão da lógica cultural da região. Dessa forma, tem conseguido desenvolver um trabalho que lhe permite atuar onde o Estado não consegue chegar, pois conhece mais de perto as necessidades e demandas da região, além de dominar a lógica dos pequenos municípios. Com isso, consegue interferir na realidade das instituições (predominantemente ligadas às estruturas públicas municipais) com maior eficácia, interferindo em práticas já institucionalizadas e, por isso, de difícil mudança". (R. P. Oliveira & Silva, 2008, p. 7)

Durante o governo de Vilson Kleinübing, entre 1991 e 1994, ocorreu o primeiro esforço de criação do Sistema Estadual de Museus, ainda que em um cenário de recursos escassos e pouco investimento. Com o pouco sucesso da iniciativa, a Gerência de Museus, vinculada à Fundação Catarinenses de Cultura, acabava por exercer as atividades ligadas aos museus, incluindo incipientes, mas pioneiras, ações de treinamento de profissionais ligados às instituições museológicas. A partir de 1993 a Fundação Catarinense de Cultura teve suas responsabilidades ampliadas, passando a abarcar ações de defesa dos patrimônios artísticos, históricos, paisagísticos e culturais, inclusive ações de tombamento. A ampliação de responsabilidades não resultou, entretanto, em um financiamento mais amplo, de modo que esse se mantém um dos entraves a sua atuação. Nos anos seguinte, já terminado o mandato de Kleinübing, a situação se agrava ainda mais, dentro de um cenário de crise financeira no estado, que levou, inclusive, à retenção de salários do funcionalismo.

A alternativa, assim, foi apostar em parcerias com outras instituições, como a UFSC, a UDESC e o IPHAN, de modo a oportunizar o desenvolvimento de projetos em seu escopo de atuação. Em 1997, a partir do atual MArquE/UFSC, foi criado o Núcleo de Estudos

Museológicos – NEMU/UFSC, que passou a desenvolver atividades, especialmente no campo de treinamento dos profissionais. O Núcleo "se inspirou na dinâmica que já vinha sendo utilizada pela UFSC no Núcleo de Estudos Açorianos (NEA), de realizar encontros periódicos e descentralizados", e foi bastante atuante até seu encerramento, em 2011. (Rafael, 2017, p. 61) Sua principal contribuição foram as oficinas realizadas em todo o território catarinense, que não só formavam e capacitavam profissionais como serviam de incentivo a formação de pontes e parcerias entre diversas instituições, contribuindo sobremaneira para solidificação do campo museal no estado.

O NEMU utilizou sua posição dentro de um cenário de relativa estabilidade – uma vez que as condições políticas na UFSC eram menos propensas a rupturas do que a atuação do governo estadual – e sua capacidade de se relacionar na capilaridade do campo museal em Santa Catarina para desenvolver um trabalho significativo, consolidando-se como uma das principais referências na área. Suas ações, entretanto, como outras da área, eram também caracterizadas por serem esforços individuais, com pouca atuação institucional e por vezes fragmentada.

> "De posse do recurso organizacional que lhes legitimavam no campo, associado ao recurso político e ao conhecimento especializado, essas pessoas empreenderam ações que se caracterizaram mais por iniciativas individuais do que por políticas institucionais. Trata-se de profissionais com grande inserção no campo, que há anos eram demandados a dar orientações a museus de todo o estado. No entanto, esse atendimento carecia de respaldo e estrutura institucional, resultando em ações isoladas e descontinuadas". (R. P. Oliveira & Silva, 2008, p. 8)

Na segunda metade da década, entre 1994 e 1998, o IPHAN de Santa Catarina passou a ministrar uma série de oficinas de conservação e restauro, que acabaram por se constituir em uma importante ferramenta de expansão do campo. A área da conservação e restauração tem uma certa tradição no estado, contando, inclusive, desde 1987, com a Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais – ACCR, que tem, desde sua fundação, ocupado um importante papel no sentido de profissionalizar a atuação de conservadores e restauradores.

A Universidade do Estado de Santa Catarina também foi palco de uma importante iniciativa em relação à consolidação do campo e da formação profissional, com seu Curso de Especialização Latu Sensu em Museologia, ministrado entre os anos de 1999 e 2000. A iniciativa, um dos primeiros esforços de educação universitária na área no estado, serviu como um importante impulsionador, mostrando a demanda e a importância dos estudos em museologia em Santa Catarina, tendo, entretanto, se limitado a esta edição.

No ano de 2004, dentro das novas premissas postas em prática a partir do ano anterior pelo governo brasileiro, já sob o mandato de Luís Inácio Lula da Silva, ações do Ministério da

Cultura levam a novas consolidações no campo. Neste cenário profissionais e instituições museológicas são chamados a se engajar na construção da Política Estadual de Museus, visando repensar alguns princípios do campo em Santa Catarina. É então atualizado o decreto de 1991 e posto em prática o SEM/SC. Assim o grande motor da ação museal no estado é, sem dúvida, a atuação estatal.

> "Em Santa Catarina, 70% dos museus estão vinculados ao Estado ou às prefeituras municipais e 75% são considerados, predominantemente, históricos, etnográficos ou antropológicos, o que parece configurar um campo mais conservador, muito influenciado pelas políticas públicas e com práticas mais vinculadas ao conceito tradicional de museu". (Meister, 2013, p. 27)

Este novo impulso ao campo em Santa Catarina pode ser sentido, também, na esfera da formação. Diante do quadro de existência de apenas dois cursos de graduação em museologia no país – na UniRio e na UFBA – em 2004 o Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE, institui seu Curso de Graduação em Museologia, na cidade de Orleans, no sul do estado. O curso se transformou em importante centro de estudos na área, só vindo a ter sua importância relativizada com a implantação do Curso de Graduação em Museologia da UFSC, em 2010. Com uma melhor estrutura e acesso direto a outros recursos, por ser uma universidade federal, o curso da UFSC logo se firma como referência, diminuindo o protagonismo de seu congênere do sul. Ainda assim, por seu pioneirismo não só em Santa Catarina, mas no Brasil, o curso da UNIBAVE ainda é um importante fator na museologia catarinense.

Os museólogos com atuação em Santa Catarina fazem parte do COREM 5ª Região PR/SC, que tem, hoje, 98 profissionais registrados, sendo 35 do estado do Paraná e 63 de Santa Catarina. (COREM 5R, 2017) Embora o número ainda seja pequeno, passou por um notável incremento nos últimos anos, uma vez que no ano de 2006 Santa Catarina contava com apenas 2 museólogos registrados (R. P. Oliveira, 2007, p. 136). Esse processo parece que é explicado a partir da expansão do ensino superior na área, que não só forma regularmente novos museólogos como também atrai profissionais de outros estados através da ampliação do campo de atuação. Houve, também, a contratação de profissionais pelas instituições culturais do estado, como a Fundação Catarinense de Cultura. Esse movimento, assim, nos parece profundamente ligado às políticas públicas desenvolvidas desde a última década.

Apesar do estabelecimento destas várias instituições, a articulação entre elas permanece pouco desenvolvida. Sendo uma área ainda em desenvolvimento, o desperdício de esforços causado pela falta de relação e articulação entre as diversas esferas é ainda mais deletério. O desenvolvimento do campo museal que o Brasil testemunhou nos últimos anos está amplamente apoiado em iniciativas estatais, tanto de ação direta quanto de fomento, regulação

e organização. As iniciativas que, na esteira dos movimentos de alcance nacional, são realizados nos estados e municípios por vezes se ressentem da falta de uma atuação realmente sistêmica, que permita que se aproveite ao máximo as diversas iniciativas.

No 6º Fórum Nacional de Museus, realizado em Belém no ano de 2014, essas necessidades foram trazidas à tona, através de um documento elaborado por representantes de vários Sistemas Estaduais. Nesse documento estavam representados 20 dos 27 estados, que tinham sob sua abrangência cerca de 90% dos habitantes e 95% das instituições museais do país[14]. Ali fica clara a busca de mais articulação, que evite fluxos de decisões paralelos e que dê aos sistemas mais participação e protagonismo, e melhores condições de agir na consecução de seus objetivos. Entre as sugestões se destacam:

> 1. "Que seja indicado um servidor do Ibram para a interlocução entre a rede SIMUS e a Instituição, com a atribuição de encaminhar internamente as demandas e consultas feitas pelos Sistemas de Museus, bem como informar os assuntos e articulações advindo a esta autarquia;
> 2. Que se fortaleça a inserção dos Sistemas de Museus na formulação de instrumentos referentes às políticas públicas do setor museal;
> 3. Que o Cadastro Nacional de Museus, considerando as políticas setoriais de museus de cada ente federativo, em sua composição, possibilite aos sistemas de museus o acesso integral aos dados coletados para região solicitante. Sugere-se, ainda, que a plataforma possibilite a validação integral dos dados pelos Sistemas de Museus e a inserção de novos metadados a serem coletados conforme a necessidade do ente federativo para o desenvolvimento de suas políticas do setor museal.
> 4. Que a implementação do INBCM- Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados e do CBMD- Cadastro Nacional de Bens Culturais Musealizados Desaparecidos seja realizada em conjunto com os Sistemas de Museus, garantido a formação e qualificação técnica da equipe dos Sistemas;
> 5. Que o monitoramento do PNSM- Plano Nacional Setorial de Museus conte sempre com a participação dos Sistemas de Museus;
> 6. Que o Ibram avalie os limites operativos dos Sistemas de Museus e implemente um programa de capacitação regular para os profissionais dos Sistemas;
> 7. Que o Ibram identifique as restrições legais de cada Sistema, como previsto em seus atos criativos, no que tange a exigências postas no Decreto n° 8.124/2013;
> 8. Que o Ibram promova a realização anual de encontros de trabalho entre o Ibram e representantes de Sistemas de museus visando à elaboração de Planos de Ação Integrado e à avaliação das ações;
> 9. Que o Ibram retome o Programa Nacional de Capacitação para os profissionais de museus, com oficinas específicas de acordo com as demandas locais indicadas pelos Sistemas;
> 10. Que o 7 Fórum Nacional de Museus, cuja a realização está prevista para 2016, seja realizada na cidade de São Paulo/SP, como parte integrante da efeméride de 30 anos de criação do SISEM-SP- Sistema Estadual de São Paulo". (SIMUS, 2014)

Diante destas demandas, em 2015, o Ibram lançou um edital específico para a implantação e fortalecimento de Sistemas de Museus. Apesar de vários estados terem apresentado propostas, foram contemplados apenas 3 projetos, da Secretaria da Cultura do

[14] Não assinaram o documento os representantes dos estados do Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Sergipe e Tocantins.

Estado do Ceará, Secretaria de Estado da Cultura do Paraná e a Associação dos Amigos do Museu Mineiro, ficando ainda uma grande demanda a ser atendida. (Ibram, 2016a)

Em Santa Catarina, a atuação do Sistema Estadual de Museus, que assinou as reivindicações acima citadas, é marcada pela busca da criação de condições efetivas de implementação, manutenção e desenvolvimento das instituições. É evidente que há pouca articulação com as ações em nível nacional, como os cadastros de museus, em que um nacional e um estadual coexistem. Os esforços são, assim, dobrados e energias dissipadas, uma vez que se poderia unir os esforços e melhorar ainda mais tal ferramenta, tão importante para monitoramento e execução dessas políticas.

Entretanto, como já afirmamos, nos últimos anos o SEM/SC tem centrado seus esforços em ações que tem auxiliado o campo museal nessa empreitada de elaboração e aplicação de políticas. Um dos espaços de discussão dessas políticas, desde 2005, é o Fórum de Museus de Santa Catarina, previsto para acontecer bienalmente, mas que teve sua última edição em 2013. Promovido pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC), de abrangência estadual, tem a pretensão de definir ações, em especial da própria fundação, dentro do campo museal em Santa Catarina.

Edição	Cidade	Ano	Participantes
1º Fórum de Museus	Florianópolis	2005	115
2º Fórum de Museus: Patrimônio Cultural, Museus e Direitos Humanos	Joinville	2010	265
3º Fórum de Museus: Gestão Cultural e Compromisso Social	Chapecó	2011	277
4º Fórum de Museus: Plano Setorial de Museus do Estado	Florianópolis	2013	250

Tabela 16: Edições dos Fóruns de Museus de Santa Catarina (Fundação Catarinense de Cultura, 2015c)

Entre as muitas ações e prioridades elencadas nos fóruns, chama atenção para o eixo programático das políticas de Capacitação e Formação, centrada na oferta de treinamento, apoio e consultoria, buscando qualificar as ações das instituições. Estas características, mais uma vez, partem da compleição que assume a área em Santa Catarina, com museus em sua maioria públicos – de forma que, se os recursos não são abundantes, ao menos há verbas relativamente estáveis – e bastante capilarizados, o que incentiva ações que abarquem todo o território – ou ao menos alguma preocupação na interiorização das iniciativas – e torna necessária uma preocupação constante com a qualificação da mão de obra envolvida na atividade. Essas ações, no entanto, remontam às duas últimas décadas do século XX e a iniciativas de instituições como o IPHAN, a FCC, o NEMU e o CEOM. (Rafael, 2017)

Embora essas formações tenham o objetivo de serem continuadas, sabemos que na realidade o planejamento de formação e qualificação dos profissionais de museus passa por

algumas questões transversais, como a de contratação de profissionais, por exemplo. As equipes dos museus sofrem constantes modificações, e aqueles profissionais formados na primeira oficina, não necessariamente estarão presentes nas outras, o que pode dificultar essa formação continuada, de complexificação das temáticas, criando uma necessidade perene de se retornar às questões introdutórias.

Uma das formas encontradas de aprofundar estas ações de treinamento tem sido a publicação, pela FCC, de obras de referência, priorizando conceitos básicos da museologia. Se destacam a Coleção Estudos Museológicos, já no terceiro volume e tendo tratado dos temas da restauração/conservação, documentação museológica e gestão, e a publicação Conceitos-chave de Museologia, que apresenta uma relação de termos básicos da museologia. (Cândido, 2014; Desvallées & Mairesse, 2014; Ghizoni & Teixeira, 2012; Padilha, 2014)

Embora de grande importância, a necessidade de tais iniciativas mostra que o campo da museologia ainda se encontra, em Santa Catarina, em estágio de desenvolvimento. Há um longo caminho a ser trilhado no sentido de qualificar e profissionalizar indivíduos e instituições que atuam no tema.

2.2 Museus no Estado de Santa Catarina

Em 2010 o Ibram realizou um grande censo buscando quantificar as instituições museológicas do país. No 'Museu em Números' registrou mais de três mil instituições museológicas a partir do Cadastro Nacional de Museus, no que representou uma das primeiras iniciativas amplas e abrangentes a buscar traçar um perfil das instituições museológicas no país. (Ibram, 2011c)

O Cadastro Nacional de Museus representa uma ferramenta importante, por ser uma iniciativa permanente, representando uma forma de desenvolver um trabalho constante de mapeamento destas instituições. Há, no entanto, algumas limitações. Como autodeclaração, não há requisitos claros para uma instituição poder participar do cadastro, e, uma vez que não há uma verificação *in loco* das informações fornecidas, existem discrepâncias entre dados apresentados.

Nessa perspectiva, muitos parques nacionais e sítios arqueológicos e históricos, bem como jardins botânicos e zoológicos, também se cadastraram, ficando a critério do pesquisador contabilizar nas estatísticas essas instituições, ou selecionar apenas aquelas com a nomenclatura de museus. O próprio 'Museus em Números' reconhece a dificuldade da situação:

> "Uma das principais controvérsias revela-se na própria conceituação de museu. Embora o Conselho Internacional de Museus (ICOM) ofereça uma definição cuja abrangência propõe-se mundial, muitos países têm suas próprias conceituações para fins operacionais e estatísticos. (...) Há países nos quais parques nacionais e sítios históricos, bem como jardins botânicos e zoológicos, são classificados como museus; outros não adotam tal classificação, optando por conceitos menos abrangentes". (Ibram, 2011c, p. 2)

Esses pontos, no entanto, não diminuem a importância do cadastro como ferramenta e ponto de partida para os esforços de conhecer o campo museológico no Brasil. O 'Museu em Números' aponta a existência de 241 museus no estado.

O Sistema Estadual de Museus também vem, desde 2013, elaborando um estudo prévio sobre os museus de Santa Catarina, a partir do Cadastro Catarinense de Museus. Muito próximo ao trabalho realizado pelo Ibram, a iniciativa traça um panorama dos museus no estado. Também é um cadastro baseado na autodeclaração, mas, para fins de definição, privilegiou apenas as instituições que se definiam como museus, excluindo parques, zoológicos e outros, chegando ao número de 199 museus. Como estas instituições estão, em Santa Catarina, espalhadas por vários munícipios, há uma grande heterogeneidade entre elas. O levantamento de dados que mostrem de forma mais concreta estas características é requisito fundamental para que as políticas na área sejam realizadas de forma mais adequada e eficiente.

Cruzando os dados do Cadastra Nacional de Museus do Ibram – acessados em 24/05/2015 – com as projeções do IBGE para os diferentes estados brasileiros, referentes a 2014, podemos realizar uma tentativa de quantificar a importância das instituições museológicas em todo o Brasil. Neste levantamento, a quantidade de instituições no estado é um dado que chama atenção. Mesmo sendo o 11º estado mais populoso da federação, Santa Catarina é o 6º em número de museus cadastrados no CNM. Mais de um terço dos seus 295 municípios possuem ao menos um museu em seu território, sexta maior porcentagem do país. Mas o ponto que mais ilustra o alcance destas instituições é o fato do estado ter, segundo o levantamento, um museu para cada 27.913 habitantes, marca só menor do que a do Rio Grande do Sul. Para efeitos de comparação, a média nacional é de um museu para cada 53 mil habitantes.

Museus, municípios e habitantes por estado

Estado	Habitantes	Municí-pios	Municí-pios com Museus	Museus	% dos municípios que possuem museus	Média de museu por município	Habitantes por museu
São Paulo	44.035.304	645	215	629	33,33%	0,98	70.008
Rio Grande do Sul	11.207.274	497	177	449	35,61%	0,90	24.961
Minas Gerais	20.734.097	854	175	410	20,49%	0,48	50.571
Rio de Janeiro	16.461.173	92	61	312	66,30%	3,39	52.760
Paraná	11.081.692	399	116	295	29,07%	0,74	37.565
Santa Catarina	*6.727.148*	*295*	*105*	*241*	*35,59%*	*0,82*	*27.913*
Bahia	15.126.371	417	58	168	13,91%	0,40	90.038
Ceará	8.842.791	184	66	144	35,87%	0,78	61.408
Pernambuco	9.319.347	185	37	113	20,00%	0,61	82.472
Paraíba	3.943.885	223	31	89	13,90%	0,40	44.313
Distrito Federal	2.852.372	1	1	79	100,00%	79,00	36.106
Goiás	6.523.222	246	31	73	12,60%	0,30	89.359
Espirito Santo	3.885.049	78	31	72	39,74%	0,92	53.959
Rio Grande do Norte	3.408.510	167	35	68	20,96%	0,41	50.125
Alagoas	3.321.730	102	22	65	21,57%	0,64	51.104
Mato Grosso do Sul	2.619.657	79	25	62	31,65%	0,78	42.253
Mato Grosso	3.224.357	141	24	52	17,02%	0,37	62.007
Amazonas	3.873.743	62	11	48	17,74%	0,77	80.703
Pará	8.073.924	144	14	47	9,72%	0,33	171.786
Sergipe	2.219.574	75	11	36	14,67%	0,48	61.655
Maranhão	6.850.884	217	10	35	4,61%	0,16	195.740
Piauí	3.194.718	223	15	26	6,73%	0,12	122.874
Acre	790.101	22	6	24	27,27%	1,09	32.921
Rondônia	1.748.531	52	9	20	17,31%	0,38	87.427
Tocantins	1.496.880	139	10	15	7,19%	0,11	99.792
Amapá	750.912	16	3	9	18,75%	0,56	83.435
Roraima	496.936	15	2	5	13,33%	0,33	99.387
BRASIL	**190.755.799**	**5.570**	**1.301**	**3.586**	**23,36%**	**0,64**	**53.194,59**

Tabela 17: Quantidade de museus, municípios e habitantes por unidade da federação (IBGE, 2013; Ibram, 2015a)

No estado, entretanto, há pouca variação na importância e amplitude da atividade museológica entre as regiões. Dividindo as instituições nas regiões museológicas, definidas pelo Sistema Estadual de Museus, podemos perceber que não há grande variação entre elas.

Museus, municípios e habitantes por Região Museológica

Estado	Habitantes	Municí-pios	Municí-pios com Museus	Museus	% dos municípios que possuem museus	Média de museu por municí-pio	Habi-tantes por museu
1 - Oeste	768.273	76	20	30	26,32%	0,39	25.609
2 - Meio-Oeste	495.176	43	16	24	37,21%	0,56	20.632
3 - Serra	415.122	30	7	12	23,33%	0,40	34.594
4 - Sul	962.743	43	19	35	44,19%	0,81	27.507
5 - Grande Florianópolis	1.111.702	22	10	44	45,45%	2,00	25.266
6 - Vale do Itajaí	1.649.959	53	20	57	37,74%	1,08	28.947
7 - Norte	1.324.173	26	13	39	50,00%	1,50	33.953
SANTA CATARINA	**6.727.148**	**293**	**105**	**241**	**35,84%**	**0,82**	**27.913**

Tabela 18: Quantidade de museus, municípios e habitantes por Região Museológica em Santa Catarina (IBGE, 2013; Ibram, 2015a)

Ainda que a porcentagem de municípios que possuem ao menos um museu varie de 50% no Norte a menos da metade disso na Serra, isso parece se dar mais em função da distribuição dos municípios e da prevalência de cidades menores do que da importância da atividade museológica, uma vez que o número de habitantes por museus varia pouco, sempre entre 20 e 35 mil habitantes por museu. Para efeito de comparação, tais taxas se manteriam sempre entre as três maiores se comparadas com os demais estados do Brasil, não representando uma variação maior do que uma posição acima ou abaixo da posição ocupada por Santa Catarina como um todo.

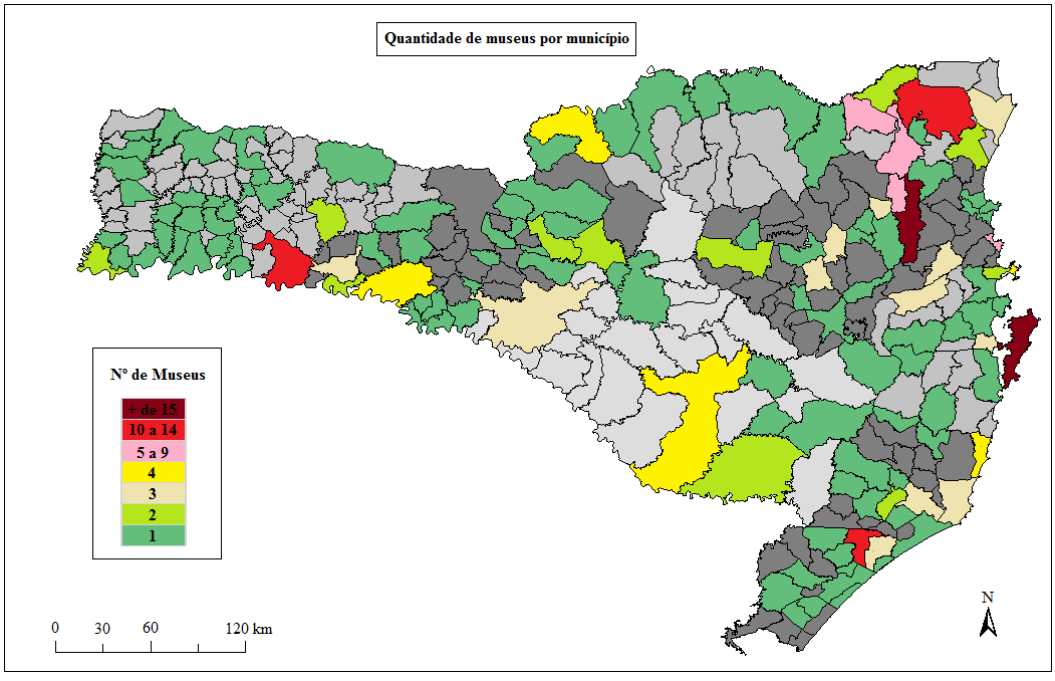


Figura 5: Museus por município (Ibram, 2015a)

Em nossas pesquisas conseguimos identificar 272 museus em Santa Catarina. Isso mostra uma evolução desde 2010, quando o Museus em Números identificou apenas 199. (Ibram, 2011c) Há que se destacar, ainda, que para o Oliveira e Silva o estado era o que, em 2007, tinha a menor concentração de museus em sua capital, apenas 12% do total. (R. P. Oliveira & Silva, 2008, p. 6) Já em 2010, segundo compilação do Ibram, Florianópolis possuía 14,1% dos museus do estado, segunda menor concentração do país, atrás apenas de Belo Horizonte com 12,9%. (Ibram, 2011c, p. 51) Em nossas pesquisas identificamos que atualmente Florianópolis concentra pouco mais de 13% dos museus do estado.

No entanto se observamos a formação do campo museal desde o início do século XX em Santa Catarina podemos perceber que o "boom dos museus" se deu apenas a partir da década de 80, como visto em outros estados do Brasil e também um fenômeno verificado mundialmente.

> "Antes de entrarmos no período em questão, vale compreender alguns aspectos da formação do campo museal catarinense, que em 1974 contava com 33 museus. Foi entre os anos 1980 e 2000 que mais de 70% das instituições museais catarinenses surgiram, chegando no final de 2006 ao total de 181. Alguns fatores podem ter sido responsáveis pela multiplicação do número de museus nesse período, como o desenvolvimento descentralizado, o fortalecimento dos municípios e as práticas políticas que incentivaram a preservação do patrimônio". (R. P. Oliveira & Silva, 2008, p. 5)

Entre as instituições que pesquisamos, há uma clara predominância de instituições criadas entre 1995 e 2005. Esse período corresponde ao desenvolvimento das primeiras iniciativas, a partir de 1991, de consolidação de sistemas de museus e outras iniciativas governamentais de incentivar, regular e ordenar o campo museológico.

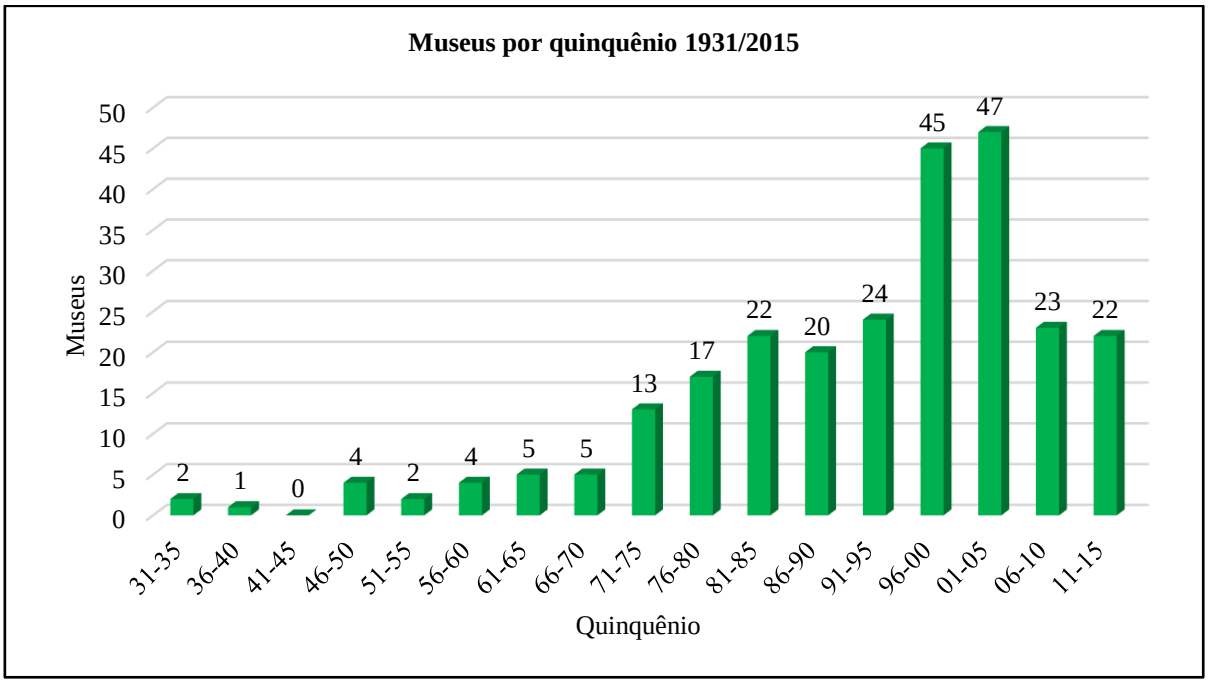


Gráfico 1: Museus por quinquênio em Santa Catarina (Simão, 2015)

Conforme acima, apenas três instituições datam de princípios do século XX em Santa Catarina, todas na década de 1930. Em seu Museu em Números, o Ibram afirma que

> "a primeira instituição museológica de Santa Catarina data de 1933 e foi criada dentro do Seminário Sagrado Coração de Jesus, no município de Corupá. O Irmão Luiz Godofredo Gartner deu início à atividade no viveiro Paraíso das Aves. [...] Hoje, em homenagem ao religioso, a instituição tem seu nome – Museu Irmão Luiz Gartner – e possui um acervo de taxidermia composto por cerca de 1.500 exemplares, entre répteis, aves, peixes e mamíferos, além de agregar coleções oriundas de outras unidades da congregação religiosa que administra o Museu, como indumentária, arte sacra e numismática". (Ibram, 2011c, p. 525)

Havia, entretanto, outras iniciativas em desenvolvimento na mesma época. Em Brusque o atual Museu Arquidiocesano Dom Joaquim também iniciava suas atividades.

> "Em 1933, a família do falecido comerciante de Itajaí Joca Brandão doou ao Seminário de Azambuja uma coleção particular de porcelanas, armas, moedas, diversos objetos de sua coleção pessoal, em troca de um dos filhos da família poder estudar no Seminário. Nesta época, foi criado um pequeno museu interno chamado Museu Joca Brandão. Era uma sala de curiosidades que os alunos do seminário frequentavam com os professores". (SEM/SC, 2015)[15]

A pergunta sobre a instituição mais antiga, assim, é difícil de ser respondida. Também o Museu de Ecologia Fritz Muller, de Blumenau, já vinha atuando, de uma forma ou de outra, em 1936. Em virtude dos avanços do campo museológico, é bastante difícil definir, principalmente no início do século XX, o que exatamente constitui o "início" de uma instituição. As coleções eram uma prática relativamente comum, aí incluídas visitações episódicas e a pesquisa, ainda que por vezes realizada de forma ainda não profissional.

[15] Dados disponibilizados pelo SEM/SC - 2015.

Há, em Santa Catarina, uma forte tendência à regionalização, à definição de regiões a partir do que muitas vezes se entende como o mosaico de culturas do estado. Dentro do campo dos museus, isso também é perceptível. Há um forte incentivo aos museus da colonização ou da imigração, entendida como particular de cada município, celebrando a suposta origem cultural do estado, como diferenciada da experiência das outras áreas do país.

Além de uma regionalização temática, há também uma regionalização mais prática, que surge da atuação cotidiana e é uma das bases da atuação interinstitucional no estado. Como em outras áreas, os museus de determinada região tendem a aproximar-se de suas congêneres mais próximas, em uma atuação que reforça a ideia de ilhamentos culturais.

> "A estruturação do campo dos museus catarinense se caracterizou por essa regionalização. Em todas as regiões, organizações passaram a se destacar por sua atuação nuclear, ou seja, por serem referência para outros museus geograficamente próximos, configurando campos que em alguns momentos foram bastante independentes, com pouca interação com outras regiões, mas que em outros momentos foram mais interconectados". (R. P. Oliveira & Silva, 2008, p. 6)

Essa regionalização continua forte na organização do campo. O próprio Sistema de Museus de Santa Catarina divide as instituições no que chama de Regiões Museológicas, a partir da divisão em áreas de influência culturais que representariam alguma espécie de homogeneidade. Ainda que a origem destas divisões esteja na ideia de mosaico cultural, tal divisão acaba sendo útil na prática, uma vez que permite que as iniciativas sejam mais localizadas, e estejam, de certa forma, alinhadas com políticas de outros campos que também partem de uma regionalização semelhante.

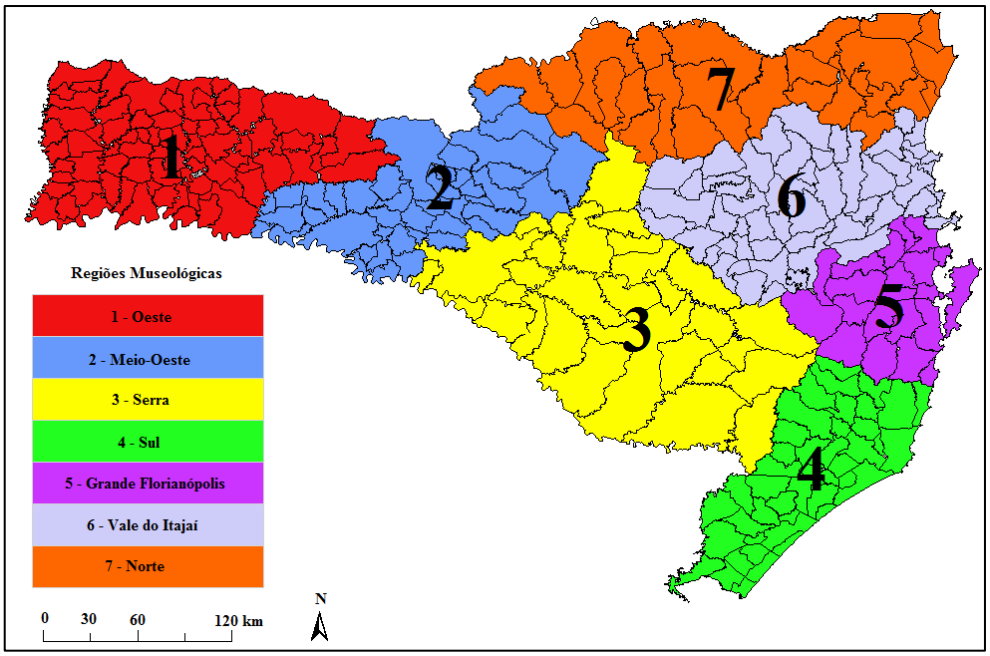


Figura 6: Regiões museológicas de Santa Catarina (Fundação Catarinense de Cultura, 2014b)

Mesmo que muitos museus estejam localizados em pequenas cidades do interior, normalmente estão no perímetro urbano destas cidades, de modo que a grande maioria se encontra em zona urbana. Tratando-se de instituições que têm sua atuação fortemente associada à presença do público, é esperado que estejam localizadas nos pontos de maior afluxo, ainda que em cidades menores. Estes museus fazem parte, assim, da estrutura básica de muitas cidades, de modo semelhante, e com papel de centralidade nos municípios, a outras estruturas como a prefeitura ou a biblioteca municipal. Isso está alinhado com o papel fundador das instituições museológicas, no sentido de, muitas vezes, se articularem aos conceitos que dão base e forma aquela comunidade, em grande parte a partir da ideia de uma colonização europeia como origem.

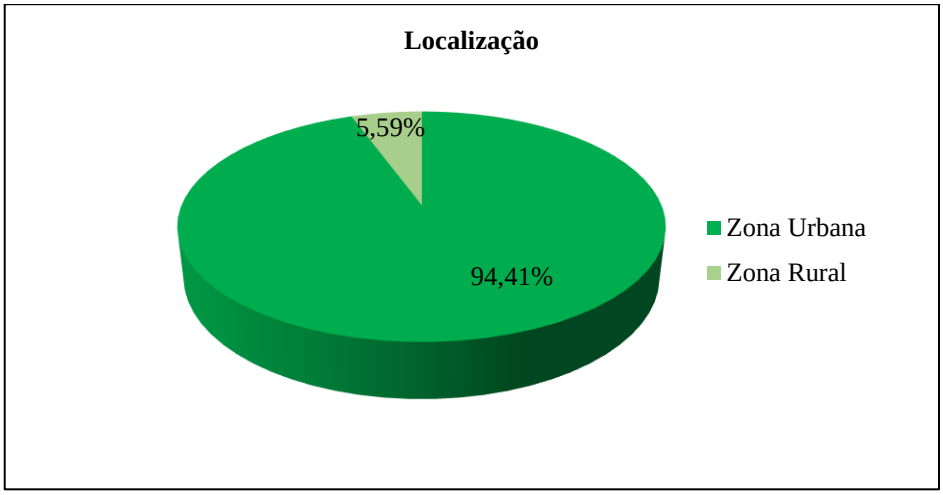


Gráfico 2: Localização dos museus de Santa Catarina por zona urbana ou rural. (SEM/SC, 2015)[16]

A maioria dos museus do estado é definido como tendo acervo histórico. Essa característica é bastante relevante, pois muitas vezes os museus, em especial nos municípios com apenas uma instituição, exercem um papel significativo na construção de narrativas sobre o passado das comunidades. É nesses museus, em especial, que as discussões sobre a identidade catarinense são de grande importância, pois muitas vezes são a parte mais palpável do esforço de definição de uma "origem", normalmente europeia e pensada de modo a diferenciar-se do restante da experiência brasileira, principalmente afastando-se da presença de mão de obra escrava e de populações de origem indígena ou africana.

[16] Dados disponibilizados pelo SEM/SC para essa pesquisa e também apresentados pelo sistema durante a II Semana Acadêmica de Museologia, promovida pelo Centro Acadêmico Livre de Museologia-CAMUS, do Curso de Graduação em Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina, em novembro de 2014.

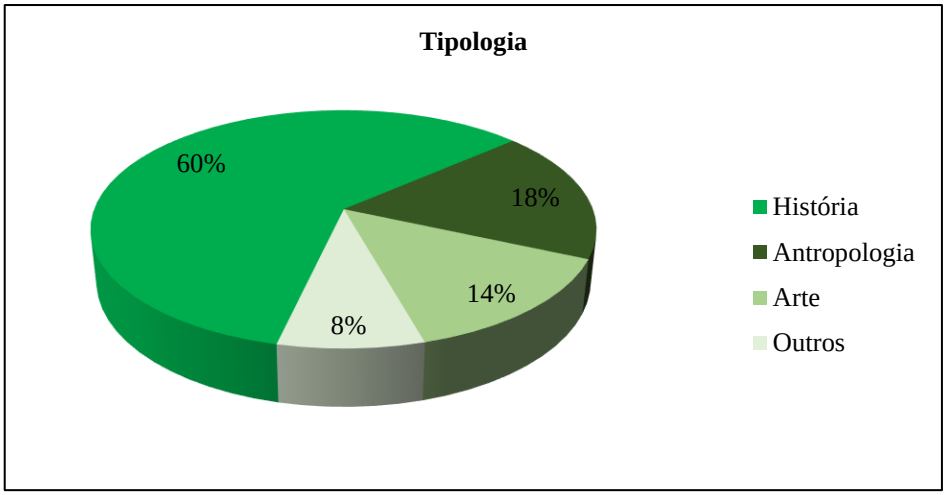


Gráfico 3: Tipologia dos museus (SEM/SC, 2015)

Quando o tema é a situação empregatícia dos profissionais, a maior parte exerce seus cargos a partir de uma função comissionada, indicada pela gestão de turno. Isto aponta não só para a importância das estruturas de governo no campo, mas também para a instabilidade que tem sido apontada como uma das dificuldades das instituições museológicas, em especial as ligadas às prefeituras municipais. Como cargos comissionado, as alterações no poder vigente acabam por refletir fortemente em alterações nas instituições, dificultando qualquer trabalho de longo prazo. Assim a saída de um prefeito representa, muitas vezes, um recomeço no trabalho dos museus, com novas equipes que terão, muitas vezes, que recomeçar trabalhos de qualificação que poderiam, em uma situação mais estável, representar avanços mais rápidos e consistentes.

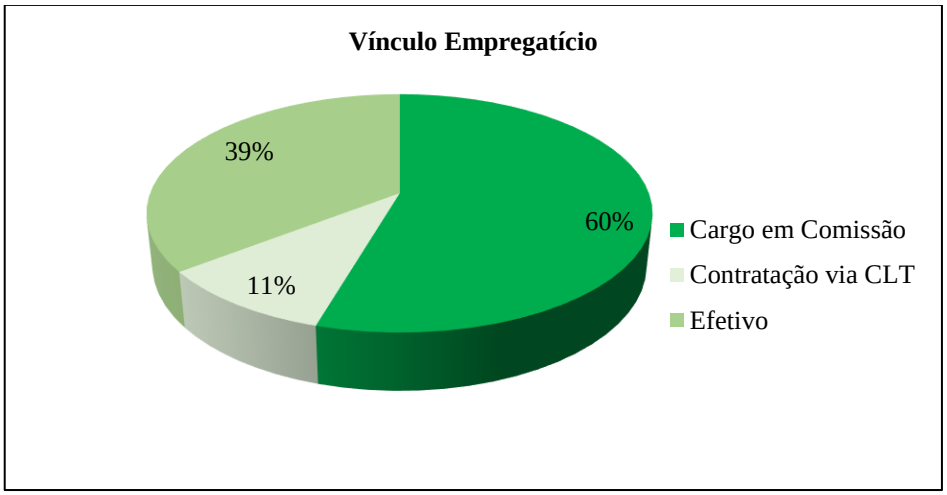


Gráfico 4: Vínculo empregatício dos profissionais dos museus. (SEM/SC, 2015)

Mais do que a instabilidade entre o pessoal da equipe, o próprio orçamento também não se alicerça em políticas permanentes. Desta forma, não só o planejamento e o comprometimento com ações futuras são postos em risco como também faz com que estas instituições, muitas vezes, estejam nas primeiras opções em um cenário de corte ou contingenciamento de despesas. Esse dado também aponta para a necessidade de editais ou outras ações de fomentos patrocinadas por instâncias externas. Os museus estão, assim, profundamente sujeitos às menores flutuações políticas, o que seria deletério em qualquer instituição, mas é especialmente preocupante em instituições que tem na guarda – e com isto dependem profundamente do planejamento de longo prazo – uma de suas atribuições.

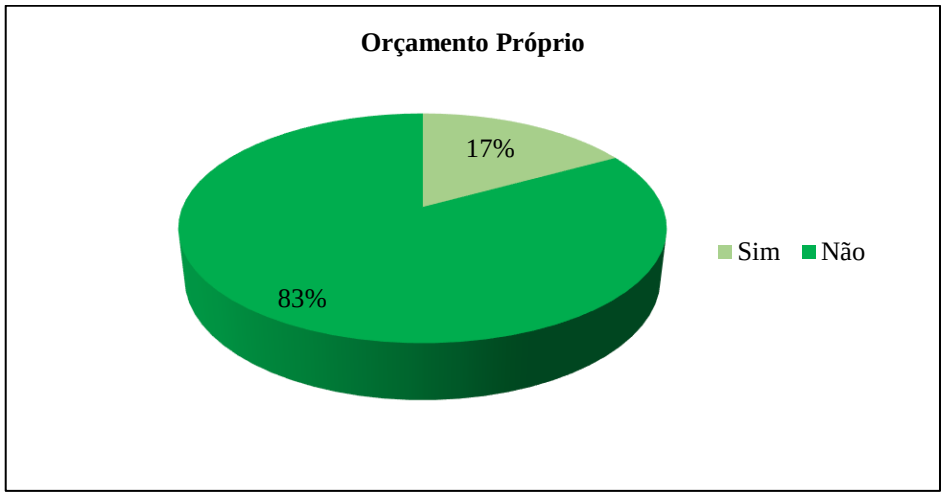


Gráfico 5: Existência de orçamento próprio nos museus de Santa Catarina. (SEM/SC, 2015)

Diante desta situação, assume um papel ainda mais proeminente a ação de estruturas como o Sistema Estadual de Museus, pois podem representar a continuidade de ações e alguma espécie de apoio contra as flutuações e outras instabilidades. Embora esse apoio deva ser constante e possa sempre ser aperfeiçoado, chama a atenção o fato de que quase a metade dos museus do estado recebeu apoio técnico do SEM/SC. Partindo-se da pouca estrutura, tanto material quanto em termos de equipe, que o sistema dispõe, nos parece claro que o apoio realizado pelo SEM/SC é uma das iniciativas que tem atingido algum sucesso em Santa Catarina. Ainda assim é preciso buscar maneiras de aprofundar não só o apoio do Sistema às instituições, mas também a participação destas no SEM/SC, de modo que este possa funcionar como um real incentivo à organização e à formulação de políticas que representem, efetivamente, os museus de Santa Catarina.

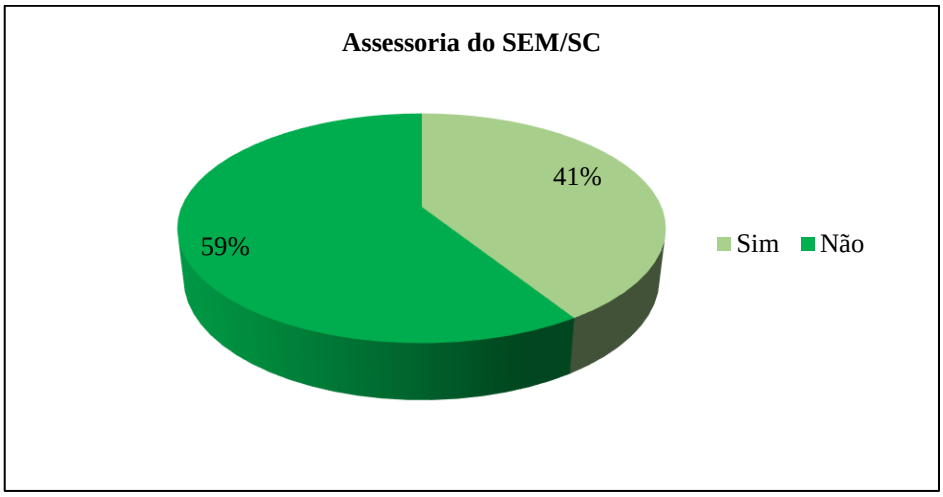


Gráfico 6: Instituições que receberam assessoria técnica do Sistema Estadual de Museus. (SEM/SC, 2015)

Parte desta dependência, tanto de apoio quanto de financiamento, advém do fato de que, em sua maioria, as instituições são de entrada gratuita, e deste modo não podem obter na cobrança de ingresso alternativas de financiamento. Isto, por outro lado, permite um acesso maior aos visitantes, potencializando o papel destas instituições. Como são em sua maioria estruturas do governo, seja municipal, estadual ou federal, a gratuidade do acesso significa a possibilidade de alcançar de maneira direta uma maior parcela dos cidadãos responsáveis por seu financiamento.

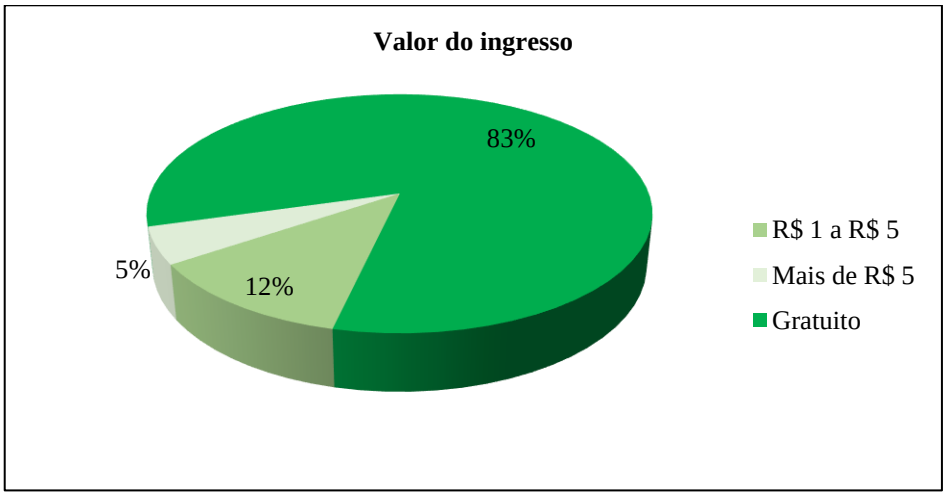


Gráfico 7: Valor cobrado pelo ingresso nos museus de Santa Catarina. (SEM/SC, 2015)

Mas mesmo que fosse cobrado ingressos, a visitação muitas vezes está aquém da necessária para representar um impacto significativo financeiramente no orçamento institucional. Mesmo iniciativas de financiamento a partir do público que transcendam a cobrança de ingresso, como uma loja do museu ou uma cafeteria, ficam prejudicadas. Os museus do estado recebem basicamente a visitação dos grupos escolares, o que aponta para sua

função de estrutura auxiliar das escolas. Há, no entanto, nesta informação, um outro lado bastante salutar, que é a construção do hábito, por parte das escolas, de inscrever a visitação a museus como parte integrante de sua atividade didática. Os museus, em especial os municipais, também estão, muitas vezes, próximos às estruturas que gerem as escolas, o que pode representar uma importante ferramenta de cooperação e auxiliar em um protagonismo maior por parte das instituições museais dentro dos processos de ensino-aprendizagem.

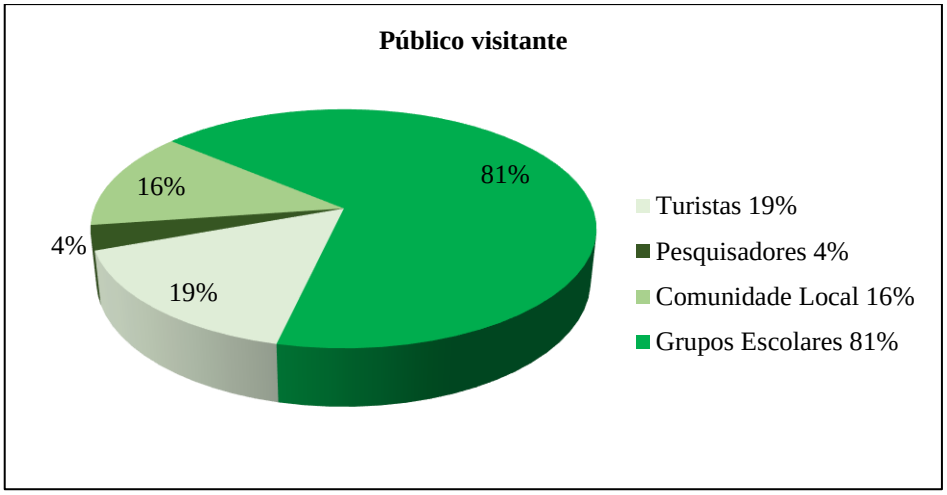


Gráfico 8: Composição do público visitante nos museus de Santa Catarina. (SEM/SC, 2015)

O papel das instituições do estado na educação, assim como em outros campos, parece se ressentir de uma maior inserção na sociedade. Por suas características, os museus podem atuar em um papel de construção ativa do conhecimento, mas para tal é imprescindível o diálogo com outras esferas sociais. Para instituições culturais, em que o contato com visões diversas e com as discussões em voga na área em que atua são fundamentais, parece-nos lícito afirmar que a falta de conexão à internet representa, hoje, um forte indicador de uma precariedade nos recursos tecnológicos e de infraestrutura disponíveis. Essas dificuldades de estrutura encontradas nos museus nos parece ser sintoma de dificuldades maiores, tanto de financiamento quanto relativo ao local destas instituições na estrutura e na ordem de prioridade das esferas que os mantêm, sendo uma das amarras que impedem um desenvolvimento mais completo do campo no cenário cultural de Santa Catarina, excetuando-se, evidentemente, as instituições que não a tem por opção.

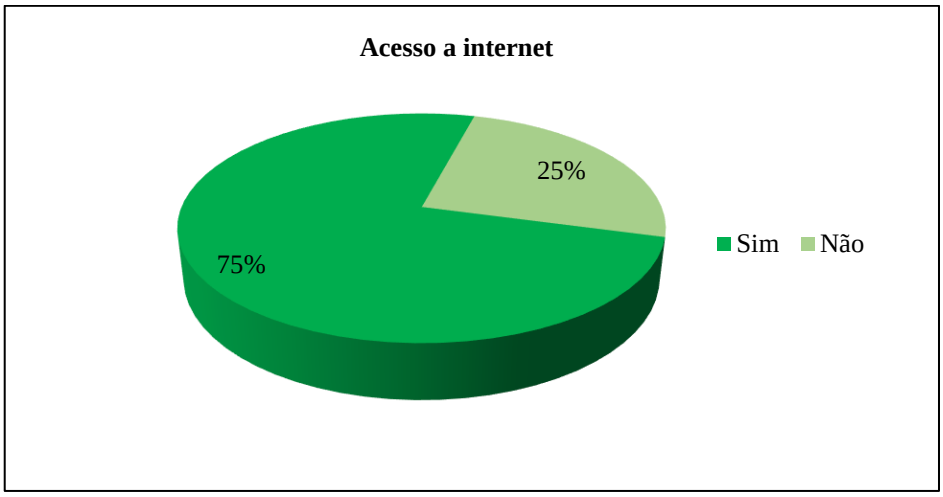


Gráfico 9: Instituições com acesso à internet em Santa Catarina. (SEM/SC, 2015)

Nessa perspectiva compreendemos que o campo de museus de Santa Catarina, está em expansão em números de museus criados, mas tem, no entanto, limitações e dificuldades na manutenção plena de suas atividades, como também é percebida em outros estados, principalmente no que tange às questões financeiras. São museus, em grande parte, com problemas de falta de estrutura, tanto física quanto em termos de pessoal. O desenvolvimento dos museus no estado, muitas vezes, parece se limitar à sua criação, pouco atuando no sentido de qualificar, ampliar ou desenvolver suas ações. Há, por outro lado, uma participação dessas instituições nos espaços de discussão e formulação de políticas, e na busca de uma atuação conjunta, como campo. Algumas políticas de qualificação, e aqui destacamos a criação do Curso de Graduação em Museologia pela UFSC, entretanto, ainda vão levar um tempo para dar aso a resultados perceptíveis, uma vez que necessitam de tempo para surtirem seus efeitos.

Desta feita o campo museal em Santa Catarina encontra-se em expansão, e com potencial para tornar-se estruturado e bem desenvolvido. Ainda assim há desafios estruturais, tanto práticos quanto teóricos, a serem enfrentados. E talvez o principal seja em termos do tipo de discurso que apresenta, e de que forma pode atingir com plenitude suas possibilidades, contribuindo com a construção de uma sociedade justa e que valorize sua diversidade.

2.3 Políticas museológicas

Deste modo, conforme referimos, uma das características das instituições museais catarinenses, em parte pela natureza estatal e do fato de serem museus históricos, em sua maioria, é a profunda dependência do financiamento público, seja através de investimentos diretos, editais ou patrocínios com recursos levantados a partir de incentivos ou renúncias

fiscais ou a partir de instituições sem fins econômicos. Um grande exemplo desta tendência é a atuação, a partir da segunda metade da década de 1990, da Fundação Vitae[17] no estado. Esses fundos, embora necessários e muito benvindos, acabavam por representar uma reafirmação da posição de destaque de umas poucas instituições, que centralizavam estes recursos.

> "A partir de 1996, alguns dos principais museus catarinenses passaram a contar com recursos privados da Fundação Vitae, uma associação que destinou recursos de fontes internacionais a projetos de educação, cultura e promoção cultural no Brasil. Essa organização internacional financiou projetos museológicos em todo o país, de 1986 a 2006. No entanto, em Santa Catarina, em nove anos foram 11 prêmios que contemplaram seis instituições. A constatação de que foram poucos os museus que conquistaram o apoio desse que foi um dos mais importantes financiadores privados do país mostra a fragilidade das organizações do campo. Observamos que essa premiação ampliou a legitimidade de poucos museus no campo, contribuindo para a manutenção de suas posições de destaque". (R. P. Oliveira & Silva, 2008, p. 6)

Mais recentemente, depois da instalação do Ibram e de um maior destaque dado à área dentro das políticas públicas, houve um importante incremento na destinação de recursos aos museus, traduzidos em um maior orçamento ordinário e destaque administrativo, tanto por parte do governo federal como das administrações estaduais e municipais. Além disso começam a surgir editais e prêmios, que vão ocupar o espaço que já havia sido da Fundação VITAE e incentivar projetos de adequação e expansão da estrutura, dos acervos e das atividades a ele relacionadas. Além de recursos diretamente aplicados pelos governos, como o Programa Monumenta-Cidades Históricas, há também um florescimento nos incentivos a partir de empresas, tanto privadas (através de renúncias fiscais como a Lei Rouanet) quanto estatais.

> "A partir de 2003, tivemos a entrada no campo, como financiadores, de empresas públicas como Petrobrás, Caixa Econômica Federal e BNDES, que passaram a lançar editais de apoio aos museus, em consonância com as políticas do Ministério da Cultura (MinC). Essa modalidade de financiamento, junto com outras seleções públicas realizadas pelo MinC, compõe uma nova e ampliada fonte de recursos para os museus, influenciando a configuração do campo, na medida em que pressionam a estruturação das organizações e demandam a presença de profissionais mais capacitados". (R. P. Oliveira & Silva, 2008, p. 7)

Para uma análise mais detalhada sobre esses recursos no estado, selecionamos quatro iniciativas, três federais (Edital de Modernização de Museus/2004-2013, Edital de Modernização de Museus-Microprojetos/2011-2014, Editais Mais Museus/2008-2013 e Prêmio

[17] Durante muitos anos, a fundação foi uma das únicas fontes de financiamento para além do orçamento habitual dos museus em Santa Catarina. Seus recursos eram imprescindíveis para instituições que buscassem realizar investimentos e adequações em sua estrutura. "A Fundação foi criada em 1985, com o dinheiro apurado na venda da mineradora Hoschschild, que atuava no Brasil, Argentina e Chile. Destinou US$ 115 milhões ao Brasil (R$ 340 milhões, em cifras de hoje), para aplicar em educação, cultura e promoção social. Além dos museus e do inventário, quase 400 projetos espalhados por 132 instituições, investiu também em pesquisa e produção de arte, através de bolsas." (A Notícia, 2006) A Fundação Vitae cessou sua atuação no ano de 2006.

Darcy Ribeiro/2011-2015), através do Ibram, e uma estadual (Prêmio Elisabete Anderle/2013-2014).

Tendo iniciado no ano de 2004, o Edital de Modernização de Museus é mais antigo que o próprio Ibram, sendo uma das principais iniciativas de financiamento do governo federal na área. Tem como alvo os museus já estabelecidos que busquem ampliar, desenvolver, aprimorar ou expandir sua estrutura, incluindo mobiliário e a adequação de espaços de exposição e reservas técnicas. É uma iniciativa do Ibram que busca a "seleção de projetos para conveniamento voltados à cultura, memória e patrimônio, para modernização dos espaços museais. Tem por objetivo ampliar, estimular e viabilizar a continuidade e a sustentabilidade das atividades das instituições selecionadas, a fim de fomentar o processo sóciocultural nacional". (Ibram, 2014b)

Buscamos analisar, também, o Edital de Modernização de Museus – Microprojetos, iniciativa semelhantes, mas voltadas a projetos menores. Este edital permite a instituições que buscam uma intervenção de menor vulto, e tem sido utilizado por museus menores, que não teriam as condições de concorrer com instituições já mais estabelecidas ou que tenham em vista pequenas intervenções, com valores entre 20 e 50 mil reais. Teve duas edições até agora, em 2011 e 2012/2013. (Ibram, 2014g)

Outra iniciativa analisada foi o Edital Mais Museus, também do Ibram. Este edital possui um escopo bastante diverso, sendo direcionado para município de até 50 mil habitantes e que não abriguem instituições museológicas. É um esforço que visa ampliar o alcance das políticas de incentivo à atividade museológica, e um importante fator de interiorização do campo. O edital integra, na verdade, um esforço mais amplo, chamado de Programa Mais Museus.

> "Como um agente de fomento e de inspiração, o Programa Mais Museus tem contribuído para o surgimento de museus municipais, a partir de iniciativas locais, independentemente de editais. Além disso, faz parte dos objetivos do Programa fornecer apoio especializado, bem como orientar e acompanhar a criação de museus no Brasil. [...] O apoio consiste na aquisição de equipamentos e mobiliários; elaboração de projetos para execução de obras e serviços; instalação e montagem de exposições; restauração de imóveis; elaboração de projetos museológicos ou museográficos e benfeitoria em imóveis". (Ibram, 2010d, p. 88–89)

Além dos contemplados em editais, analisamos também os projetos premiados dentro do Prêmio Darcy Ribeiro, também organizado pelo Ibram. Esta iniciativa distribui valores em dinheiro para os três primeiros colocados, entre 8 e 15 mil reais, além dos prêmios não financeiros: Menção Honrosa e Seleção para Publicação. Busca premiar iniciativas relacionadas ao campo da educação, e desenvolvida nas instituições museológicas. (Ibram, 2014d)

Na esfera estadual, adquire grande importância o Prêmio Elisabete Anderle, instituído em homenagem à Professora Elisabete Anderle, diretora da Fundação Catarinense de Cultura falecida em 2008. De grande importância para o fomento das iniciativas culturais no estado, teve na última edição mais de mil e quinhentos projetos inscritos e mais de duzentos contemplados. Em suas três edições (2008-2009, 2013 e 2014-2015) foram distribuídos quase 20 milhões de reais, mais de 6,5 milhões na última edição. O prêmio está, desde 2011, previsto na Lei Estadual 15.503 de 29 de junho de 2011, devendo ser realizado anualmente. (Brasil, 2011) A última edição se destaca por incluir a categoria de Arte e Cultura Negra e Indígena e a categoria de Museus, ambas importantes reinvindicações de movimentos sociais e profissionais das áreas, o que coloca o Prêmio como uma importante ferramenta de incentivo às temáticas, e dentro do rol de políticas públicas do estado para estes campos. (Fundação Catarinense de Cultura, 2014a)

Convém salientar que para essa análise utilizamos as listas de instituições contempladas, o que significa dizer que não necessariamente todo o valor foi efetivamente recebido e aplicado. Como iremos destacar mais a frente, por vezes questões burocráticas ou administrativas podem acabar por impedir a efetiva aplicação dos recursos. Não podemos afirmar, assim, que os recursos aqui descritos efetivamente foram aplicados, ou, caso não tenham sido, o porquê.

Uma primeira constatação é a concentração de grande parte dos recursos em poucas instituições, mais organizadas ou preparadas, em especial no que se refere ao seu corpo técnico, para submeter projetos aos editais. Entre os contemplados nas oito edições onde houve instituições catarinenses premiadas, apenas três instituições – o Museu de Etnologia e Arqueologia Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral da Universidade Federal de Santa Catarina/MArquE-UFSC de Florianópolis, o Museus Carlos Lampe de Rio Negrinho e a Fundação Cultural de Joinville – receberam juntas quase metade do valor total destinado ao estado.

Instituições contempladas no Edital de Modernização de Museus – 2004-2013[18]

Ano	Cidade	Instituição	Valor (R$)	N°
2006/2009/2011	Florianópolis	Museu Universitário Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral - UFSC	397.847,00	3
2006/2010/2011	Pinhalzinho	Museu Histórico de Pinhalzinho	250.000,00	3
2011/2013	Rio Negrinho	Museu Carlos Lampe	460.935,49	2
2011/2013	Joinville	Fundação Cultural de Joinville	292.023,60	2
2008/2010	Timbó	Museu da Música	205.000,00	2
2008/2009	Criciúma	Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense - MUESC	147.670,00	2
2013	Florianópolis	Museu Histórico de Santa Catarina	204.809,44	1
2004	Joinville	Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville	160.535,60	1
2013	Florianópolis	Museu Hassis	155.000,00	1
2007	Blumenau	Fundação Cultural de Blumenau, Museu de Arte de Blumenau e Museu da Família Colonial	54.880,00	1
2007	Içara	Museu da Casa da Cultura Pe. Bernardo Junkes, Museu Arqueológico Igrejinha N. S. Navegantes, Museu Sacro e Espaço Cultural Capela de St. Antônio	43.086,30	1
2004	Caçador	Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado	34.695,65	1
2008	Jaraguá do Sul	Museu Histórico de Jaraguá do Sul	28.875,14	1
		TOTAL	**2.435.358,22**	**21**

Tabela 19: Valor destinado a cada instituição contemplada no Edital de Modernização de Museus – 2004-2013 (Ibram, 2010d, 2013c, 2014h)

O MArquE-UFSC, em especial, é presença constante nos editais e prêmios estaduais e nacionais. A instituição dispõe de uma equipe diversa e qualificada, situação diferente da encontrada na maioria dos museus do estado, com museólogo, conservador-restaurador, historiador, pedagogo e arqueólogo, além de equipe de apoio, todos exercendo atividade em período integral na instituição, e contratados para os cargos específicos de formação (V. W. Guimarães, 2014, p. 29). Essa estrutura, assim como o apoio dado pela UFSC, entidade com longo histórico não só de participação em seleções e editais como no próprio campo museal, através do próprio museu e do extinto Núcleo de Estudos Museológicos – NEMU/UFSC, parece ter sido fundamental nesse caminho. Grande parte da estrutura do MArquE, como as reservas técnicas, e dos trabalhos de organização e documentação do acervo, como o da Coleção Elisabete Pavan Cascaes, foram realizados a partir de editais e outras fontes externas de recursos, propiciando uma estrutura que, também ela, auxilia na capacidade de captação de recursos. (Reis & Fossari, 2015) Há, assim, uma espécie de círculo, onde o aporte de recursos acaba criando as condições para outros aportes, reiterando a situação.

[18] Nos anos de 2012 e 2014 este edital não foi lançado, e a edição de 2015 ainda está em processo de avaliação, com resultado previsto para dezembro de 2017.

Instituições contempladas no Edital Mais Museus – 2008-2013[19]

	Instituição		Cidade	Valor (R$)
1	Museu Coleção de Memórias	2008	Agronômica	20.090,00
2	Museu da Colonização	2008	Palma Sola	52.681,21
3	Museu Histórico de Tijucas	2009	Tijucas	163.950,00
4	Museu Massaranduba	2010	Massaranduba	124.159,58
5	Museu Histórico de Formosa do Sul	2011	Formosa do Sul	125.000,00
6	Museu Histórico de Caxambu do Sul	2011	Caxambu do Sul	125.000,00
7	Museu Histórico de Campo Erê	2013	Campo Erê	188.000,00
8	Museu Rio do Mar de Navegantes	2013	Navegantes	261.910,39
9	Prefeitura Municipal de Riqueza	2013	Riqueza	188.000,00
10	Prefeitura Municipal de Urupema	2013	Urupema	225.876,00
		TOTAL		**1.474.667,18**

Tabela 20: Valor destinado a cada instituição contemplada no Edital Mais Museus – 2008-2013 (Ibram, 2010d, 2013c, 2014h)

É nesse sentido que assume grande importância os editais específicos, destinados a museus menores, a municípios onde não há instituições museológicas ou onde estas ainda estão em estágios iniciais. É uma maneira de romper o círculo referido sem a necessidade de um direcionamento ou de colocação de amarras às instituições já contempladas.

Instituições contempladas no Edital de Modernização de Museus/Microprojetos – 2011-2014

Ano	Cidade	Instituição	Valor (R$)
2011	Joinville	Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville	20.000,00
2011	São Carlos	Casa de Memória de São Carlos-SC	20.000,00
2011	Imbituba	Museu da Baleia de Imbituba	20.000,00
2011	Timbó	Museu do Imigrante de Timbó	20.000,00
2011	Timbó	Museu da Música de Timbó	30.000,00
2011	Florianópolis	Museu Hassis	30.000,00
2011	Brusque	Instituto Aldo Krieger	50.000,00
2012/2013	Florianópolis	Museu Hassis	20.000,00
2012/2013	Florianópolis	Museu da Imagem e do Som e Museu de Santa Catarina	20.000,00
2012/2013	Araranguá	Museu Histórico de Araranguá	20.000,00
2012/2013	Chapecó	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina	50.000,00
2014	Blumenau	Fundação Cultural de Blumenau	50.000,00
2014	Lages	Museu Histórico Thiago de Castro	50.000,00
		TOTAL	**400.000,00**

Tabela 21: Valor destinado a cada instituição contemplada no Edital de Modernização de Museus/Microprojetos – 2011-2013 (Ibram, 2014c, 2015b)

Ainda assim, há de se destacar o desempenho que as instituições de Santa Catarina têm tido nos Prêmios e Editais nacionais. Ainda que por vezes incipiente, tentativas de incentivar a qualificação das instituições e dos profissionais que nela trabalham remontam à década de 1980.

De todo modo, o acesso a editais de fomento também pode significar, por vezes, que as instituições mantenedoras dos museus, prefeituras principalmente, não estejam cumprindo adequadamente suas funções. Há o risco, neste sentido, de a decisão de criar e manter um museu

[19] Em 2012 não foi lançado edital, e a última edição ocorreu em 2013.

não venham acompanhada das garantias de financiamento necessárias, no caso das instituições públicas, por parte dos governos que os instituíram.

Instituições contempladas no Prêmio Darcy Ribeiro – 2008-2015[20]

Ano	Cidade	Instituição	Premiação (R$)
2008	Jaraguá do Sul	Museu Wolgang Weege - Parque Malwee	Menção Honrosa
2008	Criciúma	Museu Histórico do Extremo Sul Catarinense	Menção Honrosa
2008	Florianópolis	Fundação Hassis Museu Hassis	Menção Honrosa
2009	Pinhalzinho	Museu Histórico de Pinhalzinho	Publicação
2010	Joinville	Estação da Memória	Publicação
2011	Criciúma	Fundação Educacional de Criciúma	8.000,00
2012	Joinville	Museu de Arte de Joinville	10.000,00
2012	Timbó	Museu do Imigrante	10.000,00
2012	Criciúma	Museu da Universidade do Extremo Sul Catarinense	10.000,00
2012	Pinhalzinho	Museu Histórico de Pinhalzinho	10.000,00
2012	Timbó	Casa do Poeta Lindolf Bell	Menção Honrosa
2012	Florianópolis	Fundação Hassis	Menção Honrosa
	TOTAL		**48.000,00** **5 Menções Honrosas** **2 Publicações**

Tabela 22: Valor destinado a cada instituição contemplada no Prêmio Darcy Ribeiro – 2011-2015 (Ibram, 2014d, 2016b)

Pode-se perceber, ainda, que no âmbito estadual o desempenho de algumas instituições se repete, novamente apontando a necessidade de uma equipe com condições de elaborar projetos e iniciativas que sejam contempladas nos editais. O MArquE/UFSC, contemplado nas duas edições, se destaca mais uma vez.

Instituições contempladas no Prêmio Elisabete Anderle 2013-2014[21]

Ano	Cidade	Instituição	Valor (R$)
2013	Florianópolis	Museu do Homem do Sambaqui	125.000,00
2013	Florianópolis	Museu de Arqueologia e Etnologia Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral	125.000,00
2013	Pinhalzinho	Museu Histórico de Pinhalzinho	100.000,00
2013	Criciúma	Fundação Educacional de Criciúma	70.000,00
2013	Blumenau	Fundação Cultural Blumenau	50.000,00
2013	Rio Negrinho	Fundação Municipal de Cultura de Rio Negrinho	10.000,00
2014	Florianópolis	Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes	50.000,00
2014	Pinhalzinho	Museu Histórico de Pinhalzinho	50.000,00
2014	Schroeder	Alena Rizi Marmo Jahn	35.000,00
2014	Rio do Sul	Museu Histórico Cultural de Rio do Sul	35.000,00
2014	Florianópolis	Museu de Arqueologia e Etnologia Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral	35.000,00
2014	Lauro Muller	Eco Museu Municipal Serra do Rio do Rastro	35.000,00
2014	Antônio Carlos	Museu Municipal de Antônio Carlos	35.000,00
2014	Balneário Rincão	Museu Arqueológico Igrejinha Nossa Senhora dos Navegantes	18.000,00

[20] O Prêmio Darcy Ribeiro não foi lançado de 2013, 2014, 2016 e 2017, com a sua sexta edição no ano de 2015.
[21] Não houve edição do Prêmio Elisabete Anderle nos anos de 2015 e 2016, e a edição 2017 ainda está em processo de efetivação.

2014	Jaguaruna	Museu Cidade de Jaguaruna	18.000,00
2014	Brusque	Sociedade Amigos de Brusque	18.000,00
2014	Criciúma	Museu da Universidade do Extremo Sul Catarinense	18.000,00
2014	Blumenau	Museu da Cerveja	18.000,00
		TOTAL	**845.000,00**

Tabela 23: Valor destinado a cada instituição contemplada no Prêmio Elisabete Anderle 2013-2014 (Fundação Catarinense de Cultura, 2014a)

Pode-se perceber, também, que quando tomamos os dez anos de Editais de Modernização de Museus, há uma concentração maior nas grandes cidades. Em linha com o que afirmamos acima, são os grandes centros que concentram universidades e estruturas estatais, não só capazes de fornecer apoio na elaboração de projetos, mas também espaços mais acostumados à linguagem e às formas de elaboração de projetos. Florianópolis e Joinville, as duas maiores cidades do estado, concentram mais de um terço dos projetos contemplados e dos recursos totais.

Cidades contempladas nos Editais de Modernização de Museus – 2004-2014

Cidade	Projetos contem-plados	Valor Total	Média	% do total
Florianópolis	5	758.083,52	151.616,70	24,62%
Joinville	3	310.535,60	103.511,87	10,08%
Rio Negrinho	2	461.529,70	230.764,85	14,99%
Criciúma	2	147.670,00	73.835,00	4,79%
Pinhalzinho	2	145.000,00	72.500,00	4,71%
Pinheiro Preto	1	300.000,00	300.000,00	9,74%
Taió	1	260.000,00	260.000,00	8,44%
Treze Tílias	1	176.960,00	176.960,00	5,75%
Xanxerê	1	133.395,00	133.395,00	4,33%
Saudades	1	125.000,00	125.000,00	4,06%
Timbó	1	100.000,00	100.000,00	3,25%
Blumenau	1	54.880,00	54.880,00	1,78%
Içara	1	43.086,30	43.086,30	1,40%
Caçador	1	34.695,65	34.695,65	1,13%
Jaraguá do Sul	1	28.875,14	28.875,14	0,94%
TOTAL	**24**	**3.079.710,91**	**128.321,29**	**100,00%**

Tabela 24: Valor destinado a cada cidade nos Editais de Modernização de Museus – 2004-2014 (Ibram, 2010d, 2013c, 2014h)

Se dividirmos Santa Catarina em Regiões Museológicas, conforme preconiza o Sistema Estadual de Museus, podemos ver que continua certo desequilíbrio entre as regiões. Há uma certa concentração de recursos nos principais centros, e em especial na Grande Florianópolis e no Oeste.

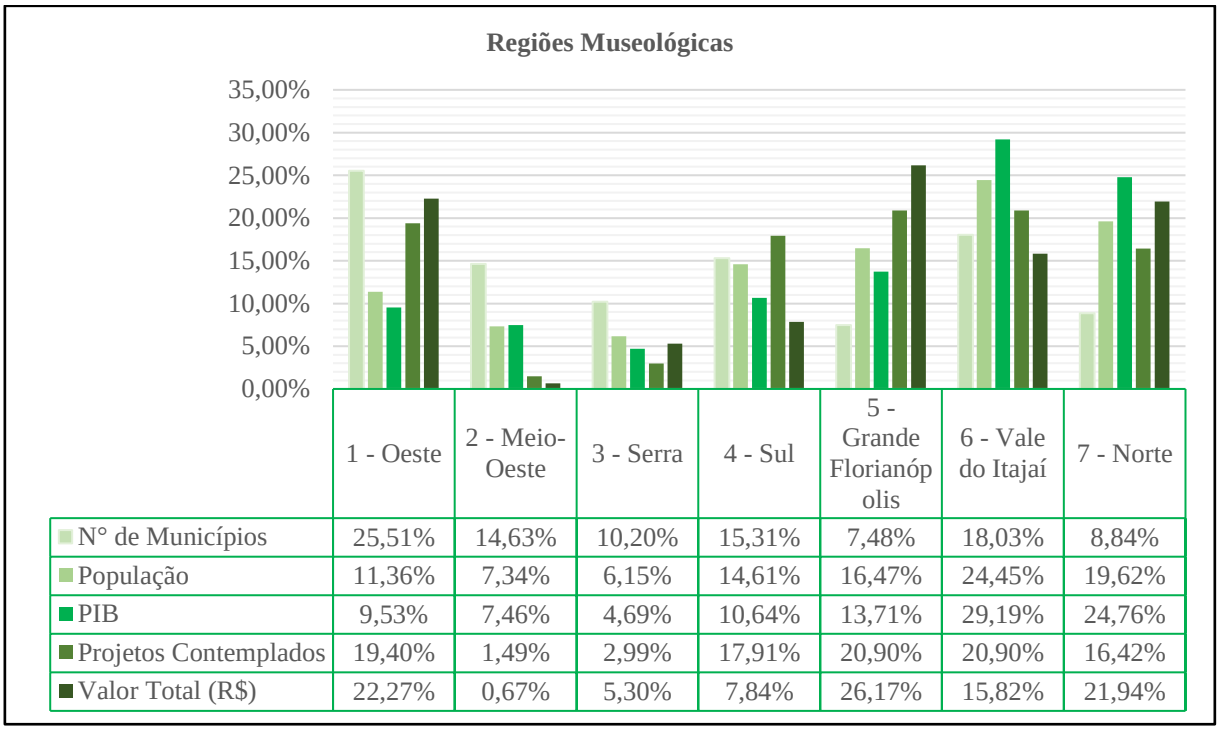
Valor recebido por Região Museológica por edital 2004/2015

Região Museológica	Modernização de Museus	Mais Museus	Modernização de Museus - Microprojetos	Darcy Ribeiro	Elisabete Anderle	TOTAL
1 - Oeste	250.000	678.681	70.000	10.000	150.000	1.158.681
2 - Meio-Oeste	34.696	0	0	0	0	34.696
3 - Serra	0	225.876	50.000	0	0	275.876
4 - Sul	190.756	0	40.000	18.000	159.000	407.756
5 - Grande Florianópolis	757.656	163.950	70.000	0	370.000	1.361.606
6 - Vale do Itajaí	259.880	282.000	150.000	10.000	121.000	822.880
7 - Norte	942.370	124.160	20.000	10.000	45.000	1.141.529
TOTAL	**2.435.358**	**1.474.667**	**400.000**	**48.000**	**845.000**	**5.203.025**

Tabela 25: Valor recebido por Região Museológica por edital 2004/2015 (Fundação Catarinense de Cultura, 2014a; Ibram, 2014c, 2014g, 2014b, 2014a, 2014d, 2015b, 2016b)

O desequilíbrio permanece tanto se usarmos como referência a população de cada região quanto como se a base for o PIB, como medida de riqueza produzida. Duas regiões se destacam, neste sentido: Oeste e Grande Florianópolis. Ambas compartilham de estruturas que dão maior robustez às instituições museológicas.

A Grande Florianópolis, além de estar próxima das esferas de poder, por ser a capital, tem o principal campus da UFSC, com seu Curso de Museologia e museus federais e estaduais, além de ser a sede, também, do Sistema Estadual de Museus, enquanto o Oeste tem uma longa trajetória de qualificação e debates no campo, em especial a partir do CEOM.



	1 - Oeste	2 - Meio-Oeste	3 - Serra	4 - Sul	5 - Grande Florianópolis	6 - Vale do Itajaí	7 - Norte
N° de Municípios	25,51%	14,63%	10,20%	15,31%	7,48%	18,03%	8,84%
População	11,36%	7,34%	6,15%	14,61%	16,47%	24,45%	19,62%
PIB	9,53%	7,46%	4,69%	10,64%	13,71%	29,19%	24,76%
Projetos Contemplados	19,40%	1,49%	2,99%	17,91%	20,90%	20,90%	16,42%
Valor Total (R$)	22,27%	0,67%	5,30%	7,84%	26,17%	15,82%	21,94%

Gráfico 10: Regiões Museológicas (Fundação Catarinense de Cultura, 2014a; IBGE, 2011, 2013, Ibram, 2014c, 2014g, 2014b, 2014a, 2014d, 2015b, 2016b)

Assim, se somarmos os cinco editais e prêmios que estamos tomando como base, pode-se perceber que há uma certa dispersão por todo o estado, ainda que os grandes centros acabem por concentrar parte significativa dos projetos. Cidades como Joinville, Florianópolis e Criciúma (principais centros, respectivamente, do norte, do litoral central e do sul do estado) e municípios vizinhos acabam sendo o destino de fatias significativas.

Se pensarmos sob a perspectiva cronológica, fica evidente o avanço ocorrido nas políticas de fomento à atividade museológica no estado, com concentração nos anos recentes, em especial após 2010.

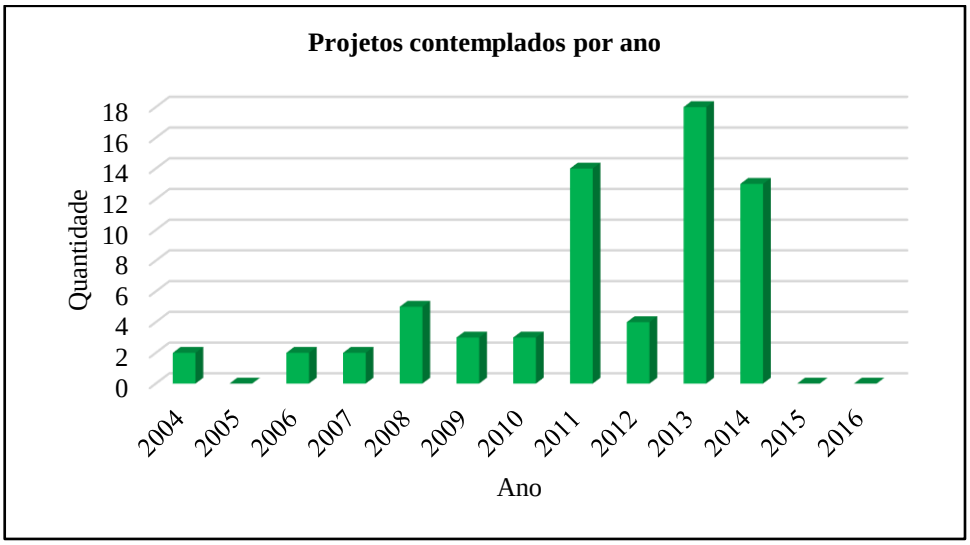


Gráfico 11: Projetos contemplados por ano 2004-2016 (Fundação Catarinense de Cultura, 2014a; Ibram, 2014c, 2014g, 2014b, 2014a, 2014d, 2015b, 2016b)

Se a comparação for feita a partir dos valores contemplados, a diferença permanece marcante. Como se pode observar, a periodicidade dos editais, em especial os que abrangem dois anos como o de modernização de museus, não escondem a marca de definição que se produz em 2010. Isso parece indicar a importância da instalação do Ibram, em janeiro de 2009, como ferramenta de alavancagem na distribuição de recursos. De todo modo, é também de notar que não houve aporte de recursos após 2014, ainda que alguns editais lançados estejam em andamento, o que pode mudar o cenário. A nova conformação do campo político, entretanto, pode indicar que estamos em um novo momento, em que as fontes de receitas, ainda que extraordinárias, através de editais, estejam desaparecendo, em conformidade com o novo lugar que a cultura parece ocupar, em especial no governo federal.

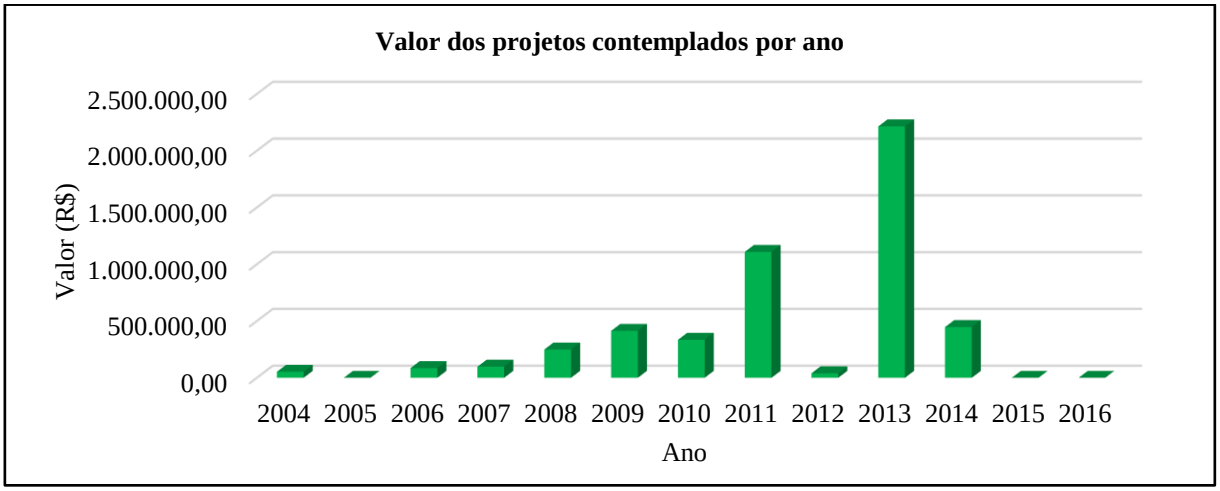


Gráfico 12: Valor total dos projetos contemplados por ano 2004-2016 (Fundação Catarinense de Cultura, 2014a; Ibram, 2014c, 2014g, 2014b, 2014a, 2014d, 2015b, 2016b)

Essas constatações sublinham a importância da iniciativa estatal no campo, onde há pouco acesso a recursos privados. Mostra, também, o montante significativo de recursos de editais injetados nos museus do estado. Ainda que não tenhamos dados sobre o financiamento ordinário das instituições e que o cenário atual seja mais desafiador, o montante próximo a 5 milhões de reais que os editais pesquisados injetaram nas instituições catarinenses entre 2004 e 2014 é bastante significativo.

A necessidade de uma estrutura, aí incluindo uma equipe capacitada, capaz de responder às exigências legais, burocráticas e tecnológicas é, assim, inescapável. Muitas vezes, mesmo tendo boas ideias e vontade de desenvolver as atividades, os museus apresentam dificuldades em desenvolver os projetos.

> "A maior dificuldade encontrada ainda consiste na falta de capacitação dos proponentes na utilização das ferramentas tecnológicas, bem como a deficiência na elaboração e estruturação de projetos a serem inscritos nos certames realizados pelo Instituto. Tal deficiência impacta no alto índice de inadmissibilidade das propostas; em grande dispêndio da força de trabalho dos técnicos em diligências na tentativa de maior aproveitamento das propostas selecionadas; podendo resultar em escassez de tempo para conclusão dos atos administrativos dentro do exercício financeiro previstos no edital". (Ibram, 2014h, p. 61)

Analisando os dados dos editais nacionais pesquisados, não foi encontrado, entre os contemplados em Santa Catarina, nenhum projeto voltado especificamente a temas da cultura e história das populações de origem africana. Cabe ressaltar aqui, entretanto, que muitos destes projetos se referem a incrementos na infraestrutura dos museus, mais do que ao desenvolvimento de temas específicos. Há que se ressaltar, também, que no estado não temos nenhum museu ou outra instituição museológica com esse recorte.

Já no Edital Elisabete Anderle, temos projetos contemplados dentro da temática. Na primeira edição, de 2009, o edital estava dividido nas categorias de Patrimônio Cultural, Dança, Teatro, Artes Populares, Artes Visuais, Letras e Música. Três dos 17 contemplados no segmento Patrimônio Cultural versavam sobre temas diretamente relacionados às referências culturais afro-brasileiras[22]. Na edição seguinte, em 2013, com as mesmas categorias, 2 dos 23 se encaixavam nestas definições, também na categoria Patrimônio Cultural[23]. Entre estes cinco projetos, entretanto, nenhum estava diretamente articulado com museus, como a realização de exposições ou qualificação dos acervos.

[22] Os projetos contemplados foram: 'Capoeiras de Santa Catarina: Mapeamento e Descrição dos grupos que praticam capoeira na capital do Estado e região metropolitana', 'Educação Patrimonial no Ensino de História e as Vivências Sagradas no terreiro de Candomblé Ikisse Osoju Oba: Abordando as Dimensões Imateriais dos Povos de Santo' e 'Desvendando a Religião do Candomblé em um programa Sócio-Cultural e Educacional'.

[23] Foram contemplados os projetos 'Invernada Negra: os heróis anônimos da Fazenda Santo Antônio' e 'Floripa em verso e prosa, na cadência do samba".

Na terceira edição, em 2014, houve uma mudança importante na forma de distribuição dos projetos, com a criação de uma categoria para Arte e Cultura Negra e Indígena e uma categoria específica para Museus. Na primeira, 7 dos 10 projetos contemplados foram sobre a temática afro-brasileira, e 3 para cultura indígena[24]. Não houve, entretanto, no que aqui nos concerne, nenhum projeto envolvendo populações afro-brasileira na categoria museus e nenhum projeto envolvendo museus na categoria Arte e Cultura Negra e Indígena. A última edição, de 2017, ainda se encontra em processo de análise.

A criação de uma categoria de Arte e Cultura Negra e Indígena, apesar de ser uma reivindicação dos próprios movimentos que trabalham estes temas, traz consigo um risco que foi bastante perceptível nessa edição. Os temas que envolvem história e cultura africana ou afro-brasileira acabaram por ser confinados à categoria específica, estando pouco presente nas categorias mais gerais como Dança, Patrimônio, Teatro ou – a que aqui nos interessa mais especificamente – Museus. Se não for bem equacionada, essa compartimentalização pode não só limitar o acesso dessas temáticas aos recursos como também representar um empecilho à realização de projetos mais amplos, que envolvam as áreas, mas representem iniciativas mais abrangentes.

O recente desenvolvimento do campo museológico no Brasil, nos últimos anos, tem se dado, também, a partir de uma maior organização e atuação dos órgãos governamentais nos processos de fomento e expansão das instituições museológicas. Servindo como um dos pontos centrais do cenário, o Ibram se destaca como talvez a única instituição com alcance e capilaridade capaz de executar políticas de alcance nacional. Uma das iniciativas em que se apoia para incentivar a atividade museológica são as Semanas dos Museus e as Primaveras dos Museus.

A participação de instituições de Santa Catarina nas iniciativas nacionais da área museológica tem sido significativa. A Semana de Museus e a Primavera de Museus têm tido grande influência na organização de eventos por parte das instituições, e se consolidaram como marcos anuais de grande importância para os museus do estado.

Desde 2003 o Ibram realiza a Semana dos Museus, que orienta todas as instituições do país. A partir de um tema, os museus são incentivados a realizarem eventos, a partir de suas

[24] Os projetos contemplados que tratavam da cultura afro-brasileira eram: 'Inventário digitalizado da cultura popular imaterial de origem afrocatarinense', 'Resgate da história de um quilombo na Ilha de Santa Catarina', 'A ancestralidade, tradição oral e cultura negra dos anciãos do Quilombo Aldeia, Garopaba - Santa Catarina', 'Negro: suas cores, formas e história', 'Afrocirco: negras corporeidades circenses', 'Mês da Cultura Negra em Blumenau' e 'Arte e Cultura Afro Brasileira'.

realidades, que são divulgados pelo Ibram. Tornada permanente em 2004 através de um decreto presidencial (Brasil, 2004a), é um dos eventos que mais congrega instituições, de todas as regiões do país, e realiza-se sempre na semana do dia 18 de maio[25].

> "a Semana de Museus passou a ser o evento mais importante da agenda museológica brasileira, com um número crescente de participantes e atividades a cada ano. [*O Ibram*], convocou instituições e profissionais para compor uma agenda única, divulgada em todo o território nacional, tendo as unidades participantes como pontos de concentração e disseminação de informações. Cartazes, folders e chamadas na imprensa, entre outras formas de divulgação, foram utilizados". (Ibram, 2010d, p. 111)

Iniciativa semelhante, a Primavera de Museus também é realizada pelo Ibram, desde 2007. Focada em temas mais específicos da conjuntura nacional, também reúne anualmente milhares de instituições de todo o país. As duas iniciativas não consistem em financiamento ou apoio aos eventos realizados, que continuam totalmente custeados pelos museus. O Ibram limita-se a auxiliar na divulgação, que é realizada através de guias que concentram toda as programações ligadas ao evento. Também não há nenhum tipo de regulação em relação à adesão, nem mesmo quanto à adequação das atividades ao tema proposto. É, assim, apenas um chamado, mas que atua na direção de dar um impulso à atuação das instituições.

Em Santa Catarina, nos 15 anos de realização da Semana de Museus (2003-2017) e 11 anos de Primavera dos Museus (2007-2017), houve a participação de 166 instituições diferentes, com a realização de cerca de 3.200 eventos em 81 municípios do estado.

Participação em Santa Catarina

		Ano														
		2003	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Semana dos Museus	**Eventos**	0	10	41	62	86	87	80	146	167	189	278	278	207	160	171
	Museus	0	8	13	28	38	33	41	51	74	75	87	93	87	75	73
Primavera dos Museus	**Eventos**	-	-	-	-	54	36	63	56	117	146	227	132	143	116	158
	Museus	-	-	-	-	21	23	33	23	49	56	68	51	53	52	66
Total	**Eventos**	**0**	**10**	**41**	**62**	**140**	**123**	**143**	**202**	**284**	**335**	**505**	**410**	**350**	**276**	**329**
	Museus	**0**	**8**	**13**	**28**	**59**	**56**	**74**	**74**	**123**	**131**	**155**	**144**	**140**	**127**	**139**

Tabela 26: Participação dos museus de Santa Catarina nas Semanas de Museus (2004-2017) e nas Primaveras de Museus (2007-2017) (Ibram, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007a, 2007b, 2008a, 2008b, 2009a, 2009b, 2010a, 2010b, 2011a, 2011b, 2012a, 2012b, 2013a, 2013b, 2014e, 2014f, 2015d, 2015e, 2016c, 2016d, 2017d, 2017e)

Pode se perceber, assim, que as iniciativas são um grande sucesso em termos de participação, com forte crescimento nos anos iniciais. Há, entretanto, uma estagnação em termos de número a partir de 2013.

[25] A Semana de Museus colabora com o tema proposto anualmente pelo Conselho Internacional de Museus – ICOM, para a comemoração do Dia Internacional de Museus, 18 de maio, que desde de 1977 vem sendo adaptado à realidade dos diversos países que celebram a data. No Brasil, o Decreto de 31 de maio de 2004 institui a Semana dos Museus e o Dia Nacional dos Museus, na mesma data.

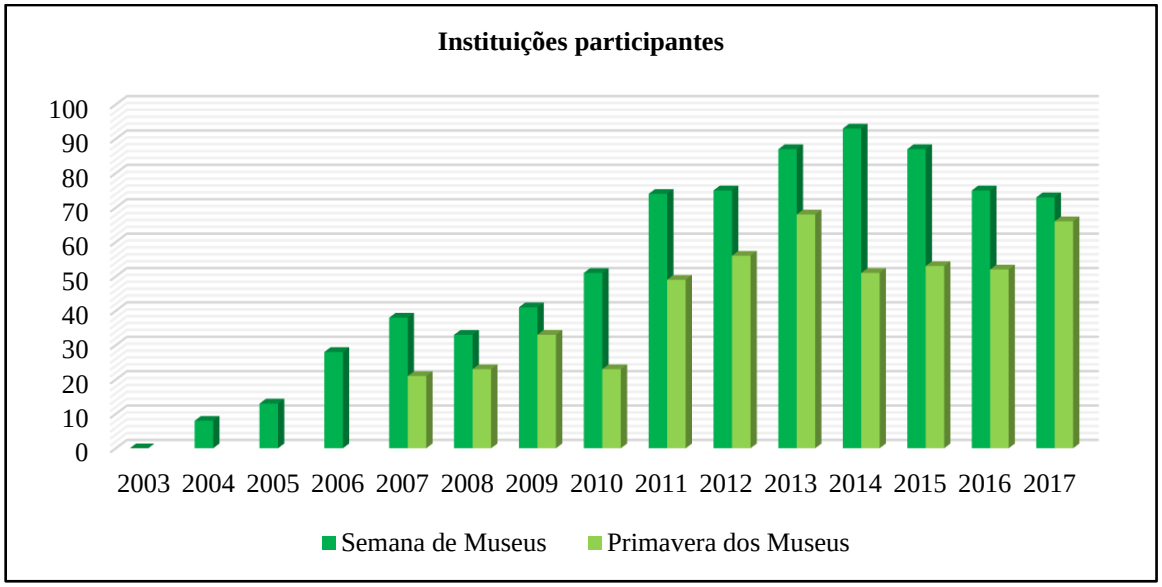


Gráfico 13: Instituições participantes nas Semanas de Museus (2004-2017) e nas Primaveras de Museus (2007-2017) (Ibram, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007a, 2007b, 2008a, 2008b, 2009a, 2009b, 2010a, 2010b, 2011a, 2011b, 2012a, 2012b, 2013a, 2013b, 2014e, 2014f, 2015d, 2015e, 2016c, 2016d, 2017d, 2017e)

Também no número de eventos realizados, a iniciativa parece ter atingido seu ponto máximo. Dentro da distribuição por região museológica, as Semanas e Primaveras parecem ter uma boa inserção em todo o território, sem uma concentração mais significativa em alguma região específica, no que se pode inferir em nossas análises, uma vez que levamos em conta a pouca extensão da amostra e a natureza variável da organização de eventos.

Para o tema que aqui nos interessa, é preciso destacar a 7ª Primavera dos Museus, realizada em 2013. Conforme destacamos mais detidamente no primeiro capítulo, esta primavera teve como tema "Museus, memória e cultura afro-brasileira", e funcionou como uma importante ferramenta de divulgação da temática.

Analisando as listas dos eventos de todas as edições da Semana e da Primavera, pudemos identificar 205 eventos com a temática que remeta à cultura africana e afro-brasileira, o que corresponde pouco mais de 6% do total de eventos nas duas iniciativas. Se esse número, a princípio, pode fazer parecer que a sub-representação destas populações não é tão aprofundada quanto outros estudos parecem indicar, esta impressão desaparece quando se percebe a concentração destas iniciativas na 7ª Primavera de Museus.

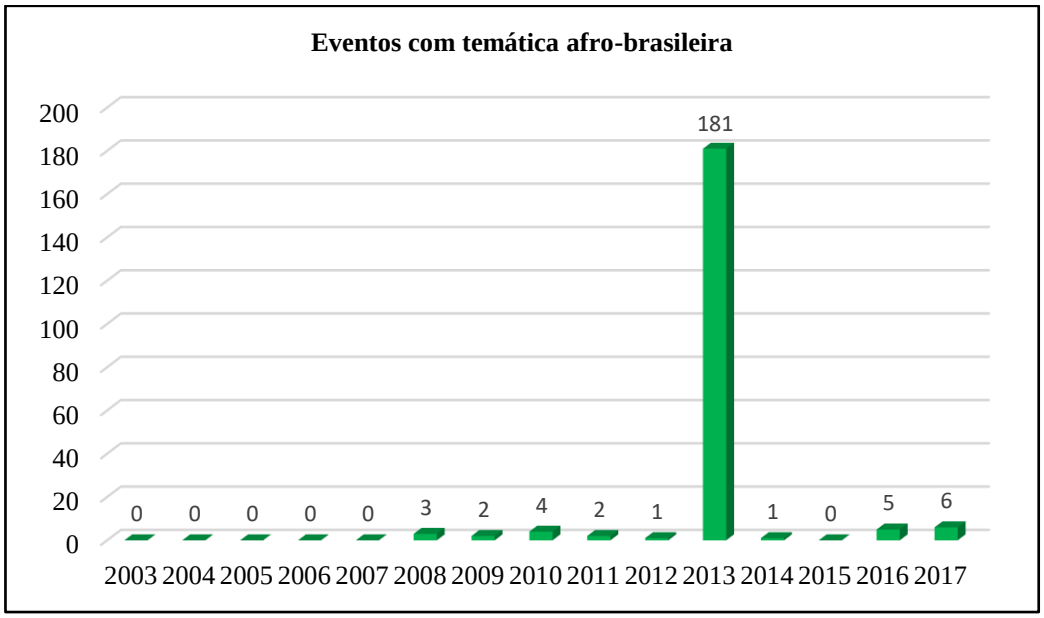


Gráfico 14: Eventos com a temática relativa à cultura africana e afro-brasileira nas Semanas de Museus (2004-2017) e nas Primaveras de Museus (2007-2017) (Ibram, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007a, 2007b, 2008a, 2008b, 2009a, 2009b, 2010a, 2010b, 2011a, 2011b, 2012a, 2012b, 2013a, 2013b, 2014e, 2014f, 2015d, 2015e, 2016c, 2016d, 2017d, 2017e)

Como se pode perceber, quase 90% dos eventos com este tema realizados nestes 15 anos se concentraram em 2013, todos na Primavera dos Museus, o que representou pouco menos de 80% dos eventos daquela edição, de modo que, embora o tema gerador das discussões fosse Museu, Memória e Cultura Afro-brasileira, apareceram na programação ações que não observaram a proposta. É possível que muitas instituições usem as Primaveras dos Museus e as Semanas dos Museus apenas como divulgação de eventos já planejados, que seriam feitos de qualquer forma, sem preocupação em adequar-se ao tema. Daí as muitas propostas de oficinas de tratamento de acervos (fotográfico, audiovisual), elaboração de plano museológico da própria instituição e visitas guiadas para apresentação das instituições e de seu acervo, com destaque para os arqueológicos, sem menção a articulação com o tema[26].

As propostas se dividem em categorias pré-definidas na inscrição dos eventos. Em linhas gerais: Exposição, Ação Educativa, Oficinas, Rodas de conversa, Palestras, Exibição de

[26] Outros eventos chamaram mais atenção pela pouca articulação com o tema proposto pela Primavera dos Museus. Três preocupados com questões ambientais: As exposições "XV Mostra de Orquídeas" e "Aves de Santa Catarina" e a ação educativa "Alimentação interativa das tartarugas marinhas"; dois com o cotidiano da cidade, a exposição "Fotos contando a história de quíntuplos, desde seu nascimento até os dias de hoje" e um "Desfile cultural de vestidos de noivas com o tema: De volta ao passado até que a moda os repare"; e outros dois eventos voltados para colonização europeia, mais especificamente a germânica, uma "Exposição de objetos, indumentárias e fotografias de épocas que revelam os traços da cultura material da colonização pomerana, que aportou no Vale do Rio da Luz e Rio Cerro, no final do século XIX" e uma "Apresentação folclórica germânica de danças que abordam os costumes da vida do povo pomerano, que chegou à Colônia do Jaraguá em 1864, cuja etnia tem sua marca expressa na história da cidade". (Ibram, 2013a)

filmes, Apresentações, Espetáculos teatrais, Dança, Musical. Nos 13 eventos registrados nos anos anteriores a primavera, 2008-2012, com as propostas de temas mais variados, a Capoeira ainda aparece como a principal referência de cultura afro-brasileira, cinco eventos foram destinadas a apresentações e reflexões sobre a Capoeira: Apresentação do filme "Pastinha, Uma vida pela Capoeira de Antônio Carlos Muricy", "O patrimônio imaterial no Brasil: O caso do registro da capoeira", "Apresentação de Capoeira Grupo Fortaleza da Barra Kalunga" e "Apresentação de show, vídeos e relatos da história da Capoeira no país". Ações educativas, como rodas de conversa, contação de história, exibição de filmes e palestras, aparecem também: "Contação de história Afrocantos e Documentário encontro com Milton Santos", "Apresentação Domingo na Praça Ong AFRO Ventre Livre", "Roda de conversas Resgatar a formação dos verdadeiros formadores do município: tropeiros, índios, negros e italianos", "Palestra Cultura Afro-brasileira no sul catarinense" e "Palestra Comunidade Invernada dos negros". Além disso duas Exposições foram identificadas: "As pérolas negras do Sul Brasil" e "Belas Humanas-quadros de mulheres negras".

Depois da 7ª Primavera, em 2014 tivemos a Exposição "Faces da Africanidade", enquanto em 2015, quando a Primavera teve a população indígena como tema, não foi registrado nenhum evento que tivesse as populações de origem africana como tema.

Em 2016, na 14ª Semana, a Capoeira aparece com a "Oficina Maculele com grupo de Capoeira Angola no passo da Tartaruga", assim como também foram registradas reflexões sobre a Comunidade Quilombola Invernada dos Negros, com "exibição de filme Sobre a Invernada dos Negros e exposição Fotográfica e visitação ao Museu e a Comunidade". Já na 10ª Primavera consta uma "Oficina de Capoeira no Curso de capacitação: Museu Memória e Cultura Afro-brasileira em Santa Catarina", do qual falaremos com detalhes mais adiante. Em 2017, durante a 15ª Semana, nos parece que já como resultado do curso de 2016, é apresentada a "Exposição Vozes que Pulsam: Memória e Cultura Afro-brasileira em Santa Catarina", assim como a exposição "Memórias Invisíveis", que teve como ação educativa oficinas de abayomis, máscaras africanas, turbante, contação de histórias e cantos africanos. Outros 3 eventos foram realizados pelo Museu Histórico de Itajaí, que conta com certa tradição em tratar essas questões: As exposições "Carne e Pedra: Simeão e a formação da Igreja Imaculada Conceição. Quem foi o personagem escravizado que construiu a primeira igreja da cidade, hoje um dos espaços urbanos mais valorizados da cidade?" e "Meio Oxóssi, Meio Oxum" e o "Sarau Poesia, negritude e resistência: sarau literário com artistas e poetas locais, declamando poemas e obras de artistas brasileiros negros".

Em 2013, as 181 propostas registradas foram divididas nas categorias pré-definidas na inscrição dos eventos, como nas edições anteriores. As ações educativas foram os que tiveram mais propostas, com mais de 100 eventos, com destaque para mesas redondas, palestras e exibição de filmes sobre a temática africana e afro-brasileira e a diversidade cultural. Entre estas destacamos a palestra "Aspectos Históricos da Escravidão nos Documentos Judiciais do Museu" e "Café Ndimba: Cantos afro-brasileiros, relatos de uma experiência com a cultura banto". Alguns poucos trouxeram discussões sobre as religiões de matriz africana como a palestra "A importância das religiões de matriz africana na cultura brasileira" e a roda de conversa "Tenda Águas de Oxalá, sobre a culinária do Santo". Além disso oficinas e contação de histórias também apareceram como "Pegadas da África: sessão de contos africanos e afro-brasileiros", as oficinas "África Animal - confecção de máscaras das espécies representativas da fauna do continente africano com material reciclável" e "Maculelê Criativa - Estampas Étnicas". Os eventos referentes a capoeira, como nas outras edições, foi tema que mais mobilizou os eventos, com mais de 30 propostas espalhadas por todo o estado, com rodas de capoeira de diversos grupos, como Grupo Camará, Capoeira Angola-Palmares, AÚ Capoeira-Mestre Pop, Angoleiros de Bairrão, Capoeira Arte Negra, Grupo Abadá Capoeira e outros. Além das apresentações o tema da Capoeira foi também aprofundado de outras formas, com apresentação de vídeos e discussões sobre capoeira e seus mestres, como "O toque de cada mestre", "Mestre Leopoldino: a fina flor da malandragem" e "Mestre Pastinha: A vida pela capoeira". Para além da Capoeira podemos destacar outras apresentações, como "Canto Coral Movimento de Consciência Negra do Vale Itapocu", o encontro "Um dia em Áfricas – Apresentações culturais de universitários intercambistas do continente africano" e os espetáculos teatrais "Tia Tana do Derfino", "Negro Olhar", uma adaptação de Otelo, de Willian Shakespeare, e "Orfeu Negro", apresentado pela Cia Jogral de Arte e Cultura. Mas, dentre todas estas iniciativas, as da categoria exposição foi que nos chamou mais atenção, uma vez que foram registradas mais de 30, com variadas temáticas que envolvem a cultura e memória afro-brasileira, também espalhadas por todo o estado.

Exposições da 7ª Primavera de Museus sobre Cultura Afro-Brasileira
A presença dos trabalhadores negros na construção da estrada de ferro e nas minas de carvão de Criciúma
Brusque Nordestina - Mostra de fotografias da artista brusquense Nubia Abe
Casa de Chão Batido, exposição que conta através de banners a história dos caboclos da região Oeste do estado de Santa Catarina
Olhares de África: Lugares e entrelugares da arte na diáspora
Paisagens Oníricas, de Clara Figueira
A Festa Nossa Senhora do Rosário
As Áfricas de Agostinho Duarte
As sementeiras: recreando arte afro-brasileira
Escravos no Vale do Contestado
Flores de Setembro - Aquarelas de Ari de Góes Jr.
Infância Afro-brasileira: ampliação de olhares
Interações Homem e Natureza no Velho Xapecó e Comunidade Tunas
Memória Afro-Catarinense
Elementos significativos da cultura afro-brasileira.
Por trás dos muros: as religiões de matriz africana em Criciúma
Reavivar a história e a memória afro-brasileira
Memórias da Escravidão no Museu do Judiciário
Negro ou Niger Seres, de Jerônimo Airton Cardoso do Carmo
Berimbau
Faz sentido
Véu de Verônica, de Maristela Winck
Artes Visuais, Panôs Orfeu Negro, da Artista Liesa Neves
Artesanato, receitas (culinária) e dança afro
Umbanda e imagens dos Orixás.
Pinturas de Orixás e Máscaras Africanas, pelo artista plástico Fernando Alex
Vestimenta dos Orixás.
Fragmentos de Guiné Bissau, de Virginia Yunes
Negras Lembranças, a cultura Afro-brasileira em Joinville
Quilombos

Tabela 27: Exposições da 7ª Primavera de Museus sobre Cultura Afro-Brasileira (Ibram, 2013a)

De toda a forma, a 7ª Primavera de Museus representou um importante momento de visibilidade para as populações de origem africana dentro dos museus de Santa Catarina e, mais do que isso, provavelmente a semana de 23 a 29 de setembro de 2013 representou o momento da maior visibilidade, no cenário dos eventos culturais em Santa Catarina, para estas populações. Foram, assim, 181 eventos em 50 instituições de 27 municípios espalhados pelas sete regiões museológicas do estado. Ainda assim nos parece que a realização de tais eventos não se dá de forma orgânica, mas apenas como resposta a uma exigência exterior, e que se trataram apenas de uma ação que não teve desdobramentos ou veio de um projeto ou programa já estruturado na instituição..

Mas talvez o principal impacto que iniciativas nessa área possa alcançar seja no reconhecimento por parte da própria instituição de que as populações de origem africana e descendentes são parte integrante da constituição do patrimônio cultural catarinense. Ainda que

de forma tímida, talvez a 7ª Primavera tenha contribuído neste sentido. A proporção de instituições que, em nossa pesquisa, reconheceram em seu acervo alguma peça referente a temática africana, afro-brasileira ou o negro é de cerca de 30% entre as que fizeram eventos sobre a cultura afro-brasileira durante a 7ª primavera, enquanto esse índice entre as que não realizaram tais eventos fica abaixo de 10%. Ainda que possa se conjecturar que o efeito inverso também é importante e as instituições que reconhecem em seu acervo a presença afro-brasileira possam estar mais propensas a realizar atividades na temática, tais dados nos parecem um bom indicativo de que tais políticas acabem por abrir espaço para o debate destas questões quando aplicadas.

De toda forma, é preciso ressaltar que os museus de Santa Catarina são diversos e numerosos. Espalhados por todo o estado, há a predominância de pequenas instituições, muitas vezes ligadas às administrações municipais, e que contam com equipes e estruturas bastante variadas. São, também, por vezes próximas a seus congêneres de municípios vizinhos ou da mesma região, apontando por uma ainda inicial, mas já presente, organização enquanto campo de atuação. Há também uma penetração perceptível de estruturas como o Ibram e o SEM/SC, órgãos cuja política atinge, em maior ou menor grau, grande parte das instituições museológicas do estado.

Diante desta situação, assume ainda maior importância a elaboração e aplicação de políticas públicas que qualifiquem equipe e infraestrutura, auxiliando estas instituições na direção de construir museus participativos, que contribuam com um conhecimento e reconhecimento da história e da formação social, econômica e política do estado. Mais do que isso, é preciso que se crie condições para que estes museus superem as limitações impostas a sua atuação, principalmente no sentido de não ser apenas um local de guarda de objetos, mas um partícipe real nas discussões envolvendo o patrimônio cultural catarinense.

A qualificação e ampliação do campo passa por iniciativas que façam as instituições, e as comunidade que as abrigam, refletir sobre os caminhos tomados em seu desenvolvimento. Esta mudança estrutural, que já ocorreu em alguns setores do governo, ainda que mais no governo federal e em menor grau no estadual e em algumas administrações municipais, passa por melhores condições de formação e atuação, mas passa, também, pelo reconhecimento da valorização da diversidade e do protagonismo e participação das diversas populações como elemento fundador do estado, e na igualdade – e não na "pureza" ou "origem" – como o horizonte a ser buscado.

Capítulo 3 – Dados do questionário

Nesse capítulo apresentaremos o produto da pesquisa realizada, como estudo exploratório do campo museológico no estado, com aplicação de um questionário, com objetivo de auxiliar na compreensão do modo como as instituições museais em Santa Catarina têm atuado, no cenário da construção de identidades, a partir de representações, presenças e ausências, em especial no caso das populações de origem africana, tendo como foco os acervos e exposições. Ou seja, como os afro-brasileiros estão representados nos museus de Santa Catarina. Nessa perspectiva, como instrumento de pesquisa, elaboramos um questionário, com 12 questões, com objetivo de traçar o perfil das instituições museológicas e sujeitos da pesquisa, com enfoque no acervo, exposições e eventos, referente às populações de origem africana, colaborando para um inventário sobre esse patrimônio no estado. Conforme o questionário elaborado, estas questões foram divididas em questões fechadas – identificação e administrativa – e questões abertas sobre as referências afro-brasileiras. Entre as informações levantadas estão:

- Dados de identificação da Instituição, como nome, endereço de funcionamento, contatos e nome do responsável pela Instituição;
- Dados administrativos, como situação de funcionamento, aberto, fechado ou em implantação; natureza administrativa, se público – federal, estadual, municipal - ou privado;
- Dados de gestão, se possui profissional museólogo;
- Dados sobre o acervo, como a tipologia de acervo, se Antropológico, Histórico e outros;
- E as questões abertas, e foco principal da pesquisa: se a instituição possui acervo relativo a temática africana, afro-brasileira ou negros, se sim descrever, e se a instituição já organizou alguma exposição ou outro evento sobre a temática, se sim descrever, além de se tem registros fotográficos ou audiovisuais. E uma última questão outras informações que a instituição considera relevantes sobre a temática.

Um segundo passo foi mapear quantitativamente as instituições museológicas que havia no estado e seus referidos contatos, telefônico e de e-mail. Decidimos, para tal, utilizar o cadastro do Ibram e o do SEM-FCC, definindo como amostra apenas as instituições que estavam ali cadastradas. O cadastro de museu do Ibram referente a Santa Catarina conta com 241 museus. Cabe ressaltar que muitos dados já estão bastante desatualizados, uma vez que o cadastro, além de auto-declaratório, foi iniciado em 2010. Já o cadastro da FCC, com dados mais atualizados, uma vez que foi iniciado em 2014, tem 199 instituições. Os registros não são

os mesmos nos dois cadastros e apenas 158 instituições estão em ambos, totalizando 272 instituições. Ou seja, mais de 100 instituições estão em apenas um dos cadastros.

O período de aplicação do questionário se deu entre o segundo semestre de 2014 e o primeiro semestre de 2015. E a metodologia de aplicação se deu em dois momentos, primeiro contato telefônico; depois o envio por e-mail do questionário com um pequeno texto introdutório sobre a pesquisa.

Foram feitos contatos telefônicos com as 272 instituições, das quais conseguimos falar com o responsável (diretor, coordenador, ou outro profissional responsável) de 251. Para estes foi apresentado a pesquisa em linhas gerais, e pedido a colaboração com o preenchimento do questionário via e-mail. Nesta fase foi percebido que na maioria das vezes os dados dos cadastros estavam desatualizados, tendo em vista a dinâmica dos profissionais desses espaços, em especial pela utilização de e-mail pessoais nas atividades do museu. Com uma pesquisa sobre as instituições na internet, no entanto, muito foi solucionado.

Logo após o contato o formulário foi enviado para os e-mails designados, quando necessário foi feito um segundo contato para a confirmação das informações. Dos 251 contatos, 195 e-mails foram enviados, uma vez que 56 estavam fechados, alguns por tempo determinado e outros sem previsão para reabertura, outros ainda em implantação. Mas alguns mesmo nessas situações responderam ao questionário. Outros já no contato telefônico alegaram não ter nenhuma referência em sua instituição sobre a temática e logo descartaram a possibilidade de responder ao questionário, pedindo que esse não fosse enviado.

Assim elaboramos uma base de dados com as respostas do referido questionário e dos cadastros de museus do Ibram e SEM-SC, reunindo dados sobre 272 museus do estado, aí incluídos os 153 questionários respondidos. Levando em consideração o questionário que se dividiu entre questões quantitativas, cujos resultados aqui apresentamos, e questões abertas, apresentadas a seguir, buscamos tabular os dados quantitativos, no intuito de auxiliar na construção de uma visão panorâmica da atividade dessas instituições em Santa Catarina, o que pode nos apontar possibilidades de uma compreensão mais aprofundada das instituições museais.

Procuramos coadunar, assim, abordagens quantitativas e qualitativas, sempre buscando ampliar o conhecimento disponível e alcançar os objetivos propostos. Para isso concordamos com a abordagem de Gatti, de que.

> "É preciso considerar que os conceitos de quantidade e qualidade não são totalmente dissociados, na medida em que de um lado a quantidade é uma interpretação, tradução, um significado que é atribuído à grandeza com que um fenômeno se manifesta (portanto é uma

> quantificação dessa grandeza) e, de outro, ela precisa ser interpretada qualitativamente, pois sem relação a algum referencial não tem significação em si". (Gatti, 2001, p. 74)

É preciso ressaltar, ainda, que não consideramos a análise aqui realizada exaustiva, e acreditamos que os dados levantados possam dar azo a novas investigações. Também nos parece evidente que ainda existem poucas pesquisas em Santa Catarina sob esse viés, e esperamos que com o tempo novas iniciativas do tipo venham a ser realizadas para aprofundar o assunto.

3.1 Dados referentes ao questionário – Quantitativos

Pudemos perceber que os museus estão distribuídos pelas 7 regiões museológicas do estado, refletindo a distribuição da população e também a descentralização econômica perceptível em Santa Catarina.

População, quantidade de museus e PIB por Região Museológica

Região Museológica	Museus	PIB	População
1 – Oeste	12,45%	9,53%	11,72%
2 – Meio-Oeste	9,96%	7,46%	7,61%
3 – Serra	4,98%	4,69%	6,51%
4 – Sul	14,52%	10,64%	14,51%
5 – Grande Florianópolis	18,26%	13,71%	16,20%
6 – Vale do Itajaí	23,65%	29,19%	23,88%
7 – Norte	16,18%	24,76%	19,57%

Figura 7: População, quantidade de museus e PIB por Região Museológica (IBGE, 2011, 2013; Simão, 2015)

Os museus, desta forma, estão inseridos no cenário de distribuição das atividades por todo o território, sem grande concentração. Podemos perceber, conforme acima, que a concentração de museus em cada região museológica do estado está, a grosso modo, em consonância com o que pode ser percebido em termos de população e de importância econômica, aqui aferida como porcentagem do PIB estadual.

Os dados também apontam para um cenário de museus pequenos, distribuídos por todo o estado, em uma rede capilarizada e profundamente dependente do incentivo estatal, em especial dos municípios. São instituições geralmente com um número reduzido de funcionários, muitos dos quais sem formação específica na área de museus. Entre todas as instituições que responderam nossa pesquisa apenas 19 contavam com museólogos em seu quadro. Entre as sete regiões museológicas do estado, duas (Norte Catarinense e Serra) não tinham nenhuma instituição com museólogo, enquanto três (Sul, Meio-oeste e Oeste) tinham uma ou duas.

Mesmo nas regiões em que se encontram mais museólogos, Grande Florianópolis e Vale do Itajaí, em nenhuma esse número chega a uma dezena.

Gráfico 15: Presença de museólogos (Simão, 2015)

Ainda que represente a necessidade de qualificação e formação, por outro lado são museus profundamente dependentes da atuação e da dedicação pessoal dos envolvidos. Iniciativas de treinamento, de qualificação e de sensibilização para temas específicos, como o aqui tratado, acabam encontrando, assim, algumas facilidades, uma vez que basta o envolvimento de um profissional da instituição para que se veja resultados em sua atuação. Embora isso possa aumentar a eficiência de algumas iniciativas, não podemos esquecer que se trata de uma fragilidade do campo, que conta com poucos profissionais, ao que se soma as fragilidades da ligação de grande parte com o poder municipal, o que os sujeita a frequentes trocas de equipe resultantes das reordenações do exercício do poder municipal, e às eleições que acontecem a cada quatro anos, por exemplo.

Outro ponto que pode ser percebido através da análise dos dados é o grande número de instituições que declararam uma situação diferente da de aberto.

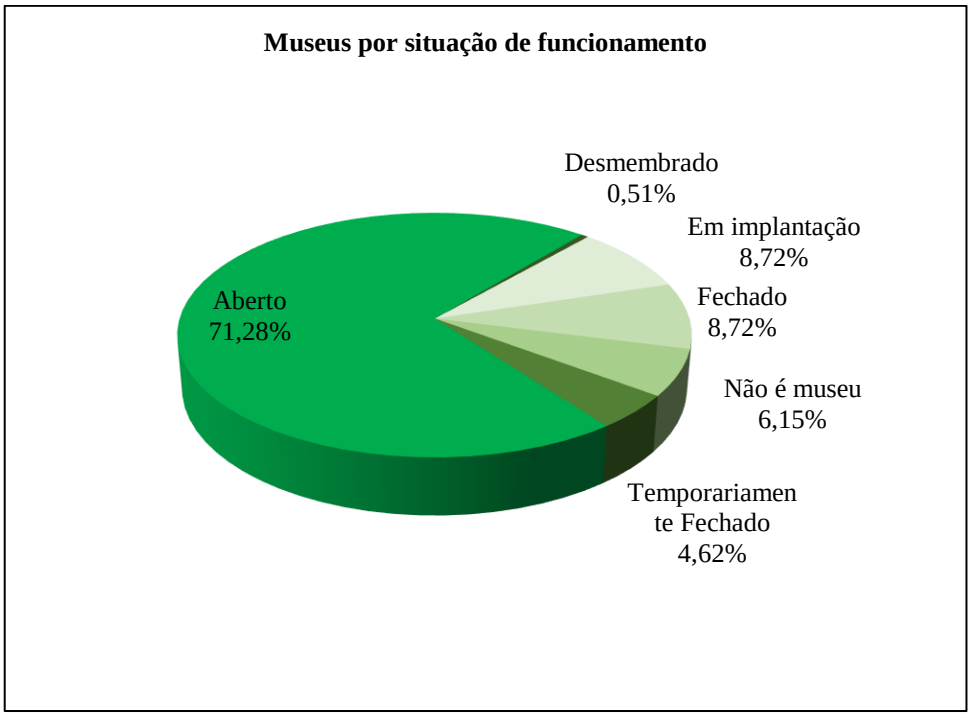


Gráfico 16: Museus por situação (Simão, 2015)

Quase 30% das instituições não se encontram classificadas como abertas. Embora o assunto enseje mais estudos, tal dado nos parece apontar para uma desatualização ou problemas na concepção dos cadastros nos quais nos baseamos. Além de algumas instituições terem realmente fechado as portas entre o momento de sua inscrição no cadastro do Ibram ou do SEM-SC e nossa pesquisa, nos parece haver algumas discordâncias ou inadequações no próprio conceito de museu utilizado, o que pode ser considerado natural se levarmos em conta que os dados ali constantes são resultado de declaração das próprias instituições, e não de uma avaliação centralizada. Alguns, por exemplo, se consideram coleção visitável, parque, planetário, memorial, biblioteca ou arquivo e mesmo assim fizeram os cadastros. Problema que também pode levar a outras questões, importantes mas que não são o foco de nossa investigação, mas também ao não ser museu a instituição não é obrigada a adequar-se ao estabelecido pelo estatuto de museus, como a necessidade de um plano museológico e da contratação de um museólogo, por exemplo.

Conforme referimos anteriormente, grande parte dos museus catarinenses enquadram-se no esforço estatal de construção de uma imagem específica para Santa Catarina. Mais de dois terços dos museus catarinenses são estatais, sendo 13 estaduais e 6 federais, com as 91 instituições municipais que encontramos perfazendo a grande maioria. Como há municípios com mais de uma instituição, são 68 municípios que mantém museus, cerca de um quarto das

cidades catarinenses. Houve, além disso, 38 instituições que se declararam como privada e 6 que não se encaixaram em nenhuma das categorias.

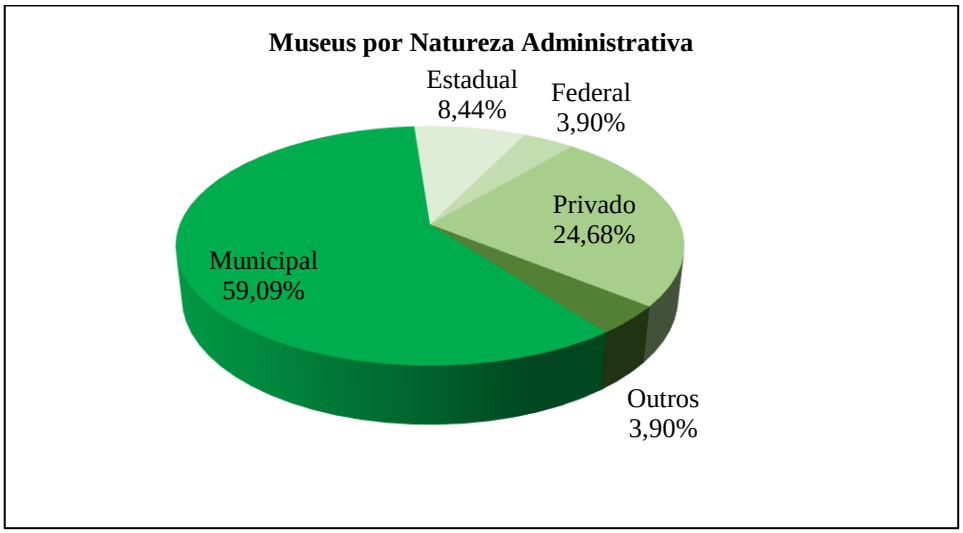


Gráfico 17: Museus por Natureza Administrativa (Simão, 2015)

Pensando na distribuição dentro do estado, em todas as regiões predominam os museus municipais, à exceção da Grande Florianópolis, onde os privados se destacam, e há museus das três esferas de governo em quantidades semelhantes. Essa diferença, entretanto, se dá devido às especificidades de Florianópolis, capital do estado. Na região apenas 1 museu estadual e 4 municipais encontram-se fora da capital. Como principal centro administrativo e local de concentração das principais universidades e outras estruturas educacionais do estado, Florianópolis acaba por enviesar os dados de sua região.

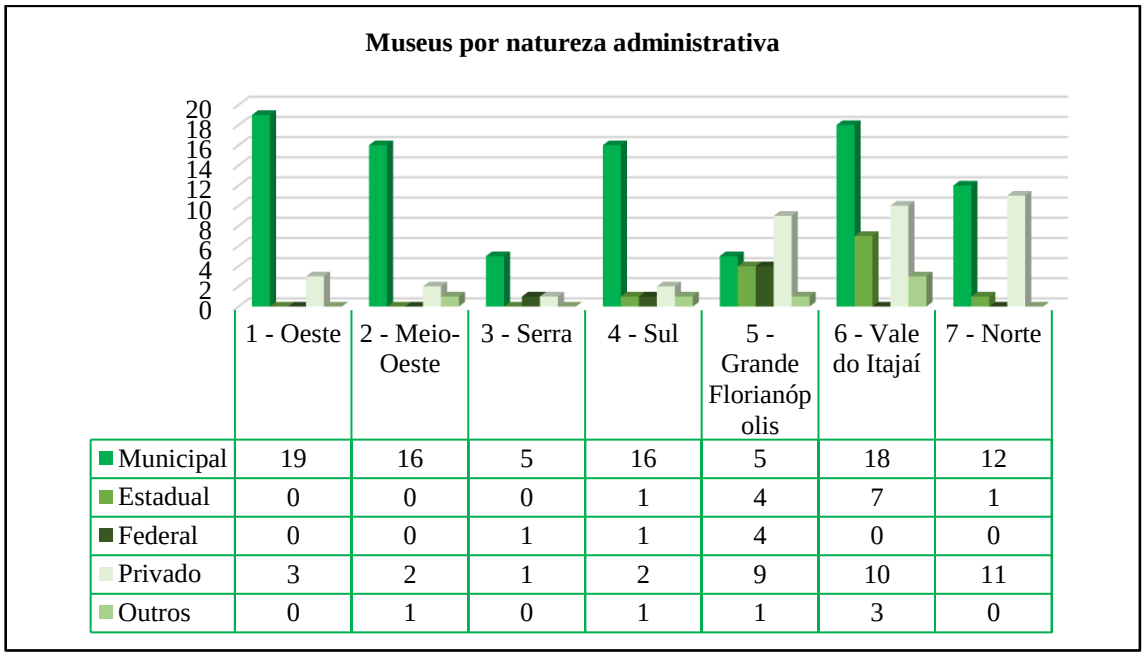


Gráfico 18: Museus por natureza administrativa (Simão, 2015)

Outro ponto que se destaca é a presença de museus privados no litoral norte do estado, nas regiões museológicas do Vale do Itajaí e Norte Catarinense. Sede de importantes empresas do estado e responsáveis por mais de metade do PIB catarinense, há ali várias instituições dedicadas a contar a história e a celebrar a memória de empreendimentos comerciais.

Tipologia de Acervo	História	Documental	Arqueologia	Arquivístico	Artes Visuais	Antropologia e Etnografia	Imagem e Som	Ciências Naturais e História Natural	Ciência e Tecnologia	Biblioteconômico	Virtual	Outros
1 - Oeste	86%	36%	14%	9%	18%	14%	14%	9%	14%	9%	5%	0%
2 - Meio-Oeste	95%	26%	0%	11%	11%	16%	21%	0%	0%	5%	0%	11%
3 - Serra	100%	43%	29%	29%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	14%
4 - Sul	95%	52%	52%	52%	24%	29%	19%	14%	29%	19%	0%	0%
5 - Grande Florianópolis	39%	39%	26%	22%	30%	26%	17%	9%	13%	9%	0%	4%
6 - Vale do Itajaí	65%	16%	14%	8%	22%	14%	8%	30%	5%	3%	0%	16%
7 - Norte	67%	21%	17%	8%	21%	8%	13%	17%	8%	8%	4%	13%
Total	**74%**	**31%**	**20%**	**18%**	**20%**	**16%**	**14%**	**14%**	**10%**	**8%**	**1%**	**8%**

Tabela 28: Tipologia de acervo por Região Museológica (Simão, 2015)

Quanto à tipologia e acervo das instituições, chama a atenção a predominância das instituições que se declararam como museus históricos, que alcançou quase três quartos das

respostas. Dos 153 museus que responderam a essa questão, declaram-se como históricos 113 instituições, das quais 81 museus municipais. Esse número mostra que estes museus históricos municipais correspondem a mais de metade das instituições museológicas de Santa Catarina. Esta observação fortalece o que temos observado ao longo de todo o trabalho, e coloca o campo museológico catarinense como um dos principais pontos de apoio na construção da imagem de especificidade catarinense, corroborando os dados já fornecidos pela FCC e que foram referidos no capítulo anterior.

3.2 Dados referentes ao questionário – Questões Abertas

As questões abertas são referentes ao acervo, às exposições e aos eventos realizados pela instituição que tenham alguma referência a cultura, memória ou patrimônio afro-brasileiro. Com interesse na percepção da própria instituição sobre seu acervo e exposição, e apontando dados relativos a temáticas africanas, afro-brasileiras ou negras, nos auxiliando na compreensão do modo como os museus catarinenses percebem (ou não percebem) a presença destas populações. Essa estratégia nos permitiu registrar na integra muitas opiniões já apontadas no contato telefônico feito com as instituições, com grande valor analítico.

Optamos por transcrever, na íntegra, as respostas como foram enviadas pelas instituições. Optamos, também, por preservar, no caso da última pergunta, a identidade da instituição e dos profissionais envolvidos, uma vez que não é preocupação dessa tese a análise de discurso individual e sim do contexto histórico e cultural.

Em uma primeira análise, logo pudemos apontar uma grande ausência e invisibilidade dessas populações nos acervos e nas atividades dos museus, que ainda não as reconhecem como parte ou protagonistas nas narrativas que estes se propõem a contar. Dos 153 questionários, respondidos, 18 afirmaram possuir acervo sobre a temática, enquanto 48 afirmaram já terem realizado exposição ou outros eventos, mas não como programa ou projeto da instituição, apenas como atividades pontuais como a da 7ª Primavera de Museus.

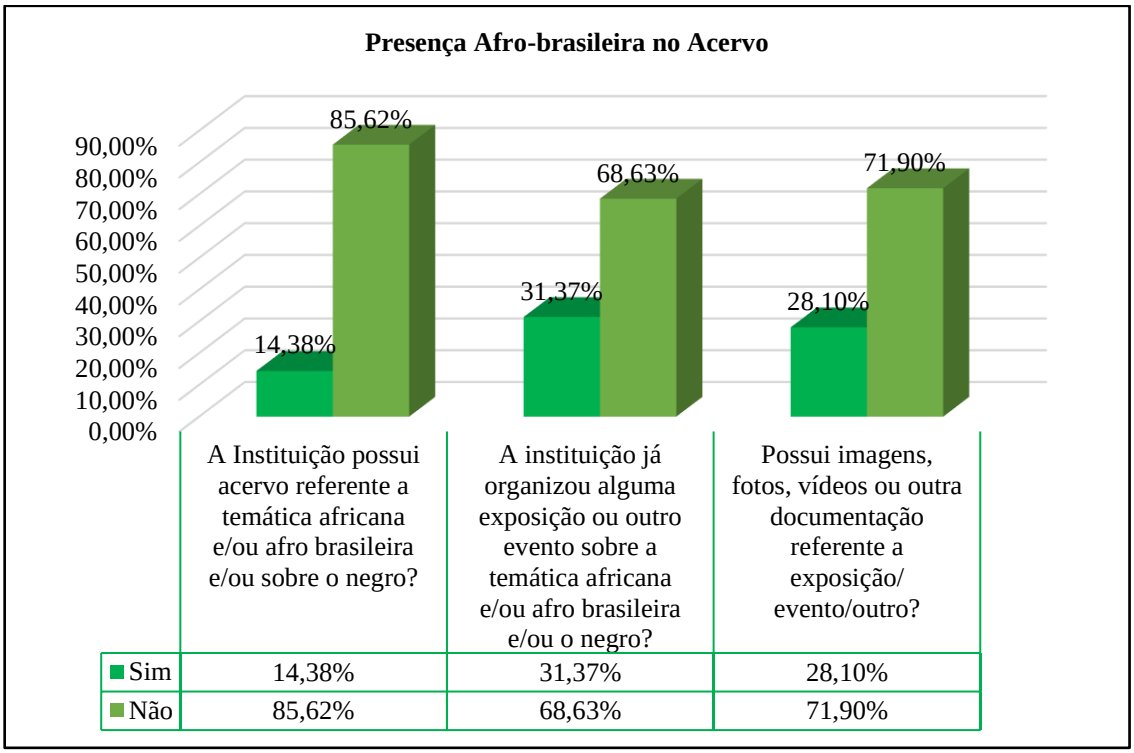


Gráfico 19: Presença afro-brasileira no acervo (Simão, 2015)

Observando as respostas por região museológica, podemos perceber a pouca presença na maioria das regiões, com a porcentagem de instituições que afirmam possuir acervo referente a temática fica abaixo de 15%, incluindo o Sul, onde nenhum museu disse ter acervo. Se destacam nesse sentido as regiões da Serra e da Grande Florianópolis, onde essa parcela soma, respectivamente, 20 e 30%.

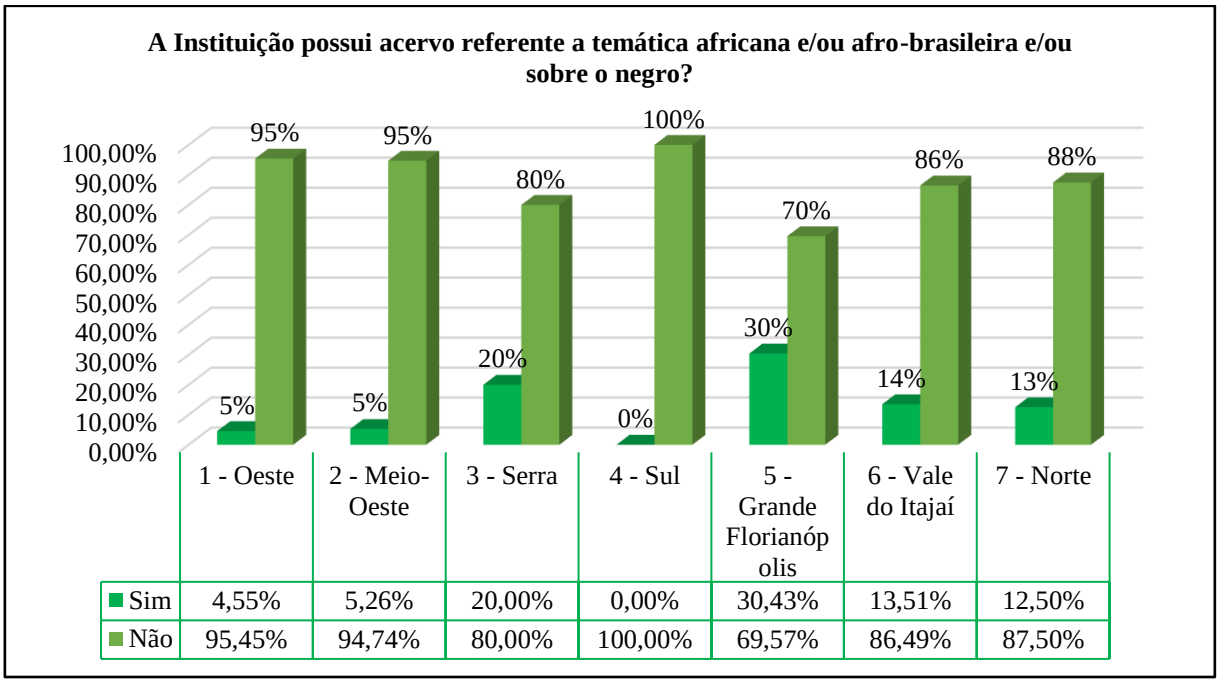


Gráfico 20: Museus com acervo afro-brasileiro por Região Museológica (Simão, 2015)

Destas 18 instituições que disseram ter acervo que faz referência à cultura e memória afro-brasileira, de um universo de 153 instituições, pudemos perceber que as referências ainda estão ligadas, muitas vezes, a um passado escravista. Entre os acervos indicados estão peças como "Quadro de negros escravos trabalhando", Instrumentos de Castigo (Anjinho/Quebra Dedos, Tronco/Viramundo, Argolas de Pescoço e Algema), Iluminação (Candeia de Senzala) e Utensílio de Cozinha e Mesa (Chaleira), além de peças de artesanato "feita por uma escrava". Há, também, indicações ligadas à música, como berimbau, cuíca, ganzá, xequerê, bongô, maculelê, caxixi e um traje de rainha da bateria de Escola de Samba. Assim como referências, também, à personagens populares, como o Negrinho do Pastoreio[27], conforme registrado na tabela abaixo.

[27] Negrinho do Pastoreio é uma figura lendária do folclore brasileiro, muito conhecido na região sul do país. Reza a lenda que foi um menino castigado por ter perdido um cavalo de seu senhor. Após longas noites sem conseguir recuperar o animal, é castigado com chibatadas e lançado a um formigueiro, vindo a falecer. No dia seguinte o fazendeiro encontra o garoto, ileso e montado no cavalo perdido, ao lado da Virgem Maria, livre e a galopar pelos campos. O Negrinho do Pastoreio, assim, passou a ser alvo de devoção em muitas cidades do interior, onde recebe pedidos e oferendas e é tido como protetor das crianças e dos animais de criação, e de muita ajuda àqueles que procuram coisas perdidas. A principal referência sobre o assunto é a obra 'Lendas do Sul', publicada em 1913 por João Simões Lopes Neto. (Lopes Neto, 1976)

Instituição	Exposição Longa Duração	Fotografias	Documentos	Áudio Visual	Objetos Tridimensionai	Descrição
Museu Histórico Emilio Silva/ Jaraguá do Sul		X		X	X	Acervo etnográfica, artes visuais e objetos de uso e costumes dos afro-brasileiros
Memorial do Figueirense Futebol Clube/Florianópolis		X	X	X		Fotos, vídeos e documentos de jogadores afro-brasileiros
Museu Tropeiro Velho/Chapecó					X	Quadro Negrinho do Pastoreio
Museu Família Aguida /Ibirama					X	Quadro de negros escravos trabalhando
Museu Tijucas	X	X	X		X	Traje de rainha da bateria da Escola de Samba "Filhos da Terra"
Museu Histórico de Itajaí	X				X	Instrumentos de Castigo (Anjinho/Quebra Dedos, Tronco/Viramundo, Argolas de Pescoço e Algema), Iluminação (Candeia de Senzala) e Utensílio de Cozinha e Mesa (Chaleira)
Museu Irmão Luiz Godofredo Gartner/ Corupá					X	Máscaras e desenhos - trabalho realizado por alunos de escolas municipais.
Museu Victor Meirelles /Florianópolis					X	Estudos de figura humana Estudos para Batalha dos Guararapes
Museu de Arte de Joinville					X	Acervo esculturas (2) em madeira e pneu; "Waldomiro de Deus - Título: O Calvário - óleo s/ tela, 1987, 120x110 cm.; Autor desconhecido - s/ título - escultura em madeira de ébano, s.d., 18x8x5 cm, identificada no livro tombo como arte popular african; Mario Cravo - s/ título - escultura em madeira e pneu, s. d."
Eco Museu do Ribeirão/Florianópolis					X	Peça de artesanato "Presépio Açorita"
Museu da Música/ Timbó					X	Instrumentos musicais como berimbau, cuíca, ganzá, xequerê, bongô, maculelê, caxixi.
Arquivo Histórico e Museu Municipal de Campos Novos		X	X			Fotos, documentos sobre cemitério dos negros e inventários das terras da invernada dos negros.
Museu Histórico de Rio do Sul		X				Temos fotografias referente. No Acervo Fotográfico temos 30 fotografias: Referentes ao Carnaval de Rio do Sul e fotografias de um bairro de Rio do Sul, conhecido antigamente como "Beira", ficava nas proximidades do rio Itajaí-Açu.
Museu Histórico de São José			X			Acervo documental sobre escravos
Fundação O Mundo Ovo de Eli Heil/Florianópolis						Não menciona quais acervos
Museu de Ecologia Fritz Müller/Blumenau			X			Narrativas referentes a história de Feritz Müller que tratam de sua relação de respeito para com os negros.
Fundação Cultural de Seara					X	Livros sobre a cultura brasileira/negro
Museu da Imagem e Som de Santa Catarina/Florianópolis				X		Filmes em DVDs sobre Quilombos SC

Tabela 29: Museu com acervo referência afro-brasileira por tipo de acervo (Simão, 2015)

Nessa questão em especial, ainda, chama a atenção o fato de que 6 instituições dizem não ter acervo referente à temática, mas, na última questão aberta, "Outras informações que a instituição considera relevante sobre a temática", revelam ter em seu acervo algumas referências. Entre essas:

- "Embora o museu [...] não possua diretamente acervo de temática declaradamente africana, temos documentos fotográficos, documentos arquivístico e acervo documental [...] que dão conta da presença afrodescendente [...]. Entretanto, ainda não temos linhas de pesquisa específicas sobre o assunto".
- "Possuímos pouco material de Antonieta de Barros – Educadora de relevância na educação de Santa Catarina, por ser educadora e não por ser negra. Nosso acervo trata [*do tema*] sem discenir etnia, classe, cor, credo e outros."
- "Porém o acervo sobre este tema é limitado a fotografias de moradores e professores negros."

Isso nos parece indicar uma certa falta de percepção da participação das populações de origem africana na formação cultural do estado. Assim parece haver uma relutância, por vezes, em aceitar a presença das populações afrodescendentes em seu acervo. De qualquer forma o reconhecimento desta presença, ainda que relutante, nos parece indicar um passo na direção da aceitação de uma problematização sobre a constituição de seu acervo.

Ainda sobre as questões abertas, a questão número 9 tratava sobre a organização de eventos e exposições sobre a temática, 48 instituições afirmaram já ter realizados eventos sobre o tema, o que representa pouco mais de 30% das respostas. Pode-se perceber, entretanto, que a grande maioria se trata de iniciativas pontuais e itinerantes, que não são construídas a partir de seu acervo ou programa ou projeto institucional.

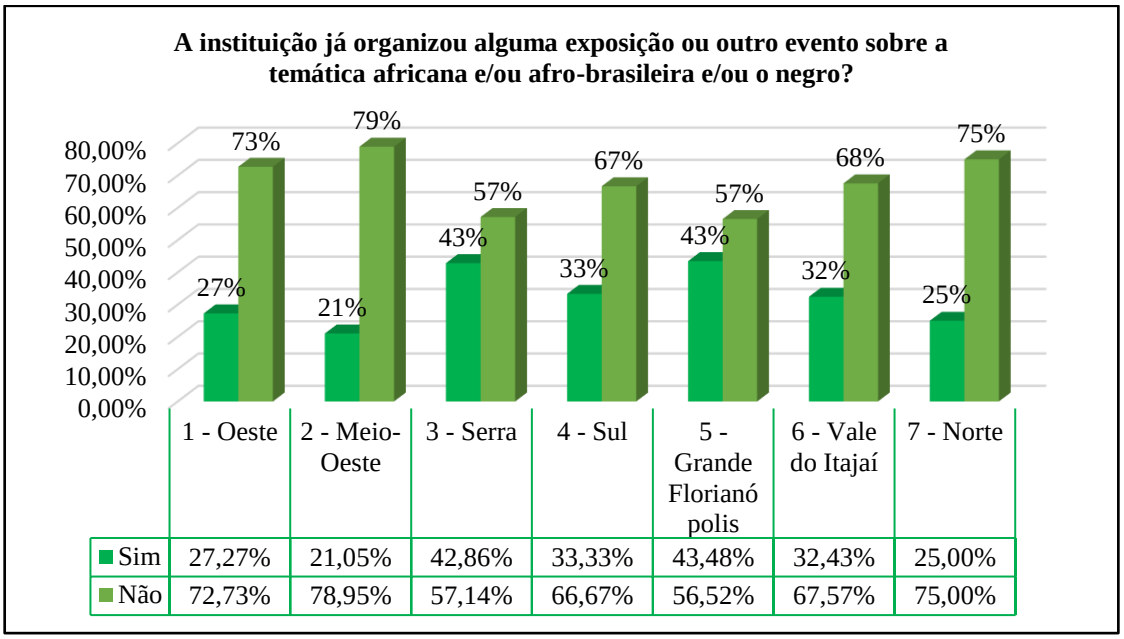


Gráfico 21: Museus com histórico de eventos afro-brasileiros por Região Museológica (Simão, 2015)

Outro ponto que chamou a atenção foi o fato destes eventos e exposições terem sido registrados, em grande parte, no ano de 2013, em que foi realizada a 7ª Primavera de Museus, conforme referimos no capítulo anterior.

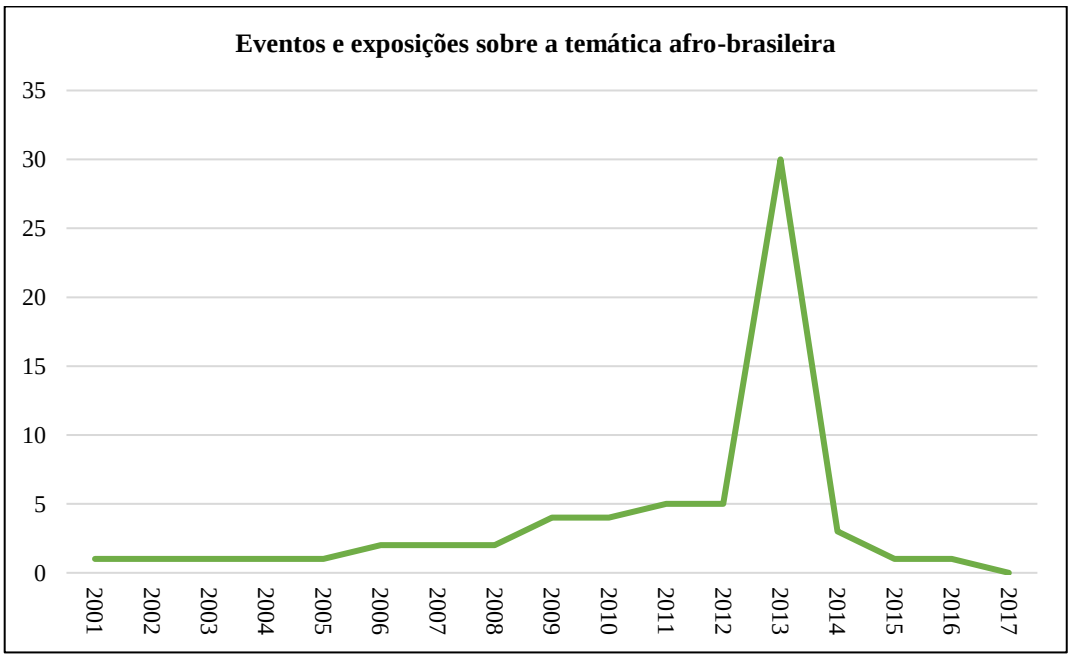


Tabela 30: Eventos e exposições sobre a temática afro-brasileira (Simão, 2015)

Essa informação corrobora as constatações feitas no capítulo anterior, onde se verifica que a maioria dos eventos sobre o tema foram realizados, no estado, em 2013. A partir dos guias de programação de todas as edições até a realização da pesquisa – Semana de Museus de 2003

a 2017 e Primaveras dos Museus de 2007 a 2017 – foram levantados os temas e a quantidade de eventos de cada instituição em Santa Catarina. Totalizaram 3.210 eventos de temáticas diversas, sendo 1.962 das Semanas e 1.248 das Primaveras, com apenas 205 sobre a temática africana e afro-brasileira, sendo que, destes, 181 foram realizados durante a 7ª Primavera dos Museus.

Duas conclusões parecem, até o momento, emergir desta análise. Em primeiro lugar a raridade dos eventos que tratem da cultura e do patrimônio africano ou afro-brasileiro, que representam parcela mínima dos eventos realizados. Por outro lado, chama a atenção a importância da sétima edição da Primavera dos Museus, centrada na temática da Cultura Africana e Afro-brasileira, único momento em que a realização de eventos sobre a temática assume uma importância numérica mais do que incidental. Assim, constatou-se a importância, a amplitude e o valor estratégico de orientação de uma ação proposta por um órgão público, neste caso o Ibram, para ações nos museus em nível nacional e, nesse caso específico, em Santa Catarina. Fica patente, também, a necessidade de ações pensadas para o longo prazo, com um programa específico, que possa ir além do resultado momentâneo e acabe por provocar mudanças mais permanentes.

Das questões que reputamos como mais significativas, embora não sendo no primeiro momento foco direto de nossa pesquisa, destacamos a questão aberta final, espaço destinado para outras informações que a instituição considerava relevante sobre a temática. Nessa questão nos foi apresentada, de forma explícita, a problemática que vem permeando esse trabalho, o discurso sobre o que se entende sobre a origem e constituição histórica e cultural do Estado de Santa Catarina, principalmente a percepção de um protagonismo exclusivo da imigração europeia e a invisibilização de populações de outras origens. Percebemos ao menos três eixos de análise nesses registros:

1. o discurso de negação de uma diversidade histórica e cultural, justificada pela imigração exclusivamente europeia, percepção essas que em sua grande maioria não teve o seu registro escrito, mas foi verbalizado nos contatos telefônicos;

2. o reconhecimento de outras origens, mas acompanhada da alegação de que no município ainda predominam os traços da imigração europeia e que não existe a demanda;

3. os que alegam que há sim uma diversidade de origem, mas que ainda não trataram a temática afro–brasileira em suas instituições por falta de formação ou informação e manifestam interesse em aprofundar a temática.

Separamos, assim alguns registros com base nesses três eixos de análise:

1. Negação de uma diversidade histórica e cultural
    - "Nós não temos nada de pesquisa africana e afro-brasileira no nosso museu, porque não temos essa demanda."
    - "Nesta instituição não temos acervo referente à raça negra, a linha do museu é voltada principalmente a colonização italiana"
    - "O município é de colonização alemã, portanto o acervo do Museu é quase na sua totalidade integrado por objetos, fotos e documentos históricos da época da colonização. Também são realizadas Mostras e Exposições com temas diversos, no entanto, nenhuma exposição foi realizada sobre a temática A presença Africana e Afro-Brasileira."
    - "O Museu não possui a temática referente à etnia Africana. Desta maneira, pode-se encontrar o acervo sobre os modos de vida do final do século XIX até metade do século XX dos imigrantes e descendentes de europeus, Italianos e Alemães."
    - "Por ser município colonizado por alemãs e italianos, só com o passar dos anos que tivemos poucas famílias afro-brasileiras isso ainda nos dias de hoje."
    - "Há poucas pessoas negras ou afro-brasileira em nosso município, que vieram para a nossa região faz umas duas décadas mais ou menos."

2. o reconhecimento de que há outras origens, mas que no município ainda predomina os traços da imigração europeia
    - "Foi colonizada por imigrante italianos e alemães. Seria muito interessante expor sobre essa temática, visando que poucos museus o fazem, pois é um assunto que está na grade curricular das escolas da região."
    - "O Museu possui em seu acervo apenas a história do município de predominância italiana e alemã e suas contribuições na história local e regional. A presença Africana e Afro-Brasileira está presente nos acervos da Biblioteca pública Municipal e também trabalhada na transversalidade nas escolas públicas das redes de ensino do município."
    - "O Museu possui acervo histórico sobre a colonização polonesa da comunidade, com artefatos indígenas encontrados na região, incluindo peças, documentos, fotografias referentes aos dois aspectos que o caracterizam."

- "Não possui acervo referente à temática africana, mas a história regional com a presença do caboclo, vindo da miscigenação de negros, indígenas e brancos, com distinção apenas pela forma de pensar. Não há como contar a história de qualquer região que seja sem citar a presença do negro, mesmo que seja o fato da miscigenação."
- "Nós consideramos muito interessante os estudos e pesquisas realizados com os grupos descendentes de africanos. Na região oeste catarinense, predomina mais os caboclos que apresentam uma rica e diversa cultura que ainda se mantem viva em muitas famílias e comunidades."
- "O Museu apresenta, pouquíssimos documentos sobre o tema, o que constam são depoimentos de moradores mais antigos onde relata a presença dos negros trabalhando nas fazendas que por aqui existiam, encontra-se também relatos escritos deles trabalhando em construções de igrejas. Infelizmente não há fotos ou outro material que comprovam isso."
- "Na nossa região não tem muitos negros, mas sim de origem alemã. Seria até muito interessante se pudéssemos fazer uma exposição para o povo ter um conhecimento, com isso precisamos de material."

3 - os que alegam que há sim uma diversidade de origem, mas que ainda não trataram a temática afro-brasileira em suas instituições por falta de formação ou informação e manifestam interesse em aprofundar a temática

- "Possuímos no município um bairro que teve origem com a morada dos negros, no entanto não tenho conhecimento sobre sua origem no município, quem foram os primeiros negros. Mas estou iniciando uma pesquisa aprofundada sobre a história do município, e irei buscar todas as informações possíveis sobre os negros, sua origem, etc..."
- "As pesquisas sobre presença de negros no oeste catarinense ainda são incipientes. Em se tratando de instituições privadas, como a nossa, que ainda está em fase de pesquisa e "coleta de acervo" nas filiais das cooperativas mantenedoras, é um tema ainda pouco explorado. Nas pesquisas que já fizemos e os acervos que tivemos acesso, não achamos nenhum registro de presença africana. Mas concordamos que as instituições que o possuem, devem sim investir em projetos relativos a esse tema, pois a história de Santa Catarina

acaba priorizando a história dos migrantes e imigrantes e esquecendo da presença multifacetada de etnias e culturas no nosso estado."

- "Por tratarmos da história de um município cuja população, ainda hoje, é formada por mais de 80% de descendentes de alemães, acreditamos ser de fundamental importância o diálogo acerca da temática aludida. Como não temos acervo sobre o assunto, para nós seria muito importante o auxílio de instituições parceiras que tratam da temática africana e afrodescendente, no intuito de ampliar o diálogo e provocar reflexões."
- "O município foi colonizado por alemães e por isso não temos nada sobre a cultura afro-brasileira em nossa instituição. Infelizmente o racismo ainda era bastante grande aqui, hoje já mudou um pouco, mas ainda sentimos resistência por parte dos moradores mais antigos do município. Acredito ser relevante poder ter ou trazer uma exposição sobre essa temática, até porque, mesmo querendo camuflar, os alemães sabem da importância que pessoas afrodescendentes tem e tiveram para a colonização do Brasil. Por sermos um município turístico recebemos todas as etnias, e para contemplá-los uma exposição com esse tema seria de grande importância. Acredito que uma exposição referente à importância dos negros para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina seria muito importante."
- "Não temos acervo, portanto vou dar minha opinião sobre o assunto. Visto que nossos escravos foram o celeiro na época do plantio do café e da cana de açúcar foram muito mal reconhecidos pelo governo brasileiro porque depois de libertos foram jogados em favelas, enquanto os imigrantes europeus receberam seus lotes de terra para sua sobrevivência. Mas precisamos estudar mais sobre o assunto."

Nos três eixos o que chama atenção ainda é a ausência, seja na negação total ou parcial de que indivíduos de outras origens também formaram o estado ou na necessidade de aprofundamento e estudo sobre essas populações. É, de todo o modo, amplamente presente a concepção da raríssima presença ou da inexistência dessas populações ao longo da história em Santa Catarina, principalmente em seus municípios menores. Os dados disponíveis sobre a população, entretanto, apontam em um sentido diferente. A concentração de pessoas que se declaram negras atualmente, segundo o IBGE, fica em torno de 15%, sendo sua presença

relevante numericamente, em torno de 10%, mesmo em cidades profundamente identificadas como ‘alemãs’, como Blumenau e Joinville.

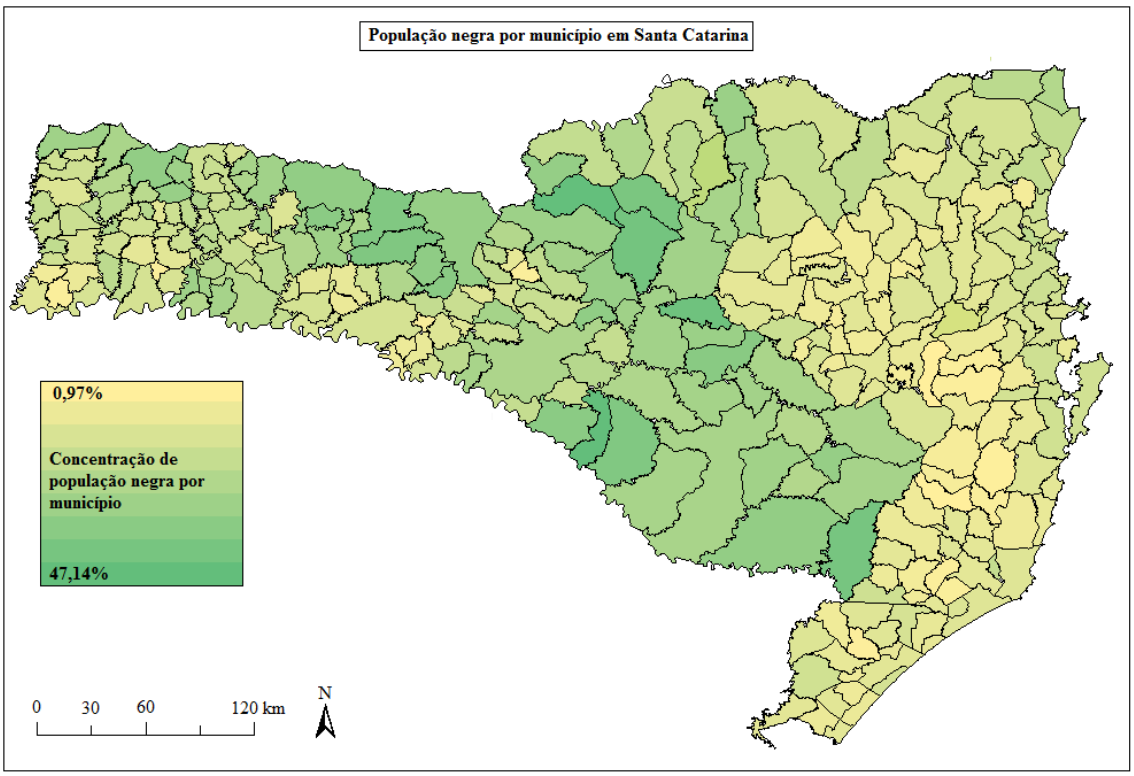


Figura 8: Mapa da população negra nos municípios de Santa Catarina (IBGE, 2013)

Assim, a partir dessas observações, buscamos, no capítulo seguinte, compreender como, historicamente, foi construído esse discurso e identificar e problematizar modos pelos quais se construíram ideais de identidade em Santa Catarina, assim como a atuação das instituições nessa construção. Analisamos, ao mesmo tempo, a busca por uma identidade europeia e diferenciada do estado de Santa Catarina, junto ao restante do Brasil, destacando a presença afro-brasileira como constituinte da formação histórica e cultural deste. As alegações da necessidade de informação e formação sobre a temática afro-brasileira no estado, focada nas instituições museais, por outro lado, vão encontrar respaldo na proposta de formação apresentada no último capítulo.

Capítulo 4 – Identidades em Santa Catarina

> *"Diversidade é a marca da cultura catarinense.*
> *Os casarões portugueses do Litoral, a arquitetura em estilo enxaimel no Vale do Itajaí e no Norte do Estado e as tradições italianas ainda fortes no Oeste são exemplos concretos da diversidade cultural catarinense [...] Há conjuntos históricos que representam outras etnias europeias que também participaram, em menor escala, da colonização do Estado. A cidade de Treze Tílias, no Meio-Oeste, foi fundada por imigrantes austríacos vindos da região do Tirol e parece uma vila típica saída dos Alpes. Outros dois grupos étnicos com contribuições arquitetônicas que merecem destaque são os poloneses e os ucranianos. [...] Outra frente de divulgação da cultura catarinense são eventos consagrados no Estado, como o Circuito das Festas de Outubro, liderado pela Oktoberfest, de Blumenau; o Festival de Dança de Joinville; a Festa do Pinhão, em Lages; e a festa do Divino Espírito Santo, uma tradição secular transmitida pelos açorianos e hoje celebrada principalmente na Ilha de Santa Catarina e nos municípios litorâneos". (Santa Catarina. Governo do Estado, 2015a)*

No estado de Santa Catarina, a construção de identidade esteve profundamente ligada ao que tem sido apontado como um mosaico cultural catarinense, com identidades 'típicas' em cada região do estado, sempre sustentada a partir de populações de origem europeia, em uma "tradição inventada". Conforme Hall, "tradição inventada significa um conjunto de práticas, de natureza real ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado". (Hall, 2006, p. 54)

Disseminou-se, assim, a visão de Santa Catarina dividida em zonas de influência. Uma narrativa que coloca o litoral e cidades como São Francisco, Florianópolis e Laguna como espaços predominantemente açorianos, o norte, no Vale do Itajaí, com as cidades de Blumenau e Joinville, como alemão, e o sul, na região de Criciúma, como italiano. Apoiado, muitas vezes, pelo próprio governo estadual, é um discurso que esconde a diversidade existente e que também limita o reconhecimento das relações existentes em todo o território, ao defender um isolamento das diferentes populações. No entanto, quando voltamos um pouco na história da ocupação do estado percebemos que estas elucubrações são recentes e construídas a partir de interesses diversos – políticos, sociais ou econômicos.

Visitada por expedições europeias, ibéricas em sua grande maioria, desde o início do século XVI, o espaço que viria a formar Santa Catarina era ocupado por populações indígenas, muitas das quais passaram a interagir, em especial em trocas comerciais, com os navegadores. Essas populações que aqui se encontravam são normalmente descritas como utilizando-se da navegação e dominando a agricultura e a cerâmica. Os principais grupos existentes no território pertenciam ao que chamamos hoje de Xokleng-Laklano, Kaingang e Guarani. Houve ainda,

muito antes, a ocupação pelo chamado "Homem do Sambaqui", populações antigas cujo pertencimento étnico ainda é motivo de debate. (Reis & Fossari, 2015)

Durante todo o século XVI, a Ilha de Santa Catarina foi um ponto de interesse bastante significativo para as expedições europeias. O principal contato entre indígenas e viajantes europeus se dava na busca dos últimos por bens necessários para a continuação de suas viagens. Patos, mel, milho, carvão, antas, galinhas e veados são referidos por Henrique Montes, que esteve na região em 1526. (Corrêa, 2004, p. 24)

> "A posição geográfica da Ilha de Santa Catarina fazia dela objeto recorrente de disputa entre as duas potências coloniais ibéricas. Ficava a meio caminho entre o Rio da Prata e o Rio de Janeiro, centros da presença, respectivamente, espanhola e portuguesa no litoral atlântico sul americano. Além disso era talvez o último grande porto natural antes da extensa região compreendida entre a Ponta de Santa Marta, em Laguna, e a barra do Rio Grande, no extremo sul do atual Rio Grande do Sul, o que o tornava importante ponto de parada e reabastecimento – a abundância de água doce, de alimentos, como frutas, caça e peixes, a grande quantidade de madeira apropriada para a navegação e a presença de populações nativas que bem se relacionavam com viajantes europeus para isso concorriam. Também se localizava na zona em disputa criada pela imprecisão da demarcação do Tratado de Tordesilhas, de modo que ambas as Coroas a consideravam de sua posse". (Biléssimo, 2011, p. 47–48)

Apenas, entretanto, em meados do século XVII, são erguidas as primeiras povoações portuguesas mais estruturadas, com São Francisco – no norte – em 1645, Desterro (hoje Florianópolis) – na Ilha de Santa Catarina, no litoral central – em 1673 e Laguna – no sul – no ano de 1676. (Corrêa, 2004, p. 37) No ano de 1689 um navio de piratas aporta em Desterro, buscando vingar-se do aprisionamento de outra expedição ocorrida dois anos antes, e acaba por saquear a vila de Desterro, assassinando o fundador Francisco Dias Velho. Segundo Oswaldo Cabral, os

> "filibusteiros pretenderam aviltar as imagens da pequenina igreja, mas outros já dizem que não foram as imagens, sim as filhas do fundador que os atacantes pretenderam violentar – o que é bem mais provável... – e que nesta ocasião teria êle saído em sua defesa, de espada em punho, oportunidade em que foi prostado morto por um tiro de xifarote, coisa que até hoje ninguém soube me dizer o que é, mas que, pelo jeito, deve ter sido arma de fogo, senão não daria tiro..." (Cabral, 1979, p. 19)

Com a morte de Dias Velho, grande parte dos habitantes abandonou a povoação. A ocupação da região continuou, ainda que de forma mais tímida, até que em 1736, dentro do cenário de disputas no sul da América entre Espanha e Portugal, a Coroa Portuguesa decide implementar uma real ocupação de Santa Catarina, partindo de uma perspectiva militar. Chega ao local o Brigadeiro José da Silva Paes, junto a uma força militar, ocupando definitivamente a Ilha de Santa Catarina, inclusive com as construções das Fortalezas, em um sistema defensivo projetado pelo próprio Silva Paes.(Cabral, 1972)

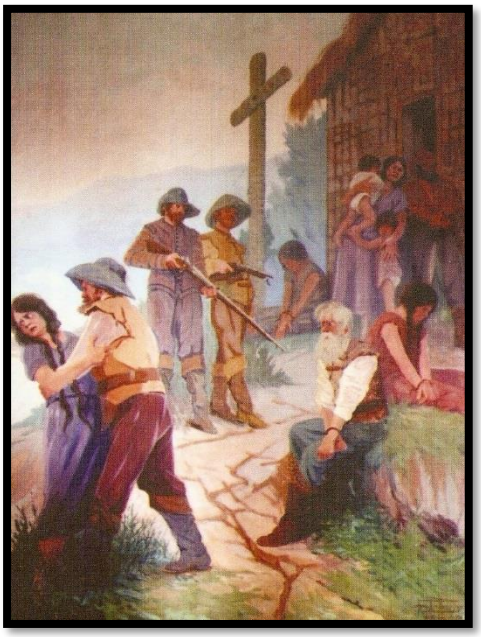


Figura 9: Morte de Francisco Dias Velho[28], de Dakir Parreiras (Parreiras, 1927)

Uma eficaz ação em Santa Catarina, entretanto, exigia mais do que o aparato militar, era preciso aumentar a presença portuguesa, com o desenvolvimento econômico e o aumento da população. Uma das alternativas foi proposta pelo próprio Silva Paes, em correspondência com o rei D. João V:

> "se das ilhas se puderem remeter alguns casais seria utilíssimo e ainda alguns recrutas, porque assim se aumentaria a cultura destas terras que são próprias, não só para todos os frutos da América, senão tão bem da Europa, e dos filhos dos mesmos casais se recrutaria o terço ou tropas que aqui assistissem, e seriam mais permanentes do que os de fora..." (W. F. Piazza, 1988, p. 60)

A partir de 1748 começaram a chegar a região os colonos açorianos[29]. Nesse movimento foram fundados vários pontos de ocupação no litoral de Santa Catarina, entre os quais podemos citar os erguidos na Lagoa da Conceição e em Santo Antônio, hoje parte de

[28] Este quadro encontra-se hoje no acervo do Museu Histórico de Santa Catarina. Sobre ele, Oswaldo Cabral diz que "Certo é também que, para relembrar o episódio que marca as origens da povoação desterrense, episódio lamentável como se viu, outro mais lamentável ainda sucedeu neste século, pois o Govêrno do Estado, tendo mandado executar uma tela representativa da morte do bandeirante, o artista, pintor de renome, foi tão infeliz, ou se sentiu tão mal pago, que retratou os piratas todos com a mesma fisionomia, como se fôssem todos irmãos, ou pelo menos parentes, de tão parecidos uns com os outros, (o modelo deve ter sido um só..) e ainda por cima com a fisionomia de um antigo deputado federal por Santa Catarina, aliás homem dos mais dignos e ilustres, cuja fisionomia, por um dever de justiça, jamais deveria servir de padrão para a cara de um pirata. Um desastre! Mas não foi só... Para cúmulo, as filhas de Dias Velho, representadas na tela, foram pintadas não em atitude de repelir os piratas – o que seria de esperar do recato das donzelas assaltadas – mas na de quem está segurando, agarrando o seu homem, cada qual o seu pirata, para que não fugisse, ou, como se diria na primorosa linguagem das Ordenações do Reino, então vigentes, na atitude de quem 'está travando'. Tremendamente deplorável..." (Cabral, 1979, p. 20)

[29] Houve uma importante migração, embora a historiografia não tenha ainda um consenso sobre números, vinda das ilhas portuguesas do Arquipélago do Açores e da Madeira, no Atlântico.

Florianópolis, e a Enseada do Brito, na atual Palhoça, e São José, no continente em frente a Desterro. (W. F. Piazza, 1992)

Essa nova organização em Santa Catarina trouxe uma nova maneira de ser à cidade. Em levantamento feito em 1750, Santa Catarina já contava com cerca de 10 mil habitantes, um pouco menos da metade dos quais oriundos 'das ilhas', açorianos principalmente, mas também madeirenses. (Arquivo Histórico Ultramarino, 1750) Foi essa a época de forte imigração açoriana na região, e embora possamos imaginar que outros indivíduos da mesma origem acabaram por chegar à região depois, seu número não parece ser significativo demograficamente.

Após esse período, Santa Catarina desenvolveu-se economicamente, com Desterro atuando como um ponto central para todos os pontos de povoamento que se espalhavam pelo litoral. Iniciou-se uma produção mais robusta, tanto para consumo interno como para exportação, em especial de madeira e farinha de mandioca.

> "Na virada do século XVIII para o XIX, a Capitania de Santa Catarina já contava com uma organização social e econômica que, de certa maneira, iria reproduzir-se pelo menos até o advento da república, em 1889. Caracterizava-se por ter como centro administrativo a Ilha de Santa Catarina, em especial Desterro. Mais importante, era no Porto de Desterro que se desenvolviam as principais relações comerciais, e rapidamente a vila consolidou-se como o centro comercial da região. [...] [*Sua*] influência política era utilizada no sentido de garantir que a produção das freguesias do continente que tivessem como destino o exterior e as outras províncias do Brasil passassem por seu porto, garantido o fluxo de capitais para os comerciantes de 'grosso trato' da região". (Biléssimo, 2011, p. 60)

A ocupação de Santa Catarina, assim, estava inserida dentro das dinâmicas que grassavam por todo o território brasileiro. Em meados do século XIX, a presença do Estado brasileiro, e do português antes de 1822, se limitava às ocupações no litoral e nas margens dos grandes rios, com o interior, em especial subindo-se a serra para o planalto que ocupa grande parte do atual território de Santa Catarina, como território de variadas populações indígenas.

A produção era organizada a partir destes centros de ocupação, com grande parte da mão de obra escrava e presença de uma população diversa, inclusive com contatos permanentes, ainda que esporádicos ou pouco organizados, com as populações indígenas. Desterro atuava como centro político, social e econômico, recebendo produtos das demais povoações e o exportando para outras províncias e países, assim como servindo de porta de entrada para produtos importados.

No projeto de ocupação do território do Império do Brasil, houve o incentivo à colonização do território entendido como 'vazio', em especial se aprofundando nos vales dos rios navegáveis. Como conflitos posteriores iam apontar, esse espaço estava longe de estar

vazio, e eram comuns os embates, além de contatos mais amistosos, entre populações indígenas e o esforço colonizador. (Wittmann, 2007)

A partir de 1829, com a fundação de São Pedro de Alcântara, houve uma série de colônias fundadas, que alargaram o alcance do estado, entre elas: Blumenau, em 1850, Dona Francisca, atual Joinville, em 1851, Brusque em 1860, Azambuja, atual Pedras Grandes, em 1877, Urussanga em 1878, Criciúma em 1880, Grão-Pará em 1882 e Ibirama em 1889. (Zanelatto, 2011, p. 26). Estas colônias tinham como base a imigração de indivíduos estrangeiros, basicamente europeus. Mesmo que com uma significante parcela de alemães e italianos[30], as origens iam muito além disso, e incluíam poloneses, franceses, noruegueses, suíços, portugueses, espanhóis, dinamarqueses e outros. Ao mesmo tempo, as atividades ligadas à criação e ao transporte de gado desenvolviam, no planalto, pontos de ocupação como Lages, fundada em 1766, e Curitibanos. (Costa, 1982)

Estas populações recém-chegadas iam se somar a uma ocupação já diversa, com forte presença de mão de obra cativa e de muitas origens: Africanos (em especial de Angola, Moçambique e demais possessões portuguesas), portugueses continentais emigrados em variados momentos, indivíduos de outros lugares do Brasil, de passagem ou fixados, asiáticos (vindos, principalmente mas não apenas, através dos contatos do Império Português naquele continente), espanhóis da Europa ou das colônias vizinhas a Santa Catarina, indígenas e seus descendentes, há séculos em contato próximo, e muitas outras origens.

A parte mais a oeste, como a cidade de Chapecó, esteve durante muito tempo envolvida em questões de disputas territoriais, tanto entre Santa Catarina e o estado vizinho do Paraná quanto entre Brasil e Argentina. A questão com a Argentina só foi efetivamente resolvida no final do século XIX, já durante a república, através de arbitragem internacional.

[30] Ainda que alguns tenham realizado a viagem antes da unificação da Itália, em 1861, e da Alemanha, dez anos depois.

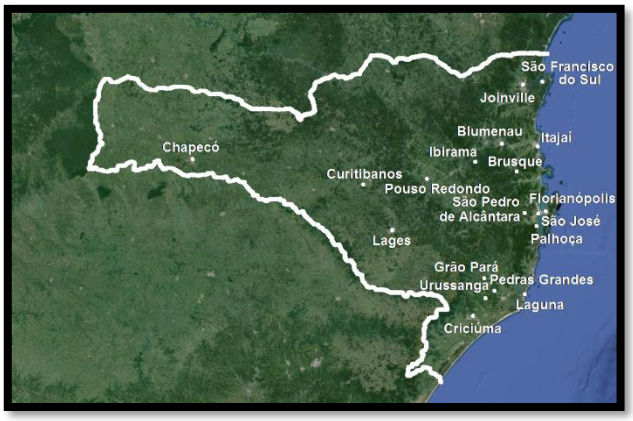


Figura 10: Algumas cidades de Santa Catarina atualmente, citadas ao longo do texto (Mapa elaborado pela autora)

Já as questões entre Santa Catarina e Paraná foram solucionadas durante a chamada Guerra do Contestado, entre 1912 e 1916. Este conflito se deu entre forças dos governos brasileiro, paranaense e catarinense e grupos organizados entre a população que ocupava a região. Envolveu uma série de questões complexas, como a posse da terra, a atuação de empresas na construção de uma estrada de ferro que cortaria a região, a disputa de limites entre os estados, as lutas por melhores condições de vida da população e a posse dos recursos como gado e madeiras nobres, além de questões religiosas – inclusive com a atuação de 'monges', religiosos populares, sem ligação com a Igreja, que atuaram como lideranças do conflito. As visões sobre esse conflito variam muito, indo de resultado do fanatismo dos caboclos a um levante popular contra o governo. (Cabral, 1960; Espig & Machado, 2008; Gallo, 1999; P. P. Machado, 2004; Monteiro, 1974)

Figura 11: Bandeira de grupos organizados do Contestado (Moura, 2012)

Esse caminho realizado pelo estado levou à consolidação, como no restante do país, de uma população amplamente diversa. Ainda que importantes na organização de Santa Catarina, os processos de colonização foram apenas uma das formas de desenvolvimento da população. Durante todo a história do estado, houve movimentos migratórios, inclusive durante o século XX e XXI, com destaque para os períodos dos grandes conflitos mundiais. Europeus, asiáticos – com destaque para sírios, libaneses e japoneses, e mais recentemente novas levas de africanos, principalmente ganeses e senegaleses, e latino-americanos – bolivianos, uruguaios, argentinos, chilenos e haitianos – entre muitos outros.

4.1 População de origem africana no estado

Conforme afirmamos anteriormente, a ocupação e o desenvolvimento de Santa Catarina não pode ser observado de forma separada das demais regiões que hoje compõem o Brasil e do então Império Português. Santa Catarina, neste cenário, se colocava como fornecedora de bens para o abastecimento do Rio de Janeiro e das grandes regiões exportadoras, em especial da farinha de mandioca. O desenvolvimento das demais regiões do Brasil, assim, acabava por corresponder a um desenvolvimento econômico de Santa Catarina, uma vez que as forças produtivas eram, nesses locais, concentradas nas atividades com mais retorno econômico, em especial a exportação de produtos como o açúcar e café e a mineração.

> Várias áreas do território brasileiro se converteram, ainda no período joanino, em especialistas em garantir o abastecimento do Rio de Janeiro e das regiões exportadoras, suprindo-as com os bens que estas não produziam na quantidade necessária. Com o estabelecimento destes circuitos comerciais, internos, estabeleceu-se elites de mercadores e negociantes, que tinham seu lucro na produção e, principalmente, no comércio vinculado a esse abastecimento interno. (Biléssimo, 2011, p. 36)

Essa relação ia além dos contatos econômicos. Os mesmos navios que levavam a farinha de mandioca traziam produtos industrializados e, mais do que isso, as ideias e as formas de organização da corte, tanto portuguesa quanto, posteriormente, do Rio de Janeiro. E a organização da economia a partir da mão de obra escrava era uma das principais bases do Brasil, tanto enquanto colônia como quando Império. Assim como acontecia em todo o território brasileiro, a utilização de mão de obra cativa se espraiava em toda a estrutura social de então. A própria Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, apesar de ter entre seus objetivos a libertação dos irmãos cativos, teve, em alguns momentos de sua trajetória, cativos sob sua posse.

> A própria irmandade tinha sob sua propriedade, cativos, que, talvez paradoxalmente, não encontramos registrados como irmãos. [...] Pelo que pudemos averiguar, não apenas

> executavam os serviços necessários na instituição como também eram 'alugados' a terceiros, em troca de pagamento. (Simão & Biléssimo, 2008, p. 42)

Ainda que, possivelmente em virtude da acanhada situação econômica, não fossem verificados em Santa Catarina proprietários com grandes quantidades de cativos, sua posse estava bastante espraiada naquela sociedade. Dados apontam que, no ano de 1843, apenas a pequena freguesia do Ribeirão, no sul da Ilha de Santa Catarina, contava com 148 famílias como proprietárias de cativos, das 366 que haviam declarado alguma renda. Entre essas, 34 possuíam mais de cinco cativos declarados. (P. de J. F. Cardoso, 2008b, p. 56)

Deste modo, grande parte do trabalho realizado em Santa Catarina até o final do século XIX foi baseado na mão de obra escrava. Como uma sociedade eminentemente agrária, uma significativa parte desta população se dedicava aos ofícios rurais. A produção catarinense de mandioca, milho, feijão, trigo – seus principais produtos – se sustentava a partir da exploração do trabalho desta população.

> "Da mesma forma que em outras regiões do país, a posse de escravos constituía um elemento importante na classificação dos homens livres e da determinação de sua posição social. [...] Todavia, não podemos perder de vista a significação econômica da posse de escravos. Em uma sociedade na qual os 'trabalhadores mecânicos' eram degradados pela escravidão, os serviços brutos dependiam largamente da mão de obra escrava". (F. H. Cardoso, 2000, p. 103)

Ainda que tenha sido, sob certos aspectos, invisibilizada pela historiografia, as populações de origem africana tem sido uma constante na sociedade catarinense desde a chegada dos primeiros navegadores europeus. Uma das primeiras iniciativas econômicas mais organizadas, a produção do óleo de baleia, presente desde o século XVII, já contava com grande participação da mão de obra cativa. Se há poucos registros da atuação destas populações na captura dos animais, no mar, o beneficiamento e produção do óleo de baleia a partir das carcaças dos animais era realizado em grande parte por cativos, como era comum nas atividades econômicas mais estafantes ou perigosas. Essa organização estendeu-se até após ao declínio da atividade, quando passou-se a contar com cativos para o beneficiamento do pescado, aí já não mais os grandes cetáceos mas as variadas espécies de peixes que eram salgados e vendidos para a alimentação.

Essa ampla e bem documentada presença de cativos no território que é hoje Santa Catarina pode ser, assim, verificada desde o início da ocupação da região. Embora varie com o período estudado, essa presença se mantém constante e significativa. Já no início da década de 1960 Fernando Henrique Cardoso apontava essa presença, buscando fazer nas fontes historiográficas e na bibliografia então disponível um levantamento dos esforços de quantificação da população cativa em Santa Catarina.

População cativa em Santa Catarina

Ano	População		Porcentagem
	Escravos	Livre	
1810	7.203	30.309	23,77%
1812	7.578	33.049	22,93%
1813	7.478	32.949	22,70%
1819	9.172	44.031	20,83%
1838	13.658	63.624	21,47%
1839	14.062	65.578	21,44%
1840	12.511	66.218	18,89%
1842	12.580	67.218	18,72%
1844	14.358	72.814	19,72%
1854	14.195	101.559	13,98%
1855	17.119	105.604	16,21%
1856	18.187	111.109	16,37%
1857	18.408	122.833	14,99%
1858	19.131	127.786	14,97%
1859	16.316	114.597	14,24%
1864	16.320	133.738	12,20%
1866	14.722	119.181	12,35%
1872	14.984	159.802	9,38%
1884	8.261	---	---
1885	8.249	---	---
1886	8.240	---	---
1887	4.927	---	---

Tabela 31: População cativa e população total na Província de Santa Catarina. (F. H. Cardoso, 2000, p. 128)

Nesses levantamentos, entretanto, fica claro o esforço na separação entre indivíduos livres e cativos, mais do que em reconhecer qualquer tipo de identificação ou de mensurar a população que se considerava, ou era considerada, negra. Não hesitaríamos, entretanto, em afirmar que a quantidade de cativos não representava a totalidade de negros. Ainda que apenas em 1872, com a realização do primeiro recenseamento melhor elaborado no Brasil, tenhamos um posicionamento neste sentido, é possível perceber, desde muito antes, a presença de pessoas negras livres na região. Em 1792, ainda no século XVIII, São José, vizinho a Desterro, no continente, "era composta de 389 fogos (casas habitadas), com população total de 2.079 habitantes, incluindo os escravos, que eram em número de 412, e já existiam escravos libertos, no total de 14" (Gerlach & Machado, 2007, p. 17)

Assim, para melhor nos auxiliar nesse esforço, podemos buscar uma maior compreensão das relações entre a presença de indivíduos cativos e negros, uma vez que nos

parece claro que o segundo grupo é, necessariamente, maior que o primeiro. O Recenseamento de 1872 talvez seja um dos primeiros esforços mais estruturados de contagem da população.

> "Nos dados do recenseamento de 1872, a freguesia de Nossa Senhora do Desterro contava com 8.602 habitantes, incluindo 1.122 cativos, e teve classificados como não brancos (pardos, pretos e caboclos) cerca de 32% da população. Se levarmos em conta toda a Ilha de Santa Catarina, a população total sobe para 25.709 pessoas, e a concentração de cativos e de não brancos fica em pouco mais de, respectivamente, 11% e 25%". (Simão & Biléssimo, 2008, p. 37–38)

Os números apurados nas diversas contagens de população, entretanto, variam. Ainda são necessários estudos mais aprofundados, capazes de perceber as complexidades dessas alternâncias. Convém ressaltar que em 1950, período após as fases mais agudas das políticas de branqueamento da população brasileira, Santa Catarina apura no censo nacional pouco mais de 3% de negros, aqui referidos como a soma dos identificados como pretos e pardos. É a partir da década de 1920 que o estado começa a desenvolver esforços no sentido da construção do que seria a visão de sua especificidade no cenário nacional, entre o que se incluía a invisibilização das populações de origem não europeia catarinenses.

População por Cor/Raça nos recenseamentos brasileiros

Cor/Raça	1872	1950	2000	2010
Brancos	78,81%	96,38%	89,33%	83,97%
Negros[31]	19,37%	3,39%	9,69%	15,35%
Outros[32]	1,82%	0,23%	0,98%	0,67%

Figura 12: População por Cor/Raça nos recenseamentos brasileiros (IBGE, 2012a, 2012b, 2012c, 2012d)

Na segunda metade do século XX, quando começa – em especial na última década – o questionamento mais estruturado de tal visão, essa porcentagem passa a quase 10%. Já no último recenseamento realizado, em 2010, tal quantidade passa de 15%. Convém ressaltar que é a partir de 2001, com a Conferência de Durban, que o Estado Brasileiro passa a atuar em um esforço de reconhecimento e valorização de sua diversidade, afastando-se dos conceitos construídos a partir da chamada "Democracia Racial" e da ideia de uma população homegênea, fruto da mistura das "três raças", que haviam marcado sua trajetória. Ainda que tenha certamente havido, neste período, modificações demográficas relevantes, com a população total do estado passando de um milhão e meio de habitantes para mais de seis milhões, chama a atenção o fato da população classificada como branca ter tido um aumento de cerca de 350% no período, enquanto entre os classificados como negros o aumento se aproxime de 2.000%.

[31] Ainda que recenseamentos anteriores não fizessem essa distinção, optamos aqui por utilizar a categoria Negros como utilizado atualmente pelo IBGE, compondo-a com a soma dos que se declararam pretos e pardos.

[32] Nesta categoria agrupamos os indivíduos cuja declaração não estava incluída nas categorias anteriores, o que levou a variações de acordo com o Recenseamento. Em 1872 a categoria Caboclos, em 1950 as categorias Amarelo e Não declarados e em 2000 e 2010 as categorias Indígena, Amarela e Sem Declaração.

População por Cor/Raça nas regiões museológicas

Região	Brancos	Negros	Outros[33]
1 – Oeste	78,46%	20,15%	1,38%
2 - Meio-Oeste	77,48%	21,73%	0,78%
3 – Serra	70,74%	28,22%	1,04%
4 – Sul	89,83%	9,87%	0,30%
5 - Grande Florianópolis	85,50%	13,87%	0,63%
6 - Vale do Itajaí	87,64%	11,78%	0,58%
7 – Norte	84,10%	15,38%	0,52%

Figura 13: População por Cor/Raça nas regiões museológicas (IBGE, 2013)

Ainda que, conforme apontamos, estudos mais aprofundados sejam necessários, nos parece possível que parte desse aumento esteja ligado às políticas de valorização da diversidade promovidas e a mudanças na autodeclaração e na percepção de identidade das populações.

Como toda ocupação humana, o estado manteve contato com seus vizinhos e com lugares distantes, sempre com uma intensa troca não só de produtos, mas de ideias, de valores e de população. Os processos e dinâmicas sociais, políticos e econômicos levaram a chegada e a partida de incontáveis indivíduos. As iniciativas oficiais de colonização são apenas uma faceta mais visível, por deixar documentos que permitem a construção de uma narrativa histórica, mas estão longe de ser a única, a mais duradoura ou a mais extensa forma de ampliação populacional. Além disso, uma vez em Santa Catarina todas a populações dependiam do contato com as demais, e como tal se misturavam às dinâmicas anteriormente existentes. Apesar das dificuldades de comunicação entre as povoações, tanto por logística como por características culturais, não há como pensar em comunidades isoladas, mas sim em um ambiente de convivência, ainda que nem sempre pacífica, que caracterizou Santa Catarina e, assim como ela, o Brasil.

A tentativa de construção de uma identidade em Santa Catarina se confundiu, muitas vezes, com a busca de uma origem. Mais do que isso, falar de cultura, no estado, é, no mais das vezes, falar de identidade. Durante grande parte do tempo a preocupação principal não é entender ou buscar conhecer as manifestações culturais, mas dar-lhes uma origem. Se busca, nessa perspectiva, uma identidade única para o estado, se negando a diversidade que, em outros lugares do Brasil, é considerada, ela mesma, uma das principais marcas de identidade.

Ao utilizar o conceito de identidade, entretanto, não estamos defendendo uma concepção essencialista, que reduza a diversidade humana a um rótulo único. Muito pelo contrário, em uma visão multiculturalista, acreditamos que identidades são identificações construídas a partir da experiência das populações, e como tal são mutáveis e cotidianamente

[33] Agrupamos em Outros as categorias Indígena, Amarela e Sem Declaração.

ressignificadas. Estas identidades emergem das variadas experiências dos indivíduos, e são múltiplas, complexas e nem sempre conscientemente elaboradas.

Utilizamos, assim, a experiência como elemento aglutinador das identidades. Não há uma divisão essencialista ou natural, mas a construção, a partir das vivências cotidianas, de pontos de contato, fluidos e fragmentados. É a experiência que vai construir os grupos sociais, e é a partir dela que as identidades são construídas.

> "A experiência chega sem bater na porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerras, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas passam fome: os que sobrevivem pensam o mercado de outra forma. Pessoas são presas: na prisão meditam na lei de novas maneiras. [...] Dentro do ser social ocorrem mudanças que dão origem a uma experiência transformada: e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressão sobre a consciência social existente, propõe novas questões e oferece grande parte do material com que lidam os exercícios intelectuais mais elaborados" (Thompson, 1963, p. 203)

Pela carga que carregam, remetendo a divisões populacionais que não só são produzidas como também usualmente utilizadas para a segregação e invisibilização de grupos sociais, é preciso delimitar de forma bastante cuidadosa a utilização destes conceitos. Não há, sob esse aspecto, nenhuma identidade que seja monolítica, que obrigue todos sob sua sombra a determinados comportamentos. Não há, do mesmo modo, uma única identidade a ser assumida pelo indivíduo, pelo contrário, muitas vezes as pessoas se utilizam de determinadas identidades como resposta a uma situação, transitando entre elas ao sabor da necessidade e de suas possibilidades. A ideia de identidade, assim, se afasta de qualquer pretensão essencialista, e se insere, deste modo, entre aqueles conceitos que, embora complexos e polêmicos, ainda são úteis enquanto ferramentas de análise. Esses conceitos, e entre eles o de identidade talvez seja o que mais se destaca, mantêm sua relevância, e

> "uma vez que eles não foram dialeticamente superados e que não existem outros conceitos, inteiramente diferentes, que possam substituí-los, não existe nada a fazer senão continuar a se pensar com eles – embora agora em suas formas destotalizadas e desconstruídas, não se trabalhando mais no paradigma no qual eles foram originalmente gerados". (Hall, 2004, p. 104)

Como campo de ação política e objeto de estudo de diferentes áreas, o conceito de identidade raramente é encontrado dissociado da ideia de diversidade. Dentro das populações de uma sociedade encontram-se variadas identidades, construindo aquilo que muitos autores têm chamado de multiculturalismo, com um amplo leque de sentidos, embora para o atual estudo buscamos privilegiar as aproximações dadas por Stuart Hall. (Hall, 2009)

Santa Catarina vai passar, em vários momentos de sua história, por uma forte busca de uma identidade. É a construção do "alemão" e do "açoriano", por exemplo, que vai marcar de forma profunda o cenário catarinense. A adesão a essas identidades pretensamente hegemônicas

pode se dar por motivos ideológicos ou pessoais, mas tem como marca principal a exclusão ou invisibilização de indivíduos que nelas não se insiram, em uma estratégia que Homi Bhabha caracteriza como ambivalente. (Bhabha, 1998). Assim

> "a ambivalência funciona como estratégia discursiva mais significativa do poder tanto na periferia como na metrópole. Por isso, é importante reconhecer o estereótipo como um modo ambivalente de poder e conhecimento e questionar seu significado, que estabelece posições dogmáticas e moralistas que oprimem e discriminam". (Debus, 2012, p. 135)

O regionalismo é aqui entendido como a defesa de uma identidade, etnicamente referenciada, com a hegemonia indiscutível sobre determinada parcela do território. Os variados regionalismos, assim, ainda que à primeira vista possam parecer concorrentes ou opositores, acabam por tocar-se em um amplo acordo, que divide, geográfica ou culturalmente, Santa Catarina em esferas de influência. Se a extensão ou atuação de cada grupo pode estar aberta à discussão, a predominância dessas populações em cada espaço e a divisão do estado entre elas parece ser uma narrativa amplamente aceita e, durante muito tempo, inquestionável.

> "Durante anos foram produzidos trabalhos afirmando os açorianos como os verdadeiros representantes do estado. Em outros momentos, os alemães se caracterizavam como os legítimos representantes do povo catarinense. Dessa forma, buscava-se sucessivamente a etnia que viria a representar Santa Catarina frente à nação brasileira. Porém, esses discursos foram superados por um multiculturalismo comercial e pelas diversidades regionais. A cultura passou a ser o diferenciador dos povos ressaltando as diferentes identidades do Estado". (M. J. de Moraes, 2010, p. 21)

Essas identidades que se propõem hegemônicas necessitam, assim, consolidar-se, ao mesmo tempo, como amplas e segregadoras. Amplas pois devem abarcar variadas manifestações culturais – frequentemente de origens diversas ou pouco claras – e segregadoras pois devem ser capazes de manter afastada ou invisibilizadas manifestações indesejadas. Em seu estudo sobre o açorianismo em Santa Catarina, João Leal aponta três ferramentas utilizadas, por vezes concomitantemente, para esse fim.

Em primeiro lugar, há uma objetificação da cultura e uma folclorização das manifestações culturais. Comportamentos, ritos e atuações tradicionais recebem o carimbo de tradicional, e passam a ser reencenadas, ao mesmo tempo que determinados traços da vida tradicional são reificados em objetos típicos, representativos da cultura, empurrando para fora de qualquer classificação do tipo manifestações que não sejam igualmente reconhecidas. (Leal, 2007, p. 14)

Em segundo lugar, com essa objetificação, também os envolvidos com as manifestações culturais assumem um novo papel. Mais do que participantes de uma cultura, acabam por assumir o papel de defensores, o que pressupõe não só uma organização cultural estática como também a definição de outras expressões culturais como ameaças. Não basta

compreender e preservar suas manifestações, mas é preciso, também, mantê-lo a salvo de outras influências, sob pena de descaracterização. Tornam-se, assim, "ativistas da cultura, implicados numa mobilização política de conceitos culturais" (Leal, 2007, p. 29)

Essas manifestações que elevam determinadas manifestações culturais – e, consequentemente, rebaixam outras – só podem se dar em um ambiente em que não existe, ou existe pouca, dúvida sobre a presença destas manifestações nas tradições da população. Falando sobre o nacionalismo, Michael Billig coloca que o "nacionalismo, longe de ser uma manifestação passageira, é a condição endêmica[34]" (Billig, 1995, p. 6) nas nações já estabelecidas. A partir deste conceito, a terceira das ferramentas aqui referidas, Leal propõe o que chama de "etnicidade banal", ao referir-se às pequenas, cotidianas e por vezes imperceptíveis manifestações que reforçam noções de uma identidade hegemônica. (Leal, 2007, p. 35) É através da construção desta onipresença de certas origens, em um processo historicamente construído, que se pode consagrar determinadas regiões de Santa Catarina como de origem exclusivamente alemã, italiana ou açoriana, por exemplo, em um processo que exclui indivíduos ou manifestações identificadas como externas aquele grupo.

A construção destas maneiras de se enxergar as manifestações culturais não se dá de maneira imediata, mas parte de uma construção há muito em curso. As políticas de identificação e definição cultural sempre estiveram atreladas a objetivos políticos, levados a cabo por grupos com interesses específicos. Se esse processo é verdade para muitos lugares, em Santa Catarina ele é especialmente importante pela verdadeira tradição que o estado tem em um relacionamento bastante próximo entre os chamados intelectuais e as esferas de poder estatal.

Assim, em Santa Catarina, esta vontade em delimitar de forma clara o que pode ser definido como tradicional, tanto no âmbito da cultura como do folclore, já ocorria na metade do século XX, conforme aponta Garcia Jr. (2002) Os boletins da Sub-Comissão Catarinense de Folclore são pródigos em apontar quais as práticas interessam estar coletadas como folclore, dentro desta perspectiva. Diz o boletim que "não se deve confundir benzedor com macumbeiro, este faz despachos e dá-se a prática da magia negra; o benzedor apenas reza e, por meio das rezas cura." (Sub-Comissão Catarinense de Folclore, 1950, p. 15) Sob este viés, o estudo posterior poderia dar nitidez ou aprofundar-se no conhecimento sobre as tradições do estado, mas não ampliar seu alcance.

Além de eleger determinadas manifestações como 'parte da cultura', deixando de fora outras igualmente tradicionais, mas que pecam por serem percebidas como de outra origem,

[34] No original: "Nationalism, far from being an intermittent mood in established nations, is the endemic condition"

este modelo também pressupõe uma unidade na diversidade, uma convivência pacífica entre as ilhas culturais que esconde qualquer divergência.

> "É um discurso portanto, conciliatório onde os conflitos parecem se resolver dentro das próprias diferenças, posto que estas, definidas e organizadas, pressupõem a existência de uma sociedade equilibrada e harmônica. Trata-se de uma visão construída e legitimada, principalmente, pela antropologia cultural, a mesma que transmitia a imagem do 'Brasil cadinho' forjado em aculturações harmônicas onde não são levadas em conta as situações concretas que orientam qualquer contato humano. O discurso que afirma a 'diversidade cultural catarinense', embora diga-se democrático por 'levar em conta a heterogeneidade cultural', é o discurso da fixidez, é o discurso onde não há lugar para as relações de poder se manifestarem". (Garcia Jr., 2002, p. 115)

Há, deste modo, em Santa Catarina, um esforço perene e antigo de definição de uma identidade. Para este discurso, o estado pode ser formado por diferentes identidades em diferentes espaços, mas não há, no interior de cada um destes, lugar para a diversidade. A formação e consolidação deste discurso como hegemônico é, talvez, o mais importante dado na discussão de cultura e identidade em Santa Catarina, tendo vindo a ser combatido de forma mais efetiva, apesar do esforço de alguns indivíduos e instituições antes disso, apenas a partir da década de 1990. Mesmo assim ainda é influente e amplamente presente. É a partir desta perspectiva que passamos, a seguir, a investigar como ele foi construído, em um esforço de cronologia que pode nos auxiliar a compreender, de forma mais abrangente, a forma como a diversidade catarinense tem sido compreendida.

4.2 Primeira fase: República e nacionalismo

Ainda que o processo de construção da identidade se estenda pela história de Santa Catarina, há momentos específicos dentro da construção deste discurso. E, embora muitas destas dinâmicas sejam específicas de Santa Catarina, o estado não está fora da experiência brasileira.

Com o fim do Império e início da República, o Brasil perde as bases monárquicas em que se apoiava desde os tempos coloniais, e se torna necessário desenvolver novos discursos sobre a nação, e como ela pode superar seus desafios. Não parece haver, no entanto, ruptura com conceitos então em voga, como os que propunham um branqueamento da população através da imigração e que viam na mestiçagem e em questões como a influência do clima e de aspectos naturais nas populações a origem de muitos dos problemas do país. Ainda que as conclusões a que se chegavam sejam hoje reconhecidas como indefensáveis e profundamente racistas, pode-se identificar ali um primeiro esforço de utilizar o conhecimento científico na organização social, econômica e política do Brasil.

> "O *dispositivo nacionalista*, nas primeiras décadas do século XX, vai estar ligado a princípio, a uma *formação discursiva naturalista*, onde as diferenças entre os espaços no país serão consideradas como um reflexo imediato da natureza, do meio e da raça. É o momento em que são absorvidos todos os determinismos científicos, as teorias sobre o clima, o solo e a mestiçagem. É o momento também, que se introduz no Brasil um saber sociológico que, como ciência legítima, poderia diagnosticar os obstáculos que impediam o Brasil de ser uma nação aos moldes dos países civilizados". (Garcia Jr., 2002, p. 20)

Com a chegada da década de 1930, entretanto, mudanças profundas se operam no país. A chamada República do Café com Leite, alicerçada nos mesmos pressupostos que sustentavam o Império, dá lugar à ditadura de Getúlio Vargas, e novas iniciativas, como a criação da Universidade de São Paulo – USP, mostravam que havia profundas mudanças em gestação. Três obras podem ser consideradas símbolos dessas mudanças: "Casa-Grande e Senzala", de Gilberto Freyre, em 1933 (Freyre, 1933); "Raízes do Brasil", de Sérgio Buarque de Holanda, publicado em 1936 (Buarque de Holanda, 1936) e "A Formação do Brasil Contemporâneo", de Caio Prado Jr., em 1942 (Prado Jr., 1942). Esses trabalhos mostraram a possibilidade de novas teorias e aproximações, atualizadas com as discussões em curso em outros países e construídas a partir de um real esforço científico, sempre dentro de seus padrões metodológicos então em voga.

Tais mudanças, entretanto, não se dão de forma plena nem imediata. Autores naturalistas que tiveram sua importância diminuída em outros espaços ainda se mantiveram em evidência em Santa Catarina. Entre eles, destaca-se os trabalhos de Oliveira Vianna, em especial "Populações do Brasil Meridional" (Vianna, 2005), publicado pela primeira vez em 1920, e "Evolução do Povo Brasileiro" (Vianna, 1923).

> "Pode-se afirmar que na primeira metade da década de 1930, já não havia mais espaço para as explicações naturalistas da sociedade brasileira. O novo regionalismo que surge então – que incentivava o conhecimento das partes que ganhariam significação no todo – parece ter influenciado iniciativas como as [*Oswaldo*] Cabral, [*Lourival*] Câmara ou Aujor [*Ávila da Luz*][35]. Porém, o que parece significativo é a insistência por parte destes autores em usar instrumentos de análise naturalistas considerados à algum tempo obsoletos. Oliveira Vianna parece viver na sua plenitude por vários anos ainda em Santa Catarina, mesmo após ter sido mandado às trevas em outras partes do Brasil". (Garcia Jr., 2002, p. 40)

A grande influência na intelectualidade catarinense no período, no entanto, talvez seja o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Criado em 1896, na esteira dos Institutos Históricos e Geográficos de outros estados e tendo como principal referência o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, o IHGSC reunia grande parte da nascente intelectualidade catarinense, e, na época, era um dos poucos espaços de discussão política e científica, ainda que sob uma visão elitista e profundamente orientada politicamente.

[35] O autor se refere a: (Cabral, 1938), (Câmara, 1940) e (Luz, 1999)

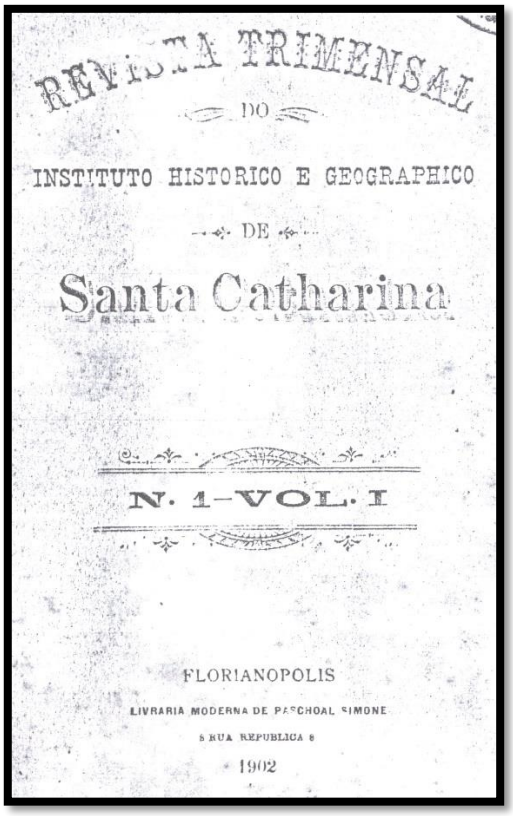


Figura 14: Capa do primeiro número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC, 1902)

No cenário ainda inicial de uma vida cultural e intelectual em Florianópolis, e, por extensão, em Santa Catarina, o IHGSC reunia grande parte da intelectualidade local, muitos deles com protagonismo político estadual. O Instituto era uma das principais forças nas tentativas de construção de uma identidade catarinense. A primeira fase da Revista do IHGSC, publicada, com interrupções, entre 1902 e 1920 (Mira, 2007), pode ser encarada como o primeiro esforço mais organizado e persistente nessa direção.

> "Ao olharmos o conjunto dos textos publicados, percebe-se que de certa forma, estes remontam a um passado distante, ausência de artigos que versem sobre os descendentes de africanos, de alemães e de italianos. As páginas da Revista são ocupadas majoritariamente com luso-brasileiros ou com fatos dos quais estes tiveram participação. Pode-se dizer, então, que o discurso da Revista nesta fase estava construindo a identidade catarinense pelo passado de luso-brasileiros ilustres e estabelecidos no litoral". (Serpa, 1996, p. 66)

Grande parte dos esforços do período era na direção de caracterizar um passado português para Santa Catarina, como forma de fortalecer os laços do estado com as outras partes do país. Neste período, o Instituto, e grande parte das instituições políticas de Santa Catarina, estava sob influência da família Ramos, que dominava a política catarinense no período[36]. O

[36] Entre abril de 1933 e janeiro de 1951 (com exceção de um pequeno interregno de 16 meses) sucederam-se no governo do Estado Aristiliano Ramos, Nereu Ramos e Aderbal Ramos da Silva. (W. Piazza, 1985)

uso dos aparatos culturais se inseria dentro das disputas políticas do período, que não se limitavam aos cargos estatais, mas incluíam também as discussões sobre identidade e uma suposta natureza da gente catarinense, que os Ramos faziam questão de ligar à colonização portuguesa, afastando-a dos colonos europeus, em especial alemães, que chegaram ao estado a partir, principalmente, da segunda metade do século XIX. (M. J. de Moraes, 2009, p. 26)

O IHGSC defendia, assim, a posição de Santa Catarina em uma linha histórica identificável, onde luminares e grandes heróis eram responsáveis pelos avanços do estado. Seguia-se uma linha ininterrupta, que partia dos colonizadores lusos, passava pelos então ocupantes do poder no estado e apontava para um futuro promissor. Os trabalhos publicados na revista do Instituto

> "defendiam que o conhecimento do passado de homens ilustres contribuiria para a conformação de um presente edificador e um futuro promissor, já que a História seria 'mãe e mestra'. Grande número de páginas da Revista do Instituto estão preenchidas com quantidade significativa de artigos que trazem documentos referentes à História de Santa Catarina, biografias e textos que mostram a tentativa de registrar um passado glorioso e exemplar". (Serpa, 1996, p. 65–66)

Neste sentido, escrever a história do estado confundia-se com um serviço de elogio e exaltação da pátria, e de sua porção mais próxima, Santa Catarina. Era a construção de uma história eminentemente cordial – com os grupos vistos como parte daquele discurso, o que excluía importante parte da população. A função de historiador era exercida nas horas vagas de militares, jornalistas e políticos, com o objetivo de exaltar e auxiliar sua terra e seus conterrâneos. Não por acaso, os discursos do período empenhavam-se em exaltar e em provocar na população o "empenho cívico e patriótico". (Gonçalves, 2006, p. 78)

Esse empenho patriótico e a utilização da história como exaltação já pode ser percebido naquela que pode ser considerada a obra fundante da historiografia catarinense, e que tornou-se importante referência para os trabalhos que lhe sucederam: "Notas para a História Catharinense", publicada em 1912 por Lucas Alexandre Boiteux. (Boiteux, 1912). A História, naquele momento, consistia mais em ferramenta de exaltação e passatempo do que em uma busca específica de conhecimento, apesar da importância e qualidade da obra. Essa forma de pensar a história vem expressa já na apresentação da obra: "Ao Estado de Santa Catarina, meu berço natal – Longe de ti, terra querida, eu precisava respirar uma atmosfera toda tua. E foi procurando conhecer o teu desenvolvimento histórico, que eu vivi em ti e matei as minhas saudades". (Boiteux, 1912, p. 3)

O discurso dominante sobre a identidade catarinense da primeira metade do século XX baseava-se, assim, no desbravador português e na inserção de Santa Catarina no cenário

nacional. A diferenciação do catarinense se daria no desempenho de suas figuras de proa, mais do que em algum elemento de sua formação, como se daria nos anos seguintes. Pouco ou nada se fala em um elemento açoriano apartado do português, tema que pautaria grande parte das discussões sobre identidade e cultura a partir de 1948.

> *"Notas para a História Catharinense* de Lucas Alexandre Boiteux. Publicada em 1912, esta obra, por exemplo, traz em sua única menção aos 'costumes açoreanos' a transcrição de algumas partes de *História do Brasil*, escrita entre 1806 e 1822 pelo inglês Robert Southey, que nunca esteve no Brasil, mas que talvez, tivesse a legitimidade de ser 'natural' de uma nação civilizada". (Garcia Jr., 2002, p. 32)

À medida em que o elemento açoriano começa a aparecer como parte relevante da composição cultural catarinense, fica claro que a visão que se constrói não é nem um pouco laudatória. Começa-se a perceber em Santa Catarina traços que dificultam seu desenvolvimento e as parcelas da população que seriam responsáveis por isso. Ainda que, ao contrário de outras populações, como afrodescendentes e indígenas, o açoriano vá paulatinamente saindo da invisibilidade, esse processo se dá ao colocá-lo como contraposição ao colono alemão e seu esforço industrialista e empreendedor.

> "Os colonizadores açorianos, contrariamente ao que sucederia com os colonos alemães e italianos, teriam fracassado nas suas tentativas de aproveitamento agrícola do território, vendo-se por isso compelidos à atividade pesqueira, menos exigente. Eles seriam, nessa medida, reponsáveis pelo subdesenvolvimento econômico do Estado de Santa Catarina, e, em oposição à capacidade de trabalho dos imigrantes alemães e italianos, eram vistos como estruturalmente preguiçosos e supersticiosos". (Leal, 2007, p. 37–38)

Em Santa Catarina, desde o século XIX, há uma disputa política entre elementos ligados à Desterro (depois Florianópolis), próximos do poder político exercido na capital e profundamente vinculados, como origem cultural, ao elemento português, e as forças políticas ligadas à industrialização recente no norte do estado, como Itajaí, Joinville e Blumenau, percebidas, em sua maioria, como de origem alemã. Embora haja momentos em que essas forças tenham se aliado, ou ao menos buscado um entendimento, como nos governos de Hercílio Luz nas primeiras décadas do século XX, se construiu também uma disputa por um protagonismo cultural no estado. (Biléssimo, 2008) Com a consolidação de uma visão do norte do estado como lugar da dinamicidade econômica, em oposição à capital dependente do dinheiro público e das benesses que sua condição política lhe trazia, tomou forma um discurso que apontava a contraposição das populações do litoral, em especial Florianópolis, com a do Vale do Rio Itajaí, com destaque para as cidades de Blumenau e Joinville.

> "A partir de então os discursos apontavam para o atraso do litoral em relação ao Vale, caracterizando o povo litorâneo como fatalistas, simples, carregados de crenças, supersticiosos, conformados e satisfeitos. Dessa forma, os 'alemães' tornaram-se referência

> de progresso e de unidade cultural, enquanto os açorianos do litoral estavam à margem desse processo". (M. J. de Moraes, 2010, p. 26)

Começa a surgir, assim, a ideia de Santa Catarina como lugar de diferentes identidades. Ao contrário, no entanto, do que pode parecer, o fim da representação de uma identificação cultural monolítica não significa avanço em direção à uma valorização da diversidade tão presente na construção e no desenvolvimento da região. Ao contrário, o modelo que vai emergir é o de espaços culturais diferenciados, cada um com sua origem e sua identidade específica, ainda que em nenhum desses espaços seja reconhecida a presença de populações como as indígenas ou de origem africana. O desenho da formação cultural do estado, majoritariamente presente, passa de uma única cor para um mosaico com diferentes tons de branco, todos eles europeus e muito bem definidos e separados.

Na linha de trabalhos anteriores, em especial os escritos de Oliveira Vianna (Vianna, 1923, 2005), a partir da década de 1930 passa a tomar corpo em Santa Catarina uma interpretação racializada da população baseada em tipos bem definidos, construídos a partir de critérios físicos, culturais e demográficos. Mantêm-se as divisões, com um mosaico de tipos, geograficamente delimitados, formando a população do estado.

Lourival Câmara publica, em 1940, seu trabalho "Estrangeiros em Santa Catarina", como separata da Revista de Imigração e Colonização. Para o autor, Santa Catarina era ocupada por três tipos específicos, a população

> "da beira oceânica, a da colonização propriamente dita (compreendendo os vales dos principais rios) e a dos campos (abrangendo a região fisiográfica do centro). Cada qual com sua norma, seu indivíduo específico: o praiano, o colono, o serrano. Um a um a viverem vida divergente e a dissimilarem fundamentalmente no soma e na psyché". (Câmara, 1940, p. 12)

Em sua interpretação, havia uma nítida hierarquização dessas populações. Enquanto o 'Serrano' era agressivo – resultado de sua alimentação essencialmente "carnista" – e havia herdado do indígena "profundos sentimentos tanto no ódio como no amor" e do português "a ambição e o autoritarismo" (Câmara, 1940, p. 7), o 'Praiano' era uma "reprodução degenerada daqueles que fracassaram no litoral" e "indolente, resignado e esquizotímico"(Câmara, 1940, p. 12). Para Câmara, o principal problema de Santa Catarina era o Praiano, ponto mais baixo em sua caracterização, ainda que o Serrano, por trazer forte componente de mestiçagem, não ficasse muito acima.

Essa imagem pouco laudatória da população catarinense era salva, segundo Câmara, pelo colono, típico da ocupação dos vales dos grandes rios, em especial o Itajaí ao norte e o Tubarão ao sul. São os descendentes, principalmente, dos colonizadores alemães e italianos da segunda metade do século XIX e que "aliava as qualidades do trabalho às faculdades da

inteligência que junto ao amor a terra transformaram as antigas colônias em ricos municípios" (Câmara, 1940, p. 32)

Mas talvez a obra mais importante na consagração desse modelo, e basilar em apontar um 'mosaico' de diferentes tipos populacionais seja Santa Catarina: História e Evolução, de Oswaldo Rodrigues Cabral (Cabral, 1938). Publicado dois anos antes da obra de Câmara, trata-se de um estudo mais denso, que pela primeira vez busca realmente se aprofundar em uma organização histórica e geográfica do estado. Ainda assim, apesar do esforço de pesquisa que contempla e da qualidade de Oswaldo Cabral como autor e pesquisador, a obra é profundamente evolucionista, na linha do naturalismo que em outros lugares do país já encontrava seu ocaso, tratando a construção de Santa Catarina como uma "conquista da civilização ao primitivo gentio".(Cabral, 1938, p. 27)

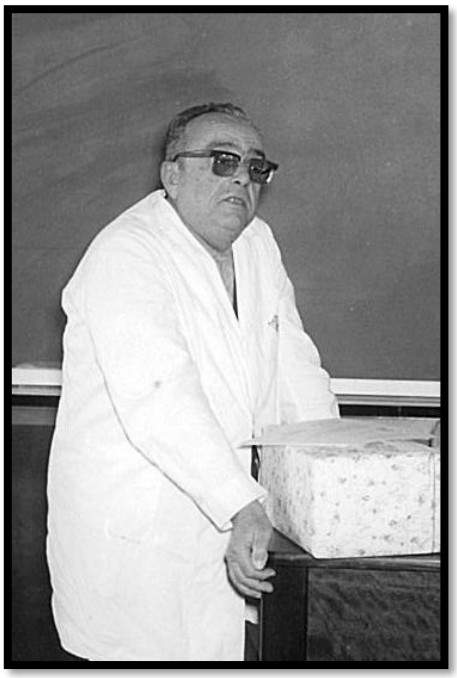


Figura 15: Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral em 1969 (MArque/UFSC, 2013)

Na obra, Cabral também designa três tipos principais: o pescador e o colono, no litoral, e o sertanejo no interior. Para ele, no entanto, os dois primeiros mantinham profunda comunicação, e representavam, para o estado, a modernidade, ao contrário das tradições do sertanejo. As diferenças entre os tipos se dariam pelas variações da natureza, do meio e das características das raças que o compunham. Os imigrantes europeus (alemães e italianos, principalmente) se mantém, em Cabral, como os elementos de dinamização econômica e social, consolidando-se como diferencial da formação de Santa Catarina em relação ao restante do Brasil.

Ainda que não seja criada por Oswaldo Cabral, a partir de "Santa Catarina: História e Evolução" começa a se tornar inquestionável a ideia de um mosaico de diferentes populações no estado, referência que vai se manter durante os anos seguintes. Ali tomava corpo a interpretação que ia se consolidar na ideia de um "arquipélago de culturas", assim como a defesa de uma suposta superioridade dos colonos europeus sobre populações de outras origens, e uma ausência ou uma participação apenas marginal de populações indígenas e de descendentes de africanos.

4.3 Segunda fase: O Congresso de 1948

Com o fim da ditadura de Getúlio Vargas, em 1945, o país sofre profundas mudanças nos mais variados campos. Em Santa Catarina, apesar da preponderância dos Ramos se estender ainda por alguns anos, até Irineu Bornhausen assumir o governo do estado em 1951, novas forças políticas emergem, em especial a partir do norte do estado, na área profundamente identificada como "de origem alemã". As atribulações da Segunda Guerra Mundial vão aos poucos ficando para trás, e o grande medo alemão, representando pelo temor à influência estrangeira nas populações de origem alemã, principalmente, e italiana, vai aos poucos perdendo importância. Na nova conjuntura política e no novo país que nasce após Vargas, a marca de 'estrangeiro' passa de algo a ser temido a algo a ser celebrado, dentro de uma diferenciação em relação a outros lugares. Nesse novo Brasil "a dispersão das forças que mantinham a máquina estatal, as novas sociabilidades, as diferentes relações de poder decorrentes, parecem ter rompido com as resistências intelectuais colocando as regiões e seus tipos sob uma nova luz e linguagem". (Garcia Jr., 2002, p. 41)

A tarefa dos intelectuais catarinenses passa a ser, assim, exaltar Santa Catarina a partir de suas peculiaridades, e não mais buscar as similaridades com os outros espaços brasileiros. Nasce o discurso da excepcionalidade catarinense que vai marcar a região durante muitos anos, contrapondo principalmente uma suposta preponderância de uma população de imigrantes – alemães e italianos principalmente, mas também, a partir dali, de açorianos – a um passado escravocrata e latifundiário, e, mais importante, profundamente marcado pela presença de populações indígenas e de origem africana.

A narrativa de um estado construído a partir dos imigrantes, principalmente, a partir da segunda metade do século XIX, exigia, assim, que o espaço por eles ocupado estivesse, antes de sua chegada, vazio. É nesse contexto que se invisibiliza a ocupação anterior – em especial

no vale do Rio Itajaí, que seria o coração da colonização alemã – das populações indígenas, assim como a presença de populações cativas que formaram, durante muito tempo, a base da produção em Santa Catarina, assim como ocorreu em todo o país[37].

Em 1943, se inicia, no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, a segunda fase de sua revista. O tom mantém-se como um patriotismo congratulatório, com a busca de identificação com a história brasileira através da atuação dos portugueses. Uma novidade, no entanto, aparece: importância dada aos "açorianos, tirados do esconderijo da história por Oswaldo Rodrigues Cabral" (Serpa, 1996, p. 66).

Até então a chegada de populações dos Açores era conhecida, mas identificada com o cenário maior da ocupação portuguesa. Pouca, ou nenhuma, distinção era feita entre a ocupação oriunda de Portugal continental e de suas possessões no Atlântico. Dentro dessa busca por uma diferenciação entre Santa Catarina e outras regiões do país, entretanto, os açorianos surgem como mais um ponto de destaque para o estado. Para este discurso, mesmo que Santa Catarina dividisse a influência portuguesa com o resto do Brasil, se destacava pela presença de portugueses vindos do Açores, e junto com essa diferença vinha uma negação da experiência escravocrata, do latifúndio e de outras experiências comuns a todo o país.

Mas o aparecimento dos açorianos nas narrativas catarinenses não foi a única novidade. Junto com ela há também uma reavaliação do valor dado à essas populações. Negar o português, o substituindo pelo açoriano, permitiu também que fosse reavaliado o valor percebido na participação dessas populações na história de Santa Catarina. O praiano, o pescador do litoral, antes português e agora açoriano, deixa de ser a âncora que impedia o desenvolvimento do estado e passa a ser um dos responsáveis por suas qualidades. Nas palavras de Serpa: "Os açorianos, então, que na primeira República eram vistos como indolentes, preguiçosos, sem espírito de iniciativa passam a ser objeto principal de estudo e, posteriormente, de comemorações." (Serpa, 1996, p. 66–67)

A partir deste novo cenário, que ganhou importância a partir da Revista do IHGSC, as forças políticas que rivalizavam com os "alemães" do vale do Itajaí – em especial os políticos identificados com os Konder Bornhausen, que já haviam governado o estado na década de 1920, com Adolfo Konder, e retornam ao poder em 1951, com seu cunhado Irineu Bornhausen –

[37] Conforme já referimos, a porcentagem, em Santa Catarina, de população de origem indígena ou africana ficava, durante grande parte do século XIX, entre um quarto e um terço da população. Mesmo no censo de 1872, que tinha dificuldades para alcançar populações mais distantes ou marginalizadas e foi realizada quando já havia se iniciado um processo maciço de imigração europeia para o estado a porcentagem identificada como não-brancos (pretos, pardos e caboclos) passa de 20% (IBGE, 2012a).

passaram a se alinhar com essa nova perspectiva açorianista. O grande símbolo dessa narrativa que surgia vai ser o Primeiro Congresso de História Catarinense, realizado em 1948 em comemoração ao segundo centenário do início da imigração açoriana em Santa Catarina.

> "O caráter do encontro foi de cunho étnico e cultural, e tinha como objetivo afirmar frente aos outros estados do Brasil, a brasilidade de Santa Catarina. Neste evento, buscou-se retratar a cultura açoriana como a 'verdadeira' cultura do estado, relegando a ascendência da cultura alemã para um segundo plano". (M. J. de Moraes, 2010, p. 24)

A partir do congresso, mais uma vez, Santa Catarina intensifica sua busca por uma identidade. Embora o recurso à colonização açoriana apareça como novidade, a ligação de todo aspecto cultural de Santa Catarina a uma origem específica mantém-se como a principal força presente.

Figura 16: Carimbo comemorativo dos Correios em homenagem ao Congresso de História Catarinense de 1948(Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina, 2005)

O Congresso de 1948 foi um dos eventos fundadores da historiografia catarinense. Foi o primeiro grande evento da área, e contou com as participações de praticamente todos os nomes do campo, ainda nascente. Um grande marco nas discussões sobre cultura no estado, colocou em contato e deu visibilidade aos pesquisadores que ainda estavam por se firmar no cenário da intelectualidade catarinense, e foi um dos substratos para que alguns nomes, como Oswaldo Rodrigues Cabral, construíssem uma carreira sólida em campos como a História e a Antropologia.

> "Quanto ao Congresso propriamente dito, teve lugar entre os dias 4 e 12 de outubro e nele ocuparam lugar de relevo dez comissões especializadas [...] Este conjunto de oitenta e cinco comunicações debruçavam-se sobre temas muito diversos. Mas como seria de esperar, entre os temas mais recorrentes encontravam-se a colonização açoriana, abordada em pelo menos vinte e uma comunicações. Além deste componente científico, o programa do congresso incluía também vários eventos oficiais, um conjunto de visitas a locais de feição mais

> tradicional de Santa Catarina e do litoral Catarinense, uma Exposição Histórico-Geográfica e Folclórica e, ainda, exibições de grupos folclóricos". (Leal, 2007, p. 38–39)

Embora o Congresso também tenha abrigado manifestações artísticas ou folclóricas, nos parece claro que o principal objetivo foi acadêmico. Ainda que os temas tenham tratado de campos então nascentes em Santa Catarina (a primeira universidade do estado só viria a surgir 15 anos depois), os pesquisadores presentes representavam o que era considerado a intelectualidade na época, inclusive contando com pesquisadores de fora do estado e do país, como o português Manuel Paiva Boléo. Para Leal, "O discurso então dominante no movimento açorianista é claramente o discurso da erudição". (Leal, 2007, p. 115)

Assim como estes pesquisadores eram, em grande parte, ligados à política, com alguns ocupando cargos como o de deputado, a faceta acadêmica era também apenas um dos lados do congresso. É nesse momento que se solidifica a concepção da imigração açoriana como o evento fundador de Santa Catarina. É, sob esse aspecto, a última cartada de uma capital ainda hegemônica frente a um norte (e às narrativas de sucesso da colonização alemã) emergente. É daí que surge a necessidade de louvar e elevar a contribuição do açoriano na formação de Santa Catarina.

> "Tendo constituído, pela sua própria dimensão, um passo importante no processo de desenvolvimento e solidificação de um campo intelectual local, o 1° Congresso Catarinense de História representou, sobretudo, um marco fundamental na redescoberta das raízes açorianas de Santa Catarina. Por seu intermédio a colonização açoriana, de evento esquecido ou mal lembrado, passa a assumir, pelo contrário, o estatuto de evento fundador do estado de Santa Catarina e ser avaliado com orgulho. E a amnésia ou a "má memória" que até então rodeavam o acontecimento começavam a ser substituídas por uma crescente hipermnésia açorianista, ou seja, um exagero na evocação das lembranças". (Leal, 2007, p. 40)

Os trabalhos de Oswaldo Cabral são um grande exemplo da mudança na visão do colono açoriano. Cinco anos antes do Congresso, Cabral publica um amplo estudo sobre a presença açoriana, muito oportunamente nomeado "Decadência agrícola do Açoriano". Em um trabalho construído a partir de uma robusta pesquisa histórica, como era praxe no autor, são salientadas as dificuldades enfrentadas pelos açorianos emigrados, e sua "incapacidade agrícola" e "falta de pendor para o trabalho rural"(Cabral, 1943)

Já em "Os Açorianos", sua contribuição ao Congresso de 1948 – publicada, com pequenas modificações, em 1951 – o cenário passa a ser um pouco diferente. Ainda que certas camadas tenham fracassado, em especial as que permaneceram ligadas às atividades agrícolas, Cabral tenta construir a partir dos açorianos uma aristocracia catarinense, sendo, inclusive, utilizado largamente nas disputas culturais que limitava Santa Catarina a um conflito entre açorianos contra alemães.

> "O açoriano foi o elemento básico da sociedade catarinense. Recebeu e conservou a língua, a religião, o sentimento pátrio, os costumes dos antepassados, muitos dos quais ainda perduram, vivos, entre o povo catarinense. Ainda hoje se encontra diversidade do destino que marcou as duas frações em que se dividiu a gente ilhôa que veio de 1748 a 1756: - a parte fracassada, economicamente nula e socialmente estacionária, a que ficou, como dissemos, ligada à terra, nela empregando os mesmos processos rotineiros dos séculos passados; e a parte evoluída, economicamente sadia, socialmente estruturada, que encontrou noutros campos de atividade a prosperidade e o adiantamento ambicionados". (Cabral, 1951, p. 88)

Cabral aponta, assim, uma certa inadequação da colonização a partir dos Açores, mas deixa claro que o atraso não se aplica aos próceres catarinenses que eram vistos como descendentes daqueles colonos, dizendo que "o Açoriano venceu pela descendência. Venceu o meio, venceu a ação desclassificadora dos fatores contrários à sua índole, que quase o levaram à ruína e ao fracasso." (Cabral, 1951, p. 89)

A partir do Congresso de 1948, o que se almeja é resgatar uma memória do estado de Santa Catarina. A memória a ser resgatada, entretanto, é bem definida, e deixa de fora grandes parcelas da população. É uma tentativa de desfazer a ideia de uma terra bárbara, onde as colonizações alemã, principalmente, e italiana, da segunda metade do século XIX, plantaram a civilização.

> "O que se almejava foi reconstruir o passado esquecido trazendo para o presente uma série de mitos folclóricos que talvez nunca tenham existido no Brasil, apenas em terras açorianas. Pretendeu-se criar um imaginário em comum para todos os habitantes de Santa Catarina, para que esses se identificassem com uma só origem, e que de preferência não fosse alemã". (M. J. de Moraes, 2010, p. 25)

O caminho para tal, entretanto, passava longe da valorização da diversidade populacional que sempre marcou o estado, o que exigiria reconhecer a contribuição de populações de origem indígena e africana, assim como de outras origens, que formaram a ampla população que construiu o país, aí incluída Santa Catarina. O que surgiu foi um açorianismo que buscava rivalizar com o germanismo, que disputasse a hegemonia sobre o passado e permitisse a narrativa de uma origem também nobre a determinadas forças políticas.

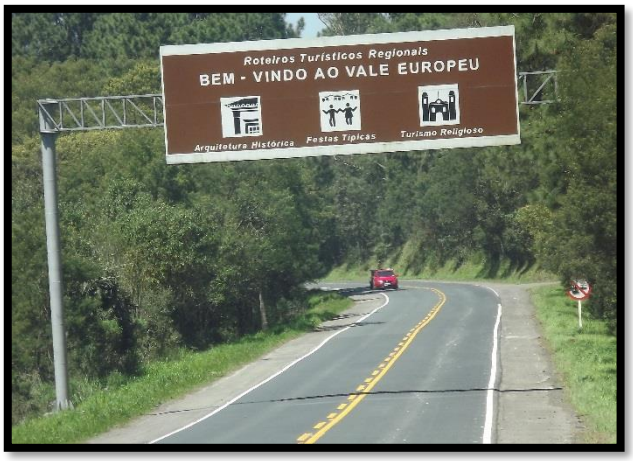


Figura 17: Placa de sinalização na rodovia BR-470, em Pouso Redondo. (Geolocations, 2011)

O poder só podia ser justificado, assim, através de uma narrativa que remetesse a origem. Nesse período surge a busca de uma origem "pura" para o estado, que o diferencie do "cadinho cultural" do resto do país. Ainda hoje essa busca da pureza como elemento definidor é utilizada como ferramenta política, como veremos adiante, como exemplificado pela cidade de Pomerode, no norte do estado, que se intitula "a cidade mais alemã do Brasil". (Pomerode. Prefeitura Municipal, 2010)

> "Era necessário, portanto, referenciar-se em idéias que dessem privilégio às atividades do Estado conferindo-lhe um papel civilizador, tutelador e administrador de uma sociedade despreparada cultural e politicamente. Idéias que fossem ao mesmo tempo acadêmicas, eruditas, e que também se constituíssem em uma arma de ação política e de poder". (Garcia Jr., 2002, p. 40–41)

Figura 18: Cartaz de divulgação da festa em comemoração ao aniversário de fundação de Pomerode (Althoff, 2009)

Esse esforço de elevação dos elementos açorianos, e em especial a busca de equiparação com elementos alemães, não passou despercebido no Congresso de 1948. O português Manuel Paiva Boléo, que esteve como convidado no Congresso e depois publicou escritos sobre o evento, apontava que era "notório o sentimento de superioridade racial dos brasileiros da zona de colonização alemã (...) sobre os lusos-brasileiros" (Boléo, 1950, p. 42)

> "a cultura luso-brasileira perigosamente enfrentou a cultura alemã. Só depois de me encontrar em Florianópolis é que eu compreendi verdadeiramente o alcance do Congresso e o empenho em que nele estivesse um português. A finalidade suprema do Congresso, embora não expressa, era a de mostrar aos outros estados da União a brasilidade do estado de Santa Catarina. E a melhor forma de o conseguir era comemorar a colonização açoriana". (Boléo, 1950, p. 47)

Alguns discursos, como o de Carlos Gomes de Oliveira, foram dedicados ao confronto cultural entre alemães e açorianos. Para ele, que falou na sessão de encerramento do congresso, as realizações dos colonos açorianos só não alcançaram as dos colonos alemães por motivos como a menor qualidade da terra que ocuparam e o menor investimento governamental na empreitada. (Leal, 2007, p. 150–151).

Essa comparação, e competição, é presente nas disputas políticas e nas interações culturais, mas também, como era de se esperar, no relacionamento cotidiano entre as pessoas. Segundo Giralda Seyferth, entre a população rural que é colocada como de origem alemã há o uso, inclusive, do termo *Caboclerwirtschaft* para se referir ao "brasileiro", ao "caboclo", ao "pescador descendente do açoriano". "Apesar do uso da palavra 'Wirtschaft' (economia), o sentido dessa expressão é 'desorganização cabocla'". (Seyferth, 1990, p. 127)

A importância política do Congresso, assim, ainda que não verbalizada, era amplamente percebida. Estavam em jogo questões como identidade e pertencimento, ainda que talvez a marca maior seja a exclusão. Enquanto a disputa se dava entre o açoriano e o alemão, as populações que não eram vistas como daquelas origens, ou, de forma mais ampla, sem uma origem "pura", eram continuamente afastadas de qualquer reconhecimento, para fora da História de Santa Catarina.

A partir da década de 1940, e dentro das discussões de identidade referidas acima, toma importância o folclore. Se a História, e de certa forma a Antropologia, ambas dando seus primeiros passos como ciências em Santa Catarina, se ocupavam das grandes questões, como origem e a importância das diversas manifestações culturais, o folclore torna-se uma importante ferramenta de coleta e de levantamento de informações. É o folclore que vai ligar, naquele momento, as manifestações populares, em contraposição a uma "erudição", fornecendo o material sobre o qual a academia, então nascente no estado, vai poder realizar seu trabalho. Para

Cabral, o folclore era definido como "um ramo da ciência antropológica que estuda todas as manifestações e aplicações do saber vulgar, mantidas pela tradição paralelamente às oriundas do saber erudito, entre povos de cultura superior, quaisquer que sejam as modalidades sob as quais ela se apresente". (Cabral, 1954, p. 34)

O objetivo, assim, não se limitava mais a inserir Santa Catarina no cenário nacional. Era mais do que isso, era a tentativa de construção de uma especificidade, uma qualidade superior do estado em relação aos outros espaços do país. É a busca de uma "origem", "pura", que não só explique o desenvolvimento histórico do estado como também lhe coloque em um lugar especial, de protagonista e acima de questões que limitavam o desenvolvimento brasileiro. E, através dessa busca pela origem, o grande diferencial era a suposta irrelevância, para Santa Catarina, das populações indígenas e, muito especialmente, das de origem africana. Pois a origem pura que se tentava construir, fosse ela açoriana ou alemã, só podia ser alcançada a partir da eliminação, se não física ao menos da história e da composição cultural, do negro. Mais do que uma disputa sobre quem estava presente na construção do estado, o que se dava era uma definição de quem, ao contrário de outros estados do país, não estava, e mais do que isso, era tornar essa ausência a principal característica cultural de Santa Catarina.

Assim, se havia na historiografia trabalhos que apontassem para a presença do negro no estado, como os de Cabral, Piazza e Ianni e Cardoso, este reconhecimento não alcançava os processos de construção da identidade em Santa Catarina. (Cabral, 1950; F. H. Cardoso & Ianni, 1960; W. F. Piazza, 1975) Sua presença, sob esta visão, era sempre em uma posição subalterna e efêmera – se não em duração cronológica ao menos em termos de efeito ou participação social – de pouca importância, sempre remetendo ao período da escravidão.

4.4 Terceira Fase: Academia e profissionalização

No início da década de 1960, um novo cenário começa a se formar em Santa Catarina. A partir da junção de algumas faculdades que já operavam em Florianópolis é erguida a Universidade de Santa Catarina. Pouco tempo depois a mesma é federalizada, passando a ser chamada de Universidade Federal de Santa Catarina. O antes distante mundo acadêmico passa a ser vivido na cidade, com a abertura de vários cursos. Profundamente ligada às disputas políticas locais, a universidade traz consigo, também, os intelectuais que já estavam estabelecidos no estado, através de nomes como Henrique Fontes e Oswaldo Cabral.

A partir destes novos cursos, em especial o de História, e de aparatos como o recém-criado Instituto de Antropologia (que anos depois viria a se tornar Museu de Antropologia, depois Museu Universitário e é o hoje o Museu de Arqueologia e Etnologia Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral), a já estabelecida cena erudita de Santa Catarina passa a contar com uma universidade, profissionalizando campos científicos ainda pouco estabelecidos, como a História, a Geografia e a Antropologia.

Figura 19: Prof. Oswaldo Cabral, equipe e convidados durante a inauguração do Instituto de Antropologia da UFSC em 1968 (Museu de Antropologia, 1998, p. 10)

O IHGSC, tão presente nas discussões culturais do estado, passa a orientar-se nesse novo cenário a partir de sua retomada no ano de 1979.

> "No primeiro número da '3ª. Fase' do periódico, o sócio Carlos Humberto Corrêa, que em 1977 concluíra o Mestrado em História na Universidade Federal de Santa Catarina, anunciava uma mudança, uma inovação decisiva (embora não exatamente uma ruptura brusca): a nova fase da revista expressaria uma história 'científica', passando a substituir a 'história romântica' dos momentos anteriores do Instituto. Uma história científica atrelada a 'metodologias próprias', manipuladas por novos sócios, 'quase que todos professores universitários'. Leia-se: uma história 'profissional' (sob a influência da profissionalização dos estudos históricos, em função da Universidade e, antes dela, da Faculdade de Filosofia), distante dos tempos da história diletante que os homens de letras do Instituto tentaram construir em tempos outros". (Gonçalves, 2006, p. 83)

Mas a opção pela profissionalização não é a única novidade. É perceptível o aumento de artigos e contribuições relativas a outras cidades do estado, interiorizando os interesses da revista. O açoriano, e antes dele o português, não reinam mais absolutos. Dessa nova publicação nasce um estado sem protagonismo exclusivo de uma etnia, mas ainda longe do reconhecimento de sua diversidade. O que se defende não é o fim da identidade única, mas a existência de uma identidade dominante em cada espaço geográfico do estado. (Serpa, 1996, p. 68)

A partir da década de 1950 até a década de 1970, o estudo do Folclore assume importante papel em Santa Catarina. Liderado pela poderosa Comissão Catarinense de Folclore,

que contava em seu quadro com nomes de importância no cenário acadêmico, como Oswaldo Cabral e Walter Piazza, fez um dos primeiros esforços organizados de um levantamento abrangente de aspectos culturais de Santa Catarina. Muitos dos pesquisadores envolvidos eram próximos aos poderes locais, inclusive ocupando cargos de importância. O movimento, assim, era uma das ferramentas que permitia ao governo atuar na área cultural.

> "Um aspecto a ser destacado no movimento folclórico de Santa Catarina é a estreita relação entre folcloristas e funcionários públicos ligados a instituições governamentais da capital do Estado. Muitos dos membros da Comissão Catarinense de Folclore – que pensavam a identidade cultural de Santa Catarina tendo como contraponto os avanços de mercado sobre a cultura – ocupavam cargos de destaque junto ao governo local. O movimento folclórico catarinense, patrocinado pelo poder público, contou com as influências que determinados membros da Comissão de Folclore tinham junto as esferas do governo". (Sayão, 2004, p. 59)

Muitos autores colocavam que a atuação no campo cultural era fundamental para a atuação eficiente do governo. Era o governador que, através de obras e projetos, trazia as populações, de fato, para o seio da sociedade catarinense. A percepção da ausência ou distância do governo, assim, apenas incentivaria a falta de valores patrióticos, do amor por Santa Catarina. Para Peluso Júnior, inclusive, a ausência do governo poderia incentivar a aproximação com os estados vizinhos, em especial nas regiões de fronteira. (Peluso Jr., 1984) "Todo o discurso do autor [Peluso Jr.] marca-se pela pregação da necessidade do Estado em estar presente nas regiões mais distantes do território catarinense, principalmente em regiões que fazem divisas com os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul". (Serpa, 1996, p. 70)

Na diminuta cena acadêmica do estado, a nascente universidade representou uma significativa drenagem de forças. Outras iniciativas, como o açorianismo que estava em alta desde o congresso de 1948, começam a perder força, a partir do momento que muitos de seus defensores direcionam seus esforços à nova instituição.

O surgimento da UFSC tem grande influência no cenário das disputas do campo da cultura catarinense. Com a Universidade definitivamente instalada em Florianópolis, outros lugares do estado deixam de ser um ameaça a hegemonia da capital. A disputa, senão em sua faceta econômica ao menos na cultural, entre Florianópolis e o norte do estado, que havia sido travada sob a imagem do açoriano contra o alemão, perde fôlego. A UFSC garante que o centro das discussões continue sendo Florianópolis, o que faz com que a emergência de novos discursos em outras áreas de Santa Catarina deixe de ser uma ameaça direta.

Esse cenário dá forma a uma nova maneira de perseguir uma identidade para Santa Catarina. A disputa pela hegemonia em todo o território do estado dá lugar ao que Garcia Jr. vai chamar de "mosaico cultural" (Garcia Jr., 2002) No lugar de uma única identidade que represente todo o estado o que surge é a imagem de uma série de 'ilhas', cada uma com sua

etnia dominante. Nessa visão, o litoral central seria açoriano, o norte alemão e o sul italiano, com o planalto e o oeste divididos entre essas origens, além de ilhas menores de origem diversa, como tiroleses, pomeranos e poloneses. A diversidade, e em especial a participação de populações indígenas e de origem africana, continuava, no entanto, ausente.

Esse arranjo agradava as principais correntes e ajustava os interesses mais influentes. Ainda que Santa Catarina continuasse, sob certos aspectos, sem um tipo específico, como o gaúcho do Rio Grande do Sul ou o caipira de Minas Gerais, o estado passava a ter mais um diferencial em relação a outros espaços. A origem europeia de sua população continuava intocada e sem ameaças, mas agora havia um balcão de origens a se escolher.

> "É neste sentido que o Estado constitui-se como a soma das diversidades culturais de uma miscigenação indecisa entre a sustentação das variedades peculiares a cada microregião e a homogeneização de uma identidade para cada uma destas microregiões. E, neste sentido, vai se instalando a idéia de um mosaico cultural, que procurava aprender as culturas num plano que se queria horizontal; num conjunto de fragmentos colados lado a lado sob a aparência de uma relação de igualdade entre as culturas". (Sayão, 2004, p. 28)

Todas as origens europeias encontravam, assim, abrigo neste cenário. De alemão e italianos a trentinos e suíços, qualquer uma destas origens cabia na nova identidade catarinense, e era capaz de gerar orgulho. Esse simulacro de identidade, entretanto, escondia um esforço em afastar ou invisibilizar origens que podiam ser consideradas menos nobres, e que aproximariam Santa Catarina do restante da experiência brasileira. Era preciso construir o estado como uma pequena Europa.

> "O painel catarinense sai de um caldeirão onde ebuliu elementos e elementos no processo do povoamento e neste participaram paulistas e gaúchos autênticos; estrangeiros europeus e descendentes de imigrantes – em maioria – também europeus. A contribuição da raça negra é fracamente percebida onde o vicentista, perto da metade do século XVIII, plantou as povoações de Desterro, São Francisco e Laguna". (Jamundá, 1974, p. 43)

O estado de Santa Catarina encontrava, enfim, sua identidade. Como era objetivo desde o início, ela comprovava que a região era especial, dona de uma história única, um local destinado à grandeza e que havia conseguido se manter longe dos problemas que impediam o avanço do país. Essas credenciais, entretanto, haviam sido conseguidas a partir do afastamento das populações que não interessavam a tal discurso, e que foram apagadas, ou ao menos tiveram sua participação enormemente diminuídas. Uma vez definida esta questão, era agora hora de utilizá-la.

4.5 Quarta Fase: Festas Típicas e Turismo

Ser catarinense, então, era ser, antes de tudo, parte de alguma das identidades estabelecidas. Cada um ostentava sua origem, e o reconhecimento mútuo da posse de uma dessas origens era o necessário para ser reconhecido como catarinense. O alcance desta identidade estava bem delimitado, e seu reconhecimento era amplo e abrangente.

> "O discurso da diversidade aceita todas as diferenças identitárias, sob a condição de todas concordarem em agir tendo por base essas diferenças de identidades, preservando-as como indicadores sólidos de separação social. Para ser catarinense, entre outras atitudes, era necessário abraçar uma das identidades, identificar-se com uma das regiões que, naquele momento, eram colocadas à disposição pelo discurso do planejamento cultural. O ato de abraçá-las passou a ser uma das manifestações, denominadas por alguns autores de 'catarinensismo'" (Garcia Jr., 2002, p. 103)

Iniciativas que emulam uma diversidade, assim, passaram a ser comuns. Há, em alguns momentos, concessões a outras etnias, mas a identidade de cada região sempre está muito bem delimitada. Essa existência de uma série de 'pequenas ilhas culturais', além de adequar os poderes políticos regionais sem a necessidade de uma disputa perene entre eles, também passa a funcionar como diferencial turístico do estado. Cada região cria eventos para celebrar sua identidade, em especial festas, que representam um importante investimento econômico e garantem a inserção dos diferentes locais no mercado turístico.

Dentro desta perspectiva, é criada, em 1979, a Fundação Catarinense de Cultura, para operacionalizar as políticas da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo de Santa Catarina, a quem era subordinada. A FCC tem sua organização construída a partir de um Conselho de Curadores, que tem seus membros indicados pelo Governador do Estado, a partir das instituições envolvidas nas políticas culturais de Santa Catarina, conforme seu decreto de criação:

> "Art. 6º - O Conselho Curador será constituído por um representante da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, seu Presidente; um do Conselho Estadual de Cultura; um da Universidade do Estado de Santa Catarina; um da Universidade Federal de Santa Catarina; um da Academia Catarinense de Letras; um da Associação Catarinense das Fundações Educacionais; um da Secretaria da Educação; e um do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, todos nomeados pelo Governador do Estado" (Santa Catarina. Governo do Estado, 1979)

Mas, entretanto, não é sem esforço que se consegue ampliar e solidificar a percepção da identidade, mas esse esforço permite que esse cenário se torne hegemônico. Há, assim, um trabalho de objetificação da cultura, onde manifestações, algumas delas já folclorizadas pelas dinâmicas culturais das décadas de 1950 e 1960, são descontextualizadas para a seguir ser recontextualizadas, passando a fazer parte de um novo cenário cultural. Essas manifestações são retiradas de seus contextos originais de produção e uso e passam a ser inseridas em um novo

cenário. É assim que o boi-de-mamão[38] passa de brincadeira infantil a manifestação artística, calcado em uma nostalgia do objeto em si, mais do que na manifestação. E todas as manifestações consideradas relevantes são assim ressignificadas, apropriadas pela identidade cultural percebida na região. "De fato, o que nele está em causa é transformar em expressão da cultura açoriana diversos modos de fazer e pensar que, até aí, eram vistos como expressões de lógicas culturais diferenciadas". (Leal, 2007, p. 82–83)

A partir daí o que ocorre é uma etnificação do turismo. Como fonte de trabalho e renda de destaque em largas regiões do estado, não se alinhar com a identidade dominante pode significar, também, afastar-se do principal diferencial de mercado disponível. Um grupo cultural da cidade de Blumenau que não se articule com a ideia do alemão, por exemplo não vai poder aproveitar-se do esforço de atração de visitantes despendidos pelos governos, que vendem a região como uma pequena Alemanha, tendo para si fechadas a maioria das portas. É uma tendência profundamente homogeneizante, e ainda mais deletéria no caso dos museus. Um museu histórico que não apresente o protagonismo exclusivo da etnia definida, dificilmente será reconhecido como relevante na região, pois estará afastado daquilo que, para muitos, é o que de mais 'puro' a história do local apresenta, e um dos seus diferenciais.

Há, deste modo, um interesse e uma urgência em apostar o carimbo da identidade predominante – seja açoriana, alemã, italiana ou outra – em qualquer manifestação cultural. Nessa interpretação que torna uma origem determinada hegemônica, ou, mais do que isso, exclusiva, essa passa a ser a prioridade inicial. Ainda que determinada manifestação, em toda sua complexidade, não possa ser ligada à origem pretendida, busca-se o detalhe a partir do qual se possa, pelo menos, apontar uma influência. Mais do que isso, se determinada manifestação ocorre em uma área identificada com uma identidade, localizar uma manifestação naquele espaço é suficiente para apontar sua origem – o que exige, mais uma vez, que se invisibilize outras influências, exigindo-se uma 'origem' pura e indiscutível para cada uma das regiões de Santa Catarina. Se isso não for suficiente, pode, ainda, ser buscada uma origem por

[38] O boi-de-mamão é uma tradicional brincadeira realizada no litoral de Santa Catarina, que mistura desfile e peça teatral para contar a história da morte e ressureição de um boi. Referida como uma das principais marcas de 'tradição' no estado é frequentemente apontada como uma manifestação de origem açoriana, exclusiva da região. Pesquisas mais aprofundadas, entretanto, a colocam como parte da miríade de manifestações brasileiras que tem o boi como figura central, como o boi bumbá e o bumba-meu-boi, sobre os quais Joel Rufino dos Santos aponta uma maior diversidade em sua origem: "a matriz mitológica estava na África e na Europa, mas a sua difusão pelo Brasil é uma proeza do negro-brasileiro: onde houve escravidão, houve boi" (J. R. dos Santos, 1997, p. 9) Para Doralécio Soares "(...) a brincadeira era conhecida como bumba-meu-boi, depois passou a boi-de-panos. Mas conta-se que certa vez, com a pressa de se fazer a cabeça, foi usado um mamão verde, o que o levou a denominarse boi-de-mamão. O nome se manteve até hoje, embora se veja boi com cabeça de todos os tipos, até mesmo de boi, menos de mamão". (Soares, 2002, p. 48)

aproximação, que se não define exatamente a origem ao menos a liga, de alguma forma, a um grupo mais amplo. Nesse caso, entretanto, o grupo específico passa a ser o responsável pela transmissão e retenção do costume, ainda que não a fonte original.

Assim, continuamente, seguem sendo solidificadas e aprofundadas as diversas identidades culturais catarinenses. Sobre o açorianismo do litoral central, Leal nos aponta um exemplo claro dessas dinâmicas:

> "Uma das estratégias consiste em 'trocar o todo pela parte'. Isto é, quando um determinado complexo cultural não pode ser visto, como um conjunto, como sendo de origem açoriana, parte-se então para a pesquisa do detalhe etnográfico que o possa ligar à tradição açoriana. [...] Uma segunda estratégia consiste em interpretar a ocorrência de um determinado fato folclórico na área da colonização açoriana de Santa Catarina como sinônimo automático da origem açoriana. [...] Finalmente uma terceira estratégia é a de substituir os paralelos folclóricos com os Açores – quando estes não são suscetíveis de serem sustentados de forma persuasiva – por comparações mais genéricas com o folclore português. [...] Neste caso, embora se renuncie a uma origem açoriana estrita, mantêm-se de qualquer forma um horizonte 'pelo menos lusitano' de etnogênese". (Leal, 2007, p. 95–96)

Desse modo, por volta do início da década de 1980 esse cenário estava profundamente enraizado. Cristalizara-se a visão de um mosaico cultural, com cada região com sua "origem" bem definida, delimitando-se quem era, realmente, catarinense. Apesar de preponderante, esta interpretação não estava livre de críticas. No próprio cenário cultural havia vozes dissonantes, que clamavam pelo reconhecimento da diversidade das populações, pelo reconhecimento dos processos históricos de formação de Santa Catarina.

> "Para isto, verdadeiras fortunas são desperdiçadas em promoções que, apesar de rotuladas como tal, nada têm a ver com a cultura. Paralelamente, inicia-se um processo de burocratização da cultura, processo este que facilitará um controle maior das instituições oficiais sobre as atividades culturais, bem como uma delimitação do que deve ser aceito ou não como cultura catarinense. [...] É por ai que se procura destacar a existência dos chamados 'ilhamentos culturais' em nosso Estado, sendo os mesmos determinados segundo critérios raciais. Sinceramente não vejo a razão destes critérios. Dizer que Blumenau caracteriza-se pela cultura germânica, já não me parece tão tranqüilo assim. É inegável de que lá existam descendentes de alemães, mas são uma minoria [...] [A população] é duma diversidade étnica tão grande que será difícil fazer qualquer pretenso mapeamento. O mesmo se dá com Joinville. Com Florianópolis, no caso do elemento açoriano, se dá a mesma coisa. E assim por diante". (Verdi, 1981, p. 116–117)

Mas Eunaldo Verdi, nesse texto de 1981, vai ainda mais longe. Não defende apenas que o conceito de arquipélago cultural é inadequado, mas entende, também, que a iniciativa busca homogeneizar o cenário cultural, e atua mais no sentido de esconder e negar a diversidade do que de promove-la.

> "De saída, é difícil aceitar a idéia de que somos um Estado sem identidade própria, ainda que isto possa parecer bairrismo. Se bem que a não aceitação dessa idéia está mais ligada à não aceitação do conceito de identidade cultural normalmente empregado. Pode até ser verdade que não conhecemos devidamente nossa identidade cultural, mas conhecê-la significa, antes de tudo, sermos capazes de identificá-la concretamente em suas múltiplas manifestações. As expressões do tipo 'arquipélago cultural', 'caleidoscópio cultural', etc., querendo expressar esta multiplicidade de manifestações culturais em nosso Estado, são usadas de maneira

> inadequada, denunciando uma incapacidade no trato daquela questão. Esta Multiplicidade, pasmem!, é vista não como uma riqueza, como algo de muito positivo na nossa cultura, mas como um problema, porque dificulta traçar 'um perfil do homem catarinense', o qual fosse uma espécie de síntese de nossa cultura". (Verdi, 1981, p. 115)

Na década de 1970, durante o governo de Colombo Salles, a ideia de uma Santa Catarina formada por regiões com experiências distintas é, definitivamente, elevada a política de governo. Santa Catarina é dividida em 12 regiões com políticas específicas, na consagração de uma visão do estado que se firmou como dominante. Através de um discurso de profissionalização da política e a busca de um governo 'técnico', a narrativa então dominante de arquipélago cultural passa a servir de subsídio para a atuação do governo. Assim, durante o período de Colombo Salles, Santa Catarina

> "produziu através de intelectuais ligados aos 'governos' da época um discurso técnico, funcionalista, e ao mesmo tempo tradicional acerca da 'cultura catarinense', um discurso que aparece marcante na primeira metade dos anos 70, e que pode ser percebido ainda hoje na maioria dos órgãos que 'cuidam da cultura'". (Garcia Jr., 2002, p. 96–97)

Esse discurso, que podemos chamar de 'catarinensismo', busca trazer à luz uma Santa Catarina que tem sua identidade apoiada em diferenças regionais pré-estabelecidas. É uma atuação fortemente apoiada na ação do Estado, que incentiva, através de políticas culturais, a celebração de manifestações escolhidas como representação dessa identidade construída, com forte recurso à tradição e a uma rigidez destas manifestações. É uma diversidade esterilizada, pródiga em negar qualquer variação em relação ao que se espera, no campo da cultura, de cada região.

Além da atuação estatal, esta situação só pode ser colocada de pé porque contou com o apoio de grande parte da intelectualidade catarinense. Seja nas instâncias governamentais, nas universidades – em especial na UFSC – ou na maneira de agir dos produtores culturais, pouco espaço de atuação existia para os que questionassem esses pressupostos. Não se trata, entretanto, de inexistência de uma resistência, mas da atuação, fortemente eficaz em um cenário cultural profundamente dependente do apoio estatal, de forças políticas buscando a manutenção deste cenário.

O que se buscava era, nas palavras de Peluso Jr., uma 'catarinização'. As comunidades afastadas dos centros de poder do Estado, em especial nas regiões de fronteira, careceriam de um sentimento de pertencimento, que os fizesse parte da comunidade de Santa Catarina. A função do governo, assim, era alcançar, tanto com obras e programas como por ações culturais, essas populações, incentivando o fortalecimento de uma identidade catarinense. (Peluso Jr., 1984, p. 259) Essa relação entre governo e intelectuais se manteve próspera e próxima durante

muito tempo. Vários pesquisadores podem ser inseridos nesse esforço, mas, durante a década de 1980, se destacam os ligados ao IHGSC e à UFSC.

> "Pode-se dizer que a partir dos anos 80 existe em Santa Catarina todo um corpo de intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e a Instituições de Ensino Superior que buscam captar e difundir aquilo que nominaram como sendo peculiar ou característica em potencial da Identidade Catarinense". (Serpa, 1996, p. 68)

Esse apoio, e o uso do trabalho de pesquisa destas instituições, entretanto, também não se dava sem oposição. Alguns textos do período mostram que existia, para alguns, um desconforto em relação à identidade que se construía para o estado e o uso flagrantemente político – inclusive eleitoral – dessas interpretações.

> "Ao mesmo tempo que este discurso serve para justificar uma série de atos praticados por este governo em nome da cultura, parece destinado, de agora em diante, a servir de propaganda eleitoral de candidatos à sua sucessão. Ainda recentemente, em debate pela TV, um dos candidatos mais fortes do partido oficial, quando interpelado sobre a questão cultural, defendeu a tese da falta de uma identidade cultural catarinense, numa clara demonstração de que toda uma fase de consolidação deste discurso ideológico não tem sido em vão, visto estar plenamente elaborado e a serviço dos grupos instalados no poder em nosso Estado. A busca desta identidade passa a ser, então, o objetivo primeiro do governo e seus pretendentes, bem como de uma gama de instituições ligadas à área cultural. Assim, não só a Fundação Catarinense de Cultura, mas a Secretaria de Educação do Estado, a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo a UFSC, a UDESC, etc., passaram a ser os seus defensores e difusores." (Verdi, 1981, p. 114)

As forças políticas, assim, logo perceberam a força por trás da construção de uma identidade que abarcasse toda Santa Catarina. Essa utilização da cultura se alastrou por todos os governos, como uma verdadeira Política de Estado, mas nenhum foi mais pródigo neste sentido que a gestão de Espiridião Amin, em seu governo ocorrido entre os anos de 1983 e 1987 (ele voltaria ao cargo entre 1997 e 2003). O próprio governador publicou um texto na Revista do IHGSC tratando da diversidade entre as regiões e da variedade de origens em Santa Catarina, mas retratando o caboclo pobre do oeste do estado, que ele chamou de Homem do Contestado, como o real homem catarinense. Havia uma visível tentativa de ligar a atuação do governo aos 'pequenos' que lutaram no conflito de 1917, a busca por reconhecer-se como o primeiro governo a se preocupar com aquelas populações. Contava a favor da iniciativa, ainda, a falta de uma definição clara de uma 'identidade' para a região, perdida entre projetos de ocupação de gaúchos, alemães e italianos. (M. J. de Moraes, 2010, p. 26–27)

A iniciativa do governador representou um amplo incentivo ao estudo da Guerra do Contestado e da região onde a mesma se desenvolveu. O Oeste de Santa Catarina, ainda pouco referido dentro do cenário de construção de uma identidade catarinense, passou a receber uma maior atenção. Ainda sofrendo com as atribulações do processo de redemocratização do país, a

figura de um povo pobre e ainda sem uma origem étnica amplamente definida era uma figura fortemente atrativa para as forças políticas.

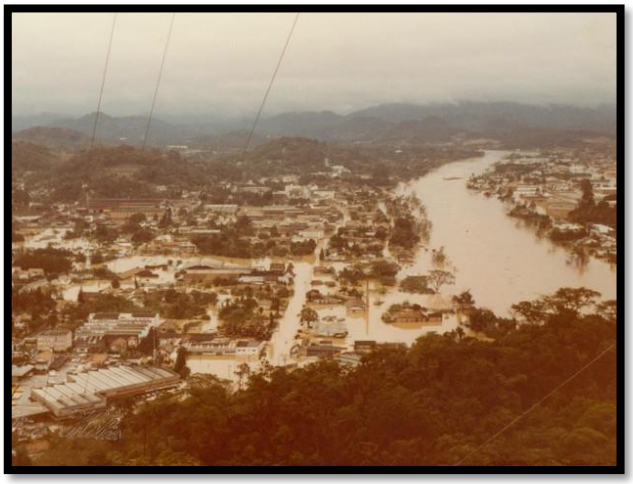


Figura 20: Blumenau durante as cheias de 1983 (G1 Santa Catarina, 2013)

Entretanto, os anos de 1983 e 1984 trouxeram duas grandes cheias no Rio Itajaí, que afetaram especialmente a cidade de Blumenau, principal centro da 'cultura alemã' no estado. Na resposta à tragédia, a região recebe destaque nacional, sendo construído um discurso de superação, a partir de um povo trabalhador, forte e ordeiro, 'tipicamente alemão'. O investimento do Estado muda seu foco, e a nascente ideia de uma Santa Catarina marcada pelo 'Homem do Contestado' dá lugar a valorização da colonização europeia, germânica em especial.

> "A preocupação de Amim era dar ao estado um caráter único, uma identidade em que todos os catarinenses se identificassem, e Blumenau, com sua reconstrução, daria ao povo o *status* de trabalhadores. [...] O jagunço que havia sido enaltecido em um primeiro momento, pelo projeto de identidade catarinense do governo Amim, foi praticamente esquecido. Em seu lugar assumiu o povo descendente de alemães que, frente à nação brasileira, viria a ter mais prestígio. [...] O mito criado pelo governo catarinense de um povo forte, honesto e trabalhador foi aos poucos sendo incorporado pela população. A imagem de Santa Catarina para o resto da nação foi passada como um lugar de união entre os habitantes, sendo o povo decente e germânico" (M. J. de Moraes, 2010, p. 27–28)

O principal símbolo dessa opção é a Oktoberfest, festa realizada criada em 1984 como forma de levantar fundos para a resposta às cheias. Celebra, anualmente, a origem alemã de Blumenau, recebendo amplo apoio dos governos. O modelo da Oktoberfest, de um festival em outubro em celebração a uma suposta origem étnica da cidade, vai ser replicado em vários outros municípios, e passa a ser um importante fator econômico no estado, em especial por proporcionar um incremento no turismo fora da temporada de verão. Essas festas vão demonstrar, também, o valor de um turismo de base étnica, sempre de origem europeia e

deixando de fora das celebrações grande parte das populações. É a utilização não só cultural ou social, mas econômica, do mito da pureza de origem de Santa Catarina, com um turismo a partir da ideia de "um pedacinho da Europa no sul do Brasil".

Festa	Cidade	Ano de Criação	Tema Étnico
Oktoberfest[1]	Blumenau[1]	1984[4]	Alemão[1]
Festa Pomerana[1]	Pomerode[1]	1984[6]	Alemão[1]
Fenarreco[3]	Brusque[3]	1986[13]	Alemão[3]
Festa do Pinhão[1]	Lages[1]	1987[10]	Sem tema étnico[1]
Incanto Trentino[1]	Nova Trento[1]	1988[5]	Italiano[1]
Tirolerfest[3]	Treze Tílias[3]	1988[15]	Austríaca[3]
Festa das Etnias[1]	Criciúma[1]	1989[8]	Italiano, polonês, africano, alemão e português[1]
Schutzenfest[3]	Jaraguá do Sul[3]	1989[11]	Alemão[3]
Kegelfest[3]	Rio do Sul[3]	1990[12]	Alemão[3]
Açor [2]	Itinerante[2]	1994[2]	Açoriano[2]
Festa da Colonização Italiana [1]	Chapecó[1]	2001[7]	Italiano[1]
Carnavale di Venezia[1]	Nova Veneza[1]	2004[9]	Italiano[1]
Festival do Camarão[3]	Porto Belo[3]	2013[14]	Açoriano[3]

Tabela 32: Principais festas de Santa Catarina. Fontes: (Santa Catarina. Governo do Estado, 2015b)1; (NEA/UFSC, 2015)2; (Folha de São Paulo, 2013)3; (Blumenau. Prefeitura Municipal, 2015)4; (Nova Trento. Prefeitura Municipal, 2015)5; (Pomerode. Prefeitura Municipal, 2015)6; (RedeComSC, 2013)7; (M. G. Cardoso, 2010)8; (Bortolotto, 2015)9; (Diário Catarinense, 2013)10; (Borchardt, 2014)11; (Garcia, 2013)12; (Brusque. Prefeitura Municipal, 2013)13; (Jornal Razão, 2013)14; (Treze Tílias, Prefeitura Municipal, 2014)15

Há a uma opção pelo incentivo não só dentro do campo cultural, mas um real investimento para que ganhasse relevo as opções identitárias do governo. É construída uma forte política de incentivo a eventos e subsídios, que não só dão a sustentação ao discurso como acabam por, na prática, inviabilizar qualquer iniciativa que fugisse dessa orientação, pela impossibilidade de competição com as iniciativas fortemente apoiadas na ação estatal. Nesse sentido, as políticas educacionais também são afetadas, com um esforço do governo em garantir o alcance estadual de suas políticas. As opções didáticas são assim direcionadas, inclusive nas políticas de confecção e distribuição de material didático.

Figura 21: Mapa Origem do Povoamento, editado pelo governo do Estado e distribuído a escolas de todo o estado. (Santa Catarina. Governo do Estado, 1991a)

Mas essas opções dentro da política de identidade no estado não se davam apenas a partir do governador. Há uma nítida aproximação do governo Amin com instituições como a Academia Catarinense de Letras e o IHGSC, que vão dar o peso acadêmico e a sustentação necessária a atuação do governo. Embora o apoio do governo do estado ao Instituto, entre outras instituições, tenha sido permanente durante toda a república, no governo Amin ele atinge um novo status.

> "As boas relações seriam restabelecidas em meados da década de 1980, e o simbolismo desse reencontro do Instituto com o governo estadual não poderia ser maior: passou a ocupar, por força de lei, o antigo Palácio do Governo, transformado em Palácio Cruz e Sousa, que seria sede, também, do Museu Histórico de Santa Catarina (museu, aliás, concebido a partir da contribuição intelectual de sócios do Instituto). Na Revista do IHGSC, em sua 3a. fase, estão presentes os agradecimentos de praxe ao governador (Esperidião Amin), 'por instalar o Instituto, definitivamente, aqui no Palácio Cruz e Sousa'". (Gonçalves, 2006, p. 101)

A clara opção pela narrativa de uma Santa Catarina branca e europeia, mormente alemã, acaba por excluir de sua identidade parcela significativa de sua população. Como contraponto ao restante da experiência brasileira, o estado acaba por marginalizar ou invisibilizar as presenças que não condizem com o discurso escolhido. A região passa a ser descrita como um grande vazio demográfico quando de sua ocupação por colonos europeus, e a partir daí com irrelevante participação de populações de origem africana. O cenário que se pinta para Santa Catarina é de uma participação marginal da mão de obra cativa. Seriam poucos os escravos, e mesmo eles desempenhariam suas funções lado a lado com a família do senhor, e sendo tratados como iguais. É o mito de uma escravidão cordial e residual, que não sobrevive a uma análise mais detida da extensão da presença de cativos na história de Santa Catarina e de sua importância e posição nas dinâmicas sociais, políticas e econômicas do estado. (Biléssimo, 2008) E esse cenário é vendido como o diferencial do estado, uma espécie de microcosmo onde

os sonhos de branqueamento da população que vários no Brasil acalentam desde o Império tivesse, efetivamente, obtido êxito. Assim essa perspectiva

> "Certamente percebe a composição da população do Estado como sendo branca e o restante ou seria incorporado a cultura do homem branco pela ação pedagógica ou, então, isto não seria tão relevante, haja vista que historicamente foram colocados sobre a tutela do homem branco". (Serpa, 1996, p. 71–72)

Nesse cenário a atuação dos museus passa a ser destacada, em especial a partir do incremento no número destas instituições em Santa Catarina, notavelmente a partir de meados da década de 1980, como discutimos mais detidamente nos capítulos anteriores. Se o discurso dessa suposta identidade europeia de Santa Catarina estava apoiado na história da região, a criação e incentivo a museus históricos voltados às populações vistas como dominantes é uma das maneiras mais efetivas de cimentar esta interpretação. É daí que surgem muitos dos Museus do Imigrante e dos Museus da Colonização, que contam a história de uma parcela muito específica da população, ainda que utilizando um discurso que as coloca, muitas vezes, como protagonistas únicos da história do lugar.

Essa importância fica clara nos Cadernos de Cultura Catarinense, que no item "Como Fazer" assinala: "2. Implantar e manter os museus que digam respeito ao patrimônio histórico, artístico e cultural do estado" (Santa Catarina. Governo do Estado, 1984). Assim a manutenção de museus que mantenham o discurso desta identidade exclusivamente europeia do estado é um dos pilares de sustentação da interpretação, em especial a partir de sua capilaridade e da relevância que recebem em pequenos municípios ou localidades.

> "Esse projeto, caracterizado pelo reforço às tradições advindas das rotas migratórias, gerou, a partir da década de 1980, um processo de hipervalorização das diversas culturas (em especial da germânica, da italiana e da lusoaçoriana), por meio do incremento do intercâmbio com os países de origem dos imigrantes e da criação de 'festas típicas'. Esse fenômeno, associado ao processo de urbanização e ao fortalecimento dos municípios, pode ter sido responsável pelo surgimento de tantos museus históricos de pequeno porte ligados às estruturas públicas municipais a partir dos anos 1980, que caracteriza o início da estruturação desse campo organizacional." (R. P. Oliveira & Silva, 2008, p. 6)

O avanço nos estudos, entretanto, começou a tornar visíveis as fissuras existentes no modelo consagrado de Santa Catarina como um arquipélago de culturas. Comunidades alemãs em áreas de colonização açorianas, como São Pedro de Alcântara, italianas em áreas vistas como alemãs, como Nova Trento, e açorianas em espaços italianos, como Sombrio, apontavam como não havia como sustentar, de maneira tão imediata, a divisão consagrada da ocupação de Santa Catarina.

Ainda assim, as mostras de dificuldade na aplicação do modelo acabavam, por vezes, apenas o reiterando em uma escala mais profunda. O reconhecimento da diversidade se dava

apenas nos limites propostos (a trindade alemão-italiano-açoriano), com poucas exceções. Embora na década de 1980 comece a aparecer discursos divergentes, como o texto de Verdi (Verdi, 1981), pouco impacto era deixado por estes questionamentos.

> "Essa nova 'face cultural' não é menos 'essencialista' como determinante da diferença social, do que a posição naturalista ou, pelo menos, ela continua a estabelecer uma base igualmente forte para a separação e segregação sociais, mesmo porque continua a afirmar-se sob uma base étnica, reproduzindo os recortes naturalistas. Aparentemente todas as identidades regionais poderiam ser niveladas. O discurso da diversidade aceita todas as diferenças identitárias, sob a condição de todos concordarem em agir tendo por base essas diferenças de identidades, preservando-as como indicadores sólidos de separação social. Para ser catarinense, entre outras atitudes, era necessário abraçar uma das identidades, identificar-se com uma das regiões que, naquele momento, eram colocadas à disposição pelo discurso do planejamento cultural. O ato de abraçá-las passou a ser uma das manifestações, denominada por alguns autores de 'catarinensismo'". (Garcia Jr., 2002, p. 103)

Não havia, portanto, como escapar do essencialismo. Por mais que se aceitasse alguma diversidade (sempre dentro das opções europeias), não havia espaço para o questionamento do caráter diferenciado de Santa Catarina. Era o ápice da homogeneidade cultural que marca a identidade catarinense, apesar da tênue diversidade alemão-açoriano-italiano que este modelo propunha. Para populações de origem africana, assim, sobrava a permanente marca dos 'de fora', uma atuação ao rodapé da história, não somente como consequência, mas uma exclusão que era a base da diferenciação do estado e do modelo de identidade cultural que se propunha.

4.6 Quinta Fase: Novas interpretações

Grande parte do esforço de construção de uma identidade para Santa Catarina parte do exercício de perceber, nas manifestações culturais da população, o elemento que teria 'sobrevivido' ou 'permanecido' de uma cultura original pura, trazida pelos imigrantes. Isso consiste em perceber, em atividades desenvolvidas hoje, permanências de práticas de, por vezes, mais de dois séculos atrás. Mais do que isso, é preciso encontrar este paralelo, também hoje, no país da suposta origem. É neste sentido que se tornam importante, como exercício de validação, o permanente intercâmbio com a suposta origem, e o esforço em aproximar, sempre, o que se faz aqui com o que se reconhece lá.

É por isso, por exemplo, que a divulgação da Oktoberfest de Blumenau remete, reiteradamente, à de Munique, ou que exista, na principal praça da cidade de Nova Veneza, no sul do estado, uma gôndola veneziana – além do esforço do município em emular o carnaval tradicionalmente ligado à cidade italiana, com seus bailes e suas máscaras. E este é um trabalho mais focado nos resultados do que em uma metodologia rigorosa, de modo que o que seria

facilmente refutado como pesquisa acaba sendo amplamente aceito. Segundo Leal, ao estudar o açorianismo:

> "Devido ao tempo decorrido sobre essa migração e a inexistência de documentação comprovativa, é através de um trabalho comparativo centrado em 'paralelos' entre elementos e complexos culturais atuais característicos dos Açores e do litoral de Santa Catarina que as 'afinidades' genealógicas entre as duas culturas podem ser reconstituídas". (Leal, 2007, p. 93–94)

A partir disso, as decisões tomadas dentro desses movimentos acabam por obedecer mais a critério pragmáticos do que seguir algum rigor epistemológico. Há um sentido de competição com iniciativas identitárias que possam, de alguma forma, representar ameaça ao enredo estabelecido. Isso é bastante perceptível, principalmente, nas relações com as iniciativas culturais dos movimentos tradicionalistas do Rio Grande do Sul, que, apesar de representarem visões de mundo e um entendimento de história e identidade bastante próximos aos dos grupos catarinenses, pouca interface tem com os grupos de Santa Catarina. Para Leal, novamente em referência a iniciativas açorianistas:

> "Esta postura anti-gaúcha do movimento açorianista é também evidente na sua política de cooperação interétnica. Em eventos organizados ou apoiados pelo NEA a participação de grupos alemães ou italianos é ocasionalmente solicitada, especialmente em áreas com um apresença importante de descendentes alemães ou italianos. Entretanto, a participação de CTGs[39] é sistematicamente evitada". (Leal, 2007, p. 157)

Isso leva a um fenômeno bastante identificável, em que a 'origem' passa a funcionar mais como um selo a ser aplicado às manifestações, do que uma real busca identitária. Isso pode ser percebido de maneira especial em relação aos movimentos açorianistas do litoral central, em especial Florianópolis. O que se criou foi uma interpretação de 'açoriano' como sinônimo de cultura popular, de modo que é feito um esforço para aplicar a costumes locais o epíteto, ainda que pouco, ou nada, tenham que remetam à origem pretendida. Talvez o maior exemplo seja o hábito de comer tainha com pirão de farinha de mandioca, iguaria identificada como um dos principais costumes 'açorianos' e que, em nenhuma época, foi, tradicionalmente, presente no arquipélago português.

Também pode ser observado, principalmente a partir do início da década de 1990, a utilização de termos ligados, ou popularmente percebidos como ligados, às culturas 'de origem', como nomes para estabelecimentos comerciais, em especial os ligados à atividade turística. Abundam, assim, os termos alemães no Vale do Itajaí e os italianos no sul, assim como os percebidos como ligados aos Açores em Florianópolis e região.

[39] Os Centros de Tradições Gaúchas - CTGs são centros culturais espalhados pelo Rio Grande do Sul e alguns estados vizinhos, inclusive Santa Catarina, que atuam na celebração e preservação do que é encarado como a 'cultura gaúcha', típica do Rio Grande do Sul.

A utilização destes modos de ver a identidade recebeu, conforme visto, forte apoio dos governos. Não só o incentivo a um turismo cultural, baseado nestas supostas identidades específicas e construído a partir, principalmente, das chamadas festas típicas, criadas a partir do sucesso cultural e econômico da Oktoberfest de Blumenau, mas também uma constante opção pelo patrimônio edificado em detrimento de outras manifestações. Como 'origem' amplamente identificada com as camadas politicamente e economicamente proeminentes de cada região, o esforço de conservação histórica foi mantido, principalmente, sobre as obras que representavam, ao menos dentro deste imaginário, cada origem. Um exemplo são as casas enxaimel, que se tornaram símbolos das regiões de Blumenau e Joinville, e representam parcela significativa dos bens tombados na região. Ou mesmo o caso das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina – alguns dos principais patrimônios edificados da região da capital – que, apesar de terem sua construção iniciada em 1736 (antes, portanto, do início da imigração dos Açores para Santa Catarina) tem sua administração ligada ao Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC.

O uso e o aproveitamento desta identidade para fins econômicos vão além da promoção de festas e da construção de roteiros turísticos nelas baseados. Também se verifica em uma escala menor, indo desde o nome de estabelecimentos até o cardápio de restaurante, que comumente remetem a uma gastronomia tradicional, mas identificada como 'tipicamente' alemã, italiana ou açoriana, por exemplo[40].

O sucesso da construção desta identidade também rende dividendos políticos. Ao se identificar com a identidade atribuída a cada região, as correntes políticas acabam por adquirir maior relevância, aumentando sua capacidade de atuação. Mas isso, como os dividendos econômicos, também ocorre na escala individual. Dizer-se de origem pode significar uma maior credibilidade e relevância, em especial quando a atuação for percebida como uma luta pela 'preservação' ou 'resgate' de manifestações culturais. A partir daí, passa a ser vantajoso politicamente ser identificado com a identidade de cada região. Sobre a atuação de grupos em defesa da farra do boi na Grande Florianópolis, Leal defende que:

> "já não são apenas intelectuais ou ativistas locais mais ou menos informados mas também pessoas comuns, pescadores ou agricultores residentes em municípios que até há pouco tempo nunca tinham ouvido falar de colonização açoriana que – para defender uma tradição que lhes é cara – afirmam com veemência: 'Nós também somos açorianos!'". (Leal, 2007, p. 181–182)

[40] A capilaridade destas ações é, em grande parte, viabilizada pela Fundação Catarinense de Cultural. Um dos principais exemplos de sua atuação é o Projeto Identidades, cuja apresentação refere: "A identidade de um povo depende em grande parte da forma como ele se relaciona com sua memória. Dessa forma, é fundamental que as comunidades locais tenham condições de avaliar o que pode ser identificado como sua herança cultural, para que possam, inclusive, garantir que ela se perpetue através das gerações." Na página da Fundação encontra-se, também, a relação de bens tombados em nível estadual e de grupos folclóricos, para divulgação, além de outras informações. (Fundação Catarinense de Cultura, 2015a)

No entanto, se no campo cultural, em especial dentro das atividades relacionadas ao turismo, a imagem que sobressai é a do 'pedacinho da Europa no sul do Brasil', em outras áreas essa hegemonia é mais concretamente desafiada. Na academia, principalmente nos trabalhos sobre a história de Santa Catarina, vemos, a partir do final da década de 1990, a ampliação de estudos sobre a formação do estado que colocam em xeque a interpretação até então difundida. Falando sobre Santa Catarina, Angelo R. Biléssimo defende que, até meados da década de 1990, há quase um consenso em afirmar que

> "particularidades históricas impediram que se fixasse de maneira permanente o trabalho cativo – e com ele as populações de origem africana – na região, que teria encontrado sua vocação econômica com a chegada dos imigrantes europeus da segunda metade do século XIX, cujo símbolo principal seriam as comunidades alemãs do Vale do Rio Itajaí. Esta negação da presença do africano e de seus descendentes em Santa Catarina se dá em uma forte corrente ideológica que tem como objetivo valorizar a presença do trabalhador livre europeu na formação econômica e social – e, para alguns, na composição dita 'racial' - do hoje Estado, um 'branqueamento' na história da região. Autores como Walter Piazza e Oswaldo Cabral defendem, em suas pesquisas, que a importância do aspecto militar na ocupação e colonização da Ilha de Santa Catarina acabou por resultar em uma pouca expressiva utilização do trabalho escravo". (Biléssimo, 2011, p. 32–33)

Novas interpretações surgiram, entretanto, em especial a partir dos estudos realizados a partir das universidades. Na realidade, a inadequação do modelo proposto já aparecia nos dados recolhidos por Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni na década de 1960, que apontavam a forte presença da mão de obra cativa e das populações de origem africana em Santa Catarina. (F. H. Cardoso & Ianni, 1960).

Pouco se aprofundou, no entanto, o conhecimento disponível sobre o tema em Santa Catarina. Mundialmente, com os processos de descolonização das décadas de 1960 e 1970 surgiram novos desafios aos pesquisadores, o que a partir das décadas seguintes representou a emersão de novas linhas de interpretação de aspectos culturais e históricos. (Appiah, 1996; Gilroy, 2001; Hall, 2009; Said, 2007)

No Brasil processo semelhante ocorreu dentro dos estudos sobre a formação do país, em especial em relação às populações de origem africana. São trabalhos que revisitam a participação dessas populações nos processos e dinâmicas da época, lhes restituindo o protagonismo e alçando aqueles indivíduos a sujeitos históricos, em pé de igualdade em relação a outras camadas da população. (Chalhoub, 1990; M. O. L. da S. Dias, 1984; Mattos, 1998; Wissembach, 1998)

Em Santa Catarina, duas coletâneas reunindo trabalhos de pesquisadores diversos, se destacam como pioneiros. "Negro em terra de branco", organizado por Joana Maria Pedro, e "Negros no sul do Brasil", organizado por Ilka Boaventura Leite, apontam novos caminhos,

novas possibilidades de compreender a formação de Santa Catarina em linha com o conhecimento que se construía. (Leite, 1996b; Pedro, 1988). A partir da virada do século XXI, em novos grupos de pesquisa e núcleos de estudo, essas interpretações ganham ainda mais fôlego, com grande número de pesquisas e uma ampliação dos temas e períodos estudados. Nesse processo se destaca o trabalho de Paulino de Jesus Francisco Cardoso, não só pelo marco que representou sua tese de doutorado (P. de J. F. Cardoso, 2004), mas também pelos trabalhos por ele orientados e os realizados no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB\UDESC[41].

Os processos descritos acima passaram a exigir, dos historiadores e demais profissionais envolvidos com memória e patrimônio em Santa Catarina, um posicionamento engajado, que fosse capaz de romper consensos estabelecidos e enxergar, no decorrer do caminho de Santa Catarina, a presença das populações de origem africana. A consolidação do campo historiográfico de Santa Catarina dentro destas premissas exigia, se não um rompimento, a construção de novos olhares, erigidos a partir dos indícios de que a diversidade do estado ia além do que tradicionalmente se reconhecia.

> É neste contexto que se deve compreender algumas reflexões desenvolvidas [...] e o desejo de recuperar para as profissões, as relações familiares, os locais de moradia, as redes de solidariedade, os longos esforços para conquista da liberdade, construídos por africanos e seus descendentes, hoje, afro-brasileiros, na capital catarinense. Bem como, a proposta de um diálogo com certas vertentes da História Social em Santa Catarina, buscando apreender as opções teóricas e metodológicas que até o presente sustentam uma interpretação da sociedade florianopolitana e catarinense, que minimiza a importância da escravidão africana,

[41] Entre os estudos que podemos citar está o Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em História realizado por mim, intitulado 'Lá vem o dia-a-dia, Lá vem a Virge Maria, agora e na hora da nossa morte: A Irmandade de Nossa Senhora do Desterro e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro -1860/1880'; a obra 'Entre a Praça e o Porto: Grandes fortunas nos inventários post-mortem em Desterro entre 1860-1880', de Angelo R. Biléssimo; os estudos de Tamelusa Ceccato do Amaral, 'Germano Wendhausen e a abolição da escravatura em Desterro no séc. XIX' e 'Da grandeza do fato a miudeza do ato: os significados da prática da alforria em Desterro (1870-1888)'; 'Experiências de afrodescendentes em Desterro nas últimas décadas da escravidão', de Carina Santiago dos Santos; de Karyne Johan, 'Crime, criminalidade e escravidão: experiências e vivências de africanos e afrodescendentes em processos criminais em Desterro'; de Lisandra Barbosa Macedo, 'Cultura africana em Desterro na década da abolição - invisibilidade e resistência'; "Resolveo a mesa que pelo menos houvesse huma missa resada: festas, procissões e celebração da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (1860-1890)", de Karla Leandro Rascke; de Patrícia Ramos Geremias, 'Filhos livres de mães cativas: Os ingênuos e os laços familiares das populações de origem africana em Desterro na década da Abolição'; de Haroldo Silis Mendes da Silva, 'Carroceiros, quitandeiros, marinheiros, pombeiros e outras agencias: Trabalho e sobrevivência de africanos e afrodescentes em Desterro na década da Abolição (1880-1888)'; de Fabiano Dauwe, 'Estratégias institucionais de liberdade: O fundo de emancipação em Nossa Senhora de Desterro'; de Clemente Gentil Penna, 'Vivendo sobre si - Estratégias de liberdade das populações de origem africana na ilha de Santa Catarina (1870- 1888)'; de Joice Farias, 'O negro inexistente: um estudo sobre a escravidão africana na historiografia catarinense (1980-1990)' e de Claudia Mortari, 'A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (1840-50)'. (Amaral, 2003, 2006; Biléssimo, 2007; Dauwe, 2001; Farias, 1998; Geremias, 2001; Johan, 2003; Macedo, 2003; Mortari, 2000; Penna, 2001; Rascke, 2009; C. S. dos Santos, 2005; Silva, 2001; Simão, 2006)

> coisifica cativos e libertos, e tem contribuído para a invisibilidade das experiências africanas. (P. de J. F. Cardoso, 2008b, p. 21)

Esse comprometimento de vários pesquisadores em enxergar outros pontos da história de Santa Catarina acabou por revelar vários pontos antes pouco visitados. Tirando o foco da escravidão, e centrando na experiência das pessoas, que mesmo amarradas ao cativeiro, desenvolveram formas de sociabilidades, solidariedades e resistências, ressignificaram tradições e referências culturais, adaptaram hábitos e crenças, estabeleceram relações com outras culturas e construíram juntos a partir de suas vivências o que entendemos por cultura brasileira.

Nas Irmandades do Rosário por exemplo, erguidas e de certa forma mantidas por pessoas cativas, livres e libertos, na sociedade escravista, que se destacaram como espaço de convivência e ressignificação cultural. Conforme estudos que realizamos anteriormente:

> Muitas destas pessoas de origem africana, apesar de cativas e, na esfera do jurídico, terem, muitas vezes, sido imaginadas mais próximas de um bem semovente que de uma pessoa, dentro da Irmandade se constrói como um ator fundamental para si, para os parentes e para o conjunto dos habitantes. […] Esses laços de solidariedade desenvolvidos na Irmandade é que vão permitir a ela, mais do que cultuar e honrar seus mortos, estar presente na vida dessas pessoas. Em todo o momento em que a Irmandade servia como o lugar do consolo, intermediava as relações com as instâncias da vida civil ou apresentava o lúdico e o emocional em suas festas e procissões ela estava cumprindo seu objetivo. Mesmo quando a instituição era o local do conflito, inclusive entre os próprios irmãos, ela estava cumprindo seu objetivo. (Simão, 2008 p.120)

Tais práticas também se verificaram em outras manifestações, como os clubes negros, os quilombos urbanos e rurais, terreiros de candomblé, umbanda, batuques, os cacumbis e maracatus, as escolas de samba, jornais abolicionistas, territórios negros e outros. Enfim, uma infinidade de referências culturais, que ainda estão em processo de investigação e reconhecimento, mas são evidências que nos auxiliam a afirmar a presença dessas pessoas e culturas no Estado de Santa Catarina. Mesmo que tal presença seja, por vezes, difícil de apontar, em virtude da maneira como se davam as relações sociais e as fontes disponíveis sobre os séculos XVI a XIX no Brasil, nos parece possível inferir que a presença de populações de origem africana pode ser constatada desde os primeiros esforços de colonização da região até os dias atuais.

Embora essas discussões estejam em evidência no cenário acadêmico, por vezes pouco repercutem em um cenário cultural mais amplo. O arranjo que mantém a interpretação da exclusividade de determinadas etnias na composição da população, ou ao menos da cultura, depende, em grande parte, do controle sobre o acesso a financiamento às atividades culturais. No cenário de pouco incentivo disponível, o papel do governo de Santa Catarina era de grande

proeminência. A partir de 2003, no entanto, o Governo Federal passa a incentivar uma política cultural mais expansiva, aumentando os recursos disponíveis e acenando com avanços institucionais, como a criação do Sistema Brasileiro de Museus e a implementação de uma Política Nacional de Museus. Iniciativas como essas modificaram o panorama, e interpretações divergentes passaram a encontrar, também elas, meios de tornar-se realidade. (R. P. Oliveira & Silva, 2008, p. 12)

Há também, pelo menos desde a Conferência de Durban em 2001, uma forte atuação do Governo Federal no sentido da valorização da diversidade, em especial buscando redefinir o papel ocupado pelas populações indígenas e de origem africana. Tal redefinição representou, também ela, um forte impulso no sentido de ampliar as interpretações sobre história e cultura em Santa Catarina, uma vez que permitiu que trabalhos, que já estavam sendo feitos, ainda que marginalmente e sem grande impacto na sociedade de uma forma mais geral, se destacassem.

> "Essa preocupação se evidencia em relação às políticas educacionais, dentre as quais se pode citar como exemplo a incorporação da pluralidade cultural como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais; a definição de um capítulo específico para abordar a educação especial; assim como os artigos voltados à educação indígena na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB – n. 9.394/96; o Plano Nacional de Educação de 2001, com capítulos destinados à educação especial e educação indígena; a definição do dia 20 de novembro como dia da Consciência Negra; além das leis Lei n. 10.639/03 e Lei n. 11.645/08" (Coppete, Fleuri, & Stoltz, 2012, p. 234–235)

Com o reconhecimento da participação de outras origens na formação do estado, os ideais passam a ser, ao menos, questionados. Por um lado, uma rediviva importância a populações antes marginalizadas ou invisibilizadas, por outro o entendimento de que, ainda que a origem europeia continue importante, há um desenvolvimento na identidade. O principal exemplo desse fenômeno é a emersão do 'manezinho', habitante tradicional da Ilha de Santa Catarina que, ainda que mantenha a dita origem açoriana, é um tipo específico do lugar. Essa nova identidade permite ampliar seu alcance, ainda que se mantenha excluindo populações historicamente indesejadas. Não há, assim, um abandono de um orgulho e de uma excepcionalidade da 'origem', mas um reforço na sua dimensão autóctone, de seu pertencimento – e com ele um direito ao protagonismo – local.

De todo modo até esse momento não há desafio ao corolário proposto por Ilka Boaventura Leite em relação a Santa Catarina: "Percorrendo a historiografia, é impressionante o silêncio que paira sobre a população negra". (Leite, 1996a, p. 43)

Nesse cenário, os museus ocupam posição de destaque. Por sua natureza, muitas vezes são o principal contato entre grande parte das populações e o patrimônio cultural do estado. Em especial em Santa Catarina, onde grande parte dos museus está nas pequenas cidades, principais

bastiões de uma 'origem pura', e são museus históricos, lugares propícios para um esforço de recontar a origem dos municípios. Não por acaso, o ápice do modelo de construção de uma identidade cultural única para cada região do estado coincide com o período de expansão das instituições museais em Santa Catarina. Assim, foi aí que se deu grande parte

> "da formação do campo museal catarinense, que em 1974 contava com 33 museus. Foi entre os anos 1980 e 2003 que mais de 70% das instituições museais catarinenses surgiram, chegando no final de 2006 ao total de 181. Alguns fatores podem ter sido responsáveis pela multiplicação do número de museus nesse período, como o desenvolvimento descentralizado, o fortalecimento dos municípios e as práticas políticas que incentivaram a preservação do patrimônio." (R. P. Oliveira & Silva, 2008, p. 5)

Sob essa perspectiva, a consolidação do campo museal em Santa Catarina, se não como disciplina científica ao menos como atividade prática, coincide e ocorre paralelamente à construção dessas interpretações, que acabam por tornarem-se hegemônicas. É a consolidação de uma identidade cultural específica, baseada na presença do colono europeu, que vai permitir que os pequenos museus, em especial museus da imigração ou colonização, se espalhem por toda Santa Catarina. E a recíproca é verdadeira, é, em parte, na atuação destas instituições que essa narrativa se apoia em sua expansão. Mais do que contar uma história regional, os museus contam a história que se espera, e que se encaixa perfeitamente nos demais discursos existentes sobre a cultura e história do estado, desde o preconizado nas redes de ensino até o utilizado na divulgação turística de Santa Catarina.

> "Uma vez que os museus não operam pela lógica da eficiência - ou seja, não estão direcionados para a troca de bens e serviços em um mercado, mas carregam e representam conjuntos de valores e crenças -, sua sobrevivência passa, essencialmente, pela sua legitimação no ambiente, pela sua conformação às normas socialmente aceitas. No entanto, para se compreender os processos de institucionalização dos formatos organizacionais é necessário trabalhar além do nível das organizações, buscando uma compreensão da construção histórica do contexto organizacional, ou seja, do campo" (R. P. Oliveira & Silva, 2008, p. 3)

Essa disputa por qual seria a real identidade catarinense é, afinal, a disputa pelo direito a participar das decisões políticas no estado. Como em outros lugares, os 'de fora' são continuamente empurrados para a periferia dos processos políticos, sejam os de grande escala, como o acesso aos cargos de mando na estrutura estatal, seja em escala menor, nas relações do dia a dia. Definir quem é 'realmente' catarinense é dizer quem pode participar das discussões políticas, é definir quem vai ter acesso às benesses e aos incentivos disponíveis.

Enquanto nas discussões acadêmicas, em especial no campo das ciências sociais, as construções de interpretações que reconheçam a diversidade do estado estejam avançadas, o mesmo não se pode dizer de outras esferas. Nas discussões públicas, é comum encontrar

tentativas de silenciar vozes por serem consideradas ‘de fora’, em especial a partir do discurso de preservação de um cenário cultural ‘tradicional’

> “Entenda-se bem: compete tão-somente à classe dominante determinar o que vem a ser cultura catarinense, esse todo cristalizado que determina o que é ‘ser catarinense’. E a partir do momento em que isto for efetivamente estabelecido, ai de quem ousar fugir desse padrão, porque corre o risco de ser taxado de anticatarinense”. (Verdi, 1981, p. 117)

Deste modo, grande parte da discussão sobre identidade em Santa Catarina, no decorrer de sua história, foi principalmente sobre isto. Não se trata de definir quem pode pertencer, mas sim apontar, claramente, quem deve ser excluído.

Capítulo 5: Um esforço de ação afirmativa de caráter museológico

Nesse capítulo, a partir do diagnóstico apresentado até o momento, do estudo da revisão bibliográfica, da legislação vigente, da pesquisa de campo e da aplicação e análise dos questionários, buscamos apresentar algumas ações que foram desenvolvidas ao longo de 2015 e 2016, com objetivo de elaborar uma proposta que possa apontar no sentido da ampliação e articulação das políticas públicas que tratam dos museus e da promoção de igualdade racial. Trata-se de uma proposta piloto, que venha ao encontro das diretrizes da Política Nacional de Museus e Plano Nacional Setorial de Museus 2010-2020, em todos os eixos de ação, com destaque para o eixo 3, Formação e Capacitação em Museologia[42] e da Política Nacional de Promoção de Igualdade Racial, como foco especial nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Trata-se, assim, de um processo de educação, com base em metodologias que, a partir dessas políticas citadas, vêm desenvolvendo suas ações no campo museal, nas instituições de ensino e organizações civis organizadas, tendo como referência iniciativas que foram bem-sucedidas, como Programa de Formação e Capacitação em Museologia, o Projeto Bahia[43], que observa a importância de ações locais para implementação das políticas públicas:

> "A análise do nosso discurso, ao longo dos diversos períodos, demonstrou que não basta indicar a necessidade de políticas públicas para o setor, é necessário comprometimento, disposição para o trabalho cooperativo e senso crítico. Por outro lado, considero que as iniciativas locais é que darão vitalidade à PNM, apontando soluções criativas para os nossos problemas e contribuindo para que suas propostas não fiquem 'engessadas' na burocracia, na razão instrumental do Estado." (M. C. T. M. Santos, 2005, p. 9)

Desta forma selecionamos duas metodologias para nos ater com mais afinco. A primeira, por se tratar de ações de caráter museológico e outras ações de promoção de igualdade racial, a metodologia apresentada pelo Programa Ponto de Memória[44] do Ibram. A segunda os

[42] "Eixo 3 da Política Nacional de Museus: Formação e Capacitação de Recursos Humanos, que tratava fundamentalmente: das ações de criação e implementação de um programa de formação e capacitação em museus e em museologia; da ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, além de cursos técnicos e de oficinas de extensão; da inclusão de conteúdos e disciplinas referentes ao uso educacional dos museus e dos patrimônios culturais nos currículos dos ensinos fundamental e médio; da criação de pólos de capacitação e de equipes volantes capazes de atuar em âmbito nacional; e do desenvolvimento de programas de estágio em museus brasileiros e estrangeiros, entre outras ações". (Ministério da Cultura, 2003)

[43] O Programa de Formação e Capacitação para a Área da Museologia – Projeto Bahia foi desenvolvido entre 2003-2005, como parte integrante das ações de implementação da Política Nacional de Museus, especificamente no que compreende o eixo 3 do Programa de Formação e Capacitação em Museologia. Ação desenvolvidada no estado da Bahia, com várias parcerias e convênios, e coordenado pela Professora Maria Célia Moura Santos e pelo Professor Marcelo N. Bernardo da Cunha, em sua fase final. Proposta detalhada pode ser conferida na publicação Política Nacional de Museus- Eixo 3 Programa de Formação e Capacitação em Museoologia Projeto Bahia. Relatório 2013-2-15. (M. C. T. M. Santos, 2005)

[44] Programa que foi institucionalizado pela portaria Nº 315, de 6 de setembro de 2017. "O Programa Pontos de Memória reúne um conjunto de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais,

processos de formação colaborativa[45] e construção metodológica do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro da Universidade do Estado de Santa Catarina sobre a aplicação da Lei 10.639/03, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da temática História e Cultura e Africana e Afro-Brasileira. Buscamos deste modo, a partir de uma metodologia e conteúdo mínimos, propor uma prática educativa emancipadora, capaz de habilitar as pessoas a refletir, compreender e enfrentar a violência racial no cotidiano e as práticas de exclusão presentes em nossas instituições museais. Uma das bases para a reflexão aqui proposta é a compreensão da educação como um processo. Concordamos, assim, com Maria Célia T. Moura Santos quando esta afirma que

> O termo processo, que também será utilizado quando da discussão da aplicação das ações museológicas, está sendo considerado em sua origem latina, ou seja: ação de avançar, atividade reflexiva que tem como objetivo alcançar o conhecimento de algo, sequência de estados de um sistema que se transforma. Assim, educação significa reflexão constante, pensamento crítico, criativo e ação transformadora do sujeito e do mundo; atividade social e cultural, histórico-socialmente condicionada. (M. C. T. M. Santos, 2001, p. 2)

Mais do que isso, concordamos também que a educação vai muito além do espaço escolar. Toda a comunidade, e em especial os espaços de conhecimento que circulam dentro dos aspectos culturais, tem grande responsabilidade, e devem ser pensados tendo esse papel em vista. Museus, Pontos de Memória e demais instituições museológicas devem garantir em seu planejamento as questões do patrimônio e da identidade, mas sempre coadunadas com suas responsabilidades no espectro maior da sociedade.

Tema recorrente na discussão museológica contemporânea, é sempre preciso ressaltar que o fazer museal, seja qual a forma que assumir, não pode estar divorciado das demais manifestações culturais, e nem afastado do diálogo com os diversos atores envolvidos nos processos culturais e na construção do conhecimento. Em seu esforço de manter-se relevante na sociedade que o mantém, o museu não pode distanciar-se dos variados diálogos empreendidos socialmente.

> é a necessidade de abertura para o mundo, daqueles que são responsáveis por sua produção, no sentido de transformar a extensão em ação, acreditando que é possível construir conhecimento na troca, na relação entre o ensino formal e o não-formal, no respeito à experiência e à criatividade dos muitos sujeitos sociais que estão fora das academias e que podem nos indicar caminhos e soluções muitas vezes por nós despercebidos, os quais,

em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira. Tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento de uma política pública de direito à memória, com base no Plano Nacional Setorial de Museus e Plano Nacional de Cultura." (Ibram, 2017f)

[45] "Grupos colaborativos são aqueles em que todos os componentes compartilham as decisões tomadas e são responsáveis pela qualidade do que é produzido em conjunto, conforme suas possibilidades e interesses. [...] ao trabalharem juntos, os membros de um grupo se apóiam, visando atingir objetivos comuns negociados pelo coletivo, estabelecendo relações que tendem à não-hierarquização, liderança compartilhada, confiança mútua e co-responsabilidade pela condução das ações". (Damiani, 2008, p. 214)

> também, serão enriquecidos a partir das nossas reflexões e do conhecimento por nós produzido. (M. C. T. M. Santos, 2001, p. 3)

Essas iniciativas, histórica e culturalmente construídas, devem ser pensadas dentro dos referenciais de um povo, não como retrato ou consequência, mas como local privilegiado para a discussão e superação de seus problemas, através, justamente, da consecução de seu papel nos processos educacionais.

Partindo destes pressupostos, a oportunidade de desenvolvimento e aplicação destes referenciais surgiu em uma chamada pública realizada pelo Ibram, no âmbito do programa Pontos de Memória, na qual fui selecionada e pude elaborar e executar uma proposta piloto de formação sobre a temática, com foco em museu, memória e cultura afro-brasileira, no período de 2015 a 2016. Essa ação incluiu diagnóstico, proposta de conteúdos programáticos, material instrucional para multiplicadores e oficinas e cursos de capacitação sobre as temáticas, com base na metodologia desenvolvida pelo Programa Pontos de Memória/Ibram. Tal proposta vinha ao encontro das problemáticas em discussão neste trabalho, levantando a preocupação de se utilizar ferramentas da museologia social para auxiliar a pensar políticas públicas que articulem as políticas de museus e promoção de igualdade racial, incluindo o amplo espectro das instituições museológicas como os Pontos de Memória e Pontos de Cultura, com base nas ações já desenvolvidas pelo referido programa, principalmente as referentes ao Inventário Participativo. Também contribuíram as ações desenvolvidas junto ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina – NEAB/UDESC, com destaque para a formação de professores, com foco na Lei 10.639/03, através da iniciativa denominada Formação de Professores: produção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana, ação desenvolvida em 2014 e 2015, no âmbito do Programa Diversidade Étnica na Educação – PDEE-UNIAFRO/MEC [46], sob a coordenação do Prof. Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso, a qual essa pesquisadora também teve oportunidade de participar da

[46] O PDEE-UNIAFRO/MEC, tem por finalidade contribuir para a implementação da Lei Federal 10.639/03, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e o Parecer CNE 003/2004, que cria as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Foram oferecidas pelo NEAB\UDESC, em 2014, 1.500 vagas, para professores e professoras da rede básica de ensino (pública e privada) do estado de Santa Catarina. Com carga horária de 180 horas, sendo estas divididas entre encontros presenciais nas cidades de Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Joinville e Lages (40 h) e atividades a distância através da Plataforma Moodle da UDESC (140 h). As atividades presenciais foram divididas entre introduções aos quatro módulos didáticos, oficinas e a discussão das atividades finais. As atividades à distância incluem a leitura dos capítulos de textos dos módulos didáticos e dos materiais complementares (documentos, vídeos, mapas, imagens, textos, artigos científicos e outras indicações pertinentes), a participação nos cinco fóruns propostos, a elaboração da atividade final e a resposta ao questionário de avaliação do curso. Uma coletânea dos textos produzidos pelos professores conteudistas foi publicada e distribuída para escolas como material didático, sob o título "Formação de Professores: produção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana". (P. de J. F. Cardoso & Rascke, 2014)

organização e na elaboração da proposta pedagógica e aplicação como professora conteudista e formadora.

Uma das premissas básicas do trato com o patrimônio é a de que ele só se efetiva a partir das relações entre o indivíduo e o meio. Dessa forma, não há patrimônio, ou museu, apartado da perspectiva educacional. Essa concepção provocou, sob certos aspectos, uma expansão no fazer museológico, que passou a abarcar uma gama muito mais extensa de manifestações, o que, de certa forma, obriga os museus a, cada vez mais, se aproximar de populações antes distantes.

Assim, temos por objetivo apresentar as proposições de ações que foram elaboradas em caráter piloto pela pesquisadora, junto ao Instituto Brasileiro de Museus, e aplicadas em forma de oficina e curso para profissionais que tratam ou pretendem discutir a temática da memória e cultura afro-brasileira em instituições museológicas no Brasil e no estado de Santa Catarina. Nessa perspectiva acreditamos que essas propostas podem auxiliar na construção de políticas públicas que articulem políticas para museu e políticas de promoção de igualdade racial no Brasil.

Primeiramente, cumpre-nos discutir a metodologia do Programa Pontos de Memória, que serviu de base para nossa atuação. A partir destes pressupostos, o que objetivamos fazer é apontar na direção da construção de uma ação afirmativa de caráter museológico, que possa apontar caminhos possíveis. Partindo da situação de Santa Catarina, à qual analisamos com mais detalhe nos capítulos anteriores, buscamos desenvolver ações que buscassem atuar na questão específica.

Em um segundo momento, para fins metodológicos, foi organizada e descrita em 2 fases, que ocorrem de forma paralela e complementares. A Fase I – Diagnóstico e elaboração de materiais didáticos instrucionais compreende a análise de documentos e a revisão bibliográfica e elaboração de uma proposta de conteúdo programático e materiais didáticos e instrucionais para formação de multiplicadores em oficinas e cursos de capacitação. Fase II – Aplicação da metodologia oficina e curso de capacitação pilotos.

5.1 Metodologia do Programa Pontos de Memória

Em 2015 o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos Para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, que, desde 2009, implementa o Projeto Desenvolvimento Institucional e Técnico-Operacional para a Ampliação e Consolidação de Projetos Relacionados à Memória Social no Brasil, na perspectiva de aprimorar e consolidar o desempenho dessa atividade, em edital de chamada pública, contratou consultores, entre profissionais especializados, para adequar os conteúdos programáticos e as metodologias já desenvolvidos pelo Ibram no âmbito do Programa Pontos de Memória, de 2009 a 2014. Entre estes destacamos os referentes às oficinas de Museu, Memória e Cidadania na Diversidade Cultural e Inventário Participativo para públicos específicos, que demandam um olhar mais atento às suas singularidades. É o caso das comunidades de afrodescendentes do país, que participam também do Programa Cultura Viva, do MinC, do qual o Programa Pontos de Memória é parte integrante.

A metodologia de ação, que inicialmente foi pensada para os primeiros Pontos de Memória[47] premiados em edital, os já citados Pontos Pioneiros, propôs 5 etapas:

1. Identificação
2. Qualificação (participação em seminários e oficinas).
3. Realização de inventário participativo.
4. Realização de ações museais para compartilhamento e difusão das memórias.
5. Reforço da rede de Pontos de Memória nas Teias Nacionais da Memória (Ibram & OEI, 2016, p. 9)

Deste modo cabe-nos analisar com um pouco mais de detalhamento estas etapas.

Etapa 1 - Sensibilização comunitária e formação da instância deliberativa

A etapa de sensibilização comunitária tem como objetivo mobilizar e envolver as comunidades em torno de questões que perpassam os temas museu, memória, cidadania, direito à memória e políticas culturais, bem como as ações e os objetivos do Programa Pontos de Memória. É considerada de alta relevância para o início do trabalho na comunidade, pois é o momento em que os diferentes grupos e representações locais são convocados a discutir e manifestar o desejo em desenvolver ações e projetos de Museologia Social na comunidade. A sensibilização comunitária também se abre como ocasião para a realização de Rodas de

[47] "Art. 2º Para fins desta Portaria compreende-se por Pontos de Memória os núcleos de iniciativa comunitária constituídos de forma autônoma em relação ao poder público, geridos de forma participativa pelas próprias comunidades, para a identificação, pesquisa e promoção de seu patrimônio material e imaterial, e que utilizam metodologias da museologia social visando ao reconhecimento e à valorização de sua memória coletiva" (Ibram, 2017f)

Memória, nas quais os moradores relatam momentos marcantes da história local, colocam em conflito versões e identificam moradores pioneiros, personagens e histórias marcantes. Além disso, também é uma oportunidade de abordar questões socioculturais e políticas da região e de reunir manifestações artístico-culturais da localidade. Essa etapa costuma acontecer em formato de seminários ampliados, organizados, divulgados e convocados pelas próprias lideranças comunitárias, com as quais a equipe técnica do Instituto Brasileiro de Museus fez os primeiros contatos a respeito do Programa Pontos de Memória. (Ibram & OEI, 2016)

Etapa 2 – Ações Museais

As ações museais compreendem todas as formas e processos criativos de atividades comunitárias de registro, reconhecimento e valorização da memória local, realizadas e promovidas pelos Pontos de Memória. São as rodas e chás de memória, museus-cortejo, exposições itinerantes, grafites, festivais musicais, saraus, feiras de gastronomia, campeonatos infantis de pesquisa e história, dentre outras ações diretas e indiretas que envolvem a comunidade na valorização de suas referências culturais, identidades, memórias e tradições locais. A realização de ações museais está sempre em pauta nos Pontos de Memória, pois elas conectam as iniciativas às comunidades, convocando seus moradores a se apropriarem, a refletirem e a se empoderarem, de diversas formas, de sua memória. (Ibram & OEI, 2016)

Etapa 3 – Inventário Participativo

Dentre as etapas da metodologia proposta para o desenvolvimento dos Pontos de Memória destaca-se a realização do inventário participativo, processo no qual as comunidades assumem, em primeira pessoa, a identificação, a seleção e o registro das referências culturais mais significativas para suas memórias e histórias sociais. No processo de inventariar, a comunidade também decide os métodos mais eficientes de divulgação e preservação de suas memórias e patrimônios, haja vista que as pessoas cuidam melhor daquilo que reconhecem como delas e que possuem algum significado para si ou para o grupo social ao qual pertence. Nesse sentido, a ideia de participação passa pela decisão coletiva e compartilhada de escolher quais memórias e patrimônios são relevantes para a comunidade, contribuindo, assim, para um processo contínuo de apropriação de um legado cultural.

Portanto, cabe aqui apresentar a definição de inventário participativo, que “consiste no procedimento de relacionar, registrar e catalogar bens patrimoniais de caráter material e imaterial de forma participativa, ou seja, promovendo mecanismos capazes de considerar a

opinião e a participação constante de um número significativo de pessoas e/ou grupos pertencentes à comunidade inventariada. (Ibram & OEI, 2016)

Etapa 4 – Produtos de Difusão

Os produtos de difusão são compreendidos pelas ações museais desenvolvidas pelos Pontos de Memória após a etapa de realização do inventário participativo. Com alta repercussão dentro e fora da comunidade, podem ter o formato de exposição, publicação, documentário, dentre outras atividades que colocam em evidência as representações das memórias e identidades coletivas, discutidas e trabalhadas durante todo o processo metodológico de desenvolvimento do Ponto de Memória (Ibram & OEI, 2016)

Etapa 5 – Teias da Memória

As Teias da Memória[48] são os encontros em âmbito nacional dos Pontos de Memória e iniciativas de memória e Museologia Social. É um espaço de intercâmbio, reflexão, debate e construção coletiva de proposição e agendas estratégicas para o fortalecimento dos projetos de Museologia Social. A Teia pode ser considerada uma extensão presencial das experiências, trocas e metodologias que ocorrem em rede e é, sobretudo, um espaço de fortalecimento do vínculo de trabalho e amizade entre os atores que atuam com a memória como ferramenta de luta, resistência e transformação social. A partir da quarta edição da Teia, a programação e a organização do encontro foram discutidas e protagonizadas por representantes de redes e Pontos de Memória, por meio de uma comissão. (Ibram & OEI, 2016)

Partindo assim desses pressupostos, foi delimitado como tema transversal à essas ações a problemática Museu, memória e cultura afro-brasileira. Como estratégia de implantação foram elaborados diagnósticos, materiais didáticos pedagógicos e desenvolvidas metodologias aplicadas em forma de oficinas e cursos semipresenciais, com foco na Memória e Cultura Afro-brasileira. A iniciativa começou com um diagnóstico e com análise dos materiais já produzidos no âmbito do Programa Pontos de Memória, sobre a temática, passando para proposição de metodologia específica e na elaboração de material instrucional para possíveis multiplicadores sobre museologia social e memória afro-brasileira. Em seguida foi oferecida uma oficina piloto para aplicação da metodologia, para Pontos de Memória que tratam especificamente em suas

[48] Edições: a primeira teia foi realizada em Salvador/ BA, em dezembro de 2009; a segunda foi promovida junto ao Encontro Nacional dos Pontos de Cultura Teia da Cultura — Tambores Digitais, em março de 2010, em Fortaleza/CE; a terceira, no Museu da Maré, no Rio Janeiro, em dezembro de 2010; e a quarta integrou o VI Fórum Nacional de Museus, em novembro de 2014, em Belém/PA.

ações com a temática afro-brasileira, desenvolvida na forma de uma oficina pontual, durante cinco dias, na sede do Ibram em Brasília. A seguir a proposta foi expandida, através de um curso estendido e aprofundado com duração de 4 meses, em parceria com Sistema de Museus de Santa Catarina e Núcleo de Estudo Afro-brasileiro da Universidade do Estado de Santa Catarina. O curso foi oferecido na modalidade semipresencial, com a utilização da Plataforma Saber Museus/Ibram. Esta plataforma, espaço virtual do Ibram

> "tem como proposta integrar os diferentes esforços de formação já empreendidos pelo Instituto. Para tanto, foi desenvolvido este ambiente virtual de aprendizagem - Moodle, com o propósito de expandir o acesso aos conteúdos instrucionais que são produzidos e disponibilizados pelo Ibram. Além disso, a plataforma possibilita articular, divulgar, coletar informações, organizar materiais didáticos das ações de formação do instituto e realizar parcerias para atender a demanda por formação na área museológica" (Ibram, 2016f)

Assim, é a partir destas etapas da metodologia dos Pontos de Memória que buscamos elaborar ações, propriamente a Oficina Museu Memória e Cultura Afro-brasileira e o Curso de Capacitação Museu Memória e Cultura Afro-brasileira em Santa Catarina, que serão melhor apresentadas adiante, alinhando-as com outras já construídas pelo Ibram e por outras instâncias de governo. Sempre buscando respeitar as particularidades de cada ação, e tentando maximizar as oportunidades que elas proporcionam.

Metodologias de formação empregadas

Metodologia Programa Pontos de Memória	**Metodologia Oficina Museu Memória e Cultura Afro-brasileira – Brasília**	**Metodologia Curso de Capacitação Museu Memória e Cultura Afro-brasileira em Santa Catarina**
1 - Identificação	37 Pontos de Memória que tratam a temática afro-brasileira em suas ações, de todo o território brasileiro	35 instituições museológicas do estado de Santa Catarina
2 - Ações Museais	Oficina, conforme programação, nos eixos temáticos Museu, memória, cidadania e cultura africana e afro-brasileira	Curso de Capacitação divido em 4 Módulos temáticos: Museu, memória, patrimônio, cidadania e cultura africana e afro-brasileira
3 - Inventário Participativo	Apresentação e discussão da metodologia do Inventário Participativo e outros métodos de pesquisa e registro	Apresentação, discussão e aplicação da Metodologia Inventário Participativo em suas instituições e comunidades
4 - Produtos de Difusão	Discussão sobre os Produtos de Difusão já elaborados pelos Pontos e apresentação de algumas técnicas de expografia	Planejamento e execução da Exposição 'Vozes que pulsam', resultado dos exercícios de inventário participativo e outras formas de pesquisa e registro do patrimônio afro-brasileiro no estado de Santa Catarina
5 - Teias de Memória	Criação da Rede Nacional de Memória e Museologia Social Afro-brasileira	Criação de grupo de multiplicadores, com proposta de itinerância da exposição e com a ampliação e aprofundamento da pesquisa do inventário participativo em suas instituições e comunidades.

Tabela 33: Metodologias de formação empregadas. Elaborada pela autora.

5.2 Metodologia de formação em Museu, memória e cultura afro-brasileira

Conforme referimos anteriormente, organizamos o trabalho em duas fases, não necessariamente distintas, mas complementares e que se desenvolveram paralelamente. A primeira concentrou-se na produção e difusão de materiais instrucionais, enquanto a segundo centrou seu foco na construção de difusão direta, através de curso e oficina que permitissem o diálogo com profissionais envolvidos no tema e propiciassem a capilarização da discussão, tanto como divulgação como modo de coleta de informação, subsídios e avaliação.

Fase I – Diagnóstico e elaboração de materiais didáticos instrucionais

Nessa fase, buscamos analisar o material produzido no âmbito do Programa Pontos de Memória, em especial das consultorias Museu, memória e cidadania na diversidade cultural e Inventário Participativo, a fim de propor um conteúdo programático e metodologias específicas para as oficinas, direcionadas para representantes de instituições que trabalham o tema no Programa Cultura Viva.

Essa ação, a partir dos objetivos propostos, foi organizado em dois momentos:

1) Considerações sobre os materiais produzidos, com uma breve discussão sobre as políticas culturais, de museus e direito a memória no país, situando o Programa Pontos de Memória, bem como os Pontos de Cultura e a Lei Cultura Viva, e o processo de capacitação específico para os Pontos de Memória a fim de embasar as discussões do segundo momento do texto. A seguir procedemos a identificação dos Pontos de Memória, com o recorte específico da cultura afro-brasileira, com o objetivo de apresentar um levantamento preliminar sobre Pontos de Memória e Pontos de Cultura que tratam a temática Afro-brasileira no país. Conjugamos dados referentes à localização geográfica e à quantidade dos Pontos que seriam o público alvo das oficinas a serem oferecidas sobre Memória, Museus e Cultura Afro-Brasileira[49]. Foram identificados 37 Pontos de Memória com a temática Cultura Afro-Brasileira, a partir dos documentos e planos de ação das instituições, apresentados nos editais de premiação de 2011, 2012 e 2014, a partir de um total de 216 Pontos de Memória, conforme anexo.

[49] Dados foram disponibilizados pelo DPMUS/COMUSE/Ibram - Pontos de Memória.

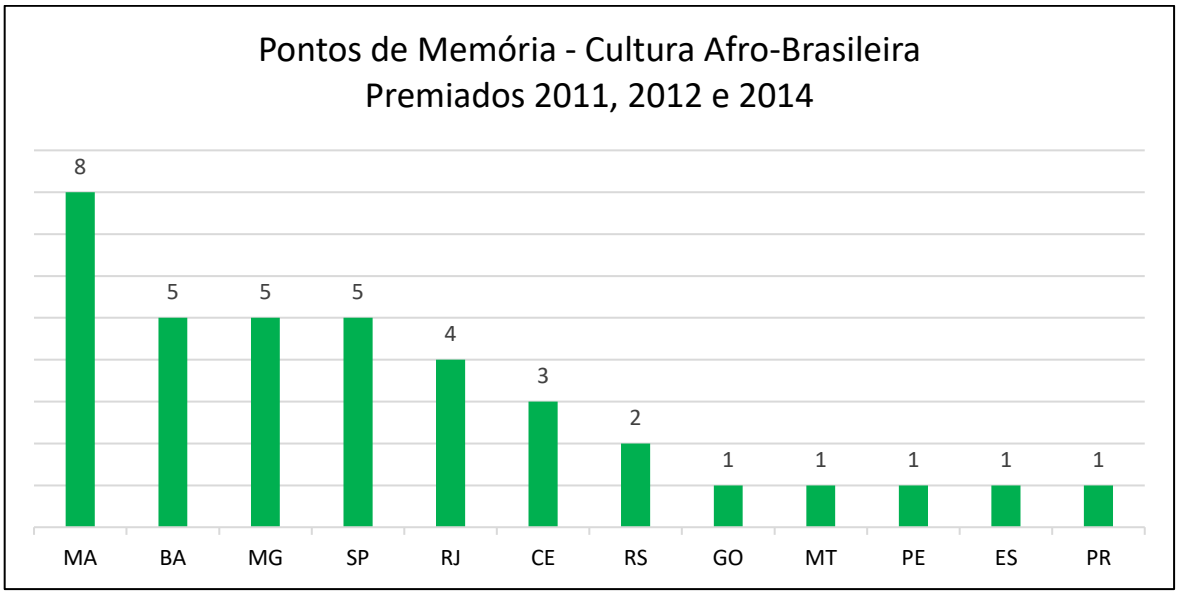


Gráfico 22: Pontos de Memória premiados entre 2011 e 2014 por estado. (Couto, 2015)

Presentes em 12 estados da federação, distribuídos pelo território brasileiro, tal levantamento pode dar um pouco da dimensão e do alcance, e das potencialidades, que se pode alcançar com ações específicas para esse segmento. Podemos perceber, também, possibilidades de desenvolvimentos, como sua expansão nas regiões que ainda não tem espaços de discussão e ação como esses, o que é o caso de Santa Catariana, por exemplo.

2) Este trabalho propiciou o segundo momento, a elaboração de uma proposta metodológica de formação, com conteúdo programático e propostas concretas de atividades que nos auxiliassem esforços de discussão. Assim foram construídos dois materiais, o primeiro, tendo por título "Museu, memória e cultura afro-brasileira", tratando de forma mais específica a temática, e o segundo, "Caminhos da Memória: Para fazer uma exposição", buscando alternativas para qualificar ações de difusão, com foco no desenvolvimento de exposições.

Para melhor organizar a proposta, o primeiro material foi organizado em duas partes, complementares e mutuamente influenciadas. Na primeira constam textos que buscam contextualizar as políticas culturais, museus e o direito a memória no Brasil, apresentando, também, discussões específicas sobre o patrimônio, cultura e memória afro-brasileira e análises sobre políticas públicas para os museus e as políticas públicas para as ações de promoção da igualdade racial.

Na segunda parte, apresentamos uma proposta de conteúdo e atividades para serem desenvolvidas ao longo das formações. As atividades estão descritas detalhadamente, divididas por módulos temáticos, com sugestões de atividades, dicas de filmes e indicação de leituras, privilegiando o processo colaborativo de ensino aprendizagem a partir de dinâmicas de grupo,

que além da interação buscam a troca de experiências a partir das socializações, conforme discutiremos com mais detalhes adiante.

Assim, esse material instrucional, além de apresentar uma linha e elementos teóricos, para iniciar uma discussão e qualificar processos educativos sobre Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira, busca, também, como instrumento didático, auxiliar os participantes da oficina – como futuros multiplicadores e mediadores das atividades desenvolvidas – a planejar, executar e avaliar o processo de formação nas suas comunidades.

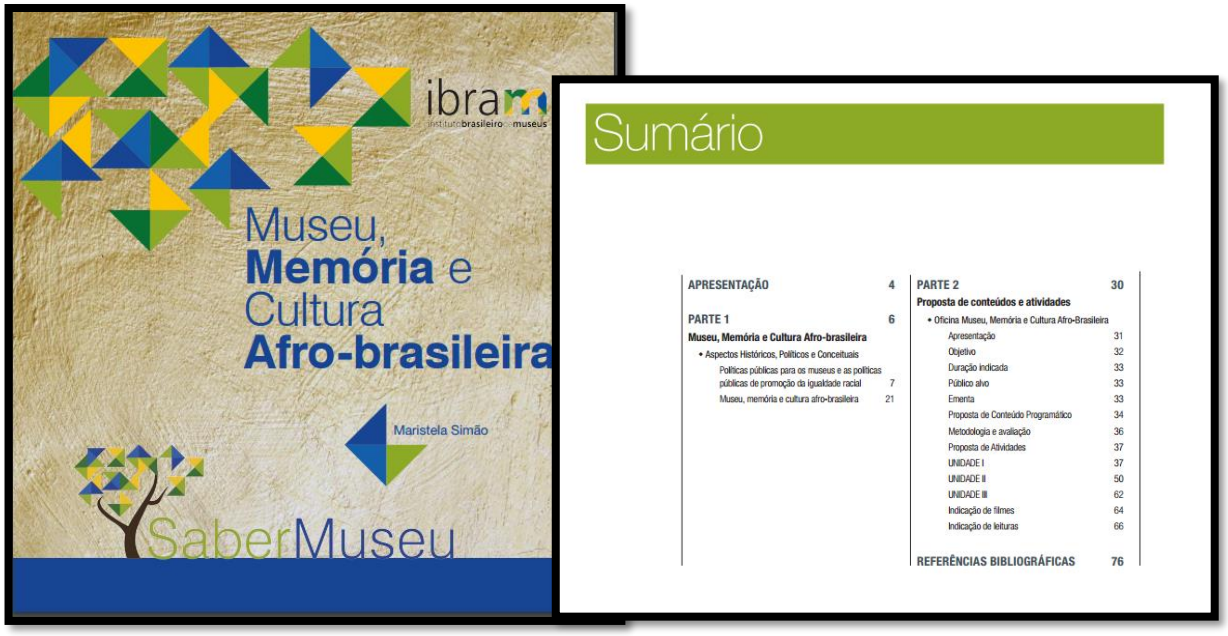


Figura 22: Material elaborado sobre Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira (Simão, 2016b)

O segundo material instrucional elaborado, também para o mesmo público, foi sobre expografia, intitulado "Caminhos da Memória: Para Fazer uma Exposição"[50]. Sua necessidade surge da metodologia proposta para o desenvolvimento dos Pontos de Memória, centrado agora nos Produtos de Difusão, um dos resultados das fases anteriores do processo, como o Inventário Participativo. Esses produtos são a ocasião por excelência de comunicação com o público: exposições, projetos editoriais, audiovisuais, performances variadas, que darão sentido ao esforço empenhado até agora e, ao mesmo tempo, iniciarão novos processos neste movimento de diálogo que caracteriza a memória social.

[50] Foi elaborada também uma proposta de curso on-line sobre expografia, com base no material instrucional. O curso ainda não foi disponibilizado ao público, tendo sido realizadas três oficinas, em 2017, uma na sede do Ibram em Brasília, outra no 7º Fórum Nacional de Museus, em Porto Alegre, e recentemente na II Teia da Memória do Espírito Santo. As oficinas não se centram especificamente a memória afro-brasileira, embora a base de discussão tenha sido a temática e as possibilidades, cuidados e responsabilidades de fazer uma exposição com esse tema, motivo pelo qual não nos aprofundaremos, neste trabalho, em sua discussão.

> Os produtos de difusão são compreendidos pelas ações museais desenvolvidas pelos Pontos de Memória após a etapa de realização do inventário participativo. Com alta repercussão dentro e fora da comunidade, podem ter o formato de exposição, publicação, documentário, dentre outras atividades que colocam em evidência as representações das memórias e identidades coletivas, discutidas e trabalhadas durante todo o processo metodológico de desenvolvimento do Ponto de Memória. (Ibram & OEI, 2016, p. 61)

Verificamos que nesse processo as exposições aparecem, na maioria das vezes, como a principal forma de comunicação de um processo museológico, com lógica e sentido próprios. Pretendem desempenhar um papel para representar e comunicar histórias, tradições, novidades, conhecimentos, modos de fazer e viver. Resultam de uma soma de esforços, coletivos e individuais, de conteúdo teórico e conceitual, transformados na materialidade das cores, das texturas, na qualidade e quantidade dos objetos, do local, da iluminação.

Nessa perspectiva, ao se considerar a importância das exposições, o papel que ela pode desempenhar, o seu custo, tanto em termos financeiros quanto de tempo e de esforço humano, e a complexidade de sua realização, foi pensada, assim, a elaboração de um material que servisse de guia para oferecer orientações básicas, e viesse facilitar o desenvolvimento do trabalho, mas também despertar uma reflexão crítica sobre as exposições.

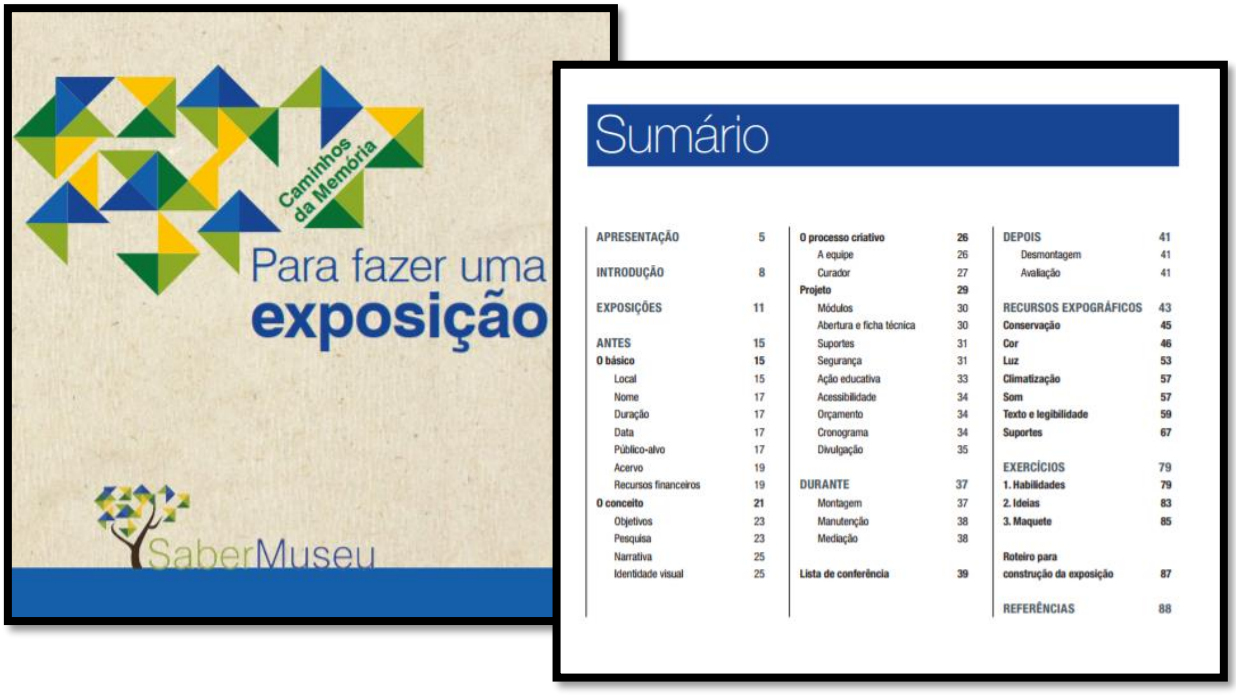


Figura 23: Livro ‘Caminhos da Memória: Para fazer uma exposição’ (Ibram, 2017a)

Este material foi dividido em três tempos: antes, durante e depois, consideradas as fases de planejamento, execução e avaliação e desmembradas em uma série de subitens que tentam enumerar questões fundamentais em todo o processo. Num capítulo adicional optamos

por detalhar os recursos expográficos que servem como infraestrutura técnica para a criação de uma exposição, detalhando alguns conhecimentos específicos e buscando servir de suporte nas escolhas de cor, luz, textos, letras e outros itens importantes. Não se pretendeu, no entanto, esgotar o assunto mas, por meio de pesquisa e com base em experiências práticas e estudos, pinçar e esclarecer pontos importantes a serem pensados, atuando como um apoio ou um ponto de partida auxiliar para profissionais que já atuam em instituições museológicas ou mesmo aqueles interessados e curiosos no assunto[51].

Fase II – Aplicação da metodologia Oficina e Curso de aperfeiçoamento

Nessa fase relataremos as ações de formação e os resultados das oficinas e do curso de aperfeiçoamento planejados e executados no período de 2015-2016. O primeiro deu-se em Brasília, na sede do Ibram, tendo como público os Pontos de Memória que tratam nas suas ações a memória e cultura afro-brasileira, enquanto outro, junto às instituições museológicas do estado de Santa de Catarina foi realizado em Florianópolis/SC, e teve como um de seus desdobramentos a exposição "Vozes que pulsam: Memória e cultura afro-brasileira em Santa Catarina", realizada em Florianópolis e com posterior itinerância em instituições museológicas do estado.

Ação 1 – Oficina Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira

Essa ação constituiu-se da Oficina Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira, que teve como público representantes de Pontos de Memória e Pontos de Cultura que tratam a temática afro-brasileira em suas ações. Seu planejamento de deu a partir de ações já elaborados por essa consultoria, e utilizou as propostas já apresentas e executadas anteriormente pela Coordenadoria de Museologia Social e Educação – COMUSE/Ibram. Foi, ainda, fruto de um planejamento coletivo envolvendo a equipe desta mesma coordenadoria, executada no âmbito do Programa Pontos de Memória, e contou com a articulação de vários atores e setores do Ibram, OEI e dos Pontos de Memória. Todo esse processo foi organizado em quatro fases: Planejamento, Organização, Execução e Avaliação/Resultados.

Foi realizada entre os dias 26 e 29 de abril de 2016, na sede do Ibram em Brasília, e contou com a presença de 21 Pontos de Memória, selecionados entre os premiados nos editais do Programa Pontos de Memória, no período de 2011 a 2014. Estiveram presentes, também,

[51] Este material foi elaborado em conjunto com Kátia Bordinhão e Lúcia Valente, e contou com a colaboração de César Valente e Angelo R. Biléssimo.

professores dos cursos de Graduação em Museologia da UNB, UFBA e UFRGS, representantes da SEPPIR/IPHAN, Fundação Palmares e funcionários e consultores do Ibram, conforme plano de aula e conteúdo programático anexo. O evento foi desenvolvido a partir da seguinte programação:

PROGRAMAÇÃO:

26 DE ABRIL
08 – 12hs Credenciamento
10 – 12hs Solenidade de abertura (Autoridades Ibram)
Conferência de abertura:
Tema: Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira
Prof. Dr. Marcelo Bernardo da Cunha /Museologia/UFBA)
14 – 16hs Mesa redonda:
Tema: Patrimônio Cultural Afro-brasileiro
- Profa. Giane Escobar - Museu 13 de Maio e UFRGS
- Profa. Deborah Santos - Museologia/UNB
- Desiree Tozi - Representante do IPHAN
- Rodolfo Fonseca/COMUSE/Ibram

17 – 18hs Apresentação Cultural

27 DE ABRIL
Oficina: Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira / Ministrante: Maristela Simão
08 – 12hs MÓDULO I – Museu, Memória e Cidadania
14 – 18hs MÓDULO II – Inventário Participativo

28 DE ABRIL
Oficina: Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira / Ministrante: Maristela Simão
08 – 12hs MÓDULO III – Memória, História e Cultura Africana
14 – 18hs MÓDULO III – História, Cultura e Patrimônio Afro-brasileiro

29 DE ABRIL
Oficina: Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira / Ministrante: Maristela Simão
08 – 12hs MÓDULO IV – Políticas Públicas, Fomentos e População Negra no Brasil
Exercício de Elaboração de plano de ação/ Elaboração de Projeto
Exercício de Expografia
14 – 18hs Apresentação Saber Museus / Equipe Ibram
Enceramento, Avaliação e apresentações culturais

Figura 24: Conferência de abertura Prof. Dr. Marcelo Cunha e Mesa Redonda: Profa. Deborah Santos, Desiree Tozi, Rodolfo Fonseca e Prof. Giane Escobar. Foto: Acervo COMUSE/Ibram

De uma forma geral os objetivos propostos foram alcançados e o processo de ensino aprendizagem se deu de forma colaborativa, com expressiva participação dos representantes dos Pontos de Memória, que socializaram experiências e metodologias utilizadas em suas instituições e as formas como essas dialogaram com as metodologias apresentadas na iniciativa. Observou-se que os participantes têm um grande volume de acervo acumulado em suas instituições, como fotografias, vídeos, vestimentas, objetos ritualísticos, documentos históricos e outros, alguns até em exposição, nos chamados memoriais das instituições. Alguns contam, também, com inciativas, ainda incipientes, de inventários participativos, enquanto outros já estão familiarizados com a metodologia. Assim, seria muito interessante se fosse organizado um espaço, coadunando o virtual e o presencial, para apresentação das experiências elaboradas por esses grupos, discutindo conceitos, metodologias e aplicações práticas de inventário participativo em suas comunidades, em consonância com as metodologias e objetivos que vem sendo trabalhados e discutidos no âmbito do Programa Ponto de Memória.

Foram discutidos e problematizados conceitos e concepções, como patrimônio afro-brasileiro e políticas públicas nas instituições museais, trazendo à tona uma série de demandas reprimidas e uma agenda muito específica de expectativas e reinvindicações, em um movimento que culminou na criação da Rede Nacional de Memória e Museologia Social Afro-brasileira[52] acabando por reforçar o protagonismo das discussões políticas e de mobilização.

[52] No final do evento foi criada a Rede Nacional de Memória e Museologia Social Afro-brasileira, como resultado de um planejamento coletivo. A rede foi pensada como forma de fortalecer, unificar uma agenda e construir um planejamento de ações conjuntas para Pontos de Memória Afro-brasileira. Foi criado nesse momento, então, a Rede Nacional de Memória e Museologia Social Afro-brasileira. Como encaminhamento à iniciativa, foi elaborado e entregue ao Departamento de Processos Museais – DPMUS uma solicitação de apoio para efetivação da Rede.

Figura 25: Roda de conversa e momento de criação da Rede Nacional de Memória e Museologia Social Afro-Brasileira. Fotos Acervo COMUSE/Ibram

Ainda, para potencializar essa ação e aprofundar a discussão, seria oportuno a construção de um calendário permanente de oficinas de formação com os Pontos, no formato de um curso semipresencial, com encontros presenciais regionais e acompanhamento das atividades através da plataforma Saber Museus e a elaboração de instrumentos de indicadores de processo e de avaliação específicos para essa proposta, que sejam aplicados em todo o processo de formação e que permita, além de fornecer dados para análise e reflexão do processo, também o monitoramento dos possíveis desdobramentos das ações.

Figura 26: Registro final da Oficina Museu Memória e Cultura Afro-brasileira, com representantes dos Pontos Memória. Foto: Acervo COMUSE/Ibram.

De toda maneira, vale ressaltar que essa ação foi pensada como um projeto piloto, sendo a primeira ação no âmbito do Programa dos Pontos de Memória para esse grupo específico, que trata da memória, cultura e patrimônio afro-brasileiro. Assim, apesar das dificuldades, cumpriu os objetivos gerais em consonância com o proposto pelo Programa

Pontos de Memória, principalmente em apoiar ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social. Consideramos, sob esse aspecto e a partir do acima disposto, a iniciativa como um grande sucesso, em especial pelo envolvimento dos participantes. O curso tem, deste modo, grande relevância, em especial quando somado a outras ações, como as oficinas sobre memória indígena, cidadania e diversidade cultural, também oferecidas pelo Programa Ponto de Memória nesse período, como estratégia de construção de políticas públicas para o setor museal, que inclua os Pontos de Memória, e na elaboração de políticas públicas de promoção da igualdade racial e ações educativas de combate ao racismo e às discriminações.

Ação 2 – Curso de Capacitação Museu, memória e cultura Afro-brasileira em Santa Catarina

A partir da experiência e da avaliação da oficina piloto realizada em Brasília, foi possível elaborar uma proposta de formação mais aprofundada, com um tempo de duração maior, que pudesse trabalhar de forma mais detalhada e aprofunda a temática, nos seus e quatro eixos de principais, a saber:

1. Museu
2. Patrimônio, Memória e Cultura Africana e Afro-Brasileira
3. Representação e expografia
4. Políticas públicas de promoção de igualdade racial.

A oportunidade trazia consigo a possibilidade de dar alguma resposta às indagações que vêm sendo discutidas ao longo da tese. Essa iniciativa acabou se consolidando no oferecimento de um curso que tratasse da temática nas instituições museológicas de Santa Catarina.

Havia, em primeiro lugar, o interesse e o esforço de construção por parte de Ibram. O SEM-FCC detinha a capilaridade, o contato e a estrutura presente em todo o estado, e o NEAB/UDESC, como núcleo sediado em uma universidade estadual, poderia oferecer a bagagem teórica e o conhecimento específico, tendo um longo caminho no tema das relações raciais em Santa Catarina.

Assim, celebrou-se parcerias entre essas três instituições, contando ainda com o apoio do Museu Histórico de Santa Catarina, para o oferecimento do Curso de Capacitação Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira, para profissionais de instituições museológicas, Pontos de

Memória, Pontos de Cultura e, ainda, a pesquisadores e acadêmicos atuantes no estado de Santa Catarina. Em um edital de chamada pública foram selecionados 30 profissionais[53].

Figura 27: Imagem divulgação Curso Museu Memória e Cultura Afro-Brasileira em Santa Catarina.

Desta forma, o curso ocorreu entre os dias 16 de agosto a 10 de dezembro de 2016, com as atividades presenciais no Museu Histórico de Santa Catarina e atividades online na Plataforma Saber Museus/Ibram. Conforme plano geral de curso:

> **PLANO DE CURSO**
> **Curso de Capacitação Museu, Memória e Cultura Afro-brasileira em Santa Catarina**
>
> **PERÍODO** agosto a novembro
> **CARGA HORÁRIA** 80 horas (40 presenciais e 40 a distância)
> **MINISTRANTE** Maristela Simão – Historiadora, Museóloga e Consultora Ibram/OEI
> **ATIVIDADES A DISTÂNCIA** Plataforma Saber Museus/Ibram
> **ATIVIDADES PRESENCIAIS** Museu Histórico de Santa Catarina/Florianópolis
> **Proponentes:**
> - Ibram/DEPMUS/COMUSE
> - FCC/SEM/SC
> - UDESC/NEAB
> - Museu Histórico de Santa Catarina -MHSC
>
> **Vagas:** 30 (trinta) vagas, distribuídas entre as 7 regiões museológicas do SEM/SC, os museus sob responsabilidade do estado de Santa Catarina e do Ibram, Pontos de Memória e Pontos de Cultura e a comunidade museológica do estado, conforme o edital de seleção.

[53] Abertura do edital de seleção de 27 de junho a 20 julho de 2016, no total de 116 inscrições. Vale ressaltar, que uma vez que foi a primeira vez no estado que houve um oferecimento de um curso com essa temática e formato, percebe-se que a procura para a formação foi considerável e que talvez outras edições possam acontecer a fim de dar conta da demanda.

Objetivo: Promover o processo de educação colaborativa referente às questões Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira, envolvendo e estimulando iniciativas e o protagonismo social das instituições que tratem da temática, socializando e discutindo metodologias, meios e insumos necessários para pesquisar, registrar, preservar e difundir iniciativas culturais sobre patrimônio afro-brasileiro, a fim de garantir a valorização da cultura e do patrimônio afro-brasileiro na cultura nacional, o respeito à diversidade e o fortalecimento de ações e políticas educativas de combate ao racismo e a discriminações.

Ementa: Debater questões relacionadas a museu, museologia, memória, cidadania, cultura e patrimônio, a partir de questões contemporâneas, focando na função social dos museus e da museologia e sua interface com história e culturas africanas e de sua diáspora nas diversas instituições que tratam o patrimônio afro-brasileiro. Discutir questões que tratem da memória enquanto elemento constitutivo do patrimônio e na construção de representações e de identidades sociais. Compreender a importância da preservação do patrimônio afro-brasileiro como estratégia de construção de políticas públicas de promoção da igualdade racial e outras políticas de combate ao racismo e à discriminação.

Metodologia e Avaliação: O curso está dividido em 5 módulos didáticos que se complementam, em 4 encontros presenciais, mensais, que serão realizados na cidade de Florianópolis/SC, no MHSC, e que também serão apresentados virtualmente na Plataforma Saber Museus, espaço de comunicação, acompanhamento das atividades e integração entre os participantes. Os encontros presenciais, privilegiam o processo colaborativo de ensino aprendizagem, organizado em oficinas, com vários convidados, com dinâmicas de grupo que, além da interação, buscaram a troca de experiências a partir das socializações, articulados a aulas expositivas dialogadas. Avaliação foi realizada de forma diagnóstica, processual e participativa.

Unidades Curriculares e Cronograma:

DATAS	DESCRIÇÃO
17 de agosto	**MÓDULO I** Museu, Memória, Cidadania e Diversidade Cultural
20 de setembro	**MÓDULO II** Inventário Participativo
20 de outubro	**MÓDULO III** Memória, História e Cultura Africana e História, Cultura e Patrimônio afro-brasileiro-brasileiro
17 de novembro	**MÓDULO IV** Políticas Públicas, Fomentos, Edital, Museus e Políticas Promoção Igualdade Racial e Exercício de Elaboração de plano de ação/ Elaboração de Projeto
18 de novembro	**MÓDULO V** Expografia e Representação
18 a 25 de novembro	**Exposição** Museu Histórico de Santa Catarina

Figura 28: Plano do Curso Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira em Santa Catarina

Pela organização do curso foram realizados encontros presenciais mensais, que tiveram por objetivo apresentar e iniciar a discussão de cada Módulo, para posterior aprofundamento na plataforma Saber Museus. Foram um total de 7 encontros, sendo que em alguns meses houve encontros de dois dias. Nessas atividades presenciais foram discutidos cada módulo, além do trabalho realizado no Módulo V, que perpassou todos os encontros.

Nesse período tivemos a contribuição, nas discussões, de 22 convidados[54], entre palestrantes, oficineiros, mestre de ofício e apresentação artísticas e culturais, com profissionais e pesquisadores especialistas na área de Museu, museologia, história, educação, cultura e memória afro-brasileira.

Na Plataforma Saber Museus, foram aprofundados os conteúdos, com indicações de leituras, filmes e discussões sobre Museu, Memória e Cultura Afro-brasileira. Além disso, foram realizadas discussões nos fóruns e outras atividades, como inventário participativo sobre cultura e memória afro-brasileira nas cidades de origem dos cursistas, culminando na exposição final, intitulada "Vozes que pulsam: Memória e Cultura Afro-brasileira em Santa Catarina".

5.3 Descrição das atividades

A abertura do Curso "Museu, memória e cultura afro-brasileira" aconteceu no Centro Integrado de Cultura, da Fundação Catarinense de Cultura, em Florianópolis, no dia 16 de agosto de 2016. Teve como objetivo reunir gestores e outros profissionais e pesquisadores da área da cultura, assim como dar as boas-vindas aos cursistas.

[54] **Conferencista**: Maria das Graças Teixeira – Diretora MAFRO/UFBA. **Mesa Redonda:** Carolina Freitas – Coordenadora Pontos de Cultura SC/FCC, Cinthia Maria Oliveira – Coordenadora COMUSE/Ibram, Eugenio P. Lacerda – Fundação Catarinense de Cultura, Lisandra B. Pinheiro – Analista Cultural/Fundação Catarinense de Cultura, Paulino F. Cardoso – NEAB/UDESC e Presidente da Associação de Pesquisadores Negros/ABPN. **Apresentação Artística e Cultural:** Roberta Lira e Grupo de Capoeira Angola do Centro Educacional Marista Lúcia Mayvone - Mont Serrat. **Palestrantes**: Angelo R. Biléssimo – Historiador /UFSC, Carol de Carvalho – Historiadora e Pesquisadora NEAB/UDESC, Cristiane Mare da Silva – Presidente Associação das Mulheres Negras e UNEGRO, Cristiane Pedrini Ugoline – Núcleo de Ação Educativa do Museu Histórico de SC, Estela Maris Cardoso – UNEGRO e AMAB, Ester Meister – Arte Educadora/UFSC, Franciéle Garcês – Bibliotecária e Pesquisadora NEAB/UDESC, Graziela dos Santos – Bibliotecária e Pesquisadora NEAB/UDESC, Jeruse Romão – Presidente do Fórum de Educação e Relações Étnico- Raciais de SC, Vânia Rodrigues – Professora Capoeira Angola do C.E. Marista Lúcia Mayvone - Mont Serrat, Katia Bordinhão – Artista Plástica, Lisandra Pinheiro – Analista Cultural/FCC, Lucia Valente – Pedagoga e Museóloga e Willian Soares – Historiador e ABPN.

Figura 29: Folder de Divulgação da abertura do curso

As falas buscaram apresentar um pouco das políticas públicas de cultura para as populações de origem africana no estado, com a abertura da Presidente da Fundação Catarinense de Cultura, Teresinha Agostinho e uma mesa redonda com a presença de gestores da cultura, professores universitários e representantes do movimento social composta por Carolina Freitas – Coordenadora Pontos de Cultura SC/FCC, Cinthia Maria Oliveira – Coordenadora COMUSE/Ibram, Lisandra B. Pinheiro – Analista Cultural/Fundação Catarinense de Cultura, Professor Paulino F. Cardoso – NEAB/UDESC e Presidente da Associação de Pesquisadores Negros/ABPN, sob a moderação de Eugenio P. Lacerda – Fundação Catarinense de Cultura. Foi realizada na oportunidade uma Homenagem à Provedora da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, Sra. Maria Terezinha Agostinho, com 75 anos de idade, primeira mulher negra a assumir a presidência da instituição em seus quase três séculos de existência. Ainda contamos com a presença da Professora Maria da Graça Teixeira, da UFBA, em uma conferência que trouxe um pouco da sua experiência na temática, principalmente nas suas ações frente a direção do MAFRO – Museu Afro de Salvador/Bahia. E para finalizar o dia, a produtora cultural, artista e ativista do movimento negro Roberta Lira apresentou um espetáculo teatral e musical intitulado “Mulheres de Matrizes Africanas: Entre a forçada travessia atroz e suas (re)existências memoráveis” e a mostra de uma exposição de sua curadoria, intitulada “Ensaio fotográfico: A Beleza de Nossos

Corpos Negros", realizada pelo Coletivo Kurima, formado por estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina.

Figura 30: Na ordem: Fala de abertura, mesa redonda, homenagem à Provedora, conferência de abertura e apresentações artístico-cultural. Fotos: Acervo Fundação Catarinense de Cultura – FCC.

Módulo I: Museu, memória e diversidade cultural

No dia seguinte, 17/08/2016, já no Museu Histórico de Santa Catarina, também em Florianópolis, iniciamos o curso com a discussão do Módulo I: Museu, memória e diversidade cultural. Foi apresentada a proposta e a metodologia que seria adotada ao longo do curso, com foco na plataforma Saber Museu, atividade que contou com a participação das responsáveis pelo Programas no Ibram, Monica Padilha e Cinthia Oliveira, elucidando questões técnicas e burocráticas do curso. Foram discutidos conceitos como memória, lembrança e história, além

de conceitos como diversidade cultural, patrimônio afro-brasileiro e políticas públicas específicas para a população afro-brasileira. Foram também trazidos ao debate as situações de racismo, preconceitos e outras situações que impedem que esses grupos exerçam de forma plena seu direito à cidadania, além da discussão sobre outros conceitos, principalmente museu, museologia, museologia social e as várias dimensões do patrimônio. Finalizamos com o encaminhamento das atividades a serem desenvolvidas e discutidas a distância na plataforma e apresentadas no próximo encontro, entre elas a elaboração de uma breve biografia, a partir de entrevista, de uma personalidade negra da comunidade, com objetivo de iniciar o contato com a comunidade em que o Museu está inserido e buscar valorização da memória local.

Figura 31: Primeiro dia do curso, no Museu Histórico de Santa Catarina. Fotos: Acervo Fundação Catarinense de Cultura – FCC.

Módulo II: Inventário participativo

Nesse segundo encontro começamos a discussão pela avaliação do uso da plataforma Saber Museus, dificuldades e potencialidades do espaço de discussão online. Logo passamos para apresentação das biografias, atividade sugerida no encontro anterior.

Passamos, então, à discussão do Módulo II: Inventário participativo, sobre os diversos tipos de inventário, com foco no inventário participativo, e uma discussão sobre referências patrimoniais, patrimônio integral, global, material, imaterial, cultural, histórico e natural. Foi realizada, também, uma apresentação de metodologias e técnicas de pesquisa e registro, já utilizadas pelo Programa Pontos de Memória do Ibram e pelo IPHAN, apresentando alguns exemplos de experiências que já vem sendo trabalhadas em Pontos de Memória. Foi realizada, também, a distribuição do Manual Educação Patrimonial: Inventários Participativos produzido pelo IPHAN (IPHAN, 2016) para os cursistas, a fim de dar a conhecer a metodologia que seria trabalhada ao longo do curso. Foi definida, também, a atividade para o encontro seguinte, em que os cursistas deveriam elencar o que consideravam patrimônios afro-brasileiros na sua

comunidade e nos acervos de seu museu de atuação que façam referência a temática ou representem a população afro-brasileira.

Ainda nesse módulo delimitamos um espaço na área central de Florianópolis, um roteiro com áreas e patrimônios de referência afro-brasileira na cidade, e fizemos uma visita guiada pelo historiador do Museu de Arqueologia e Etnologia Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral, da Universidade Federal de Santa Catarina Angelo R. Biléssimo, especialista em história da cidade no século XIX. O circuito proposto começaria na irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, passando pelo Palácio Cruz e Souza, Catedral Metropolitana, Praça XV de novembro, Casa de Câmara e Cadeia, Forte Santa Bárbara, Mercado Público, Alfandêga e Rita Maria. A dinâmica de reconhecimento do espaço, entre outros objetivos, poderia ser adotada pelos cursistas em seus lugares de origem, como forma de identificar essas referências em suas cidades, seguindo as propostas da metodologia.

Figura 32: Roteiro didático do Centro Histórico de Florianópolis. Material desenvolvido para o Curso.

A proposta central de atividade a ser desenvolvida para o próximo encontro foi elencar, em sua comunidade, a partir da conversa já estabelecida com algum membro da comunidade, patrimônio ou outras referências culturais que julgue relacionada as populações de origem africana, bem como procurar em suas instituições museológicas acervos que também façam referência à temática africana e afro-brasileira. Utilizando para registro a metodologia de inventário participativo apresentada nesse módulo, principalmente as fichas disponibilizadas

no material do IPHAN. O conteúdo registrado nessas fichas seria utilizado como pesquisa base para a exposição, exercício final do curso.

Figura 33: Visita guiada à Irmandade do Rosário, em Florianópolis. Fotos da autora.

Módulo III: Memória, história e cultura africana e história, cultura e patrimônio afro-brasileiro

Nesse módulo, a partir dos primeiros registros e da percepção do que era considerado patrimônio afro-brasileiro em cada comunidade e instituição, continuamos a discussão de conceitos: identidade, diáspora africana, raça, racismo, relações étnico-raciais, afrodescendência, diversidade, multiculturalismo, políticas de promoção de igualdade racial. Pela complexidade e extensão do tema dividamos em dois momentos a discussão, primeiro discutimos História e cultura da África, e o processo da diáspora, com aula expositiva e oficina de Máscaras Africanas, com a arte educadora e ceramista Ester Maister.

Figura 34: Oficina Técnicas de modelagem em Argila - Máscaras africanas. Foto da autora.

E, para pensar a diáspora e o processo de reinvenção de tradições e identidades, convidamos a Professora Estela Cardoso, para uma oficina sobre Abayomis (bonecas de tecido). Muito adicionou à discussão o fato da professora estar acompanhada por seus alunos, de uma escola pública local, que participaram do processo auxiliando a professora na oficina. Assim, nas duas oficinas pudemos discutir e dar um panorama introdutório a História da África: aspectos geográficos, políticos, sociais, religiosos, históricos, culturais e artísticos, além de questões sobre a diáspora e seus reflexos nas sociedades ocidentais, e também indicar possibilidades de ações educativas sobre a temática, que podem ser utilizadas pelos cursistas em suas instituições.

Figura 35: Oficina Bonecas de Tecido - Abayomi. Fotos da autora.

Na segunda parte deste módulo centramos a discussão na Introdução à História e Cultura Afro-brasileira: colonização europeia, cativeiro, identidades, solidariedades, religiosidades e resistências, assim como lugares de memória/cultura e patrimônio afro-brasileiro: quilombos, religiões de matriz africana, capoeira, irmandades e confrarias, congadas, reizados, samba de roda, escolas de samba, culinária e outras expressões e manifestações culturais locais. Foi realizada uma aula expositiva sobre o assunto e uma oficina sobre religiões de matriz africana, com uma mesa redonda com as Professoras Jeruse Romão, Graziela Santos, Lizandra Machado e Estela Cardoso. O foco principal foi a intolerância religiosa vivida por essas religiões no Brasil. Também foram discutidos, a partir da experiência das palestrantes como praticantes da Umbanda, Candomblé e Batuque, os objetos rituais de cada religião, suas práticas e suas singularidades, o uso desses objetos em exposições e sua guarda nos acervos, com discussões sobre sua musealização. E como ponte para o próximo encontro, a atividade proposta foi elencar políticas possíveis na sua comunidade que contemplem especificamente a população negra e que possam ser implementadas. As discussões desse módulo também foram fundamentais para nos auxiliar no preenchimento das fichas do inventário participativo, para ser utilizado como fonte para a exposição final.

Figura 36: Oficina Religiões de matriz africana. Na ordem: Professoras Jeruse Romão, Lisandra Machado, Graziela dos Santos Lima e Estela Maris Cardoso. Fotos da autora.

Módulo IV: Políticas públicas, museus e promoção de igualdade racial

Nesse módulo, a partir da atividade ponte proposta, começamos a discussão com uma roda de conversa com a Professora Cristiane Mare da Silva, integrante do Movimento Mulheres Negras do Brasil e outros coletivos, tratando das políticas públicas para mulheres negras, o Professor Willian Soares, pesquisador e membro de várias associações e coletivos do movimento negro, tratando do movimento negro atual no Brasil, suas dificuldades e reinvindicações, e a Professora Vânia Rodrigues, tratando o patrimônio afro-brasileiro, especificamente a capoeira e políticas de reparação social, com relato de experiência em projeto social em uma comunidade de periferia de Florianópolis, que busca a prática da Capoeira como ação de transformação social, com a presença dos alunos do projeto, intitulado Grupo Angoleiro Sim Sinhor, que ao final fizeram uma apresentação. Esse módulo foi aberto ao público em geral como parte integrante do cronograma de abertura da exposição "Vozes que pulsam: Memória e cultura afro-brasileira em Santa Catarina".

Figura 37: Na ordem: Avaliação final do curso, mesa redonda Professora Cristiane Mare da Silva, Professora Vânia Rodrigues e Professor William Soares, com a presença da pequena Helena Dulce Cardoso. Fotos: Acervo da Fundação Catarinense de Cultura.

Módulo V: Expografia e representação

Organizado de uma forma um pouco diferente dos demais, esse módulo perpassou todo o curso com atividades e discussões separadas, na plataforma do Saber Museus, mas sempre com referência à temática. O objetivo foi sua utilização como atividade final do curso, através da concepção de uma exposição sobre a temática Museu, memória e cultura afro-brasileira em Santa Catarina, também se utilizando das atividades realizadas ao longo do curso.

Nos encontros presenciais, a discussão de planejamento e depois a execução foram sempre de forma colaborativa e compartilhada. Com a colaboração da museóloga Lucia Valente e da artista plástica Katia Bordinhão, e do material instrucional sobre expografia, já mencionado, pudemos discutir sobre Museologia, Museografia e Expografia. Foram apresentadas técnicas expositivas e recursos expográficos, como suporte, forma, cor, som, iluminação, textura, imagem, texto e outras representações cenográficas, além de dicas de elaboração de projeto expográfico, na concepção, no planejamento e na execução. Foram discutidas, também, exposições sobre a temática cultura e memória africana e afro-brasileira. A partir de toda essas discussões e reflexões, do material instrucional elaborado sobre expografia e as atividades de pesquisa e registro sobre referências culturais e patrimônio afro-brasileiro em Santa Catarina, pudemos planejar e executar uma exposição como atividade final,

que veio sendo trabalhada desde o primeiro módulo do curso, amarrando todas as atividades nesse momento final. Foi realizada, também, uma atividade de reconhecimento e análise de exposição no Museu Histórico de Santa Catarina, que fica no prédio chamado de Palácio Cruz e Souza, poeta negro catarinense, com uma palestra do setor educativo e uma visita guiada ao espaço escolhida para abrigar a exposição.

Figura 38: Na ordem: Ação pedagógica do Museu Histórico Catarinense, visita guiada ao Palácio Cruz e Souza e discussão da concepção da exposição. Fotos da autora.

5.4 Exposição 'Vozes que pulsam: memória e cultura afro-brasileira em Santa Catarina'

Assim, a partir das discussões e atividades desenvolvidas ao longo do curso, pudemos elaborar a proposta de exposição. Em linhas gerais, foi feita a compilação do material registrado nas fichas de inventário participativo e nas entrevistas feitas pelos cursistas em suas instituições e localidades de origem. A partir desta compilação, a exposição foi pensada em módulos didáticos distintos, elaborados a partir das definições de categorias das fichas – Objetos e saberes, formas de expressão, lugares e celebrações – e apresentado em formato áudio-visual. E, para completar a leitura da exposição, foi produzido um catálogo impresso, que apresenta de forma mais detalhada cada patrimônio ou referência inventariada, conforme catálogo e resumo do projeto expográfico anexos.

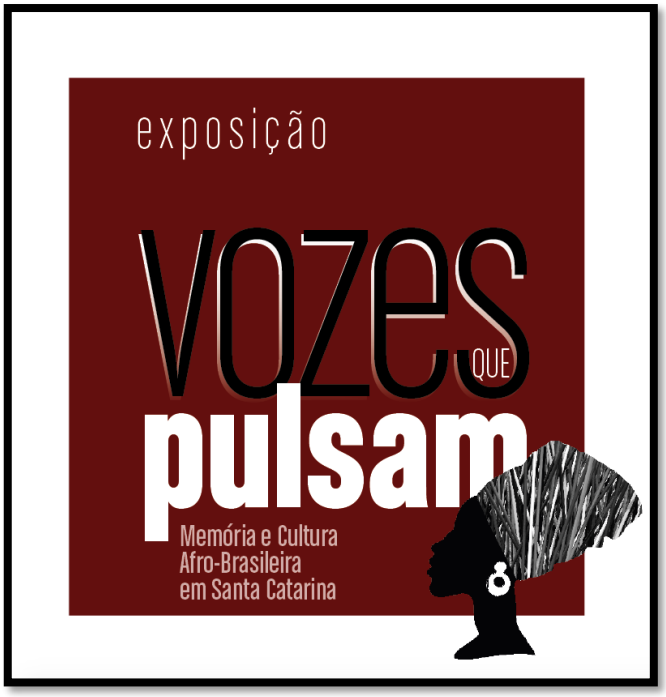


Figura 39: Catálogo da Exposição 'Vozes que pulsam'

A exposição intitulou-se ‘Vozes que pulsam: Memória e cultura afro-brasileira em Santa Catarina’, e esteve aberta ao público entre os dias 18 e 25 de novembro de 2016, no Museu Histórico de Santa Catarina, em Florianópolis. Teve como objetivos apresentar os resultados do Curso Museu, Memória e Cultura Afro-brasileira em Santa Catarina, buscando a valorização da cultura e do patrimônio afro-brasileiro na cultura nacional e regional, o respeito à diversidade e o fortalecimento de ações e políticas educativas de combate ao racismo e a discriminações no estado e chamar a atenção de outras instituições, municípios e políticas públicas para a necessidade do enfrentamento das desigualdades no tratamento da gestão do patrimônio e da memória, a fim de garantir a valorização da cultura e do patrimônio afro-brasileiro em Santa Catarina.

Como referido, o conceito foi criado em um processo de curadoria compartilhada e de educação colaborativa, por profissionais atuantes em instituições museológicas, Pontos de Cultura e Memória e pesquisadores da área em Santa Catarina, participantes do curso. A partir das atividades propostas, que estimularam iniciativas e protagonismos sociais, socializando e discutindo metodologias, como inventário participativo, e outros meios e insumos necessários, coletou-se material, através de pesquisas e registros que preservam e difundem essas iniciativas culturais sobre o patrimônio afro-brasileiro e que foram utilizados como fonte para a criação de audiovisual e catálogo da exposição.

Figura 40: Processo de montagem. Fotos da autora.

A pesquisa para o desenvolvimento da exposição deu-se a partir das atividades desenvolvidas no âmbito da plataforma moodle Saber Museus-Ibram, dos textos, das aulas presencias, da pesquisa de campo, das entrevistas e da aplicação da metodologia de inventário participativo nos municípios e comunidade de origem dos cursistas, a saber: Antônio Carlos, Balneário Rincão, Florianópolis, Fraiburgo, Chapecó, Criciúma, Coronel Freitas, Imbituba, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Laguna, Massaranduba, Orleans, São José, São Francisco do Sul, Tubarão, contemplando referências das sete regiões museológicas do estado. A exposição

pretendeu tornar-se itinerante, para ser levada a instituições de diversas cidades de Santa Catarina, sendo apresentada, até o momento, nas cidades de Tubarão, Chapecó e Coronel Freitas, com previsão, para maio de 2018, em São Francisco do Sul.

Figura 41: Resultado final Exposição 'Vozes que pulsam'. Fotos: Acervo Fundação Catarinense de Cultura.

As ações educativas e culturais ancoraram-se em oficinas sobre a temática, usando metodologias que já tinham sido oferecidas durante o curso, incluindo Oficina de Abayomi, Oficina de Máscaras Africanas, apresentação de Capoeira e Oficina de Turbantes, tendo como público alvo as escolas e o público espontâneo. As oficinas contaram com o apoio de parceiros, em especial o NEAB/UDESC e o Setor Educativo do Museu Histórico de Santa Catarina.

Figura 42: Na ordem: Roda de Capoeira, Oficina de Abayomi, Oficina de Máscaras, Oficina de Turbantes. Fotos: Acervo Fundação Catarinense de Cultura.

O curso, assim, teve grande impacto em demonstrar o interesse, por parte das instituições museológicas catarinense, na discussão da temática da identidade e das relações raciais no estado. Em um panorama por vezes dominado, conforme discutimos nos capítulos anteriores, por um forte e prolongado esforço de construção de uma especificidade catarinense que invisibiliza largas parcelas da população, não podemos esquecer que mesmo esse cenário traz, em seu bojo, esforços de resistência.

Figura 43: Grupo na abertura da exposição, com a presença da artista Tercília dos Santos (à direita). Foto: Angelo R. Biléssimo.

Efetivou-se, assim, as parcerias já referenciadas entre Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, a Organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI, o Sistema Estadual de Museus da Fundação Catarinense de Cultura – SEM/FCC e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina – NEAB/UDESC, com o apoio do Museu Histórico de Santa Catarina. Envolveu também os cursistas e suas instituições de origem, através das atividades propostas e da elaboração da exposição.

Participantes do Curso Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira em Santa Catarina

Nome	Instituição	Cidade
Ademir Pfiffer	Museu Histórico Emilio da Silva	Jaraguá do Sul
Alice da Silva Meis	Museu da Infância UNESC	Criciúma
Ana Maria Camillo	Museu do Jagunço	Fraiburgo
Ana Paula da Rosa Shishido	Museu Nacional do Mar-E.B.	São Francisco do Sul
Bruno Espíndola	Instituto Cultural Chachá	Laguna
Carla Juliane Nogueira de Souza	Museu Histórico Thiago de Castro	Lages
Dionara Bard	Museu da Paz – FEB	Jaraguá do Sul
Elisangela da Silva Machieski	Museu Arqueológico Balneário Rincão	Balneário Rincão
Eloisa Costa Gonzaga	Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC	Florianópolis
Gilliard de Souza	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	Florianópolis
Ingrid Muniz de Lima	Estação da Memória - Fundação Cultural de Joinville	Joinville
Juliana Resende Dutra	Coletivo Intervenção Cultural-Ponto de Cultura	Imbituba
Luciana Maria da Silva Silva	Museu do Presépio	Florianópolis
Luciana Scussel d'Eça Neves	Prefeitura Municipal de Antônio Carlos	Antônio Carlos
Mara Paulina Wolff de Arruda	Escola Nossa Senhora da Conceição	São José
Maria Helena Rosa Barbosa	Museu de Arte de Santa Catarina	Florianópolis
Maria Ivoni C. Spezia	Prefeitura Municipal de Massaranduba	Massaranduba
Michel França	Ponto de Cultura Quilombola	Florianópolis
Miriam T L Lucio	Museu Ferroviário de Tubarão	Tubarão
Tamelusa Ceccato do Amaral	Secretaria da Educação de Florianopolis	Florianópolis
Tiago De Macedo	Associação Desportiva, Cultural e Artística Capoeira Iê Menino	Coronel Freitas
Valdirene Böger Dorigon e Karolinne Paula Tonietto	Museu ao Ar Livre Princesa Isabel/UNIBAVE	Orleans

Tabela 34: Participantes do Curso Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira em Santa Catarina

A iniciativa do curso foi capaz de aprofundar os subsídios disponíveis a estes esforços de resistência, mostrando aos profissionais de cada um dos museus envolvidos, mesmo aqueles localizados nas pequenas cidades, afastados dos centros de discussão, que há possibilidades de narrativa e que há pessoas e instituições capazes de lhes prestar auxílio em suas empreitadas. Ao mesmo tempo, pode-se aproximar as instituições tendo como base a luta antirracista e pela valorização da diversidade, estabelecendo laços em toda Santa Catarina, o que pode vir a se

provar como o substrato de ações futuras e do estabelecimento de um diálogo cada vez mais aprofundado.

Considerações sobre o processo:

1. Foram selecionados 30 cursistas, dos quais 22 foram certificados como tendo concluído o curso.
2. As discussões na plataforma Saber Museus tiveram participação assídua dos cursistas, conforme relatório gerado pela plataforma.
3. A frequência nos encontros presencias seguiram as regras estabelecidas no plano de curso com frequência de 100% para grande maioria e 75% para alguns, exigência para certificação.
4. Houve participação e envolvimento da comunidade em geral nos encontros, com a presença de professores da rede de ensino básico e universitário, pesquisadores e alunos da rede e universitários dos cursos de pedagogia, história, antropologia, artes visuais e museologia, ceramistas e membros de associações e de movimentos sociais e religiosos, gestores da cultura, bem como a participação dos funcionários do Museu Histórico nas atividades, e principalmente os cursistas representantes de museus e pontos de memória e cultura.
5. Merece destaque a parceria desenvolvida entre o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, a Organização dos Estados Ibero-americanos – OEI, o Sistema Estadual de Museus da Fundação Catarinense de Cultura – SEM/FCC e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina – NEAB/UDESC, com o apoio do Museu Histórico de Santa Catarina, primeira ação do tipo registrada no estado de Santa Catarina.
6. O curso seguiu a metodologia e o cronograma proposto no início do curso, com pequenas adequações e alterações, sempre com a disponibilidade e consenso da turma.
7. Todos os módulos propostos foram discutidos e as atividades propostas foram executadas e avaliadas.
8. A exposição foi planejada e executada, no Museu Histórico de Santa Catarina, com duração de uma semana, com ações educativas, com público estimado de 300 pessoas, conforme o livro de registro.

9. A itinerância da exposição no momento conta com 3 edições já concretizadas, em Tubarão, Chapecó e Coronel Freitas, nas cidades e instituições dos cursistas, e com São Francisco do Sul já confirmada. Essa itinerância contou com a organização dos cursistas, que atuaram como multiplicadores das ações, já com parcerias e aprofundamento da temática.
10. Como resultado do curso podemos elencar atividades realizadas na Semana Nacional de Museus e na Primavera de Museus subsequentes, com 10 ações no estado de Santa Catarina, nas instituições de origem dos cursistas.

Cabe-nos ressaltar, assim, que o sucesso alcançado pelo curso aponta alguns caminhos possíveis. Em primeiro lugar, reforça a necessidade de estruturas de governo e de Estado apoiarem essas iniciativas, como forma de reconhecimento, ampliando o poder dos indivíduos e das instituições, em especial aquelas das pequenas cidades, em se colocar nas discussões de sua comunidade. Demonstra, também, que, apesar do quadro histórico que temos em Santa Catarina, há muitos espaços possíveis de diálogo, e a narrativa hegemônica do ‘pedacinho na Europa no sul do Brasil’ já não é tão hegemônica assim. Há talvez, e é possível que essa seja uma das conclusões principais a se tirar da iniciativa, hoje, grande oportunidade de propiciar o acesso das iniciativas da área da cultura a informações melhor fundamentadas, que aproximem a ponta da rede das discussões que são realizadas dentro da temática. Por vezes se trata mais de falta de acesso a formas mais diversas de conhecimento do que de filiação a um projeto, e a ampliação e capilarização da discussão dos diferentes temas e do diálogo pode ser uma importante porta de acesso a uma visão mais diversa e mais justa da história e da formação social, política e cultural de Santa Catarina.

Considerações Finais

> *"Contam os mais velhos, que em tempos remotos, somente Ossain tinha o poder e o conhecimento das folhas. Ossain guardava o segredo de todas as curas numa grande cabaça pendurada no galho mais alto de uma árvore. Lá ficava o segredo de todas as folhas e de todas as curas. O seu poder absoluto estava garantido.*
> *Um dia, Iansã chamou Xangô e conversaram sobre o poder de Ossain. Por que não compartilhar o que era imprescindível para o bem estar de todos? Marcaram hora e lugar para uma conversa com Ossain. O encontro aconteceu pontualmente e a concentração foi bem embaixo da árvore do conhecimento das folhas. Iansã, que possui a energia dos ventos, iniciou uma dança embaixo da árvore que guardava o segredo de Ossain.*
> *Ela foi girando cada vez mais rápido para chamar atenção para aquele interesse de todos. Ela dançou girando com tanta força que toda a natureza foi se transformando. Iansã produziu tanto vento que a cabaça do segredo começou a balançar até se chocar contra o tronco e se partir, deixando cair as folhas que foram colhidas por todos e todas que passaram, assim, a ter o direito indistintamente de usar as folhas que curam e alimentam,"*
>
> *Mitologia Africana e a ideia do nascimento das Políticas Públicas (IPHAN, 2012)*

Ao longo de mais de quatro anos de investigação muitas questões, contradições, inquietações, sorrisos e lágrimas misturaram-se à metodologia, ao cronograma e às etapas de operacionalização do processo de construção e execução desta pesquisa. O espaço em branco e o 'não temos' trazidos pelos questionários aplicados, o 'não', o 'não temos acervos', 'não temos exposição', 'não fizemos eventos', 'não temos essas pessoas', 'não temos essa demanda', me fez por um tempo, envolvida nessa afirmativa, tão negativa, até questionar a presença de uma população negra no estado. Esse sentimento, entretanto, logo remeteu aos muitos anos de atuação junto ao movimento antirracista, principalmente no NEAB/UDESC, que vem, incansavelmente, ao longo dos últimos anos, amparando, investigando e problematizando essas questões, em especial a negação da presença, e consequentemente a negação de suas memórias, cultura e patrimônio. E, a partir daí a latente, ainda que permanente, inquietação sobre o que pode efetivamente ser feito, frente a esse processo tão perverso de exclusão e de omissão, historicamente construído, perpassaram todo o trabalho.

Assim, depois de amplo diagnóstico sobre as políticas públicas para museus e as políticas de promoção da igualdade racial e de uma análise apurada, balanço e mapeamento do campo museal de Santa Catarina, além dos resultados dos questionários aplicados, foram definidas as ações a seguir, dando continuidade ao diagnóstico e abordando a temática que se estabelecera, em dois eixos centrais de atuação. Em um primeiro momento concentramos nossos esforços em compreender esse processo de construção de um discurso de ausências, insignificância e exclusões no processo histórico e da construção de identidades no estado de

Santa Catarina, buscando reafirmar a presença dessa população negra no estado, nos interessando especialmente o papel das instituições museológicas no processo. Passamos, então, em um segundo passo, a pensar ações que colaborem para a efetivação de políticas públicas que possam subverter esse processo e, por isso, a construção de políticas para museus que se articulem com as políticas de promoção de igualdade racial acabou sendo a inquietação principal da tese. Nesse caso, observou-se que uma proposta de formação e capacitação para profissionais na área da museologia, sobre museu e cultura africana e afro-brasileira, poderia vir ao encontro de nossas possiblidades e nossos objetivos. Ou seja, a partir desse diagnóstico da ausência, procurava-se meios de efetivar a presença.

Tal presença foi evidenciada de imediato nos dados do IBGE, que apontam em torno de 15% da população como negra em Santa Catarina. E, analisando mais detidamente, dados históricos apontam números ainda maiores em outras épocas. Mais revelador ainda, mesmo que o reconhecimento desta presença não ocorresse de imediato, quando da tabulação dos dados dos questionários, parte dessas mesmas instituições museológicas, agora frequentando o Curso Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira em Santa Catarina, descrito no capítulo anterior, em um rápido, mas comprometido, exercício de inventário participativo, passaram a ser capazes de identificar nestes mesmos acervos a presença destas populações, evidenciados em suas experiências, memórias, culturas e manifestações culturais. Parte desse levantamento foi apresentado na exposição ‘Vozes que pulsam: Memória e Cultura Afro-Brasileira em Santa Catarina’, em que referências culturais e aspectos do patrimônio afro-brasileiro catarinense foram inventariados e apresentados em forma de imagens, fotos e vídeos, possibilitando o envolvimento com uma face por vezes invisível – ou invisibilizada – do patrimônio histórico e cultural de Santa Catarina.

Uma face importante, que está nas mãos do Mestre Khorvão, de Florianópolis, um dos importantes nomes da capoeira no estado, responsável pelas ações sociais e educacionais do Grupo de Capoeira Angola Ajagunã de Palmares.

Figura 44: Mestre Khorvão, em imagem do acervo do Ponto de Cultura Quilombola. (Simão, 2016a)

Está na memória de uma chave de porca, ferramenta utilizada para a manutenção de locomotivas a vapor, que está sob a guarda do Museu Ferroviário de Tubarão. Ferramenta surrada, gasta, que traz consigo o peso do ferro e do tempo.

Figura 45: Ferramenta de trabalho da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina. Acervo Museu Ferroviário de Tubarão. (Simão, 2016a)

E nas fotografias, também sob a guarda desse mesmo museu, memória dos operários da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, na década de 1970. A Ferrovia, construída no final do século XIX, tem sido presença constante em diversos aspectos da organização econômica e demográfica da região. Durante esse tempo foi ampla a presença de ferroviários negros entre as equipes, tanto na manutenção e condução das composições, na conservação das vias e oficinas quanto em atividades correlatas, como na indústria carbonífera.

Figura 46: Grupo de trabalhadores da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina. (Simão, 2016a)

Está na lembrança de um casamento em Jaraguá do Sul, provavelmente na década de 1920. A fotografia pertence ao acervo do Museu Histórico Emílio da Silva. Já no século XXI (entre 2005 e 2008) a artista plástica da mesma cidade, Arlete Schwedler, cria um óleo sobre tela, inspirada no registro antigo, fazendo uma releitura do evento e da imagem.

Figura 47: Registro fotográfico e releitura artística de 2008 de uma festa de casamento, provavelmente na década de 1920, em Jaraguá do Sul. Acervo do Museu Histórico Emílio da Silva. (Simão, 2016a)

Está na memória dos tantos professores negros de ontem e de hoje, como Orlando Alberto da Cruz, que nasceu em Piratuba em 1928. “Professor autodidata, aos 33 anos foi convidado a lecionar na colônia onde morava em 1961. Apesar de dedicar sua vida à educação, como professor, aposentou-se como auxiliar de serviços gerais. Foi conselheiro do Padre Biaggio, prefeito da cidade entre 1989 e 1992. Uma de suas sugestões ao amigo resultou na criação de um bairro popular, o São Miguel, atualmente o mais populoso da região de Fraiburgo, onde Orlando reside até hoje.” (Simão, 2016a) As fotografias estão sob a guarda do Museu do Jagunço da Cidade Santa de Taquaruçu, na cidade de Fraiburgo.

Figura 48: Professor Orlando Alberto da Cruz, em foto com colegas de magistério em 1970, do acervo do Museu do Jagunço da Cidade Santa do Taquaruçú (Simão, 2016a)

Está na fotografia e no caderno da professora Joana Rosa dos Santos, onde ela registrava desde anotações cotidianas como contas de clientes do armazém de secos e molhados da sua família e receitas culinárias até hinos, poesias, peças de teatro e atividades escolares. A versão digitalizada encontra-se no Museu Arqueológico Balneário Rincão e o original pertence a sua filha. “Quando era uma professora recém-chegada na Escola de Sanga Funda, em 1945, distrito de Içara, teve sua casa incendiada pela população local, que não queria uma professora negra. Em 1954 foi nomeada professora no Rincão e para lá se mudou com toda a família.” (Simão, 2016a)

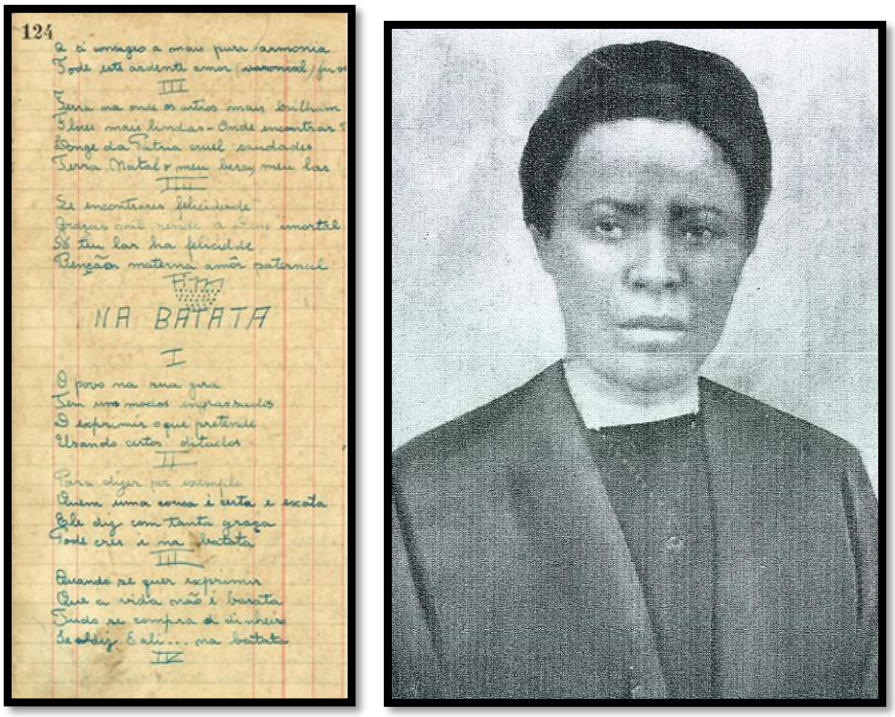


Figura 49: Professora Joana Rosa dos Santos e uma página de seu caderno de anotações. Acervo Museu Arqueológico de Balneário Rincão (Simão, 2016a)

Está na vida de Maria Aurora, nascida em 1925 e que foi professora na Escola de Educação Básica Nossa Senhora da Conceição e na Escola de Educação Básica Oswaldo Rodrigues Cabral. Foi catequista por mais de 50 anos e uma das fundadoras da Igreja Nossa Senhora Aparecida do Roçado, em São José. Seu registro fotográfico está no Memorial da Escola Nossa Senhora da Conceição.

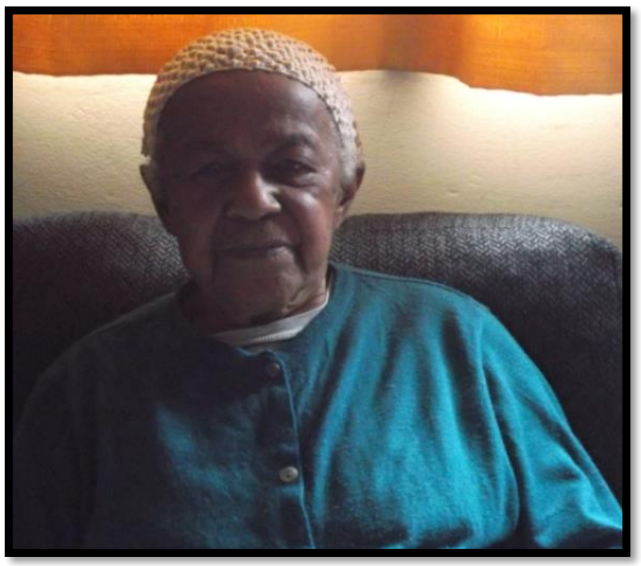


Figura 50: Professora Maria Aurora da Silva. Acervo Memorial Escola Básica Nossa Senhora da Conceição, de São José/SC (Simão, 2016a)

Está nas obras de artistas negras. Disse Tercilia, “Ele viu que eu estava pronta e só estava com medo de colocar para fora o que sabia. Então ele me incentivou a pintar cada vez mais. A minha insegurança nas cores, ele disse que eu podia delirar nas cores. Então deixa comigo.” (Simão, 2016a) Tercília dos Santos, pintora reconhecida e premiada, é uma das fundadoras da Associação Novo Alvorecer, em Florianópolis, e trabalha com oficinas de pintura para crianças. Está no acervo do Museu de Arte de Santa Catarina, embora com apenas uma obra que foi doada pela própria artista.

Figura 51: Tercília dos Santos. Oktober Rural, óleo sobre tela, 2004. Acervo MASC. (Simão, 2016a)

Está em Valda Costa, que nasceu em Florianópolis em 1951 e faleceu em 1993. Desde 1970 frequentava os circuitos locais das artes. Tem algumas obras no acervo de Museu de Arte Santa Catarina.

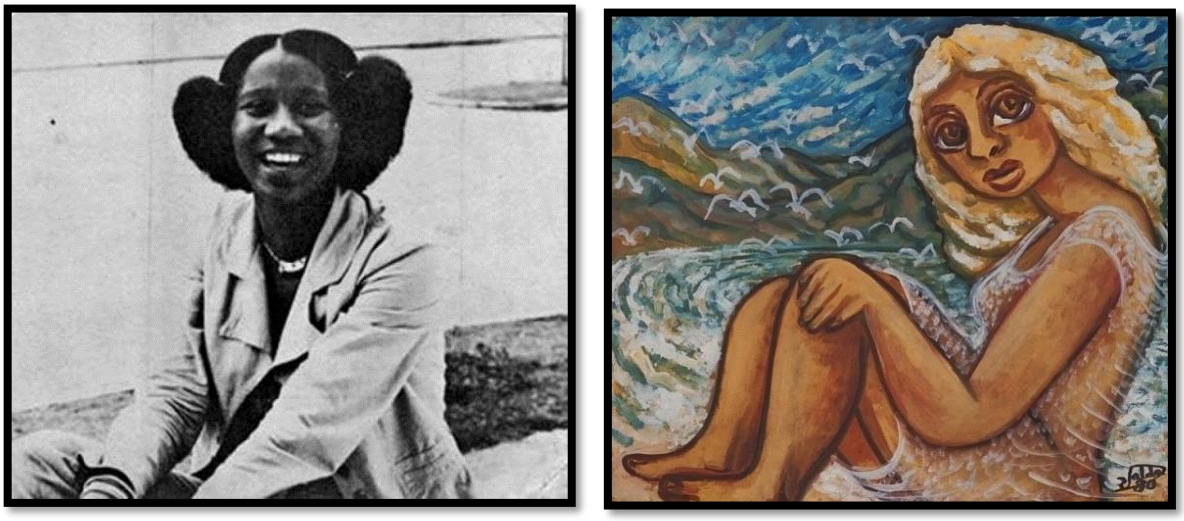


Figura 52: Valda Costa e sua obra "Sem título". Acrílica sobre eucatex, 1980. Acervo MASC. (Simão, 2016a)

Está nos muitos grupos de capoeira, como o Grupo Mestre Sergipe, de Fraiburgo, Grupo de Capoeira Muzenza, de Jaraguá do Sul, o Grupo Iê Menino, de Coronel Freitas e o Curso de Capoeira do PróArt, de Orleans.

Figura 53: Acervo do Grupo Iê Menino, de Coronel Freitas e Curso de Capoeira do PróArt, de Orleans, em foto do Acervo do Museu ao ar livre Princesa Isabel/UNIBAVE. (Simão, 2016a)

Está no Cacumbi, também conhecido como catumbi, que tem referências por todo o estado, ainda que muitas das comunidades que o praticavam não o façam mais e o enredo apresente variações. "Essa congada que alude aos reis do Congo e Bamba, presta uma homenagem a Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito e compõe-se de cantos de chegada, louvores religiosos, cantos soltos e uma parte de guerra entre os dois reis. Os cantos são denominados marchas e marchas de fogo e são acompanhados por música de pandeiro e pelo batuque dos tambores em várias toadas". (Simão, 2016a)

Figura 54: Foto antiga do Cacumbi do Capitão Amaro, de Florianópolis, em foto do acervo da família e detalhe do Grupo Catumbi do Itapocu, de Araquari, do Acervo da Irmandade do Rosário de Araquari. (Simão, 2016a)

Está, ainda que muitos se neguem a reconhecer, nos giros do boi-de-mamão da Justina, de Imbituba. Como no quase centenário Boi de Mamão de Jaraguá do Sul, que continua a fazer parte da vida cultural da cidade mesmo após a morte de seu grande incentivador, Manuel Rosa, mais conhecido como Manequinha. Hoje encenado pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Ribeirão Molha mantém, entre os mais jovens, o encantamento por este folguedo. "Uma das manifestações culturais mais comumente associada ao Estado de Santa Catarina, o Boi-de-mamão espalha-se por seu território, assimilando referências de diversas origens. Na brincadeira do Boi de Mamão unem-se a dança, a música e o enredo, com alguns toques cômicos, que com o passar do tempo, como acontece naturalmente, sofre mutações agregando novos elementos e modificando ritmos" (Simão, 2016a).

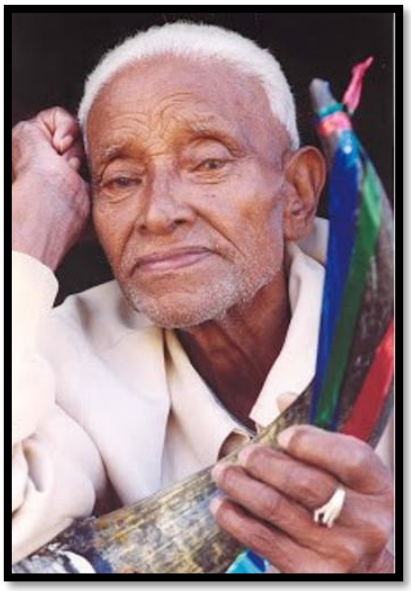


Figura 55: Manuel Rosa, o Manequinha, um dos grandes incentivadores do Boi de Mamão de Jaraguá do Sul. Acervo Museu Histórico Emílio da Silva (Simão, 2016a)

Está nos carnavais do estado, maior das festas populares do Brasil e um de seus principais símbolos. Pode ser encarado como uma metáfora da relação do país com suas populações de origem africana, oscilando entre a proibição e o incentivo, entre uma estigmatização e o deslumbramento. O carnaval, como é celebrado hoje, tem suas origens, principalmente, entre as populações negras urbanas, sendo ao longo da história importante ferramenta de resistência e de construção de identidades.

Figura 56: Clube União, de Orleans, em foto do acervo do Museu ao ar livre Princesa Isabel/UNIBAVE e desfile da Unidos da Coloninha, de Florianópolis, acervo do Museu do Presépio. (Simão, 2016a)

Estão, ainda que hoje apenas como memória, mas com muitos registros, no Morro da Nossa Senhora do Rosário, em Laguna, que presenciou, com vista privilegiada, o desenrolar da história. Localizado em pleno centro histórico, participou ativamente da vida urbana da Laguna do século XIX. Passou a ter esse nome a partir de 1880 por abrigar em seu cume a Igreja Nossa

Senhora do Rosário, construída em 1845 pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, composta em sua maioria por escravos. “Esta capela fazia parte do itinerário das procissões que saíam da Matriz, e também possuía grande destaque na paisagem do centro histórico, não só por estar localizada no alto do morro, mas principalmente por ser uma edificação imponente, como se pode avaliar pelas fotografias antigas”. (Simão, 2016a) A Igreja foi demolida em 1933 e o terreno rebaixado em 1996. Intensamente ocupado por edificações ao ponto de não ser mais visível, o morro ainda possui uma área pública, um terreno baldio central e de grande inclinação, periférico ao centro histórico e mantido desconectado de toda a rica história que possui.

Figura 57: Morro Nossa Senhora do Rosário, em Laguna, antes da demolição da igreja e das obras de terraplanagem. Acervo do Instituto Cultural Chachá (Simão, 2016a)

Está no Morro da Boa Vista, em Jaraguá do Sul. Ali os primeiros habitantes do morro foram trabalhadores negros vindos do Norte e do Rio de Janeiro, que trabalhavam para Emílio Carlos Jourdan no Estabelecimento Jaraguá – um engenho de açúcar, farinha de mandioca, fubá, olaria e serraria, criado em 1877. “Essas famílias chegaram ao local depois de sistematicamente expulsos das regiões centrais do que hoje é Jaraguá do Sul, especialmente da Rua Coronel Procópio Gomes. Primeiro quando o Estabelecimento Jaraguá fechou e os deixou na mão, sem lugar para ficar e sem pagamento; depois, no início do século XX, quando foram expulsos por ordem judicial conseguida pelos proprietários da companhia que comprou as terras que haviam pertencido a Jourdan. Como ocorreu em outros lugares, mesmo diante da trajetória adversa, construíram ali sua comunidade.” (Simão, 2016a)

Figura 58: Morro Boa Vista, Jaraguá do Sul. Acervo Museu Histórico Emílio da Silva. (Simão, 2016a)

Está nas manifestações religiosas e na espiritualidade de sua gente. Como em outras regiões com forte presença de populações de origem africana, Santa Catarina é palco de diversas manifestações religiosas. Entre elas destacamos os rituais ligados, no Candomblé e na Umbanda, a Iemanjá, que se desenvolvem em especial nas regiões litorâneas. Essas manifestações têm ocorrido no decorrer da história do estado, ainda que por vezes não sejam reconhecidas como parte da diversidade religiosa e cultural que nos forma.

Figura 59: Oferendas para Iemanjá em Balneário Rincão, década de 1970. Acervo Museu Arqueológico de Balneário Rincão (Simão, 2016a)

Está nas centenárias pedras das Igrejas de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito, da Conceição. Em Florianópolis a Igreja do Rosário, construída no século XVIII, abriga em seu

interior alfaias e imagens, como a de Nossa Senhora do Rosário e a de São Benedito. Do alto de sua famosa escadaria, o artista Victor Meirelles pintou, no século XIX, amplo panorama da cidade, tendo ao fundo a Baía Sul. Propriedade da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos do Desterro (atual Florianópolis), a igreja se mantém presente como importante espaço de sociabilidade e solidariedade entre as populações de origem africana e uma das referências na paisagem cultural, social e religiosa da Ilha de Santa Catarina desde o início de suas atividades, cujo mais antigo registro localizado remete ao ano de 1726. (Simão & Biléssimo, 2008)

Figura 60: Antiga procissão e imagem de Nossa Senhora do Rosario e São Benedito. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. (Simão, 2016a)

Figura 61: Nossa Senhora do Rosário e a igreja à qual dá nome. Acervo pessoal da autora.

Esta também, nas muitas memórias de resistências e representatividade, como de Maria Terezinha Agostinho, a atual Provedora da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e

São Benedito de Florianópolis e primeira mulher a ocupar o cargo, nos quase três séculos de história da instituição.

Figura 62: Maria Terezinha Agostinho, provedora da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Acervo pessoal da autora. (Simão, 2016a)

Essas referências acima foram apresentadas na Exposição 'Vozes que Pulsam', a partir da metodologia de inventário participativo que vem sendo desenvolvida por IPHAN e Ibram para tratar o patrimônio, memórias e outras referências culturais. São acervos, histórias e pessoas espalhadas pelas sete regiões museológicas do estado, e podem inspirar outras instituições, cidades e mesmo o poder público, na forma de políticas públicas na área do patrimônio cultural, a expandir a pesquisa do inventário em todo o território catarinense, além de desmontar qualquer iniciativa de enxergar um 'purismo étnico' no estado.

Registros esses que, somados a outros tantos que não foram apresentados na exposição e que também estão à espera de novas análises e tratamentos, evidenciam a necessidade de conhecer e aprofundar as discussões, que podem nos fornecer dados para pensar políticas públicas que auxiliem os esforços para que parcelas da população deixem de ser excluídas, ignoradas e invisibilizadas. Ajudam, também, a chamar a atenção de outras instituições, municípios e políticas públicas para a necessidade do enfrentamento das desigualdades na gestão do patrimônio e da memória no estado de Santa Catarina. Concordamos, deste modo, com Lisandra Machado, quando afirma que

> "no âmbito dos museus, as ações afirmativas implicam o reconhecimento do patrimônio cultural afro-brasileiro e a construção de novos projetos museais e expositivos, que respondam ao silêncio e a exclusão com que a memória e a história dos afrodescendentes têm

> frequentemente sido tratada nos museus brasileiros. De outro lado, a investigação das memórias, da história e da cultura da comunidade negra não são assuntos que dizem respeito apenas às populações negras, mas constituem-se em um tema que interessa a toda sociedade brasileira, na medida em que contribuem na desconstrução de preconceitos e estereótipos étnico-raciais, no combate ao racismo e à discriminação étnico-racial". (L. M. R. Machado, 2013, p. 11)

Assumimos, assim, nesse processo, que temos o direito e dever de propor, de executar processos museológicos, apostando na capacidade criadora e transformadora dos indivíduos e da coletividade, no que talvez tenha sido a mola mestra para o desencadear das ações. As parcerias, interação e comunhão de objetivos devem ser as palavras chaves de todo o processo, que certamente geraram resultados positivos para a área museológica. Desde o desenvolvimento das instituições museológicas que participaram das ações, à valorização dos profissionais da área, além do contato entre indivíduos e instituições diversos, o que permite um intercâmbio que pode se provar uma importante ferramenta na racionalização de esforço e na superação de desafios, atuando como incentivo à criatividade, ao estabelecimento de novas parcerias e à abertura a novas concepções. Também ficou evidenciado a necessidade de um processo contínuo de qualificação, que aprofunde a temática sugerida e inclua outras questões – relacionadas às populações indígenas e às relações de gênero, por exemplo – pois os problemas nunca serão sanados de forma definitiva e o conhecimento, bem como a cultura, estão em constante construção e transformação.

Nesse processo, vale ressaltar, ainda, que a ação e a reflexão foram responsáveis por agregar à iniciativa a produção e a democratização do conhecimento. A base conceitual nos deu segurança para deflagrar o processo de implantação da proposta. Houve uma preocupação com um processo constante e ininterrupto de avaliação, sempre realizada de forma abrangente e participativa, acolhendo e incentivando crítica e sugestões por parte dos parceiros envolvidos. Isso ensejou um processo didático e educativo, que permitiu uma contínua reavaliação e a correção de rumo e um maior aproveitamento das oportunidades que porventura surgissem.

O desafio, no entanto, é encontrar maneiras de garantir que iniciativas como a presente, que muitas vezes acabam por sofrer com a falta de continuidade, possam se consolidar em processos permanentes, ou que incentivem novas iniciativas, que possam avançar, realimentando um processo salutar de qualificação e desenvolvimento. E que as reflexões e propostas aqui discutidas rendam ainda mais frutos, e não se tornem mais um dado, um registro de ação a ser apenas citado em relatórios, teses e dissertações.

Ao fim e ao cabo, a sensação que fica, e que de certa forma é presente desde o primeiro dia de trabalho, é de esperança e expectativa. Esperança de que o esforço possa causar, em

algum momento, um efeito prático, se somando a outras iniciativas espalhadas por aí, culminando com uma mudança efetiva no modo de se organizar de nossa sociedade. E expectativa que este trabalho possa estimular a realização de novos projetos para o campo museal, somando as inúmeras iniciativas da museologia social, possibilitando a manutenção e a ampliação da rede de informação iniciada e contribuindo para pensar uma política de museus articulada a políticas de promoção de igualdade racial, que realmente contribua para a transformação social e o repensar do cenário de construção de identidades no estado. Desejamos, também, que possamos continuar a caminhada, aprofundando as discussões e nos colocando como parte deste amplo diálogo. E que cada vez mais Santa Catarina deixe de se ver como um mosaico de variados tons de branco para se reconhecer como a paisagem colorida e diversa – e por isso mais bela – que realmente é.

Referenciais Bibliográficos

Fontes Primárias

A Notícia. (2006, setembro 22). Museus perdem fonte de recursos. *A Notícia*. Acessado em http://www.an.com.br/2006/set/22/0mun.jsp

Althoff, V. (2009, janeiro 23). Festa Pomerana. Recuperado 14 de julho de 2015, de http://adalbertoday.blogspot.com.br/2009/01/festa-pomerana.html

Arquivo Histórico Ultramarino. (1750). Mapa das Freguesias que tem a Ilha de Santa Catarina e seu continente, distinguindo os eclesiásticos, os militares, os civis e os casais das Ilhas. AHU/Santa Catarina. Caixa 13 Documento 69.

Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina. (2005). Lançamentos de carimbos postais em Santa Catarina - 1948. Recuperado 14 de julho de 2015, de http://www.afsc.org.br/carimbos/carimbos1948.html

Blumenau. Prefeitura Municipal. (2015). História. Acessado em http://www.oktoberfestblumenau.com.br/oktoberfest/historia

Bortolotto, F. (2015). Carnevale e comida típica italiana são destaque na Festa da Gastronomia | Portal Veneza. Recuperado 15 de julho de 2015, de http://www.portalveneza.com.br/carnevale-comida-tipica-italiana-sao-destaque-festa-gastronomia/

Brasil. Lei 10.639 de 03 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências (2003). Acessado em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm

Brasil. Decreto Presidencial de 31 de maio de 2004. Institui a Semana dos Museus e o Dia Nacional do Museólogo. (2004). Acessado em http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/09/Decreto-2004.pdf

Brasil. Parecer CNE/CP 003/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004). Acessado em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf

Brasil. Lei 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" (2008). Acessado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm

Brasil. Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. (2009). Acessado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm

Brasil. Lei 11.906 de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. (2009). Acessado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm

Brasil. Lei 12.288 de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. (2010). Acessado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm

Brasil. Lei 13.018 de 22 de julho de 2014.Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. (2011). Acessado em http://200.192.66.20/alesc/docs/2011/15503_2011_lei.doc

Brasil. Câmara dos Deputados. (2013). *Legislação sobre museus*. Brasília: Edições Câmara.

Brasil. Ministério da Cultura. (2006). Programa cultural para o desenvolvimento do Brasil. MinC. Acessado em

http://www.cultura.gov.br/upload/programa%20cultural%20para%20desenvolvimento%20do%20brasil_1174326644.pdf

Brasil. Presidência da República. Decreto 5.264 de 5 de novembro de 2004. Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências. (2004). Acessado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5264.htm

Brasil. SEPPIR. (2015). O que é a SEPPIR-PR. Recuperado 10 de abril de 2015, de http://www.seppir.gov.br/sobre

Brigagão, C. (2009). Endosso de indicação para o Prémio Nobel da Paz. Acessado em http://www.iara.org.br/site2/docs/versao_portugues_carta_endosso_informa.doc

Brusque. Prefeitura Municipal. (2013). FENARRECO - A festa mais gostosa do Brasil. Recuperado 15 de julho de 2015, de http://brusque.sc.gov.br

Comissão Internacional de Formação de Pessoal de Museus. (1994). Declaração de Lisboa: Resoluções da Comissão Internacional de Formação de Pessoal de Museus. ICTOP/Universidade Lusófona.

COREM 5R. (2017). Registros COREM 5ª R. Recuperado 19 de novembro de 2017, de http://corem5regiao.blogspot.pt

Diário Catarinense. (2013). Passado, presente e futuro: confira a história da Festa do Pinhão, em Lages. Recuperado 15 de julho de 2015, de http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/economia/noticia/2013/05/passado-presente-e-futuro-confira-a-historia-da-festa-do-pinhao-em-lages-4143211.html

Folha de São Paulo. (2013). Santa Catarina tem 11 festas tradicionais em outubro. Acessado em http://www1.folha.uol.com.br/turismo/2013/10/1353119-santa-catarina-tem-11-festas-tradicionais-em-outubro-veja-programacao.shtml

Fundação Catarinense de Cultura. (2014a). Edital Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura 2014. Recuperado 25 de agosto de 2015, de http://www.fcc.sc.gov.br//pagina/16989/editalelisabeteanderledeestimuloacultura2014

Fundação Catarinense de Cultura. (2014b). *Guia de museus de Santa Catarina*. Florianópolis: FCC.

Fundação Catarinense de Cultura. (2015a). Apresentação. Recuperado 14 de julho de 2015, de http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural//pagina/4431/apresentacao

Fundação Catarinense de Cultura. (2015b). Política Estadual de Museus. Recuperado 4 de agosto de 2015, de http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural//pagina/4426/politicaestadualdemuseus

Fundação Catarinense de Cultura. (2015c). Principais Ações. Recuperado 4 de setembro de 2015, de http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural//pagina/17175/principaisacoes

Fundação Catarinense de Cultura. (2015d). Sistema Estadual de Museus - SEM/SC [FCC - Fundação Catarinense de Cultura]. Recuperado 6 de agosto de 2015, de http://www.fcc.sc.gov.br/?mod=pagina&id=5232

G1 Brasil. (2016, maio 21). Temer decide recriar Ministério da Cultura; ministro assume na terça. Recuperado 24 de dezembro de 2017, de http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/temer-decide-recriar-ministerio-da-cultura-anuncio-deve-ser-na-terca.html

G1 Santa Catarina. (2013). Enchente no Vale do Itajaí que matou 49 pessoas completa 30 anos. Recuperado 14 de julho de 2015, de http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/07/enchente-no-vale-do-itajai-que-matou-49-pessoas-completa-30-anos.html

IBGE. (2011). Tabela 21 - Produto interno bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações. Recuperado 25 de agosto de 2015, de http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?i=P&c=21&pon=2&qtu9=558&opn6=gsc&digt6=&OpcCara=44&proc=1&ascendente=on&sep=40617&orn=1&unit=0&pov=3&OpcTipoNivt=1&opn1=2&qtu1=1&opn9=0&cabec=on&nome=on&qtu8=137&notarodape=on&tab=21&opn8=0&nivt=0&orp=3&qtu3=27&opv=1&pop=1&opn2=0&orv=2&qtu2=5&sev=37&se

v=543&sev=498&sev=513&sev=517&sev=521&sev=525&opp=1&opn3=u33&qtu6=5565&dcm=99
IBGE. (2012a). Recenseamento de 1872. Acessado em https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao.html
IBGE. (2012b). Recenseamento de 1950. Acessado em https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao.html
IBGE. (2012c). Recenseamento de 2000. Acessado em https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao.html
IBGE. (2012d). Recenseamento de 2010. Acessado em https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao.html
IBGE. (2013). Projeção de População - Revisão 2013. Recuperado 4 de setembro de 2015, de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm
Ibram. (2003). *Guia de programação da 1ª Semana de Museus*. Brasília: IBRAM.
Ibram. (2004). *Guia de programação da 2ª Semana de Museus*. Brasília: IBRAM.
Ibram. (2005). *Guia de programação da 3ª Semana de Museus*. Brasília: IBRAM.
Ibram. (2006). *Guia de programação da 4ª Semana de Museus*. Brasília: IBRAM.
Ibram. (2007a). *Guia de programação da 1ª Primavera dos Museus*. Brasília: IBRAM.
Ibram. (2007b). *Guia de programação da 5ª Semana de Museus*. Brasília: IBRAM.
Ibram. (2008a). *Guia de programação da 2ª Primavera dos Museus*. Brasília: IBRAM.
Ibram. (2008b). *Guia de programação da 6ª Semana de Museus*. Brasília: IBRAM.
Ibram. (2009a). *Guia de programação da 3ª Primavera dos Museus*. Brasília: IBRAM.
Ibram. (2009b). *Guia de programação da 7ª Semana de Museus*. Brasília: IBRAM.
Ibram. (2010a). *Guia de programação da 4ª Primavera dos Museus*. Brasília: IBRAM.
Ibram. (2010b). *Guia de programação da 8ª Semana de Museus*. Brasília: IBRAM.
Ibram. (2010c). *Plano Nacional Setorial de Museus 2010/2020*. Brasília: MinC.
Ibram. (2010d). *Política Nacional de Museus: Relatório de gestão 2003-2010*. Brasília: MinC/IBRAM. Acessado em http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/Relatorio-de-Gestao-2010.pdf
Ibram. (2010). *Política Nacional de Musues: Relatório de Gestão do Exercício de 2003/2010*. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM/MinC. Acessado em http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/Relatorio-de-Gestao-2010.pdf
Ibram. (2011a). *Guia de programação da 5ª Primavera dos Museus*. Brasília: IBRAM.
Ibram. (2011b). *Guia de programação da 9ª Semana de Museus*. Brasília: IBRAM.
Ibram. (2011c). *Museu em números* (Vols. 1–2). Brasília: Ministério da Cultura. Acessado em http://www.museus.gov.br/museus-em-numeros/
Ibram. (2012a). *Guia de programação da 6ª Primavera dos Museus*. Brasília: IBRAM.
Ibram. (2012b). *Guia de programação da 10ª Semana de Museus*. Brasília: IBRAM.
Ibram. (2012). *Museu em Números*.
Ibram. (2012c, setembro 8). Investimento em museus cresceu 980% em uma década, afirma Ibram. Recuperado 15 de abril de 2015, de https://www.museus.gov.br/investimento-em-museus-cresce-em-uma-decada/
Ibram. (2013a). *Guia de programação da 7ª Primavera dos Museus*. Brasília: IBRAM.
Ibram. (2013b). *Guia de programação da 11ª Semana de Museus*. Brasília: IBRAM.
Ibram. (2013c). *Relatório de Gestão do Exercício de 2013* (p. 206). Brasília: IBRAM. Acessado em http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/Relatorio-de-gestao-de-2013.pdf
Ibram. (2014a). Edital Mais Museus. Recuperado 25 de agosto de 2015, de http://www.museus.gov.br/fomento/mais-museus/
Ibram. (2014b). Edital Modernização de Museus. Recuperado 25 de agosto de 2015, de http://www.museus.gov.br/fomento/edital-modernizacao-de-museus/
Ibram. (2014c). Edital Modernização de Museus-Microprojetos. Recuperado 25 de agosto de 2015, de http://www.museus.gov.br/fomento/modernizacao-de-museus/

Ibram. (2014d). Edital Prêmio Darcy Ribeiro. Recuperado 25 de agosto de 2015, de http://www.museus.gov.br/fomento/darcy-ribeiro/

Ibram. (2014e). *Guia de programação da 8ª Primavera dos Museus*. Brasília: IBRAM.

Ibram. (2014f). *Guia de programação da 12ª Semana de Museus*. Brasília: IBRAM.

Ibram. (2014g). Prêmio Modernização de Museus: Microprojetos. Recuperado 25 de agosto de 2015, de http://www.museus.gov.br/fomento/modernizacao-de-museus/

Ibram. (2014h). *Relatório de Gestão do Exercício de 2014* (p. 245). Brasília: IBRAM. Acessado em http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/05/Relatorio-de-gestao-de-2014.pdf

Ibram. (2015a). Cadastro Nacional de Museus. Recuperado 4 de setembro de 2015, de http://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/

Ibram. (2015b). Editais 2014 - Modernização de Museus-Microprojetos. Recuperado 24 de dezembro de 2017, de http://www.museus.gov.br/fomento/editais-2014/modernizacao-microprojetos-2014/

Ibram. (2015c). Fórum Nacional de Museus. Recuperado 17 de abril de 2015, de http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/forum-nacional-de-museus/

Ibram. (2015d). *Guia de programação da 9ª Primavera dos Museus*. Brasília: IBRAM.

Ibram. (2015e). *Guia de programação da 13ª Semana de Museus*. Brasília: IBRAM.

Ibram. (2015f). Primavera dos Museus. Recuperado 17 de abril de 2015, de http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/primavera-dos-museus/

Ibram. (2016a). Editais 2015 - Implantação e Fortalecimento de Sistemas de Museus. Recuperado 24 de dezembro de 2017, de http://www.museus.gov.br/fomento/editais-2015/implantacao-e-fortalecimento-de-sistemas-de-museus/

Ibram. (2016b). Editais 2015 - Prêmio Darcy Ribeiro. Recuperado 24 de dezembro de 2017, de http://www.museus.gov.br/fomento/editais-2015/premio-darcy-ribeiro/

Ibram. (2016c). *Guia de programação da 10ª Primavera dos Museus*. Brasília: IBRAM.

Ibram. (2016d). *Guia de programação da 14ª Semana de Museus*. Brasília: IBRAM.

Ibram. (2016e). Quadro Evolutivo Primavera de Museus 2007-2016. MinC/IBRAM. Acessado em https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/06/QuadroEvolutivo2016_PrimaveraMuseus.xlsx

Ibram. (2016f). Saber Museus - Apresentação. Recuperado 12 de abril de 2016, de http://ead.museus.gov.br/

Ibram. (2016g, setembro). Investimentos no Setor Museal 2015. Ibram. Acessado em https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Investimentos-no-Setor-Museal-2015.pdf

Ibram. (2017b). Estatísticas - Semana de Museus 2003-2017. MinC/IBRAM. Acessado em https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/06/SemanaMuseus_Estatisticas_2017.xlsx

Ibram. (2017c). Fórum Nacional de Museus. Recuperado 24 de dezembro de 2017, de http://fnm.museus.gov.br/

Ibram. (2017d). *Guia de programação da 11ª Primavera dos Museus*. Brasília: IBRAM.

Ibram. (2017e). *Guia de programação da 15ª Semana de Museus*. Brasília: IBRAM.

Ibram. Portaria 315 de 6 de setembro de 2017 - Dispõe sobre a instituição do Programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM e dá outras providências. (2017). Acessado em http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=6&data=11/09/2017

Jornal Razão. (2013). Sucesso no Festival do Camarão de Porto Belo. Recuperado 15 de julho de 2015, de http://www.jornalrazao.com/noticias/detalhe/sucesso-no-festival-do-camarao-de-porto-belo

MArque/UFSC. (2013). Evento comemora os 110 anos de nascimento de Oswaldo Rodrigues Cabral. Recuperado 14 de julho de 2015, de http://museu.ufsc.br/2013/10/04/evento-comemora-os-110-anos-de-nascimento-de-oswaldo-rodrigues-cabral/

MinC. (2015). Entidades Vinculadas. Recuperado 18 de abril de 2015, de http://www.cultura.gov.br/entidades-vinculadas

Ministério da Cultura. (2003). *Política Nacional de Museus*. Brasília: MinC. Acessado em https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf

Mira, M. A. F. B. (2007). Revista do IHGSC: Índice 1902-2005. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina - IHGSC. Acessado em http://media.wix.com/ugd/bf307c_42107af3d319401eaf293e459f4a12e3.pdf

NEA/UFSC. (2015). Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC. Recuperado 15 de julho de 2015, de http://nea.ufsc.br/

Neves, L. H. R. (2010). História - O Museu. Recuperado 4 de agosto de 2015, de http://www.masc.sc.gov.br/index.php?mod=pagina&id=10857

Nova Trento. Prefeitura Municipal. (2015). História. Recuperado 15 de julho de 2015, de http://www.incantotrentino.com.br/

Parreiras, D. (1927). *Morte de Francisco Dias Velho* [Óleo sobre tela].

Paula, I. de. (1967). *Senhora com crianças* [Óleo sobre tela]. Acessado em http://www.abdias.com.br/museu_arte_negra/foto7.htm

Pedrosa, I. (1967). *Retrato de Solano Trindade* [Óleo sobre tela].

Pomerode. Prefeitura Municipal, F. P. de E., Esportes e Lazer-FUNPEEL. (2010). A Alemanha brasileira. Recuperado 7 de janeiro de 2015, de www.vemprapomerode.com.br

Pomerode. Prefeitura Municipal, F. P. de E., Esportes e Lazer-FUNPEEL. (2015). A festa mais alemã do Brasil. Recuperado 15 de janeiro de 2015, de www.vemprapomerode.com.br

RedeComSC. (2013). Festa em Chapecó resgata cultura italiana. Recuperado 15 de julho de 2015, de http://redecomsc.com.br/portal/noticias/geral/Festa_em_chapeco_resgata_cultura_italiana__14606

Santa Catarina. Governo do Estado. Decreto 7.439, de 24 de abril de 1979. Institui a Fundação Catarinense de Cultura - FCC, e da outras providencias. (1979).

Santa Catarina. Governo do Estado. (1991a). *Atlas Escolar de Santa Catarina*. Florianópolis: SEPLAN.

Santa Catarina. Governo do Estado. Decreto 615, de 10 de setembro de 1991. Institui o Sistema de Museus de Santa Catarina, cria o Museu Nacional do Mar - Núcleo das Embarcações Brasileiras, e dá outras providências. (1991).

Santa Catarina. Governo do Estado. (2015a). Diversidade é a marca da cultura catarinense. Recuperado 14 de julho de 2015, de http://www.sc.gov.br/conheca-sc-cultura

Santa Catarina. Governo do Estado. (2015b). Venha Descobrir. Recuperado 15 de julho de 2015, de http://turismo.sc.gov.br/atividade/festas-tipicas/

Santa Catarina. Governo do Estado, F. C. de C. (1984). Aspectos do Contestado. *Cadernos de Cultura Catarinense*, *I*.

SEBRAMUS. (2015). Anais do Seminário Brasileiro de Museologia/SEBRAMUS - Apresentação. Recuperado 24 de dezembro de 2017, de https://anaissebramus.wordpress.com/

Simão, M. (2015). Pesquisa exclusiva para a tese.

Simão, M. (Org.). (2016a). *Catálogo da Exposição Vozes que Pulsam: Memória e Cultura Afro-Brasileira em Santa Catarina*. Florianópolis: Ibram/OEI/NEAB-UDESC/SEM-FCC.

Treze Tílias, Prefeitura Municipal. (2014). Apresentação. Recuperado 15 de julho de 2015, de http://www.tirolerfest.com.br/index.php

SIMUS. (2014, novembro 27). Carta de Belém. SIMUS - Sistemas de Museus.

UNESCO. (1972). Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. Acessado em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaoparaaProteccaodoPatrimonioMundialCulturaleNatural.pdf

UNESCO. (2017). Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade. UNESCO/Ibram. Acessado em http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002471/247152POR.pdf

Bibliografia

Amaral, T. C. do. (2003). *Da grandeza do fato a miudeza do ato: os significados da prática da alforria em Desterro (1870-1888)* (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História). Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis.

Amaral, T. C. do. (2006). *Germano Wendhausen e a abolição da escravatura em Desterro no séc. XIX* (Trabalho de Conclusão do Curso de Aperfeiçoamento/Especialização em História Social do Ensino Médio e Fundamental). Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis.

Appiah, K. (1996). *Na casa do meu pai: A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Ariza, M. G., & Secchi, L. (2013). Criatividade como alternativa para implementar as políticas públicas nos museus. *Políticas Culturais em Revista*, (2), 149–164.

Azevedo, T. de. (1955). *As elites de cor: Um estudo de ascensão social*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional.

Ball, S. (2009). *Ciclo de políticas/análise de políticas*. Apresentado em Palestra ministrada para professores e alunos da pós- graduação UERJ, Rio de Janeiro.

Bastide, R., & Fernandes, F. (1971). *Brancos e negros em São Paulo*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional.

Bertotto, M. R. (2013). *Entre o paralelo 20 e o 30 – Analisando e propondo políticas públicas para Museus no Sul do Brasil* (Tese de Doutorado em Museologia). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

Bhabha, H. (1990). *Narrating the nation*. Londres: Routledge.

Bhabha, H. (1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG.

Biléssimo, A. R. (2007). *Entre a Praça e o Porto: Grandes fortunas nos inventários post-mortem em Desterro entre 1860-1880,* (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História). Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis.

Biléssimo, A. R. (2008). *Entre a praça e o porto: Grandes fortunas nos inventários post mortem em Desterro (1860 – 1880)*. Itajaí: Casa Aberta.

Biléssimo, A. R. (2011). *Grandes fortunas em Santa Catarina entre os anos de 1850 e 1888* (Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão). Universidade de Lisboa, Lisboa.

Billig, M. (1995). *Banal Nationalism*. Londres: Sage.

Boiteux, L. (1912). *Notas para História Catharinense*. Florianópolis: Livraria Moderna.

Boléo, M. P. (1950). O Congresso de Florianópolis, Comemorativo do Bicentenário da Colonização Açoriana. *Separata da Revista Brasília*.

Borchardt, N. (2014). Com quantos tiros se conta uma história? Recuperado 15 de julho de 2015, de http://s3.amazonaws.com/uploads.knightlab.com/storymapjs/f7db7b64fce8c52b81264f29a9fbd2d9/sociedades-de-tiro-de-jaragua-do-sul/index.html

Buarque de Holanda, S. (1936). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio.

Cabral, O. R. (1938). *Santa Catarina: história e evolução* (Vol. 80). São Paulo: Cia. Ed. Nacional.

Cabral, O. R. (1943). Decadência agrícola do açoriano. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina*, *2*, 22–25.

Cabral, O. R. (1950). *Notícia Histórica da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito*. Florianópolis: Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Cabral, O. R. (1951). *Os açorianos*. Florianópolis: IHGSC.

Cabral, O. R. (1954). *Cultura e folclore. : bases científicas do folclore*. Florianópolis: Comissão Catarinense de Folclore.

Cabral, O. R. (1960). *João Maria: interpretação da campanha do Contestado*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.

Cabral, O. R. (1972). *As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-Colônia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura.

Cabral, O. R. (1979). *Nossa Senhora do Desterro: notícia* (Vol. 1). Florianópolis: Lunardelli.

Câmara, L. (1940). Estrangeiros em Santa Catarina. *Revista de Imigração e Colonização*, *I*(4).

Cândido, M. M. D. (2014). *Orientação para gestão e planejamento de museus*. Florianópolis: FCC. Acessado em http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural//arquivosSGC/DOWN_153805Coleco_Vol_III_web.pdf

Capinan, J. C. (2014). Apresentação. Recuperado 8 de setembro de 2015, de http://www.museuafrobrasileiro.com.br/site/index.php/muncab/apresentacao

Cardoso, F. H. (2000). *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular.

Cardoso, F. H., & Ianni, O. (1960). *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.

Cardoso, M. G. (2010). Allah na Cidade das Etnias: O Aparecimento Público do Grupo Étnico Árabe na Cidade de Criciúma/SC. Recuperado 15 de julho de 2015, de http://redecomsc.com.br/portal/noticias/geral/Festa_em_chapeco_resgata_cultura_italiana__14606

Cardoso, P. de J. F. (2004). *Negros em Desterro: as experiências das populações de origem africana em Florianópolis (1860-1880)* (Tese de Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica - PUC/SP, São Paulo.

Cardoso, P. de J. F. (Org.). (2008a). *Multiculturalismos e educação: Experiências de implementação da Lei 10.639/03 em Santa Catarina*. Itajaí: Casa Aberta.

Cardoso, P. de J. F. (2008b). *Negros em Desterro: as experiências das populações de origem africana em Florianópolis (1860-1880)*. Itajaí: Casa Aberta.

Cardoso, P. de J. F. (2013). A Vida na escola e a Escola na vida: contribuições para o estudo sobre as experiências dos afrodescendentes em Santa Catarina no século XX. Recuperado 30 de agosto de 2013, de http://multiculturalismoepopulacoesafricanas.blogspot.com.br/2007/07/vida-na-escola-e-escola-da-vida.html

Cardoso, P. de J. F., & Rascke, K. L. (Orgs.). (2014). *Formação de Professores: promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana*. Florianópolis: DIOESC.

Carvalho, T. (2012). *Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Rede Municipal de Educação Infantil de Florianópolis/SC* (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba.

Castriota, L. B., & Resende, M. P. (2010). Três Museus, três posturas: diferentes visões acerca da Cultura Afro-Brasileira. *Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*, *1*, 198–211.

Certeau, M. de. (1994). *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes.

Chagas, M. (1994). Novos Rumos da Museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, (2).

Chagas, M. (1998). Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. *Cadernos de Sociomuseologia*, (13).

Chagas, M. (2005). Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, (31), 15–25.

Chagas, M. (2011). *Os Museus: A museologia e o pensamento social brasileiro*. Lisboa: Universidade Lusófona.

Chalhoub, S. (1990). *Visões da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Chuva, M. R. R. (2009). *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: UFRJ.

Coppete, M. C., Fleuri, R. M., & Stoltz, T. (2012). Educação para a Diversidade numa perspectiva intercultural. *Revista Pedagógica*, *15*(28), 231–262.

Corrêa, C. H. (2004). *História de Florianópolis - Ilustrada*. Florianópolis: Editora Insular.

Costa, L. (1982). *O continente das Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme*. Florianópolis: FCC.

Couto, S. S. (2015). Desenvolvimento institucional e técnico-operacional para ampliação e consolidação de projetos relacionados à memória social no Brasil. OEI/Ibram.

Cunha, M. N. B. (1999). *O Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia: um estudo de caso sobre musealização da cultura afro-brasileira* (Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação). Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador.

Cunha, M. N. B. (2003). Memórias afro-brasileiras institucionalizadas: Tentando ler exposições de museus e seus periódicos. *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História - PUC/SP*, (26), 273–283.

Cunha, M. N. B. (2006). *Teatro de memórias, palco de esquecimentos: Culturas africanas e das diásporas negras em exposições* (Tese de Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica - PUC/SP, São Paulo.

Cunha, M. N. B. (2008). *Museus e Exposições e suas Representações sobre o Negro no Brasil*. Apresentado em V Simpósio Internacional do Centro de Estudos do Caribe no Brasil, Salvador.

Damiani, M. F. (2008). Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios. *Educar*, (31), 213–230.

Dauwe, F. (2001). *Estratégias institucionais de liberdade: O fundo de emancipação em Nossa Senhora de Desterro* (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História). Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis.

Debus, J. C. dos S. (2012). Identidade Cultural, Multiculturalismo e Patrimônio Cultural. In J. C. Nogueira & T. T. do Nascimento (Orgs.), *Patrimônio Cultural, Territórios e Identidades*. Florianópolis: Atilènde.

Desvallées, A., & Mairesse, F. (Orgs.). (2014). *Conceitos-chave de museologia*. São Paulo: ICOM/Armand Colin.

Dias, C. (2011). Saravá! Candomblé é patrimônio nacional. *IPEA - Desafios do desenvolvimento*, *8*(67). Acessado em http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2568:catid=28&Itemid=23

Dias, M. O. L. (1998). A Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea. *Proj. História*, (17).

Dias, M. O. L. da S. (1984). *Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX*. São Paulo: Brasiliense.

Dias, M. O. S. (1998). Hermenêutica do quotidiano na historiografia contemporânea. *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História - PUC/SP*, *17*.

Dye, T. (1984). *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.

Encontro Iberoamericano de Museus. (2007). Declaração de Salvador.

Espig, M. J., & Machado, P. P. (2008). *A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado*. Florianópolis: UFSC.

Farias, J. (1998). *O negro inexistente: um estudo sobre a escravidão africana na historiografia catarinense (1980-1990)* (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História). Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis.

Ferreira, R. (2013). Dez anos de promoção de igualdade racial: Balanços e desafios. In E. Sader (Org.), *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil* (p. 361–375). São Paulo: Boitempo. Acessado em http://www.flacso.org.br/dez_anos_governos_pos_neoliberais/archivos/10_ANOS_GOVERNOS.pdf

Freitas, J. M. (2005). *Museu Afro- Brasileiro: Ações Afirmativas de caráter museológico no novo setor da herança cultural afro-brasileira*. Apresentado em I ENECULT, Salvador.

Frey, K. (2000). Políticas públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, (21), 211–259.

Freyre, G. (1933). *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. J. Olympio.

Gallo, I. C. D. (1999). *O contestado: o sonho do milênio igualitário*. Campinas: UNICAMP.

Garcia, G. (2013). História. Recuperado 15 de julho de 2015, de http://s3.amazonaws.com/uploads.knightlab.com/storymapjs/f7db7b64fce8c52b81264f29a9fbd2d9/sociedades-de-tiro-de-jaragua-do-sul/index.html

Garcia Jr., E. (2002). *Práticas regionalizadoras e o mosaico cultural catarinense* (Dissertação de Mestrado em História Cultural). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis. Acessado em https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/83626/236956.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Gatti, B. (2001). Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil Contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, (113), 65–81.

Geertz, C. (1996). *Uma Descrição Densa: Por Uma Teoria Interpretativa da Cultura*. São Paulo: Cia. das Letras.

Geolocations. (2011). Bem-Vindos ao Vale Europeu. Recuperado 14 de julho de 2015, de https://geolocation.ws/v/P/59840846/bem-vindos-ao-vale-europeu/en

Geremias, P. R. (2001). *Filhos livres de mães cativas: Os ingênuos e os laços familiares das populações de origem africana em Desterro na década da Abolição* (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História). Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis.

Gerlach, G., & Machado, O. (2007). *São José da Terra Firme*. São José (SC): Clube de Cinema Nossa Senhora do Desterro.

Ghizoni, V. R., & Teixeira, L. C. (2012). *Conservação preventiva de acervos*. Florianópolis: FCC. Acessado em http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural//arquivosSGC/DOWN_151904Conservacao_Preventiva_1.pdf

Gilroy, P. (2001). *0 Atlântico negro*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Ginzburg, C. (1989). *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia. das Letras.

Gomes, J. B. B. (2001). *Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA.* Rio de Janeiro: Renovar.

Gonçalves, J. (2006). *Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX* (Tese de Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo - USP, São Paulo. Acessado em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30012007-110719/publico/TeseJaniceGoncalves.pdf

Guimarães, A. S. (2001). Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. *Novos Estudos*, (61), 147–162.

Guimarães, V. W. (2014). *Exposições museológicas do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Santa Catarina: Espaço para construções de parcerias* (Mestrado em Museologia). Universidade de São Paulo - USP, São Paulo. Acessado em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-27012015-101531/publico/VivianeWORIGINAL.pdf

Halbwachs, M. (1990). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice.

Hall, S. (2004). Quem precisa da identidade? In T. T. da Silva, *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais* (p. 103–133). Petrópolis: Vozes.

Hall, S. (2006). *A identidade cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

Hall, S. (2009). *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG.

Ibram. (2017a). *Caminhos da Memória: Para fazer uma exposição* (Vol. 1). Brasília: Ibram.

Ibram, & OEI. (2016). *Pontos de Memória: Metodologia e Práticas em Museologia Social*. Brasília: Phabrica. Acessado em http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Pontos-de-Memoria-ebook-Portugues.pdf

IHGSC. (1902). *Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina*, *1*(1).

IPEA. (2016). Retrato das desigualdades de Gênero e Raça - Tabela 10.3. IPEA. Acessado em http://www.ipea.gov.br/retrato/tabelas/bloco_10/Tabela_10.3.xlsx

Jamundá, T. C. (1974). *Catarinensismos*. Florianópolis: UDESC/EDEME.

Johan, K. (2003). *Crime, criminalidade e escravidão: experiências e vivências de africanos e afrodescendentes em processos criminais em Desterro* (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História). Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis.

Lasswell, H. D. (1950). *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland: Meridian Books.

Leal, J. (2007). *Cultura e Identidade Açoriana: O movimento açorianista em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular.

Leite, I. B. (1996a). Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In I. B. Leite (Org.), *Negros no Sul do Brasil: Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.

Leite, I. B. (Org.). (1996b). *Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.

Lima, M. (2010). Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. *Novos Estudos - CEBRAP*, (87), 77–95.

Lody, R. (2005). *Negro no Museu Brasileiro: Construindo Identidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Lopes Neto, J. S. (1976). *Lendas do Sul*. Porto Alegre: Globo.

Luz, A. Á. da. (1999). *Os Fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*. Florianópolis: UFSC.

Lynn, L. E. (1980). *Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis*. Santa Monica: Goodyear.

Macedo, L. B. (2003). *Cultura africana em Desterro na década da abolição - invisibilidade e resistência* (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História). Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis.

Machado, L. M. R. (2013). *Estratégias de representação do negro em Museus do Rio Grande do Sul: o Que se Expõe e o Que se Ensina* (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade Luterana do Brasil - ULBRA, Canoas. Acessado em https://memphis.ulbranet.com.br/BIBLIO/PPGEDUM162.pdf

Machado, P. P. (2004). *Lideranças do contestado: a formação e a actuação das chefias caboclas, 1912-1916*. UNICAMP.

Mattos, H. M. de. (1998). *Das cores do silêncio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Mead, L. M. (1995). Public Policy: Vision, Potential, Limits. *Policy Currents*, (1–4).

Meister, E. L. (2013). *A pesquisa em acervos museológicos: Estudo de caso nos museus Victor Meirelles e Museu de Arte de Santa Catarina* (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Museologia). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis. Acessado em https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/115470/TCC%20Elis%20Meister%20Museologia%202013.pdf?sequence=1

Mendes, L. M. (2012). De ilhas a plataformas. In *Reprograme: comunicação, marca e cultura numa nova era de museus* (p. 12–25). Rio de Janeiro: Imã.

Menezes, U. T. B. de. (1993). A problemática da identidade cultural nos museus: de objeto (de ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista*, (1), 207–222.

Monteiro, D. (1974). *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do contestado.* São Paulo: Duas Cidades.

Moraes, M. J. de. (2009). *No Teatro do Poder: O Governo Nereu Ramos e a nacionalização como instrumento político em Santa Catarina* (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História). Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, Criciúma/SC.

Moraes, M. J. de. (2010). A Construção da identidade catarinense e a formação do litoral açoriano. *Oficina do Historiador*, *2*(1), 20–33.

Moraes, N. A. de. (2009). Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil. *Museologia e Patrimônio*, *II*(1), 54–69.

Mortari, C. (2000). *Os homens pretos do Desterro: Um estudo sobre a Irmandade de Nossa do Rosário (1841-1860)* (Dissertação de Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica - PUC/RS, Porto Alegre.

Moura, C. (2012). Exposição no Museu Histórico da Capital resgata diferentes pontos de vista do Contestado. Recuperado 14 de julho de 2015, de http://ndonline.com.br/florianopolis/plural/36254-exposicao-no-museu-historico-da-capital-resgata-diferentes-pontos-de-vista-do-contestado.html

Moutinho, M. (2004, dezembro). *A contemporaneidade da Política Nacional de Museus: um olhar de além mar*. Apresentado em 1º Fórum Nacional de Museus - A imaginação museal: os caminhos da democracia, Salvador.

Moutinho, M. (2007). *Definição evolutiva de Sociomuseologia*. Lisboa/Setúbal: Atelier Internacional do MINOM.

Moutinho, M. (2011a). *Os museus Portugueses perante a Sociomuseologia*. Lisboa: IGESPAR.

Moutinho, M. (2011b). The contribution of Ecomuseology and Sociomuseology for Social Harmony. Curso de Estudos Avançados em Museologia/CEAM-ABM.

Museu de Antropologia. (1998). *Revista Comemorativa dos 30 anos do Museu Universitário Oswaldo R. Cabral*. Florianópolis: PRCE/UFSC.

Nascimento, A. (2015a). Abdias Nascimento fala do Museu de Arte Negra. Recuperado 17 de abril de 2015, de http://www.abdias.com.br/museu_arte_negra/abdias_man.htm

Nascimento, A. (2015b). Cultura e Estética no Museu de Arte Negra. Recuperado 17 de abril de 2015, de http://www.abdias.com.br/museu_arte_negra/museu_arte_negra.htm

Nogueira, J. C., & Nascimento, T. T. do (Orgs.). (2012). *Patrimônio Cultural, Territórios e Identidades*. Florianópolis: Atilènde.

Nogueira, O. (1991). *Tanto preto quanto branco: Estudo de relações raciais.* São Paulo: T.A. Queiroz.

Oliveira, H. H. de. (2013, janeiro 11). Os entraves para a implementação de políticas públicas no Brasil. Recuperado 6 de abril de 2015, de http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunistas/os-entraves-para-a-implementacao-de-politicas-publicas-no-brasil/

Oliveira, R. P. (2007). *Políticas culturais e o campo museal em Santa Catarina (1987-2006)* (Dissertação de Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis. Acessado em https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90138/245621.pdf?sequence=1

Oliveira, R. P., & Silva, R. C. da. (2008). Instituições e conflitos no campo dos museus de Santa Catarina. *Cadernos EBAPE.BR*, *6*(3), 1–16.

Oriá, R. (2012). A Museologia no Brasil: Novo Marco Regulatório. *Seminário Internacional sobre Gestão Museológica: Questões Teóricas e Práticas*, 47–52.

Padilha, R. C. (2014). *Documentação museológica e gestão de acervos*. Florianópolis: FCC. Acessado em http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural//arquivosSGC/DOWN_175328Documentacao_Museologica_Gestao_Acervo.pdf

Pedro, J. M. (Org.). (1988). *Negro em Terra de Branco*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

Peluso Jr., V. A. (1984). A identidade catarinense. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina*, (5), 259–280.

Penna, C. G. (2001). *Vivendo sobre si - Estratégias de liberdade das populações de origem africana na ilha de Santa Catarina (1870-1888)* (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História). Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis.

Peters, B. G. (1986). *American Public Policy*. Chatham: Chatham House.

Piazza, W. (Org.). (1985). *Dicionario politico catarinense*. Florianópolis: ALESC.

Piazza, W. F. (1975). *Os escravos em uma economia minifundiária*. Florianópolis: UDESC.

Piazza, W. F. (1988). *O Brigadeiro José da Silva Paes: estruturador do Brasil meridional*. Florianópolis: UFSC.

Piazza, W. F. (1992). *A epopéia Açórico-Madeirense:(1747-1756)*. Florianópolis: UFSC.

Piva, G. (2013). Cultura: políticas públicas e novas visibilidades. In E. Sader (Org.), *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil* (p. 285–301). São Paulo: Boitempo. Acessado em http://www.flacso.org.br/dez_anos_governos_pos_neoliberais/archivos/10_ANOS_GOVERNOS.pdf

Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, *2*(3), 3–15.

Prado Jr., C. (1942). *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense.

Primo, J. (2007). *A Museologia e as Políticas Culturais Européias: O Caso Português* (Tese de Doutorado em Educação). Universidade Portucalense Inf. D. Henrique, Porto.

Rafael, M. (2017). *Políticas públicas para o campo museal: um estudo sobre o "Programa de Capacitação Museológica" do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina* (Dissertação de Mestrado em Museologia). Universidade de São Paulo - USP, São Paulo. Acessado em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-26102017-081542/pt-br.php

Rascke, K. L. (2009). *"Resolveo a mesa que pelo menos houvesse huma missa resada": festas, procissões e celebração da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (1860-1890)* (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História). Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis.

Reis, M. J., & Fossari, T. D. (2015). *O processo de criação e consolidação da Antropologia na UFSC: o legado do Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral*. Florianópolis: UFSC (texto no prelo).

Rubim, A. A. C. (2011). *As políticas culturais do Governo Lula* (Vol. 5). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Said, E. W. (2007). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras.

Santos, C. S. dos. (2005). *Experiências de afrodescendentes em Desterro nas últimas décadas da escravidão* (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História). Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis.

Santos, J. R. dos. (1997). Culturas negras, civilização brasileira. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, (25), 5–9.

Santos, M. S. dos. (2002). Políticas da Memória na Criação dos Museus Brasileiros. *Cadernos de Sociomuseologia*, (19), 99–120.

Santos, M. S. dos. (2003). *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Annablume.

Santos, M. S. dos. (2004, janeiro). *Entre o tronco e os Atabaques: a representação do negro nos Museus Brasileiros*. Apresentado em Colóquio Internacional Projeto Unesco no Brasil 50 anos depois, Salvador.

Santos, M. S. dos. (2005). Canibalismo da memória: o negro nos museus brasileiros. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, (31).

Santos, G. (2009). *Relações raciais e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro.

Santos, M. C. T. M. (2001). Museu e educação: conceitos e métodos. Acessado em https://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/12/museu-e-educac3a7c3a3o.pdf

Santos, M. C. T. M. (Org.). (2005). *Política Nacional de Museus - Projeto Bahia*. Salvador: MinC/IPHAN/DEMU.

Sayão, T. J. (2004). *Nas veredas do folclore - Leituras sobre política cultural e identidade em Santa Catarina 1948-1975* (Dissertação de Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis. Acessado em https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87915/204242.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Schwarcz, L. M., & Queiroz, R. da S. (Orgs.). (1996). *Raça e Diversidade*. São Paulo: EDUSP.

SEM/SC. (2015). Dados preliminares do Cadastro Estadual de Museus.

Serpa, É. C. (1996). A identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas*, *14*(20), 63–79.

Serra, O. (2008). *Terreiro da Casa Branca: patrimônio do Brasil*. Salvador.

Seyferth, G. (1990). *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: UnB.

Silva, H. S. M. da. (2001). *Carroceiros, quitandeiros, marinheiros, pombeiros e outras agencias: Trabalho e sobrevivência de africanos e afrodescentes em Desterro na década da Abolição (1880-1888)* (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História). Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis.

Simão, M. (2006). *Lá vem o dia a dia lá, vem a Virge Maria. Agora e na hora de nossa morte: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro (1860-1880)* (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História). Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis.

Simão, M. (2016b). *Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira*. Brasília: Ibram.

Simão, M., & Biléssimo, A. R. (2008). Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos e as populações de origem africana em Desterro nos séculos XVIII e XIX: experiências, diversidade e solidariedade. In P. de J. F. Cardoso & C. MORTARI, *Pretos/as do*

Rosário: Pretos(as) do Rosário: Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. (sec. XIX). Itajaí/SC: Casa Aberta.

Soares, D. (2002). *Folclore Catarinense*. Florianópolis: UFSC.

Souza, C. (2006). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, *8*(16), 20–45.

Sub-Comissão Catarinense de Folclore. (1950, março). Boletim nº 3.

Thompson, E. P. (1963). *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Varine-Bohan, H. de. (1995). A respeito da Mesa-Redonda de Santiago. In M. M. Araújo & M. C. O. Bruno (Orgs.), *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos* (p. 17–19). São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM.

Velho, G. (2006). Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, *12*(1), 237–248.

Verdi, E. (1981). Por uma identidade cultural catarinense. *Travessia*, *3*, 114–126.

Vianna, O. (1923). *Evolução do Povo Brasileiro.* São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Vianna, O. (2005). *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal. Acessado em http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000067.pdf

Wissembach, M. C. (1998). *Sonhos africanos, vivências ladinas*. São Paulo: Hucitec.

Wittmann, L. T. (2007). *O Vapor e o Botoque: Imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.

Zanelatto, J. H. (2011). Comparação da imigração europeia e inserção sociopolítica dos imigrantes e seus descendentes nas regiões sul, Vale do Itajaí e norte de Santa Catarina (1850-1920). *Saeculum - Revista de História*, (24), 25–38.

Zanetti Jr., H. (2014). Direitos coletivos lato sensu: a definição conceitual dos direitos difusos, dos direitos coletivos stricto sensu e dos direitos individuais. Academia Brasileira de Direito Processual Civil.

Zubaran, M. A., & Machado, L. M. R. (2013). Representações Racializadas de Negros nos Museus: o que se diz e o que se ensina. In J. R. de Mattos (Org.), *Museus e Africanidades*. Porto Alegre: EDIJUC.

Zubaran, M. A., & Silva, P. B. G. e. (2012). Interlocuções sobre Estudos Afro-Brasileiros: Pertencimento étnico-racial, memórias negras e patrimônio cultural afro-brasileiro. *Currículo sem Fronteiras*, *12*(1), 130–140.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Questionário

QUESTIONÁRIO

PESQUISA: A presença Africana e Afro-Brasileira nos Museus e outros espaços culturais de Santa Catarina
Pesquisadora: Maristela Simão

PESQUISA: A presença Africana e Afro-Brasileira nos Museus e outros espaços culturais de Santa Catarina

Meu nome é Maristela Simão, sou doutoranda em Museologia pela Universidade Lusófona/Portugal, e meu tema de investigação é a presença Africana e Afro-Brasileira nos espaços museais de Santa Catarina. Estou entrando em contato com todos os museus cadastrados no Ibram, e na FCC, aqui do estado, e pedindo sua colaboração. Acredito que essa pesquisa pode colaborar para nosso maior entendimento sobre os museus catarinenses, auxiliando ações futuras sobre a temática.

Assim, tendo essas premissas como ponto de partida, através do estudo de exposições, acervos, documentos institucionais, publicações, pesquisas e outras atividades características dos museus, casas de memória, centros culturais e outros espaços museais, se pretende apresentar um estudo sobre a presença Africana e Afro-Brasileira nas instituições museais de Santa Catarina, com especial interesse sobre a construção de identidades e narrativas inerentes a esses processos.

Deste modo pedimos sua colaboração no preenchimento do formulário anexo, com questões referentes a sua Instituição e a temática apresentada. Também gostaria de enfatizar, ainda que, sua Instituição não tenha acervo ou outras referências sobre a temática Africana e Afro-Brasileira nos Museus e outros espaços culturais, é de suma importância o preenchimento do formulário, para fins estatísticos e outras análises.

Muito obrigada pela atenção e estou à disposição para quaisquer esclarecimentos,

Maristela Simão

Pesquisa Doutoramento Museologia – Universidade Lusófona/Portugal
Endereço Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7806165175065683
Telefone:(48)99732200

1-Nome da Instituição:

2-Situação de funcionamento:

[ ] Aberto [ ] Fechado [ ] Em implantação

3-Endereço

Município:
Telefone: ( ) / ( )
E-mail:
Site:
Responsável pela Instituição:

4-Natureza administrativa:

Público:
[ ] Federal [ ] Estadual [ ] Municipal
[ ] Privado
[ ] Outros

5-Há museólogo na Instituição?

[ ] Sim
[ ] Não

6-Tipologia do Acervo:

[ ] Antropologia e Etnografia
[ ] Arqueologia
[ ] Artes Visuais
[ ] Ciências Naturais e História Natural
[ ] Ciência e Tecnologia
[ ] História
[ ] Imagem e Som
[ ] Virtual
[ ] Arquivístico
[ ] Biblioteconômico
[ ] Documental
[ ] Outros
Qual?_____

7-A Instituição possui acervo referente a temática africana e/ou afro brasileira e/ou sobre o negro?

[ ] Sim [ ] Não

8-Se a reposta acima for sim, descreva as peças, documentos, coleções, outros:

_____
_____
_____

9-A instituição já organizou alguma exposição ou outro evento sobre a temática africana e/ou afro brasileira e/ou o negro?

[ ] Sim [ ] Não

10-Se sim, descreva quais e ano da exposição/evento/outro:

_____
_____
_____

11-Possui imagens, fotos, vídeos ou outra documentação referente a exposição/ evento/outro?

[ ] Sim [ ] Não

Descrever:

_____
_____
_____

Outras informações que a instituição considera relevante sobre a temática

_____
_____
_____

Obrigada pela colaboração!

APÊNDICE 2 - Dados do IBGE referentes à população de Santa Catarina – Projeção para 2014

Cidade	Branco	Preto	Pardo	Negros	Amarelo	Indígena	Total	Branco	Preto	Pardo	Amarelo	Indígena	Negros
Abdon Batista	2.190	190	270	460	3	0	3.113	70,35%	6,10%	8,67%	0,10%	0,00%	14,78%
Abelardo Luz	10.949	877	4.839	5.716	103	332	22.816	47,99%	3,84%	21,21%	0,45%	1,46%	25,05%
Agrolândia	8.121	53	1.133	1.186	9	7	10.509	77,28%	0,50%	10,78%	0,09%	0,07%	11,29%
Agronômica	4.592	88	211	299	13	0	5.203	88,26%	1,69%	4,06%	0,25%	0,00%	5,75%
Água Doce	4.631	408	1.815	2.223	85	22	9.184	50,42%	4,44%	19,76%	0,93%	0,24%	24,21%
Águas de Chapecó	4.257	278	1.525	1.803	45	5	7.913	53,80%	3,51%	19,27%	0,57%	0,06%	22,79%
Águas Frias	1.869	126	386	512	34	9	2.936	63,66%	4,29%	13,15%	1,16%	0,31%	17,44%
Águas Mornas	5.254	86	197	283	10	1	5.831	90,10%	1,47%	3,38%	0,17%	0,02%	4,85%
Alfredo Wagner	8.254	145	990	1.135	19	2	10.545	78,27%	1,38%	9,39%	0,18%	0,02%	10,76%
Alto Bela Vista	1.873	24	98	122	10	0	2.127	88,06%	1,13%	4,61%	0,47%	0,00%	5,74%
Anchieta	4.889	125	1.360	1.485	6	0	7.865	62,16%	1,59%	17,29%	0,08%	0,00%	18,88%
Angelina	5.125	34	81	115	10	0	5.365	95,53%	0,63%	1,51%	0,19%	0,00%	2,14%
Anita Garibaldi	5.472	181	2.885	3.066	69	16	11.689	46,81%	1,55%	24,68%	0,59%	0,14%	26,23%
Anitápolis	3.087	16	109	125	2	0	3.339	92,45%	0,48%	3,26%	0,06%	0,00%	3,74%
Antônio Carlos	7.008	125	315	440	9	1	7.898	88,73%	1,58%	3,99%	0,11%	0,01%	5,57%
Apiúna	8.469	65	1.030	1.095	18	18	10.695	79,19%	0,61%	9,63%	0,17%	0,17%	10,24%
Arabutã	3.891	58	239	297	5	0	4.490	86,66%	1,29%	5,32%	0,11%	0,00%	6,61%
Araquari	19.856	1.100	3.554	4.654	70	230	29.464	67,39%	3,73%	12,06%	0,24%	0,78%	15,80%
Araranguá	55.184	1.139	4.791	5.930	125	71	67.240	82,07%	1,69%	7,13%	0,19%	0,11%	8,82%
Armazém	7.215	69	462	531	7	0	8.284	87,10%	0,83%	5,58%	0,08%	0,00%	6,41%
Arroio Trinta	3.202	65	229	294	4	2	3.796	84,35%	1,71%	6,03%	0,11%	0,05%	7,74%
Arvoredo	1.945	115	175	290	15	10	2.550	76,27%	4,51%	6,86%	0,59%	0,39%	11,37%
Ascurra	7.083	31	286	317	10	2	7.729	91,64%	0,40%	3,70%	0,13%	0,03%	4,10%
Atalanta	3.083	67	121	188	29	0	3.488	88,39%	1,92%	3,47%	0,83%	0,00%	5,39%
Aurora	5.230	55	256	311	7	1	5.860	89,25%	0,94%	4,37%	0,12%	0,02%	5,31%
Balneário Arroio do Silva	8.243	317	976	1.293	17	33	10.879	75,77%	2,91%	8,97%	0,16%	0,30%	11,89%
Balneário Barra do Sul	7.414	160	754	914	36	66	9.344	79,35%	1,71%	8,07%	0,39%	0,71%	9,78%
Balneário Camboriú	94.114	2.092	11.135	13.227	625	123	121.316	77,58%	1,72%	9,18%	0,52%	0,10%	10,90%
Balneário Gaivota	7.634	156	421	577	15	8	8.811	86,64%	1,77%	4,78%	0,17%	0,09%	6,55%

Cidade	Branco	Preto	Pardo	Negros	Amarelo	Indígena	Total	Branco	Preto	Pardo	Amarelo	Indígena	Negros
Balneário Piçarras	14.658	338	2.011	2.349	52	19	19.427	75,45%	1,74%	10,35%	0,27%	0,10%	12,09%
Bandeirante	2.426	114	360	474	6	0	3.380	71,78%	3,37%	10,65%	0,18%	0,00%	14,02%
Barra Bonita	1.469	50	350	400	9	0	2.278	64,49%	2,19%	15,36%	0,40%	0,00%	17,56%
Barra Velha	18.633	501	3.086	3.587	109	57	25.973	71,74%	1,93%	11,88%	0,42%	0,22%	13,81%
Bela Vista do Toldo	4.713	331	902	1.233	58	0	7.237	65,12%	4,57%	12,46%	0,80%	0,00%	17,04%
Belmonte	2.115	15	503	518	2	0	3.153	67,08%	0,48%	15,95%	0,06%	0,00%	16,43%
Benedito Novo	9.307	134	794	928	81	20	11.264	82,63%	1,19%	7,05%	0,72%	0,18%	8,24%
Biguaçu	48.672	2.672	6.402	9.074	153	307	67.280	72,34%	3,97%	9,52%	0,23%	0,46%	13,49%
Blumenau	276.793	5.053	25.945	30.998	897	323	340.009	81,41%	1,49%	7,63%	0,26%	0,09%	9,12%
Bocaina do Sul	2.508	42	705	747	23	12	4.037	62,13%	1,04%	17,46%	0,57%	0,30%	18,50%
Bom Jardim da Serra	2.573	130	1.684	1.814	8	0	6.209	41,44%	2,09%	27,12%	0,13%	0,00%	29,22%
Bom Jesus	1.766	75	664	739	19	2	3.265	54,09%	2,30%	20,34%	0,58%	0,06%	22,63%
Bom Jesus do Oeste	1.916	49	156	205	11	0	2.337	81,99%	2,10%	6,68%	0,47%	0,00%	8,77%
Bom Retiro	6.548	364	1.945	2.309	71	14	11.251	58,20%	3,24%	17,29%	0,63%	0,12%	20,52%
Bombinhas	11.616	331	2.231	2.562	83	32	16.855	68,92%	1,96%	13,24%	0,49%	0,19%	15,20%
Botuverá	3.866	8	590	598	4	0	5.066	76,31%	0,16%	11,65%	0,08%	0,00%	11,80%
Braço do Norte	26.146	898	1.917	2.815	35	22	31.833	82,13%	2,82%	6,02%	0,11%	0,07%	8,84%
Braço do Trombudo	3.271	6	174	180	1	5	3.637	89,94%	0,16%	4,78%	0,03%	0,14%	4,95%
Brunópolis	2.304	187	330	517	29	0	3.367	68,43%	5,55%	9,80%	0,86%	0,00%	15,35%
Brusque	91.747	1.737	11.544	13.281	383	92	118.784	77,24%	1,46%	9,72%	0,32%	0,08%	11,18%
Caçador	48.814	1.997	19.228	21.225	587	136	91.987	53,07%	2,17%	20,90%	0,64%	0,15%	23,07%
Caibi	5.036	298	857	1.155	27	1	7.374	68,29%	4,04%	11,62%	0,37%	0,01%	15,66%
Calmon	1.728	203	1.393	1.596	45	18	4.983	34,68%	4,07%	27,96%	0,90%	0,36%	32,03%
Camboriú	51.945	1.605	8.482	10.087	262	67	72.448	71,70%	2,22%	11,71%	0,36%	0,09%	13,92%
Campo Alegre	9.860	266	1.578	1.844	41	3	13.592	72,54%	1,96%	11,61%	0,30%	0,02%	13,57%
Campo Belo do Sul	4.496	119	2.754	2.873	110	4	10.356	43,41%	1,15%	26,59%	1,06%	0,04%	27,74%
Campo Erê	6.144	517	2.605	3.122	94	10	12.492	49,18%	4,14%	20,85%	0,75%	0,08%	24,99%
Campos Novos	24.178	802	7.561	8.363	220	63	41.187	58,70%	1,95%	18,36%	0,53%	0,15%	20,30%
Canelinha	9.149	313	1.097	1.410	15	29	12.013	76,16%	2,61%	9,13%	0,12%	0,24%	11,74%
Canoinhas	43.446	652	8.423	9.075	227	17	61.840	70,26%	1,05%	13,62%	0,37%	0,03%	14,67%

Cidade	Branco	Preto	Pardo	Negros	Amarelo	Indígena	Total	Branco	Preto	Pardo	Amarelo	Indígena	Negros
Capão Alto	1.998	61	680	741	12	2	3.494	57,18%	1,75%	19,46%	0,34%	0,06%	21,21%
Capinzal	16.274	407	3.941	4.348	110	37	25.117	64,79%	1,62%	15,69%	0,44%	0,15%	17,31%
Capivari de Baixo	17.620	1.823	2.193	4.016	26	12	25.690	68,59%	7,10%	8,54%	0,10%	0,05%	15,63%
Catanduvas	6.057	193	3.244	3.437	54	7	12.992	46,62%	1,49%	24,97%	0,42%	0,05%	26,45%
Caxambu do Sul	3.370	860	158	1.018	16	7	5.429	62,07%	15,84%	2,91%	0,29%	0,13%	18,75%
Celso Ramos	2.262	53	455	508	1	0	3.279	68,98%	1,62%	13,88%	0,03%	0,00%	15,49%
Cerro Negro	1.876	78	1.610	1.688	17	0	5.269	35,60%	1,48%	30,56%	0,32%	0,00%	32,04%
Chapadão do Lageado	2.474	38	225	263	20	5	3.025	81,79%	1,26%	7,44%	0,66%	0,17%	8,69%
Chapecó	140.735	4.934	35.307	40.241	1.099	1.455	223.771	62,89%	2,20%	15,78%	0,49%	0,65%	17,98%
Cocal do Sul	14.282	206	616	822	49	6	15.981	89,37%	1,29%	3,85%	0,31%	0,04%	5,14%
Concórdia	58.876	1.847	7.501	9.348	338	59	77.969	75,51%	2,37%	9,62%	0,43%	0,08%	11,99%
Cordilheira Alta	3.145	170	424	594	28	0	4.361	72,12%	3,90%	9,72%	0,64%	0,00%	13,62%
Coronel Freitas	8.437	313	1.429	1.742	33	1	11.955	70,57%	2,62%	11,95%	0,28%	0,01%	14,57%
Coronel Martins	1.830	264	360	624	4	0	3.082	59,38%	8,57%	11,68%	0,13%	0,00%	20,25%
Correia Pinto	10.408	618	3.463	4.081	291	5	18.866	55,17%	3,28%	18,36%	1,54%	0,03%	21,63%
Corupá	12.726	100	994	1.094	32	0	14.946	85,15%	0,67%	6,65%	0,21%	0,00%	7,32%
Criciúma	166.201	11.642	13.861	25.503	393	211	217.811	76,31%	5,35%	6,36%	0,18%	0,10%	11,71%
Cunha Porã	9.626	175	774	949	37	1	11.562	83,26%	1,51%	6,69%	0,32%	0,01%	8,21%
Cunhataí	1.836	46	0	46	0	0	1.928	95,23%	2,39%	0,00%	0,00%	0,00%	2,39%
Curitibanos	26.360	639	10.193	10.832	502	54	48.580	54,26%	1,32%	20,98%	1,03%	0,11%	22,30%
Descanso	7.524	100	993	1.093	8	9	9.727	77,35%	1,03%	10,21%	0,08%	0,09%	11,24%
Dionísio Cerqueira	10.339	462	3.860	4.322	8	142	19.133	54,04%	2,41%	20,17%	0,04%	0,74%	22,59%
Dona Emma	3.318	58	322	380	19	4	4.101	80,91%	1,41%	7,85%	0,46%	0,10%	9,27%
Doutor Pedrinho	3.097	15	271	286	2	219	3.890	79,61%	0,39%	6,97%	0,05%	5,63%	7,35%
Entre Rios	1.564	131	675	806	28	620	3.824	40,90%	3,43%	17,65%	0,73%	16,21%	21,08%
Ermo	1.908	30	95	125	13	4	2.175	87,72%	1,38%	4,37%	0,60%	0,18%	5,75%
Erval Velho	3.627	115	593	708	16	1	5.060	71,68%	2,27%	11,72%	0,32%	0,02%	13,99%
Faxinal dos Guedes	7.495	485	2.658	3.143	9	14	13.804	54,30%	3,51%	19,26%	0,07%	0,10%	22,77%
Flor do Sertão	1.206	89	286	375	7	0	1.963	61,44%	4,53%	14,57%	0,36%	0,00%	19,10%
Florianópolis	356.142	20.865	41.009	61.874	2.196	1.028	483.114	73,72%	4,32%	8,49%	0,45%	0,21%	12,81%

Cidade	Branco	Preto	Pardo	Negros	Amarelo	Indígena	Total	Branco	Preto	Pardo	Amarelo	Indígena	Negros
Formosa do Sul	2.176	193	232	425	0	0	3.026	71,91%	6,38%	7,67%	0,00%	0,00%	14,04%
Forquilhinha	20.136	492	1.806	2.298	87	27	24.846	81,04%	1,98%	7,27%	0,35%	0,11%	9,25%
Fraiburgo	23.281	751	10.197	10.948	198	126	45.501	51,17%	1,65%	22,41%	0,44%	0,28%	24,06%
Frei Rogério	1.675	8	717	725	73	1	3.199	52,36%	0,25%	22,41%	2,28%	0,03%	22,66%
Galvão	2.514	288	652	940	17	1	4.412	56,98%	6,53%	14,78%	0,39%	0,02%	21,31%
Garopaba	16.449	566	1.075	1.641	33	15	19.779	83,16%	2,86%	5,44%	0,17%	0,08%	8,30%
Garuva	11.473	330	2.820	3.150	91	47	17.911	64,06%	1,84%	15,74%	0,51%	0,26%	17,59%
Gaspar	51.332	1.260	5.107	6.367	214	68	64.348	79,77%	1,96%	7,94%	0,33%	0,11%	9,89%
Governador Celso Ramos	12.045	269	664	933	20	1	13.932	86,46%	1,93%	4,77%	0,14%	0,01%	6,70%
Grão Pará	5.860	126	230	356	2	5	6.579	89,07%	1,92%	3,50%	0,03%	0,08%	5,41%
Gravatal	9.671	519	437	956	3	5	11.591	83,44%	4,48%	3,77%	0,03%	0,04%	8,25%
Guabiruba	16.657	168	1.576	1.744	22	7	20.174	82,57%	0,83%	7,81%	0,11%	0,03%	8,64%
Guaraciaba	9.303	82	1.098	1.180	13	2	11.678	79,66%	0,70%	9,40%	0,11%	0,02%	10,10%
Guaramirim	29.686	546	4.780	5.326	118	42	40.498	73,30%	1,35%	11,80%	0,29%	0,10%	13,15%
Guarujá do Sul	4.183	147	543	690	33	2	5.598	74,72%	2,63%	9,70%	0,59%	0,04%	12,33%
Guatambú	3.321	287	997	1.284	73	1	5.963	55,69%	4,81%	16,72%	1,22%	0,02%	21,53%
Herval d'Oeste	15.263	784	5.122	5.906	53	17	27.145	56,23%	2,89%	18,87%	0,20%	0,06%	21,76%
Ibiam	1.623	23	280	303	19	0	2.248	72,20%	1,02%	12,46%	0,85%	0,00%	13,48%
Ibicaré	2.911	427	22	449	9	4	3.822	76,16%	11,17%	0,58%	0,24%	0,10%	11,75%
Ibirama	16.130	294	836	1.130	48	22	18.460	87,38%	1,59%	4,53%	0,26%	0,12%	6,12%
Içara	53.973	1.914	2.767	4.681	111	68	63.514	84,98%	3,01%	4,36%	0,17%	0,11%	7,37%
Ilhota	10.693	166	1.454	1.620	19	23	13.975	76,52%	1,19%	10,40%	0,14%	0,16%	11,59%
Imaruí	10.836	195	501	696	7	133	12.368	87,61%	1,58%	4,05%	0,06%	1,08%	5,63%
Imbituba	37.063	1.288	1.717	3.005	57	45	43.175	85,84%	2,98%	3,98%	0,13%	0,10%	6,96%
Imbuia	5.444	47	197	244	19	0	5.951	91,48%	0,79%	3,31%	0,32%	0,00%	4,10%
Indaial	48.024	831	5.704	6.535	198	97	61.389	78,23%	1,35%	9,29%	0,32%	0,16%	10,65%
Iomerê	2.669	51	19	70	0	0	2.809	95,02%	1,82%	0,68%	0,00%	0,00%	2,49%
Ipira	4.388	62	296	358	6	0	5.110	85,87%	1,21%	5,79%	0,12%	0,00%	7,01%
Iporã do Oeste	7.778	167	433	600	29	2	9.009	86,34%	1,85%	4,81%	0,32%	0,02%	6,66%
Ipuaçu	2.564	119	663	782	16	3.436	7.580	33,83%	1,57%	8,75%	0,21%	45,33%	10,32%

Cidade	Branco	Preto	Pardo	Negros	Amarelo	Indígena	Total	Branco	Preto	Pardo	Amarelo	Indígena	Negros
Ipumirim	6.647	179	384	563	5	5	7.783	85,40%	2,30%	4,93%	0,06%	0,06%	7,23%
Iraceminha	3.627	136	477	613	7	6	4.866	74,54%	2,79%	9,80%	0,14%	0,12%	12,60%
Irani	7.040	587	1.758	2.345	137	9	11.876	59,28%	4,94%	14,80%	1,15%	0,08%	19,75%
Irati	1.574	230	270	500	22	0	2.596	60,63%	8,86%	10,40%	0,85%	0,00%	19,26%
Irineópolis	7.896	170	2.363	2.533	8	11	12.981	60,83%	1,31%	18,20%	0,06%	0,08%	19,51%
Itá	5.555	273	540	813	53	5	7.239	76,74%	3,77%	7,46%	0,73%	0,07%	11,23%
Itaiópolis	16.348	253	3.525	3.778	134	41	24.079	67,89%	1,05%	14,64%	0,56%	0,17%	15,69%
Itajaí	154.245	7.192	21.056	28.248	690	190	211.621	72,89%	3,40%	9,95%	0,33%	0,09%	13,35%
Itapema	38.794	1.419	5.210	6.629	249	125	52.426	74,00%	2,71%	9,94%	0,47%	0,24%	12,64%
Itapiranga	13.743	214	1.334	1.548	104	14	16.957	81,05%	1,26%	7,87%	0,61%	0,08%	9,13%
Itapoá	11.177	323	3.144	3.467	77	42	18.230	61,31%	1,77%	17,25%	0,42%	0,23%	19,02%
Ituporanga	20.005	703	1.492	2.195	45	5	24.445	81,84%	2,88%	6,10%	0,18%	0,02%	8,98%
Jaborá	3.234	232	536	768	38	1	4.809	67,25%	4,82%	11,15%	0,79%	0,02%	15,97%
Jacinto Machado	9.003	170	1.417	1.587	15	4	12.196	73,82%	1,39%	11,62%	0,12%	0,03%	13,01%
Jaguaruna	15.429	912	921	1.833	21	7	19.123	80,68%	4,77%	4,82%	0,11%	0,04%	9,59%
Jaraguá do Sul	123.671	3.188	15.666	18.854	478	120	161.977	76,35%	1,97%	9,67%	0,30%	0,07%	11,64%
Jardinópolis	1.433	74	226	300	33	0	2.066	69,36%	3,58%	10,94%	1,60%	0,00%	14,52%
Joaçaba	22.193	732	3.874	4.606	212	9	31.626	70,17%	2,31%	12,25%	0,67%	0,03%	14,56%
Joinville	441.813	13.133	57.861	70.994	1.958	523	586.282	75,36%	2,24%	9,87%	0,33%	0,09%	12,11%
José Boiteux	3.582	59	191	250	5	884	4.971	72,06%	1,19%	3,84%	0,10%	17,78%	5,03%
Jupiá	1.840	120	173	293	15	0	2.441	75,38%	4,92%	7,09%	0,61%	0,00%	12,00%
Lacerdópolis	1.964	68	165	233	1	1	2.432	80,76%	2,80%	6,78%	0,04%	0,04%	9,58%
Lages	113.831	5.000	36.696	41.696	999	201	198.423	57,37%	2,52%	18,49%	0,50%	0,10%	21,01%
Laguna	45.873	2.125	3.370	5.495	89	105	57.057	80,40%	3,72%	5,91%	0,16%	0,18%	9,63%
Lajeado Grande	1.271	114	98	212	4	3	1.702	74,68%	6,70%	5,76%	0,24%	0,18%	12,46%
Laurentino	5.762	42	195	237	5	0	6.241	92,32%	0,67%	3,12%	0,08%	0,00%	3,80%
Lauro Muller	13.003	252	1.069	1.321	20	23	15.688	82,89%	1,61%	6,81%	0,13%	0,15%	8,42%
Lebon Régis	6.704	181	4.811	4.992	130	12	16.830	39,83%	1,08%	28,59%	0,77%	0,07%	29,66%
Leoberto Leal	3.332	4	28	32	1	0	3.397	98,09%	0,12%	0,82%	0,03%	0,00%	0,94%
Lindóia do Sul	3.937	228	467	695	7	3	5.337	73,77%	4,27%	8,75%	0,13%	0,06%	13,02%

Cidade	Branco	Preto	Pardo	Negros	Amarelo	Indígena	Total	Branco	Preto	Pardo	Amarelo	Indígena	Negros
Lontras	9.579	98	518	616	34	15	10.860	88,20%	0,90%	4,77%	0,31%	0,14%	5,67%
Luiz Alves	9.076	120	1.192	1.312	48	2	11.750	77,24%	1,02%	10,14%	0,41%	0,02%	11,17%
Luzerna	5.029	28	531	559	12	0	6.159	81,65%	0,45%	8,62%	0,19%	0,00%	9,08%
Macieira	1.393	20	412	432	1	0	2.258	61,69%	0,89%	18,25%	0,04%	0,00%	19,13%
Mafra	45.154	522	6.975	7.497	200	61	60.409	74,75%	0,86%	11,55%	0,33%	0,10%	12,41%
Major Gercino	3.115	25	64	89	2	73	3.368	92,49%	0,74%	1,90%	0,06%	2,17%	2,64%
Major Vieira	5.934	74	1.441	1.515	30	0	8.994	65,98%	0,82%	16,02%	0,33%	0,00%	16,84%
Maracajá	5.870	89	399	488	25	21	6.892	85,17%	1,29%	5,79%	0,36%	0,30%	7,08%
Maravilha	18.784	458	2.766	3.224	79	14	25.325	74,17%	1,81%	10,92%	0,31%	0,06%	12,73%
Marema	1.950	149	95	244	7	2	2.447	79,69%	6,09%	3,88%	0,29%	0,08%	9,97%
Massaranduba	13.638	88	917	1.005	16	15	15.679	86,98%	0,56%	5,85%	0,10%	0,10%	6,41%
Matos Costa	1.849	123	803	926	52	12	3.765	49,11%	3,27%	21,33%	1,38%	0,32%	24,59%
Meleiro	6.851	41	105	146	3	0	7.146	95,87%	0,57%	1,47%	0,04%	0,00%	2,04%
Mirim Doce	2.231	14	267	281	1	0	2.794	79,85%	0,50%	9,56%	0,04%	0,00%	10,06%
Modelo	3.412	50	569	619	8	6	4.664	73,16%	1,07%	12,20%	0,17%	0,13%	13,27%
Mondaí	8.903	232	1.079	1.311	14	3	11.542	77,14%	2,01%	9,35%	0,12%	0,03%	11,36%
Monte Carlo	6.041	450	2.706	3.156	112	3	12.468	48,45%	3,61%	21,70%	0,90%	0,02%	25,31%
Monte Castelo	6.055	202	2.075	2.277	13	1	10.623	57,00%	1,90%	19,53%	0,12%	0,01%	21,43%
Morro da Fumaça	14.603	656	833	1.489	12	22	17.615	82,90%	3,72%	4,73%	0,07%	0,12%	8,45%
Morro Grande	2.734	49	107	156	0	0	3.046	89,76%	1,61%	3,51%	0,00%	0,00%	5,12%
Navegantes	48.324	1.617	10.129	11.746	294	192	72.302	66,84%	2,24%	14,01%	0,41%	0,27%	16,25%
Nova Erechim	3.541	107	616	723	11	0	4.998	70,85%	2,14%	12,32%	0,22%	0,00%	14,47%
Nova Itaberaba	3.323	90	839	929	15	0	5.196	63,95%	1,73%	16,15%	0,29%	0,00%	17,88%
Nova Trento	11.286	81	780	861	24	19	13.051	86,48%	0,62%	5,98%	0,18%	0,15%	6,60%
Nova Veneza	11.853	381	1.008	1.389	61	6	14.698	80,64%	2,59%	6,86%	0,42%	0,04%	9,45%
Novo Horizonte	2.253	116	362	478	19	0	3.228	69,80%	3,59%	11,21%	0,59%	0,00%	14,81%
Orleans	19.860	331	1.167	1.498	24	11	22.891	86,76%	1,45%	5,10%	0,10%	0,05%	6,54%
Otacílio Costa	11.763	180	4.124	4.304	250	20	20.641	56,99%	0,87%	19,98%	1,21%	0,10%	20,85%
Ouro	6.526	160	653	813	21	12	8.185	79,73%	1,95%	7,98%	0,26%	0,15%	9,93%
Ouro Verde	1.451	22	780	802	17	1	3.073	47,22%	0,72%	25,38%	0,55%	0,03%	26,10%

Cidade	Branco	Preto	Pardo	Negros	Amarelo	Indígena	Total	Branco	Preto	Pardo	Amarelo	Indígena	Negros
Paial	1.430	68	253	321	11	1	2.084	68,62%	3,26%	12,14%	0,53%	0,05%	15,40%
Painel	1.646	130	554	684	23	0	3.037	54,20%	4,28%	18,24%	0,76%	0,00%	22,52%
Palhoça	115.829	5.375	15.345	20.720	371	414	158.054	73,28%	3,40%	9,71%	0,23%	0,26%	13,11%
Palma Sola	5.703	597	1.436	2.033	18	11	9.798	58,21%	6,09%	14,66%	0,18%	0,11%	20,75%
Palmeira	1.654	64	611	675	39	5	3.048	54,27%	2,10%	20,05%	1,28%	0,16%	22,15%
Palmitos	13.730	544	1.645	2.189	86	15	18.209	75,40%	2,99%	9,03%	0,47%	0,08%	12,02%
Papanduva	13.095	211	4.514	4.725	91	17	22.653	57,81%	0,93%	19,93%	0,40%	0,08%	20,86%
Paraíso	3.311	97	657	754	15	0	4.834	68,49%	2,01%	13,59%	0,31%	0,00%	15,60%
Passo de Torres	5.988	123	491	614	17	8	7.241	82,70%	1,70%	6,78%	0,23%	0,11%	8,48%
Passos Maia	2.612	401	1.303	1.704	102	7	6.129	42,62%	6,54%	21,26%	1,66%	0,11%	27,80%
Paulo Lopes	5.949	239	484	723	20	0	7.415	80,23%	3,22%	6,53%	0,27%	0,00%	9,75%
Pedras Grandes	4.005	16	82	98	2	2	4.205	95,24%	0,38%	1,95%	0,05%	0,05%	2,33%
Penha	22.139	396	2.526	2.922	68	12	28.063	78,89%	1,41%	9,00%	0,24%	0,04%	10,41%
Peritiba	2.792	14	181	195	1	0	3.183	87,72%	0,44%	5,69%	0,03%	0,00%	6,13%
Petrolândia	5.467	81	561	642	18	4	6.773	80,72%	1,20%	8,28%	0,27%	0,06%	9,48%
Pinhalzinho	13.651	548	2.045	2.593	68	20	18.925	72,13%	2,90%	10,81%	0,36%	0,11%	13,70%
Pinheiro Preto	2.522	128	485	613	9	3	3.760	67,07%	3,40%	12,90%	0,24%	0,08%	16,30%
Piratuba	4.085	59	605	664	32	5	5.450	74,95%	1,08%	11,10%	0,59%	0,09%	12,18%
Planalto Alegre	1.917	92	644	736	1	0	3.390	56,55%	2,71%	19,00%	0,03%	0,00%	21,71%
Pomerode	25.508	206	1.936	2.142	90	19	29.901	85,31%	0,69%	6,47%	0,30%	0,06%	7,16%
Ponte Alta	3.113	124	1.635	1.759	21	1	6.653	46,79%	1,86%	24,58%	0,32%	0,02%	26,44%
Ponte Alta do Norte	1.826	35	1.413	1.448	29	0	4.751	38,43%	0,74%	29,74%	0,61%	0,00%	30,48%
Ponte Serrada	6.549	725	3.559	4.284	193	5	15.315	42,76%	4,73%	23,24%	1,26%	0,03%	27,97%
Porto Belo	14.196	477	1.354	1.831	44	12	17.914	79,25%	2,66%	7,56%	0,25%	0,07%	10,22%
Porto União	26.843	750	5.558	6.308	248	94	39.801	67,44%	1,88%	13,96%	0,62%	0,24%	15,85%
Pouso Redondo	12.152	92	2.394	2.486	164	8	17.296	70,26%	0,53%	13,84%	0,95%	0,05%	14,37%
Praia Grande	6.534	246	443	689	33	11	7.956	82,13%	3,09%	5,57%	0,41%	0,14%	8,66%
Presidente Castello Branco	1.657	19	43	62	6	0	1.787	92,73%	1,06%	2,41%	0,34%	0,00%	3,47%
Presidente Getúlio	13.722	172	920	1.092	31	42	15.979	85,88%	1,08%	5,76%	0,19%	0,26%	6,83%
Presidente Nereu	2.093	8	182	190	1	0	2.474	84,60%	0,32%	7,36%	0,04%	0,00%	7,68%

Cidade	Branco	Preto	Pardo	Negros	Amarelo	Indígena	Total	Branco	Preto	Pardo	Amarelo	Indígena	Negros
Princesa	2.318	19	409	428	12	0	3.186	72,76%	0,60%	12,84%	0,38%	0,00%	13,43%
Quilombo	8.190	439	1.541	1.980	67	11	12.228	66,98%	3,59%	12,60%	0,55%	0,09%	16,19%
Rancho Queimado	2.557	32	152	184	7	0	2.932	87,21%	1,09%	5,18%	0,24%	0,00%	6,28%
Rio das Antas	4.363	190	1.557	1.747	20	13	7.890	55,30%	2,41%	19,73%	0,25%	0,16%	22,14%
Rio do Campo	5.437	138	596	734	17	4	6.926	78,50%	1,99%	8,61%	0,25%	0,06%	10,60%
Rio do Oeste	6.616	43	393	436	36	2	7.526	87,91%	0,57%	5,22%	0,48%	0,03%	5,79%
Rio do Sul	55.041	1.263	4.617	5.880	171	106	67.078	82,06%	1,88%	6,88%	0,25%	0,16%	8,77%
Rio dos Cedros	9.010	116	1.117	1.233	35	6	11.517	78,23%	1,01%	9,70%	0,30%	0,05%	10,71%
Rio Fortuna	4.308	39	16	55	81	2	4.501	95,71%	0,87%	0,36%	1,80%	0,04%	1,22%
Rio Negrinho	31.799	477	7.422	7.899	120	28	47.745	66,60%	1,00%	15,55%	0,25%	0,06%	16,54%
Rio Rufino	1.616	103	681	784	36	0	3.220	50,19%	3,20%	21,15%	1,12%	0,00%	24,35%
Riqueza	3.800	174	836	1.010	28	0	5.848	64,98%	2,98%	14,30%	0,48%	0,00%	17,27%
Rodeio	10.219	81	596	677	9	17	11.599	88,10%	0,70%	5,14%	0,08%	0,15%	5,84%
Romelândia	4.338	100	1.097	1.197	16	0	6.748	64,29%	1,48%	16,26%	0,24%	0,00%	17,74%
Salete	6.699	24	634	658	12	1	8.028	83,45%	0,30%	7,90%	0,15%	0,01%	8,20%
Saltinho	2.687	136	1.114	1.250	24	0	5.211	51,56%	2,61%	21,38%	0,46%	0,00%	23,99%
Salto Veloso	3.418	130	722	852	31	0	5.153	66,33%	2,52%	14,01%	0,60%	0,00%	16,53%
Sangão	9.191	544	659	1.203	6	0	11.603	79,21%	4,69%	5,68%	0,05%	0,00%	10,37%
Santa Cecília	11.029	426	4.107	4.533	173	22	20.290	54,36%	2,10%	20,24%	0,85%	0,11%	22,34%
Santa Helena	2.019	50	313	363	0	0	2.745	73,55%	1,82%	11,40%	0,00%	0,00%	13,22%
Santa Rosa de Lima	1.983	10	70	80	2	0	2.145	92,45%	0,47%	3,26%	0,09%	0,00%	3,73%
Santa Rosa do Sul	7.247	354	432	786	16	5	8.840	81,98%	4,00%	4,89%	0,18%	0,06%	8,89%
Santa Terezinha	7.512	101	1.118	1.219	36	0	9.986	75,23%	1,01%	11,20%	0,36%	0,00%	12,21%
Santa Terezinha do Progresso	2.257	183	443	626	11	2	3.522	64,08%	5,20%	12,58%	0,31%	0,06%	17,77%
Santiago do Sul	1.135	80	244	324	5	1	1.789	63,44%	4,47%	13,64%	0,28%	0,06%	18,11%
Santo Amaro da Imperatriz	18.250	595	950	1.545	17	11	21.368	85,41%	2,78%	4,45%	0,08%	0,05%	7,23%
São Bento do Sul	64.503	906	9.144	10.050	214	34	84.851	76,02%	1,07%	10,78%	0,25%	0,04%	11,84%
São Bernardino	1.867	268	532	800	7	3	3.477	53,70%	7,71%	15,30%	0,20%	0,09%	23,01%
São Bonifácio	2.949	26	26	52	7	0	3.060	96,37%	0,85%	0,85%	0,23%	0,00%	1,70%
São Carlos	8.968	217	1.079	1.296	26	1	11.587	77,40%	1,87%	9,31%	0,22%	0,01%	11,18%

Cidade	Branco	Preto	Pardo	Negros	Amarelo	Indígena	Total	Branco	Preto	Pardo	Amarelo	Indígena	Negros
São Cristovão do Sul	3.339	237	1.296	1.533	134	6	6.545	51,02%	3,62%	19,80%	2,05%	0,09%	23,42%
São Domingos	6.746	492	2.245	2.737	6	2	12.228	55,17%	4,02%	18,36%	0,05%	0,02%	22,38%
São Francisco do Sul	33.894	1.523	6.699	8.222	205	199	50.742	66,80%	3,00%	13,20%	0,40%	0,39%	16,20%
São João Batista	23.386	505	2.296	2.801	40	33	29.061	80,47%	1,74%	7,90%	0,14%	0,11%	9,64%
São João do Itaperiú	3.277	34	117	151	7	0	3.586	91,38%	0,95%	3,26%	0,20%	0,00%	4,21%
São João do Oeste	5.882	30	124	154	0	0	6.190	95,02%	0,48%	2,00%	0,00%	0,00%	2,49%
São João do Sul	6.515	127	350	477	6	4	7.479	87,11%	1,70%	4,68%	0,08%	0,05%	6,38%
São Joaquim	16.272	1.335	6.890	8.225	294	21	33.037	49,25%	4,04%	20,86%	0,89%	0,06%	24,90%
São José	176.987	10.782	20.820	31.602	782	433	241.406	73,32%	4,47%	8,62%	0,32%	0,18%	13,09%
São José do Cedro	11.556	491	1.588	2.079	44	5	15.763	73,31%	3,11%	10,07%	0,28%	0,03%	13,19%
São José do Cerrito	6.831	270	2.023	2.293	148	1	11.566	59,06%	2,33%	17,49%	1,28%	0,01%	19,83%
São Lourenço do Oeste	18.249	529	2.958	3.487	51	5	25.279	72,19%	2,09%	11,70%	0,20%	0,02%	13,79%
São Ludgero	9.789	332	828	1.160	30	14	12.153	80,55%	2,73%	6,81%	0,25%	0,12%	9,54%
São Martinho	3.120	10	78	88	1	0	3.297	94,63%	0,30%	2,37%	0,03%	0,00%	2,67%
São Miguel da Boa Vista	1.604	43	243	286	14	0	2.190	73,24%	1,96%	11,10%	0,64%	0,00%	13,06%
São Miguel do Oeste	30.175	1.001	4.984	5.985	88	58	42.291	71,35%	2,37%	11,79%	0,21%	0,14%	14,15%
São Pedro de Alcântara	4.027	162	501	663	9	5	5.367	75,03%	3,02%	9,33%	0,17%	0,09%	12,35%
Saudades	8.132	388	479	867	13	4	9.883	82,28%	3,93%	4,85%	0,13%	0,04%	8,77%
Schroeder	12.898	198	2.126	2.324	63	31	17.640	73,12%	1,12%	12,05%	0,36%	0,18%	13,17%
Seara	14.362	535	1.811	2.346	90	138	19.282	74,48%	2,77%	9,39%	0,47%	0,72%	12,17%
Serra Alta	2.753	63	458	521	11	0	3.806	72,33%	1,66%	12,03%	0,29%	0,00%	13,69%
Siderópolis	10.961	876	1.136	2.012	19	6	15.010	73,02%	5,84%	7,57%	0,13%	0,04%	13,40%
Sombrio	24.896	603	1.028	1.631	67	19	28.244	88,15%	2,13%	3,64%	0,24%	0,07%	5,77%
Sul Brasil	2.201	89	449	538	27	0	3.304	66,62%	2,69%	13,59%	0,82%	0,00%	16,28%
Taió	15.750	176	1.297	1.473	26	11	18.733	84,08%	0,94%	6,92%	0,14%	0,06%	7,86%
Tangará	7.125	250	1.266	1.516	31	2	10.190	69,92%	2,45%	12,42%	0,30%	0,02%	14,88%
Tigrinhos	1.351	59	333	392	14	0	2.149	62,87%	2,75%	15,50%	0,65%	0,00%	18,24%
Tijucas	26.598	1.364	2.728	4.092	56	214	35.052	75,88%	3,89%	7,78%	0,16%	0,61%	11,67%
Timbé do Sul	4.709	111	478	589	9	1	5.897	79,85%	1,88%	8,11%	0,15%	0,02%	9,99%
Timbó	34.052	344	2.219	2.563	129	30	39.337	86,56%	0,87%	5,64%	0,33%	0,08%	6,52%

Cidade	Branco	Preto	Pardo	Negros	Amarelo	Indígena	Total	Branco	Preto	Pardo	Amarelo	Indígena	Negros
Timbó Grande	4.242	54	2.836	2.890	33	2	10.057	42,18%	0,54%	28,20%	0,33%	0,02%	28,74%
Três Barras	12.484	406	5.179	5.585	47	13	23.714	52,64%	1,71%	21,84%	0,20%	0,05%	23,55%
Treviso	3.302	22	202	224	0	1	3.751	88,03%	0,59%	5,39%	0,00%	0,03%	5,97%
Treze de Maio	6.675	56	135	191	3	7	7.067	94,45%	0,79%	1,91%	0,04%	0,10%	2,70%
Treze Tílias	5.091	72	1.170	1.242	8	0	7.583	67,14%	0,95%	15,43%	0,11%	0,00%	16,38%
Trombudo Central	5.675	74	785	859	11	8	7.412	76,57%	1,00%	10,59%	0,15%	0,11%	11,59%
Tubarão	88.260	4.067	4.680	8.747	171	57	105.982	83,28%	3,84%	4,42%	0,16%	0,05%	8,25%
Tunápolis	4.383	73	168	241	8	1	4.874	89,93%	1,50%	3,45%	0,16%	0,02%	4,94%
Turvo	10.903	152	780	932	15	4	12.786	85,27%	1,19%	6,10%	0,12%	0,03%	7,29%
União do Oeste	2.282	177	434	611	11	6	3.521	64,81%	5,03%	12,33%	0,31%	0,17%	17,35%
Urubici	7.699	370	2.565	2.935	62	3	13.634	56,47%	2,71%	18,81%	0,45%	0,02%	21,53%
Urupema	1.874	287	302	589	18	1	3.071	61,02%	9,35%	9,83%	0,59%	0,03%	19,18%
Urussanga	19.292	395	519	914	11	6	21.137	91,27%	1,87%	2,46%	0,05%	0,03%	4,32%
Vargeão	2.648	206	675	881	1	2	4.413	60,00%	4,67%	15,30%	0,02%	0,05%	19,96%
Vargem	2.160	57	582	639	9	0	3.447	62,66%	1,65%	16,88%	0,26%	0,00%	18,54%
Vargem Bonita	2.995	303	1.338	1.641	149	8	6.434	46,55%	4,71%	20,80%	2,32%	0,12%	25,51%
Vidal Ramos	5.799	106	377	483	5	3	6.773	85,62%	1,57%	5,57%	0,07%	0,04%	7,13%
Videira	37.572	1.457	7.762	9.219	340	57	56.407	66,61%	2,58%	13,76%	0,60%	0,10%	16,34%
Vitor Meireles	4.486	14	274	288	2	431	5.495	81,64%	0,25%	4,99%	0,04%	7,84%	5,24%
Witmarsum	3.361	5	233	238	0	1	3.838	87,57%	0,13%	6,07%	0,00%	0,03%	6,20%
Xanxerê	32.680	1.426	9.412	10.838	448	162	54.966	59,45%	2,59%	17,12%	0,82%	0,29%	19,72%
Xavantina	3.745	130	264	394	2	1	4.536	82,56%	2,87%	5,82%	0,04%	0,02%	8,69%
Xaxim	19.984	713	4.899	5.612	92	25	31.325	63,80%	2,28%	15,64%	0,29%	0,08%	17,92%
Zortéa	2.177	36	770	806	8	0	3.797	57,33%	0,95%	20,28%	0,21%	0,00%	21,23%

APÊNDICE 3 – Banco de dados referentes ao levantamento dos museus de Santa Catarina

Ordem	Cidade	Nome da Instituição:	Região Museológica	Cadastro Ibram	Cadastro SEM/SC
1	Abelardo Luz	Centro Municipal de Cultura Marlene Agatha Piccinin	1 - Oeste	x	
2	Águas de Chapecó	Casa de Memória de Águas de Chapecó	1 - Oeste	x	x
3	Alfredo Wagner	Museu de Arqueologia de Lomba Alta	5 - Grande Florianópolis	x	
4	Alto Bela Vista	Casa da Memória e da Cultura de Alto Bela Vista	2 - Meio-Oeste	x	
5	Angelina	Acervo Histórico das Irmãs Franciscanas de São José	5 - Grande Florianópolis	x	
6	Antonio Carlos	Museu Municipal Cônego Dr. Raulino Reitz	5 - Grande Florianópolis	x	x
7	Araquari	Espaço de Memória de Araquari	7 - Norte		x
8	Araquari	Museu da Imagem	7 - Norte	x	
9	Araranguá	Museu Histórico de Araranguá	4 - Sul	x	x
10	Ascurra	Parque Nacional da Serra do Itajaí	6 - Vale do Itajaí	x	
11	Atalanta	Museu Histórico Municipal Wogeck Kubiack	6 - Vale do Itajaí	x	x
12	Balneário Arroio do Silva	Museu Casa do Pescador	4 - Sul		x
13	Balneário Camboriú	Instituto Catarinense de Conservação da Fauna e Flora	6 - Vale do Itajaí	x	
14	Balneário Camboriú	Museu Arqueológico	6 - Vale do Itajaí	x	x
15	Balneário Camboriú	Museu da Imagem e Som	6 - Vale do Itajaí	x	
16	Balneário Camboriú	Museu de Taxidermia	6 - Vale do Itajaí	x	
17	Balneário Camboriú	Museu do Artesanato Catarinense	6 - Vale do Itajaí	x	x
18	Balneário Camboriú	Museu do Pescador	6 - Vale do Itajaí		x
19	Balneário Camboriú	Museu Histórico do Automobilismo Catarinense	6 - Vale do Itajaí	x	
20	Balneário Camboriú	Museu Oceanográfico	6 - Vale do Itajaí	x	x
21	Balneário Camboriú	Museu Parque Ciro Gevaerd	6 - Vale do Itajaí	x	
22	Balneário Piçarras	Museu Oceanográfico Univali	6 - Vale do Itajaí	x	x
23	Balneário Rincão	Museu Arqueológico Igrejinha Nossa Senhora dos Navegantes	4 - Sul	x	x

Ordem	Cidade	Nome da Instituição:	Região Museológica	Cadastro Ibram	Cadastro SEM/SC
24	Biguaçu	Casa dos Açores Museu Etnográfico	5 - Grande Florianópolis	x	x
25	Blumenau	Casa da Memória Escola nº 1	6 - Vale do Itajaí	x	x
26	Blumenau	Centro Cultural Vila Itoupava	6 - Vale do Itajaí	x	x
27	Blumenau	Ecomuseu Doutor Agobar Fagundes	6 - Vale do Itajaí	x	x
29	Blumenau	Mausoléu Doutor Blumenau	6 - Vale do Itajaí		x
30	Blumenau	Museu da Água Gunther Buhr	6 - Vale do Itajaí	x	
31	Blumenau	Museu da Cerveja	6 - Vale do Itajaí	x	x
32	Blumenau	Museu da Familia Colonial	6 - Vale do Itajaí	x	x
33	Blumenau	Museu de Arte de Blumenau	6 - Vale do Itajaí	x	x
34	Blumenau	Museu de Ecologia Fritz Müller	6 - Vale do Itajaí	x	x
35	Blumenau	Museu de Hábitos e Costumes	6 - Vale do Itajaí	x	x
36	Blumenau	Museu do Cristal Glass Park	6 - Vale do Itajaí	x	x
37	Blumenau	Museu do Têxtil e da Moda da Universidade Regional de Blumenau	6 - Vale do Itajaí	x	
38	Blumenau	Museu dos Clubes de Caça e Tiro de Blumenau	6 - Vale do Itajaí	x	x
39	Blumenau	Museu Hering	6 - Vale do Itajaí	x	x
40	Blumenau	Vapor Blumenau	6 - Vale do Itajaí	x	
41	Bocaina do Sul	Museu José Maria Coelho de Ávila	3 - Serra	x	x
42	Bombinhas	Museu Casa do Homem do Mar	6 - Vale do Itajaí	x	x
43	Bombinhas	Museu Comunitário Engenho do Sertão	6 - Vale do Itajaí	x	x
44	Bombinhas	Museu e Aquário Marinho	6 - Vale do Itajaí	x	x
45	Bombinhas	Museu Família Schurmann	6 - Vale do Itajaí	x	
46	Brusque	Casa de Aldo Krieger	6 - Vale do Itajaí	x	x
47	Brusque	Museu Arquidiocesano Dom Joaquim	6 - Vale do Itajaí	x	x
48	Brusque	Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim	6 - Vale do Itajaí	x	x

Ordem	Cidade	Nome da Instituição:	Região Museológica	Cadastro Ibram	Cadastro SEM/SC
49	Caçador	Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado	2 - Meio-Oeste	x	x
50	Caibi	Museu Histórico Municipal de Caibi	1 - Oeste		x
51	Campo Alegre	Museu Municipal Bento Silvio Munhoz	7 - Norte	x	
52	Campo Alegre	Museu Santo Lat	7 - Norte	x	
53	Campos Novos	Museu Histórico e Arqueológico Sebastião Paz de Almeida	3 - Serra	x	x
54	Campos Novos	Museu Municipal de Campos Novos	3 - Serra	x	
55	Campos Novos	Museu Serraria Weiss	3 - Serra	x	
56	Canoinhas	Museu Histórico Orty de Magalhães Machado	7 - Norte	x	x
57	Capinzal	Museu Histórico Dr. Vitor Almeida	2 - Meio-Oeste	x	x
58	Chapecó	Centro de Memória da Cooperalfa/MaxiCrédito	1 - Oeste	x	x
59	Chapecó	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - CEOM/Unochapecó	1 - Oeste	x	x
60	Chapecó	Ecomuseu Laboratório Interativo de Educação Ambiental	1 - Oeste	x	
61	Chapecó	Galeria Municipal de Artes Dalme Marie Grando Rauen	1 - Oeste		x
62	Chapecó	Memorial Paulo de Siqueira	1 - Oeste	x	x
63	Chapecó	Museu Antônio Selistre de Campos	1 - Oeste	x	x
64	Chapecó	Museu da Colonização de Chapecó	1 - Oeste	x	x
65	Chapecó	Museu de Ciências Naturais	1 - Oeste		x
66	Chapecó	Museu de História e Arte de Chapecó	1 - Oeste	x	x
67	Chapecó	Museu Tropeiro Velho	1 - Oeste	x	
68	Concórdia	Memorial Attílio Fontana	2 - Meio-Oeste	x	x
69	Concórdia	Museu Angelo Spricigo	2 - Meio-Oeste		
70	Concórdia	Museu Histórico Municipal Hermano Zanoni	2 - Meio-Oeste	x	x
71	Concórdia	Parque Estadual Fritz Plaumann	2 - Meio-Oeste	x	
72	Corupá	Museu Irmão Luiz Godofredo Gratner	7 - Norte	x	x

Ordem	Cidade	Nome da Instituição:	Região Museológica	Cadastro Ibram	Cadastro SEM/SC
73	Criciúma	Casa da Cultura Professora Neusa Nunes Vieira	4 - Sul		x
74	Criciúma	Memorial Casa do Ferroviário Mario Ghisi	4 - Sul	x	x
75	Criciúma	Memorial Dino Gorini	4 - Sul	x	
76	Criciúma	Museu Augusto Casagrande	4 - Sul	x	x
77	Criciúma	Museu Carlos Augusto Borba do Criciúma Esporte Clube	4 - Sul	x	
78	Criciúma	Museu da Infância	4 - Sul	x	x
79	Criciúma	Museu de Zoologia Professora Morgana Cirimbelli Gaidzinski da UNESC	4 - Sul	x	x
80	Criciúma	Museu do Carvão	4 - Sul	x	x
81	Criciúma	Museu Mina Modelo Caetano Sônego	4 - Sul	x	
82	Criciúma	Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense	4 - Sul	x	x
83	Cunha Porã	Centro de Memórias de Cunha Porã	1 - Oeste		x
84	Curitibanos	Museu Histórico Antônio Granemann de Souza	3 - Serra	x	x
85	Florianópolis	Casa da Memória de Florianópolis e Centro de Documentação	5 - Grande Florianópolis	x	x
86	Florianópolis	Centro de Memória Documentação e Cultura do IFSC	5 - Grande Florianópolis	x	
87	Florianópolis	Centro de Visitação Projeto de Arqueologia Subaquática	5 - Grande Florianópolis	x	
88	Florianópolis	Ecomuseu Ribeirão da Ilha	5 - Grande Florianópolis	x	x
89	Florianópolis	Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim	5 - Grande Florianópolis		x
90	Florianópolis	Fortaleza de Santo Antonio	5 - Grande Florianópolis		x
91	Florianópolis	Fortaleza de São José da Ponta Grossa	5 - Grande Florianópolis	x	x
92	Florianópolis	Museu Aberto da Tartaruga Marinha	5 - Grande Florianópolis	x	x
93	Florianópolis	Museu Arqueológico ao Ar Livre do Costão do Santinho	5 - Grande Florianópolis	x	x
94	Florianópolis	Museu Contador Renato Gonçalves	5 - Grande Florianópolis	x	x
95	Florianópolis	Museu da Escola Catarinense	5 - Grande Florianópolis	x	x
96	Florianópolis	Museu da Polícia Militar de Santa Catarina Major Lara Ribas	5 - Grande Florianópolis	x	

Ordem	Cidade	Nome da Instituição:	Região Museológica	Cadastro Ibram	Cadastro SEM/SC
97	Florianópolis	Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral	5 - Grande Florianópolis	x	x
98	Florianópolis	Museu de Arte de Santa Catarina	5 - Grande Florianópolis	x	x
99	Florianópolis	Museu de Geociências e Litoteca de Santa Catarina	5 - Grande Florianópolis	x	
100	Florianópolis	Museu de História Natural de Florianópolis	5 - Grande Florianópolis	x	
101	Florianópolis	Museu de Imagem e Som de Santa Catarina	5 - Grande Florianópolis	x	x
102	Florianópolis	Museu do Brinquedo da Ilha de Santa Catarina	5 - Grande Florianópolis	x	
103	Florianópolis	Museu do Centro Educacional Menino Jesus	5 - Grande Florianópolis	x	x
104	Florianópolis	Museu do Esporte Catarinense	5 - Grande Florianópolis	x	
105	Florianópolis	Museu do Figueirense Futebol Clube	5 - Grande Florianópolis	x	
106	Florianópolis	Museu do Homem do Sambaqui Padre João Alfredo Rohr	5 - Grande Florianópolis	x	x
107	Florianópolis	Museu do Índio	5 - Grande Florianópolis	x	
108	Florianópolis	Museu do Judiciário Catarinense	5 - Grande Florianópolis	x	
109	Florianópolis	Museu do Lixo	5 - Grande Florianópolis	x	x
110	Florianópolis	Museu do Presépio	5 - Grande Florianópolis	x	x
111	Florianópolis	Museu do Rádio	5 - Grande Florianópolis	x	
112	Florianópolis	Museu dos Brunidores	5 - Grande Florianópolis	x	x
113	Florianópolis	Museu Fármaco Hospitalar	5 - Grande Florianópolis		x
114	Florianópolis	Museu Fundação Hassis	5 - Grande Florianópolis	x	x
115	Florianópolis	Museu Histórico de Santa Catarina	5 - Grande Florianópolis	x	x
116	Florianópolis	Museu Sacro da Capela do Menino Deus	5 - Grande Florianópolis	x	x
117	Florianópolis	Museu Victor Meirelles / Ibram	5 - Grande Florianópolis	x	x
118	Florianópolis	Museu Virtual In-pro	5 - Grande Florianópolis	x	x
119	Florianópolis	O Mundo Ovo de Eli Heil	5 - Grande Florianópolis	x	x
120	Florianópolis	Planetário da Universidade Federal de Santa Catarina	5 - Grande Florianópolis	x	

Ordem	Cidade	Nome da Instituição:	Região Museológica	Cadastro Ibram	Cadastro SEM/SC
121	Forquilhinha	Museu Anton Eyng	4 - Sul	x	x
122	Fraiburgo	Casa da Cultura Lydia Frey	2 - Meio-Oeste	x	
123	Fraiburgo	Museu do Jagunço	2 - Meio-Oeste	x	
124	Frei Rogério	Museu da Paz	3 - Serra	x	
125	Governador Celso Ramos	Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim	5 - Grande Florianópolis		x
126	Guaraciaba	Museu Histórico Professor Edvino Carlos Holscher	1 - Oeste	x	x
127	Guarujá do Sul	Museu Histórico de Guarujá do Sul	1 - Oeste	x	
128	Ibirama	Museu Colonial da Família Águida	6 - Vale do Itajaí	x	x
129	Ibirama	Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann	6 - Vale do Itajaí	x	x
130	Içara	Museu Casa do Agente Ferroviário Anselmo Cargnin	4 - Sul	x	x
131	Içara	Museu da Casa de Cultura Padre Bernardo Junkes	4 - Sul	x	x
132	Içara	Museu Sacro Capela Santo Antonio	4 - Sul	x	x
133	Imbituba	Museu da Baleia de Imbituba	4 - Sul	x	x
134	Imbituba	Museu da Freguesia de Mirim	4 - Sul	x	
135	Imbituba	Museu das Conchas	4 - Sul	x	
136	Indaial	Museu Municipal Ferroviário Silvestre Ernesto da Silva	6 - Vale do Itajaí		x
137	Ipira	João Baptista Riffel Centro de Memórias	2 - Meio-Oeste		x
138	Ipumirim	Museu Comunitário de Ipumirim	2 - Meio-Oeste	x	x
139	Iraceminha	Centro de Memórias de Iraceminha	1 - Oeste	x	x
140	Irani	Museu Monge José Maria	2 - Meio-Oeste	x	x
141	Irineópolis	Museu Casarão Domit	7 - Norte	x	
142	Itá	Casa da Cultura Alberton	2 - Meio-Oeste	x	
143	Itá	Casa da Memória Camarolli	2 - Meio-Oeste	x	x
144	Itajaí	Casa da Cultura Dide Brandão	6 - Vale do Itajaí	x	

Ordem	Cidade	Nome da Instituição:	Região Museológica	Cadastro Ibram	Cadastro SEM/SC
145	Itajaí	Museu Etnoarqueológico de Itajaí	6 - Vale do Itajaí	x	x
146	Itajaí	Museu Histórico de Itajaí	6 - Vale do Itajaí	x	x
147	Itapiranga	Museu Almiro Theobaldo Muller	1 - Oeste	x	x
149	Ituporanga	Museu Edevaldo Ciro Thiesen	6 - Vale do Itajaí	x	
150	Jacinto Machado	Museu Municipal de Jacinto Machado	4 - Sul	x	x
151	Jaguaruna	Museu da Cidade de Jaguaruna	4 - Sul	x	x
152	Jaraguá do Sul	Casa do Colonizador	7 - Norte	x	x
153	Jaraguá do Sul	Museu di Ferramenta d'Affari del Nonni	7 - Norte	x	x
154	Jaraguá do Sul	Museu do Expedicionário/Museu da Paz - FEB	7 - Norte	x	x
155	Jaraguá do Sul	Museu Histórico de Jaraguá do Sul Emílio da Silva	7 - Norte	x	x
156	Jaraguá do Sul	Museu WEG de Ciência e Tecnologia	7 - Norte	x	x
157	Jaraguá do Sul	Museu Wolfgang Weege - Parque Malwee	7 - Norte	x	x
158	Joinville	Casa da Memória e Cemitério do Imigrante de Joinville	7 - Norte	x	
159	Joinville	Centro Cultural Deutsche Schule	7 - Norte	x	
160	Joinville	Estação da Memória	7 - Norte	x	x
161	Joinville	Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville	7 - Norte	x	x
162	Joinville	Museu Casa Fritz Alt	7 - Norte	x	x
163	Joinville	Museu da Bicicleta	7 - Norte	x	x
164	Joinville	Museu da Fundição	7 - Norte	x	
165	Joinville	Museu de Arte Contemporânea Luiz Henrique Schwanke	7 - Norte	x	x
166	Joinville	Museu de Arte de Joinville	7 - Norte	x	x
167	Joinville	Museu do Ferro de Passar	7 - Norte	x	x
168	Joinville	Museu Nacional da Imigração e da Colonização	7 - Norte	x	x
169	Joinville	Museu Nacional dos Bombeiros Voluntários	7 - Norte	x	

Ordem	Cidade	Nome da Instituição:	Região Museológica	Cadastro Ibram	Cadastro SEM/SC
170	Lacerdópolis	Casa da Memória de Lacerdópolis	2 - Meio-Oeste	x	x
171	Lages	Memorial Nereu Ramos	3 - Serra	x	x
172	Lages	Museu do 1° Batalhão Ferroviário	3 - Serra		x
173	Lages	Museu Histórico Thiago de Castro	3 - Serra	x	x
174	Lages	Museu Malinverni Filho	3 - Serra	x	x
175	Laguna	Casa de Anita	4 - Sul	x	x
177	Laguna	Museu Anita Garibaldi	4 - Sul	x	x
178	Lauro Muller	Ecomuseu Municipal Serra do Rio do Rastro	4 - Sul		x
179	Luzerna	Museu Frei Miguel	2 - Meio-Oeste	x	x
180	Mafra	Museu da Terra e da Vida - Fundaçao Universidade do Contestado / Campus/ Mafra	7 - Norte	x	x
181	Maracajá	Centro Histórico Cultural Avetti Paledini Zilli	4 - Sul	x	x
182	Maravilha	Museu Municipal Padre Fernando Nagel	1 - Oeste	x	x
183	Massaranduba	Museu Municipal de Massaranduba	7 - Norte		x
184	Matos Costa	Museu Histórico Josette Dambrowski	2 - Meio-Oeste		x
185	Modelo	Museu Centro de Memórias Leopoldo Hermes	1 - Oeste	x	
186	Mondaí	Museu Municipal Pastor Karl Ramminger	1 - Oeste	x	x
187	Nova Trento	Casa da Cultura Italiana	5 - Grande Florianópolis	x	
188	Nova Trento	Museu Colonial	5 - Grande Florianópolis	x	
189	Nova Trento	Museu Madre Paulina	5 - Grande Florianópolis	x	x
190	Nova Veneza	Museu do Imigrante Cônego Miguel Giacca	4 - Sul	x	x
191	Orleans	Museu ao Ar Livre Princesa Isabel	4 - Sul	x	x
192	Palma Sola	Museu da Colonização de Palma Sola	1 - Oeste		x
193	Palmitos	Museu Municipal Elmiro Wagner	1 - Oeste	x	x
194	Pedras Grandes	Museu da Colonização Italiana	4 - Sul	x	

Ordem	Cidade	Nome da Instituição:	Região Museológica	Cadastro Ibram	Cadastro SEM/SC
195	Pedras Grandes	Museu Municipal de Pedras Grandes	4 - Sul		x
196	Penha	Museu Histórico de Penha	6 - Vale do Itajaí	x	
197	Peritiba	Museu Municipal Magnus Leopoldo Kerber	2 - Meio-Oeste		x
198	Pinhalzinho	Museu Histórico de Pinhalzinho	1 - Oeste	x	x
199	Pinheiro Preto	Museu Municipal e Arquivo Histórico Pedro Lorenzoni	2 - Meio-Oeste	x	x
200	Piratuba	Casa de Memória de Piratuba	2 - Meio-Oeste		x
201	Pomerode	Casa do Imigrante Carl Weege	6 - Vale do Itajaí	x	
202	Pomerode	Museu Casa do Escultor Erwin Teichmann	6 - Vale do Itajaí	x	
203	Pomerode	Museu do Marceneiro	6 - Vale do Itajaí	x	
204	Pomerode	Museu Pomerano	6 - Vale do Itajaí	x	x
205	Pomerode	Zoológico de Pomerode	6 - Vale do Itajaí	x	
206	Ponte Serrada	Parque Nacional das Araucárias	1 - Oeste	x	
207	Porto Belo	Centro Eco Cultural Adventure House Ilha de Porto Belo	6 - Vale do Itajaí	x	
208	Porto Belo	Ecomuseu Univali	6 - Vale do Itajaí	x	x
209	Porto União	Casa Cultural Aníbal Curi	7 - Norte		x
210	Porto União	Museu Rural Cantina Antonio Patel	7 - Norte	x	
211	Porto União	Museu Rural Leovegildo Dalmas	7 - Norte	x	
212	Porto União	Museu Salustiano Costa Junior	7 - Norte	x	x
213	Presidente Getúlio	Museu do Imigrante de Presidente Getúlio	6 - Vale do Itajaí	x	
214	Presidente Nereu	Centro Histórico Expedicionário Dionísio João Camendolli	6 - Vale do Itajaí	x	x
215	Quilombo	Casa de Cultura Quilombo	1 - Oeste	x	x
216	Rancho Queimado	Casa de Campo Hercílio Luz	5 - Grande Florianópolis	x	x
217	Rio das Antas	Museu Municipal Vale do Rio do Peixe	2 - Meio-Oeste	x	x
218	Rio do Sul	Museu da Madeira - Unidavi	6 - Vale do Itajaí	x	x

Ordem	Cidade	Nome da Instituição:	Região Museológica	Cadastro Ibram	Cadastro SEM/SC
219	Rio do Sul	Museu de Arte de Rio do Sul	6 - Vale do Itajaí		x
220	Rio do Sul	Museu Histórico e Cultural Victor Lucas	6 - Vale do Itajaí	x	x
221	Rio Negrinho	Museu Municipal Carlos Lampe	7 - Norte	x	x
222	Rodeio	Museu dos Usos e Costumes da Gente Trentina	6 - Vale do Itajaí	x	x
223	Salete	Museu Dona Emília	6 - Vale do Itajaí	x	
224	Santa Rosa de Lima	Museu Histórico de Santa Rosa de Lima	4 - Sul		x
225	Santa Rosa do Sul	Museu do Instituto Federal Catarinense	4 - Sul	x	x
226	São Bento do Sul	Arquivo Histórico de São Bento do Sul	7 - Norte	x	
227	São Bento do Sul	Museu Augusto Klimmek	7 - Norte	x	x
228	São Bento do Sul	Museu Municipal Sr. Felippe Maria Wolff	7 - Norte	x	x
229	São Bento do Sul	Museu Natural Entomológico Ornith Bollmann	7 - Norte	x	x
230	São Bento do Sul	Museu Oxford	7 - Norte	x	
231	São Bonifácio	Museu da Colonização Professor Francisco Serafim Guilherme Schaden	5 - Grande Florianópolis	x	x
232	São Carlos	Casa da Memória de São Carlos	1 - Oeste	x	x
233	São Carlos	Museu Municipal de São Carlos	1 - Oeste	x	
234	São Francisco do Sul	Museu de Arte Sacra da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça	7 - Norte	x	
235	São Francisco do Sul	Museu Histórico de São Francisco do Sul	7 - Norte	x	x
236	São Francisco do Sul	Museu Nacional do Mar - Embarcações Brasileiras	7 - Norte	x	x
237	São João do Oeste	Museu Municipal de São João do Oeste	1 - Oeste		x
238	São Joaquim	Museu de Artes de São Joaquim	3 - Serra	x	x
239	São Joaquim	Museu Histórico Municipal de São Joaquim	3 - Serra	x	x
240	São José	Museu da Família Koerich	5 - Grande Florianópolis		x
241	São José	Museu Histórico Municipal de São José	5 - Grande Florianópolis	x	x
242	São José do Cedro	Museu Arqueológico Municipal de Sâo José do Cedro	1 - Oeste	x	

Ordem	Cidade	Nome da Instituição:	Região Museológica	Cadastro Ibram	Cadastro SEM/SC
243	São Lourenço do Oeste	Museu Municipal Comercindo Pederssetti	1 - Oeste		x
244	São Ludgero	Museu da Colonização	4 - Sul	x	
245	São Martinho	Museu do Colonizador	4 - Sul	x	
246	São Miguel do Oeste	Museu Histórico Municipal Rui Arcádio Luchesi	1 - Oeste	x	x
247	Saudades	Museu Municipal Victorino Affonso Lenhardt	1 - Oeste	x	x
248	Seara	Casa de Memória da Viúva Nute	2 - Meio-Oeste	x	
249	Seara	Centro de Memória Antônio Zanuzzo	2 - Meio-Oeste	x	x
250	Seara	Museu Entomológico Fritz Plaumann - Fundação Cultural de Seara	2 - Meio-Oeste	x	x
251	Sombrio	Museu Étnico Cultural ao Ar Livre	4 - Sul	x	
252	Taió	Casa Emy Klug	6 - Vale do Itajaí	x	
253	Taió	Museu Paleo Arqueológico e Histórico Prefeito Bertoldo Jacobsen	6 - Vale do Itajaí	x	x
254	Tangará	Museu da Vitivinicultura de Santa Catarina	2 - Meio-Oeste	x	x
255	Tijucas	Museu de Tijucas	5 - Grande Florianópolis	x	x
256	Timbó	Museu Casa do Poeta Lindolf Bell	6 - Vale do Itajaí	x	x
257	Timbó	Museu da Música	6 - Vale do Itajaí	x	x
258	Timbó	Museu do Imigrante	6 - Vale do Itajaí	x	x
259	Três Barras	Museu do Patrimônio Histórico de Três Barras	7 - Norte	x	x
260	Treze de Maio	Museu Municipal de Treze de Maio	4 - Sul		x
261	Treze Tílias	Museu Municipal Ministro Andreas Thaler	2 - Meio-Oeste	x	x
262	Tubarão	Museu Ferroviário de Tubarão	4 - Sul	x	x
263	Tubarão	Museu Universitário Walter Zumblick	4 - Sul	x	
264	Tubarão	Museu Willy Zumblick	4 - Sul	x	x
265	Tunápolis	Museu Público Municipal Ida Schneider	1 - Oeste	x	x
266	Turvo	Museu Municipal Lourenço Manenti	4 - Sul	x	x

Ordem	Cidade	Nome da Instituição:	Região Museológica	Cadastro Ibram	Cadastro SEM/SC
267	Urubici	Parque Nacional de São Joaquim	3 - Serra	x	
268	Urussanga	Museu Histórico Municipal de Urussanga Monsenhor Agenor Neves Marques	4 - Sul	x	x
269	Videira	Museu Agrícola Fraiburgo	2 - Meio-Oeste	x	
270	Videira	Museu do Vinho Mario Pellegrin	2 - Meio-Oeste	x	x
271	Xanxerê	Museu Municipal do Milho	1 - Oeste	x	x
272	Xanxerê	Museu Municipal Marechal Bormann	1 - Oeste	x	

APÊNDICE 4 – Dados referentes à situação administrativa dos museus de Santa Catarina

Ordem	Nome da Instituição:	Ano de fundação	Situação de funcionamento:	Natureza administrativa:	Há museólogo na instituição?	Antropologia e Etnografia	Arqueologia	Artes Visuais	Ciências naturais e História Natural	Ciência e Tecnologia	História	Imagem e Som	Virtual	Arquivístico	Biblioteconômico	Documental	Outros
1	Centro Municipal de Cultura Marlene Agatha Piccinin	2013															
2	Casa de Memória de Águas de Chapecó	2000	Aberto	Municipal	Não						x						
3	Museu de Arqueologia de Lomba Alta	2002															
4	Casa da Memória e da Cultura de Alto Bela Vista	2000	Aberto	Municipal	Não						x						
5	Acervo Histórico das Irmãs Franciscanas de São José	2003	Não é museu														
6	Museu Municipal Cônego Dr. Raulino Reitz	1992	Temporariamente Fechado	Municipal	Não						x						
7	Espaço de Memória de Araquari	2014															
8	Museu da Imagem	2012															
9	Museu Histórico de Araranguá	2009	Aberto	Municipal	Não	x	x				x						
10	Parque Nacional da Serra do Itajaí	2004	Não é museu														
11	Museu Histórico Municipal Wogeck Kubiack	2009	Temporariamente Fechado	Municipal	Não												
12	Museu Casa do Pescador	2013	Em implantação	Estadual	Não		x					x					
13	Instituto Catarinense de Conservação da Fauna e Flora	1981	Aberto	Estadual	Não				x								
14	Museu Arqueológico	1982	Aberto	Estadual	Não				x								
15	Museu da Imagem e Som	2013	Em implantação	Privado	Não						x	x				x	
16	Museu de Taxidermia	1982	Aberto	Estadual	Não				x								
17	Museu do Artesanato Catarinense	1982	Aberto	Estadual	Não												x
18	Museu do Pescador	1982	Aberto	Estadual	Não				x								
19	Museu Histórico do Automobilismo Catarinense	2012	Em implantação														

Ordem	Nome da Instituição:	Ano de fundação	Situação de funcionamento:	Natureza administrativa:	Há museólogo na instituição?	Antropologia e Etnografia	Arqueologia	Artes Visuais	Ciências naturais e História Natural	Ciência e Tecnologia	História	Imagem e Som	Virtual	Arquivístico	Biblioteconômico	Documental	Outros
20	Museu Oceanográfico	1982	Aberto	Estadual	Não		x		x								x
21	Museu Parque Ciro Gevaerd	1981	Aberto	Estadual	Não		x		x								x
22	Museu Oceanográfico Univali	1987	Em implantação														
23	Museu Arqueológico Igrejinha Nossa Senhora dos Navegantes	1997	Temporariamente Fechado														
24	Casa dos Açores Museu Etnográfico	1978															
25	Casa da Memória Escola nº 1	1991	Aberto	Municipal	Sim						x						
26	Centro Cultural Vila Itoupava	2001	Não é museu														
27	Ecomuseu Doutor Agobar Fagundes	2007	Aberto	Privado	Não	x											x
29	Mausoléu Doutor Blumenau	1974	Não é museu														
30	Museu da Água Gunther Buhr	1999	Aberto	Municipal	Não				x		x	x				x	
31	Museu da Cerveja	1996	Aberto	Municipal	Sim	x		x			x						
32	Museu da Familia Colonial	1967	Aberto	Municipal	Sim	x		x			x						
33	Museu de Arte de Blumenau	2003	Aberto	Municipal	Sim			x									
34	Museu de Ecologia Fritz Müller	1936	Aberto	Municipal	Não				x								
35	Museu de Hábitos e Costumes	2010	Aberto	Municipal	Sim			x			x						
36	Museu do Cristal Glass Park	1997	Não é museu														
37	Museu do Têxtil e da Moda da Universidade Regional de Blumenau	2004		Outros	Não						x						
38	Museu dos Clubes de Caça e Tiro de Blumenau	2002	Aberto	Outros	Não						x						
39	Museu Hering	2012	Aberto	Privado	Sim						x						
40	Vapor Blumenau		Fechado														

Ordem	Nome da Instituição:	Ano de fundação	Situação de funcionamento:	Natureza administrativa:	Há museólogo na instituição?	Antropologia e Etnografia	Arqueologia	Artes Visuais	Ciências naturais e História Natural	Ciência e Tecnologia	História	Imagem e Som	Virtual	Arquivístico	Biblioteconômico	Documental	Outros
41	Museu José Maria Coelho de Ávila	1999	Aberto	Municipal	Não						x						
42	Museu Casa do Homem do Mar	2005	Temporariamente Fechado	Privado	Não		x		x		x					x	
43	Museu Comunitário Engenho do Sertão	1998															
44	Museu e Aquário Marinho	2007															
45	Museu Família Schurmann	1999															
46	Casa de Aldo Krieger	2002	Aberto	Privado	Não											x	
47	Museu Arquidiocesano Dom Joaquim	1933	Aberto	Privado	Não	x	x	x	x	x	x			x	x	x	x
48	Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim	1971	Aberto	Privado	Não						x						
49	Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado	1974	Aberto	Municipal	Não						x						
50	Museu Histórico Municipal de Caibi	2010	Aberto	Municipal	Não						x	x				x	
51	Museu Municipal Bento Silvio Munhoz	2004	Aberto	Municipal	Não						x						
52	Museu Santo Lat	1995	Em implantação	Privado	Não		x				x					x	
53	Museu Histórico e Arqueológico Sebastião Paz de Almeida	2005	Aberto	Municipal	Não		x				x			x		x	
54	Museu Municipal de Campos Novos	1981	Aberto	Municipal	Não		x				x			x		x	
55	Museu Serraria Weiss	2001	Fechado	Privado	Não						x						
56	Museu Histórico Orty de Magalhães Machado	1985	Aberto	Municipal	Não						x						
57	Museu Histórico Dr. Vitor Almeida	1995	Aberto	Municipal	Sim						x						
58	Centro de Memória da Cooperalfa/MaxiCrédito	2010	Aberto	Privado	Não	x				x	x	x	x	x	x	x	
59	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - CEOM/Unochapecó	1986	Aberto	Privado	Não		x				x					x	

Ordem	Nome da Instituição:	Ano de fundação	Situação de funcionamento:	Natureza administrativa:	Há museólogo na instituição?	Antropologia e Etnografia	Arqueologia	Artes Visuais	Ciências naturais e História Natural	Ciência e Tecnologia	História	Imagem e Som	Virtual	Arquivístico	Biblioteconômico	Documental	Outros
60	Ecomuseu Laboratório Interativo de Educação Ambiental																
61	Galeria Municipal de Artes Dalme Marie Grando Rauen	2002	Não é museu														
62	Memorial Paulo de Siqueira	1997	Aberto	Municipal	Não			x									
63	Museu Antônio Selistre de Campos	1978	Aberto	Municipal	Não						x						
64	Museu da Colonização de Chapecó	2011	Aberto	Municipal	Não			x			x						
65	Museu de Ciências Naturais	1992															
66	Museu de História e Arte de Chapecó	2009	Aberto	Municipal	Não			x									
67	Museu Tropeiro Velho	2000	Aberto	Privado	Não						x						
68	Memorial Attílio Fontana	2000	Aberto	Privado	Não			x			x	x		x	x	x	
69	Museu Angelo Spricigo	1997															
70	Museu Histórico Municipal Hermano Zanoni	1976	Aberto	Municipal	Não						x						
71	Parque Estadual Fritz Plaumann	2003	Aberto	Outros	Não												x
72	Museu Irmão Luiz Godofredo Gratner	1933	Aberto	Privado	Não	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	
73	Casa da Cultura Professora Neusa Nunes Vieira	1985	Aberto	Municipal	Não		x				x			x		x	
74	Memorial Casa do Ferroviário Mario Ghisi	2002															
75	Memorial Dino Gorini	1981	Fechado														
76	Museu Augusto Casagrande	1976	Aberto	Municipal	Não		x				x			x		x	
77	Museu Carlos Augusto Borba do Criciúma Esporte Clube	1947	Em implantação														
78	Museu da Infância	2005															

Ordem	Nome da Instituição:	Ano de fundação	Situação de funcionamento:	Natureza administrativa:	Há museólogo na instituição?	Antropologia e Etnografia	Arqueologia	Artes Visuais	Ciências naturais e História Natural	Ciência e Tecnologia	História	Imagem e Som	Virtual	Arquivístico	Biblioteconômico	Documental	Outros
79	Museu de Zoologia Professora Morgana Cirimbelli Gaidzinski da UNESC	1992															
80	Museu do Carvão	2011	Aberto	Municipal	Não		x				x			x		x	
81	Museu Mina Modelo Caetano Sônego	1984	Aberto	Municipal	Não		x				x			x		x	
82	Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense	2002	Desmembrado														
83	Centro de Memórias de Cunha Porã		Aberto	Municipal	Não						x						
84	Museu Histórico Antônio Granemann de Souza	1973	Aberto	Municipal	Não						x						
85	Casa da Memória de Florianópolis e Centro de Documentação	1987	Aberto	Municipal	Não							x			x	x	
86	Centro de Memória Documentação e Cultura do IFSC	2013	Em implantação	Federal	Não					x	x			x			
87	Centro de Visitação Projeto de Arqueologia Subaquática	2002															
88	Ecomuseu Ribeirão da Ilha	1971	Aberto	Privado	Sim	x											
89	Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim	1979															
90	Fortaleza de Santo Antonio	1979															
91	Fortaleza de São José da Ponta Grossa	1979															
92	Museu Aberto da Tartaruga Marinha	2005															
93	Museu Arqueológico ao Ar Livre do Costão do Santinho	1996	Aberto	Privado	Sim		x										
94	Museu Contador Renato Gonçalves	2001	Aberto	Privado	Não					x						x	
95	Museu da Escola Catarinense	1992	Aberto	Estadual	Não											x	x
96	Museu da Polícia Militar de Santa Catarina Major Lara Ribas	1949															

Ordem	Nome da Instituição:	Ano de fundação	Situação de funcionamento:	Natureza administrativa:	Há museólogo na instituição?	Antropologia e Etnografia	Arqueologia	Artes Visuais	Ciências naturais e História Natural	Ciência e Tecnologia	História	Imagem e Som	Virtual	Arquivístico	Biblioteconômico	Documental	Outros
97	Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral	1965	Aberto	Federal	Sim	x	x										
98	Museu de Arte de Santa Catarina	1949															
99	Museu de Geociências e Litoteca de Santa Catarina		Em implantação														
100	Museu de História Natural de Florianópolis	1996	Em implantação														
101	Museu de Imagem e Som de Santa Catarina	1988	Aberto	Estadual	Não							x					
102	Museu do Brinquedo da Ilha de Santa Catarina	1999															
103	Museu do Centro Educacional Menino Jesus	2006	Aberto	Outros	Não											x	
104	Museu do Esporte Catarinense	1993	Em implantação														
105	Museu do Figueirense Futebol Clube	2001	Aberto	Privado	Não						x			x		x	
106	Museu do Homem do Sambaqui Padre João Alfredo Rohr	1964	Aberto	Privado	Não	x	x		x								
107	Museu do Índio	1951	Fechado														
108	Museu do Judiciário Catarinense	1991															
109	Museu do Lixo	2003															
110	Museu do Presépio	2002															
111	Museu do Rádio	2013	Temporariamente Fechado														
112	Museu dos Brunidores	2001	Aberto	Privado	Sim		x										
113	Museu Fármaco Hospitalar	xxxxxx	Em implantação														
114	Museu Fundação Hassis	2006	Aberto	Privado	Não			x								x	
115	Museu Histórico de Santa Catarina	1977	Aberto	Estadual	Sim		x	x			x			x	x		
116	Museu Sacro da Capela do Menino Deus	2000	Aberto	Privado	Não			x			x						

Ordem	Nome da Instituição:	Ano de fundação	Situação de funcionamento:	Natureza administrativa:	Há museólogo na instituição?	Antropologia e Etnografia	Arqueologia	Artes Visuais	Ciências naturais e História Natural	Ciência e Tecnologia	História	Imagem e Som	Virtual	Arquivístico	Biblioteconômico	Documental	Outros
117	Museu Victor Meirelles / Ibram	1952	Aberto	Federal	Sim			x						x			
118	Museu Virtual In-pro	2010	Fechado														
119	O Mundo Ovo de Eli Heil	1987	Aberto	Privado	Não			x									
120	Planetário da Universidade Federal de Santa Catarina	1971	Aberto	Federal	Não				x								
121	Museu Anton Eyng	1996	Aberto	Municipal	Não						x						
122	Casa da Cultura Lydia Frey	1989	Temporariamente Fechado														
123	Museu do Jagunço	2003															
124	Museu da Paz	2002															
125	Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim	1979															
126	Museu Histórico Professor Edvino Carlos Holscher	1964	Aberto	Municipal	Não	x	x		x	x	x			x	x	x	
127	Museu Histórico de Guarujá do Sul	2011	Fechado														
128	Museu Colonial da Família Águida	1999	Aberto	Privado	Não						x						
129	Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann	1968	Aberto	Municipal	Não						x						
130	Museu Casa do Agente Ferroviário Anselmo Cargnin	2008	Aberto	Municipal	Não						x			x			
131	Museu da Casa de Cultura Padre Bernardo Junkes	1986	Aberto	Municipal	Não						x			x			
132	Museu Sacro Capela Santo Antonio	2001	Aberto	Municipal	Não						x			x			
133	Museu da Baleia de Imbituba	1992	Fechado	Privado							x						
134	Museu da Freguesia de Mirim	2005	Fechado														
135	Museu das Conchas	2000	Em implantação														
136	Museu Municipal Ferroviário Silvestre Ernesto da Silva	2006	Temporariamente Fechado														

Ordem	Nome da Instituição:	Ano de fundação	Situação de funcionamento:	Natureza administrativa:	Há museólogo na instituição?	Antropologia e Etnografia	Arqueologia	Artes Visuais	Ciências naturais e História Natural	Ciência e Tecnologia	História	Imagem e Som	Virtual	Arquivístico	Biblioteconômico	Documental	Outros
137	João Baptista Riffel Centro de Memórias		Fechado	Municipal	Não						x						
138	Museu Comunitário de Ipumirim	1984	Aberto	Municipal	Não						x						
139	Centro de Memórias de Iraceminha	2007	Fechado	Municipal	Não											x	
140	Museu Monge José Maria	1999															
141	Museu Casarão Domit		Aberto	Privado	Não						x						
142	Casa da Cultura Alberton	1996	Aberto	Municipal	Não	x					x					x	
143	Casa da Memória Camarolli	1996	Aberto	Municipal	Não	x					x					x	
144	Casa da Cultura Dide Brandão	1982	Não é museu														
145	Museu Etnoarqueológico de Itajaí	2003															
146	Museu Histórico de Itajaí	1976	Aberto	Municipal	Sim						x						
147	Museu Almiro Theobaldo Muller	1991	Aberto	Municipal	Não		x				x					x	
149	Museu Edevaldo Ciro Thiesen	1976	Aberto	Municipal	Não					x							
150	Museu Municipal de Jacinto Machado	2001	Aberto	Municipal	Não	x	x	x	x	x	x			x		x	
151	Museu da Cidade de Jaguaruna	1996	Aberto	Municipal	Não		x	x			x					x	
152	Casa do Colonizador	1988															
153	Museu di Ferramenta d'Affari del Nonni	1993	Aberto	Privado	Não						x						
154	Museu do Expedicionário/Museu da Paz - FEB	2009															
155	Museu Histórico de Jaraguá do Sul Emílio da Silva	1971	Aberto	Municipal	Não						x						
156	Museu WEG de Ciência e Tecnologia	2003	Em implantação	Privado	Não					x							
157	Museu Wolfgang Weege - Parque Malwee	1988															
158	Casa da Memória e Cemitério do Imigrante de Joinville	1984	Aberto	Municipal	Não						x						

Ordem	Nome da Instituição:	Ano de fundação	Situação de funcionamento:	Natureza administrativa:	Há museólogo na instituição?	Antropologia e Etnografia	Arqueologia	Artes Visuais	Ciências naturais e História Natural	Ciência e Tecnologia	História	Imagem e Som	Virtual	Arquivístico	Biblioteconômico	Documental	Outros
159	Centro Cultural Deutsche Schule	2000	Não é museu														
160	Estação da Memória	2008	Aberto	Privado	Não												x
161	Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville	1969															
162	Museu Casa Fritz Alt	1971															
163	Museu da Bicicleta	1991	Aberto	Privado	Não												x
164	Museu da Fundição	1981	Fechado														
165	Museu de Arte Contemporânea Luiz Henrique Schwanke	1998	Em implantação	Privado	Não			x									
166	Museu de Arte de Joinville	1973	Aberto	Municipal	Não			x									
167	Museu do Ferro de Passar	2007	Aberto	Privado	Não						x						
168	Museu Nacional da Imigração e da Colonização	1957	Aberto	Municipal	Não	x		x			x	x		x	x	x	
169	Museu Nacional dos Bombeiros Voluntários	1997															
170	Casa da Memória de Lacerdópolis	2001															
171	Memorial Nereu Ramos	1992	Aberto	Municipal	Não						x						
172	Museu do 1° Batalhão Ferroviário	1998	Aberto	Federal	Não						x					x	x
173	Museu Histórico Thiago de Castro	1960															
174	Museu Malinverni Filho	1986															
175	Casa de Anita	1992															
177	Museu Anita Garibaldi	1956															
178	Ecomuseu Municipal Serra do Rio do Rastro	2013	Em implantação														
179	Museu Frei Miguel	1971	Fechado														

Ordem	Nome da Instituição:	Ano de fundação	Situação de funcionamento:	Natureza administrativa:	Há museólogo na instituição?	Antropologia e Etnografia	Arqueologia	Artes Visuais	Ciências naturais e História Natural	Ciência e Tecnologia	História	Imagem e Som	Virtual	Arquivístico	Biblioteconômico	Documental	Outros
180	Museu da Terra e da Vida - Fundaçao Universidade do Contestado / Campus/ Mafra	1998	Aberto	Privado	Não				x								
181	Centro Histórico Cultural Avetti Paledini Zilli	2003	Aberto	Municipal	Não	x					x					x	
182	Museu Municipal Padre Fernando Nagel	1969	Aberto	Municipal	Não	x		x	x	x	x	x				x	
183	Museu Municipal de Massaranduba	2013	Aberto	Municipal	Não						x						
184	Museu Histórico Josette Dambrowski	2001	Fechado														
185	Museu Centro de Memórias Leopoldo Hermes		Fechado	Municipal	Não						x						
186	Museu Municipal Pastor Karl Ramminger	1984															
187	Casa da Cultura Italiana	2004															
188	Museu Colonial	1996															
189	Museu Madre Paulina	2006															
190	Museu do Imigrante Cônego Miguel Giacca	1991	Aberto	Municipal	Não	x		x		x	x						
191	Museu ao Ar Livre Princesa Isabel	1980	Aberto	Outros	Não	x	x		x	x	x	x		x	x	x	
192	Museu da Colonização de Palma Sola		Aberto	Municipal	Não						x						
193	Museu Municipal Elmiro Wagner	1990	Aberto	Municipal	Não						x						
194	Museu da Colonização Italiana	1997	Aberto	Municipal	Não						x						
195	Museu Municipal de Pedras Grandes																
196	Museu Histórico de Penha		Fechado														
197	Museu Municipal Magnus Leopoldo Kerber	2012	Aberto	Municipal	Não						x					x	
198	Museu Histórico de Pinhalzinho	1988	Aberto	Municipal	Sim						x						
199	Museu Municipal e Arquivo Histórico Pedro Lorenzoni	1992	Aberto	Municipal	Não	x					x	x		x		x	

Ordem	Nome da Instituição:	Ano de fundação	Situação de funcionamento:	Natureza administrativa:	Há museólogo na instituição?	Antropologia e Etnografia	Arqueologia	Artes Visuais	Ciências naturais e História Natural	Ciência e Tecnologia	História	Imagem e Som	Virtual	Arquivístico	Biblioteconômico	Documental	Outros
200	Casa de Memória de Piratuba	2010	Aberto	Municipal	Não			x			x	x					x
201	Casa do Imigrante Carl Weege	1998															
202	Museu Casa do Escultor Erwin Teichmann	1992															
203	Museu do Marceneiro	2004	Aberto	Privado	Não						x						
204	Museu Pomerano	2006	Aberto	Municipal	Não						x						
205	Zoológico de Pomerode	1932	Não é museu														
206	Parque Nacional das Araucárias	2005	Não é museu														
207	Centro Eco Cultural Adventure House Ilha de Porto Belo	1996															
208	Ecomuseu Univali	2003	Aberto	Comunitário	Sim				x								
209	Casa Cultural Aníbal Curi	1998															
210	Museu Rural Cantina Antonio Patel																
211	Museu Rural Leovegildo Dalmas	1999															
212	Museu Salustiano Costa Junior	1965	Aberto	Municipal	Não		x		x		x	x	x			x	
213	Museu do Imigrante de Presidente Getúlio	2013															
214	Centro Histórico Expedicionário Dionísio João Camendolli	1999															
215	Casa de Cultura Quilombo	2000															
216	Casa de Campo Hercílio Luz	1985	Aberto	Estadual	Não						x						
217	Museu Municipal Vale do Rio do Peixe	1999	Aberto	Municipal	Não						x						
218	Museu da Madeira - Unidavi	2011	Aberto	Outros	Não						x			x			
219	Museu de Arte de Rio do Sul	2012	Aberto	Municipal	Não			x			x						

Ordem	Nome da Instituição:	Ano de fundação	Situação de funcionamento:	Natureza administrativa:	Há museólogo na instituição?	Antropologia e Etnografia	Arqueologia	Artes Visuais	Ciências naturais e História Natural	Ciência e Tecnologia	História	Imagem e Som	Virtual	Arquivístico	Biblioteconômico	Documental	Outros
220	Museu Histórico e Cultural Victor Lucas	1973	Aberto	Municipal	Não						x						
221	Museu Municipal Carlos Lampe	1980	Aberto	Municipal	Não		x	x			x						
222	Museu dos Usos e Costumes da Gente Trentina	1987															
223	Museu Dona Emília	1993	Aberto	Privado	Não						x						
224	Museu Histórico de Santa Rosa de Lima	2003	Temporariamente Fechado														
225	Museu do Instituto Federal Catarinense	2010	Aberto	Federal	Não						x						
226	Arquivo Histórico de São Bento do Sul	1983	Não é museu														
227	Museu Augusto Klimmek	1999	Aberto	Privado	Não						x						
228	Museu Municipal Sr. Felippe Maria Wolff	1967	Aberto	Municipal	Não						x						
229	Museu Natural Entomológico Ornith Bollmann	2011	Aberto	Municipal	Não				x								
230	Museu Oxford		Fechado														
231	Museu da Colonização Professor Francisco Serafim Guilherme Schaden	1980	Aberto	Municipal	Não	x	x				x					x	
232	Casa da Memória de São Carlos	2012	Aberto	Municipal	Não						x						
233	Museu Municipal de São Carlos	1987	Fechado														
234	Museu de Arte Sacra da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça	2005															
235	Museu Histórico de São Francisco do Sul	1985															
236	Museu Nacional do Mar - Embarcações Brasileiras	1992	Aberto	Estadual	Não												x
237	Museu Municipal de São João do Oeste	2007	Aberto	Municipal	Não						x					x	
238	Museu de Artes de São Joaquim	1995															
239	Museu Histórico Municipal de São Joaquim	2000															

Ordem	Nome da Instituição:	Ano de fundação	Situação de funcionamento:	Natureza administrativa:	Há museólogo na instituição?	Antropologia e Etnografia	Arqueologia	Artes Visuais	Ciências naturais e História Natural	Ciência e Tecnologia	História	Imagem e Som	Virtual	Arquivístico	Biblioteconômico	Documental	Outros
240	Museu da Família Koerich	1990		Municipal	Não		x	x			x	x				x	
241	Museu Histórico Municipal de São José	1988	Aberto	Municipal	Não	x		x			x	x				x	
242	Museu Arqueológico Municipal de Sâo José do Cedro	1958															
243	Museu Municipal Comercindo Pederssetti	2001	Temporariamente Fechado														
244	Museu da Colonização	2000															
245	Museu do Colonizador	1993															
246	Museu Histórico Municipal Rui Arcádio Luchesi	1988															
247	Museu Municipal Victorino Affonso Lenhardt	1991															
248	Casa de Memória da Viúva Nute	2005															
249	Centro de Memória Antônio Zanuzzo	1988	Aberto	Municipal	Não						x						
250	Museu Entomológico Fritz Plaumann - Fundação Cultural de Seara	1988	Aberto	Municipal	Não						x						
251	Museu Étnico Cultural ao Ar Livre	2000															
252	Casa Emy Klug																
253	Museu Paleo Arqueológico e Histórico Prefeito Bertoldo Jacobsen	2003	Aberto	Municipal	Não		x				x						x
254	Museu da Vitivinicultura de Santa Catarina	2009	Aberto	Privado	Não						x						
255	Museu de Tijucas	2011	Aberto	Municipal	Sim	x		x		x	x	x		x		x	
256	Museu Casa do Poeta Lindolf Bell	2003	Aberto	Municipal	Não			x			x			x		x	
257	Museu da Música	2004	Aberto	Municipal	Não						x						
258	Museu do Imigrante	2003	Aberto	Municipal	Não	x		x			x	x					
259	Museu do Patrimônio Histórico de Três Barras	1980	Aberto	Municipal	Não						x					x	

Ordem	Nome da Instituição:	Ano de fundação	Situação de funcionamento:	Natureza administrativa:	Há museólogo na instituição?	Antropologia e Etnografia	Arqueologia	Artes Visuais	Ciências naturais e História Natural	Ciência e Tecnologia	História	Imagem e Som	Virtual	Arquivístico	Biblioteconômico	Documental	Outros
260	Museu Municipal de Treze de Maio																
261	Museu Municipal Ministro Andreas Thaler	1990	Aberto	Municipal	Não						x						
262	Museu Ferroviário de Tubarão	1996	Em implantação	Privado	Sim			x		x	x	x		x	x	x	
263	Museu Universitário Walter Zumblick	1995															
264	Museu Willy Zumblick	2000															
265	Museu Público Municipal Ida Schneider	1998	Aberto	Municipal	Não						x						
266	Museu Municipal Lourenço Manenti	1984	Aberto	Municipal	Não		x	x	x	x	x	x		x	x	x	
267	Parque Nacional de São Joaquim	1961	Não é museu														
268	Museu Histórico Municipal de Urussanga Monsenhor Agenor Neves Marques	1950	Aberto	Municipal	Não	x	x			x	x				x	x	
269	Museu Agrícola Fraiburgo	2012															
270	Museu do Vinho Mario Pellegrin	1983	Aberto	Municipal	Sim						x	x					
271	Museu Municipal do Milho	1975	Aberto	Municipal	Não						x						
272	Museu Municipal Marechal Bormann	1975	Em implantação														

APÊNDICE 5 – Dados referentes à temática africana e afro-brasileira dos museus de Santa Catarina

Ordem	Nome da Instituição:	A Instituição possui acervo referente a temática africana e/ou afro-brasileira e/ou sobre o negro?	A instituição já organizou alguma exposição ou outro evento sobre a temática africana e/ou afro-brasileira e/ou o negro?	Possui imagens, fotos, vídeos ou outra documentação referente a exposição/ evento/outro?
1	Centro Municipal de Cultura Marlene Agatha Piccinin			
2	Casa de Memória de Águas de Chapecó	Não	Não	Não
3	Museu de Arqueologia de Lomba Alta			
4	Casa da Memória e da Cultura de Alto Bela Vista	Não	Não	Não
5	Acervo Histórico das Irmãs Franciscanas de São José			
6	Museu Municipal Cônego Dr. Raulino Reitz	Não	Não	Não
7	Espaço de Memória de Araquari			
8	Museu da Imagem			
9	Museu Histórico de Araranguá	Não	Não	Não
10	Parque Nacional da Serra do Itajaí			
11	Museu Histórico Municipal Wogeck Kubiack			
12	Museu Casa do Pescador	Não	Não	Não
13	Instituto Catarinense de Conservação da Fauna e Flora	Não	Não	Não
14	Museu Arqueológico	Não	Não	Não
15	Museu da Imagem e Som	Não	Não	Não
16	Museu de Taxidermia	Não	Não	Não
17	Museu do Artesanato Catarinense	Não	Não	Não
18	Museu do Pescador	Não	Não	Não
19	Museu Histórico do Automobilismo Catarinense			
20	Museu Oceanográfico	Não	Não	Não
21	Museu Parque Ciro Gevaerd	Não	Não	Não

Ordem	Nome da Instituição:	A Instituição possui acervo referente a temática africana e/ou afro-brasileira e/ou sobre o negro?	A instituição já organizou alguma exposição ou outro evento sobre a temática africana e/ou afro-brasileira e/ou o negro?	Possui imagens, fotos, vídeos ou outra documentação referente a exposição/ evento/outro?
22	Museu Oceanográfico Univali			
23	Museu Arqueológico Igrejinha Nossa Senhora dos Navegantes			
24	Casa dos Açores Museu Etnográfico			
25	Casa da Memória Escola nº 1	Não	Não	Sim
26	Centro Cultural Vila Itoupava			
27	Ecomuseu Doutor Agobar Fagundes	Não	Não	Não
29	Mausoléu Doutor Blumenau			
30	Museu da Água Gunther Buhr	Não	Não	Não
31	Museu da Cerveja	Não	Sim	Sim
32	Museu da Familia Colonial	Não	Sim	Sim
33	Museu de Arte de Blumenau	Não	Sim	Sim
34	Museu de Ecologia Fritz Müller	Sim	Não	Não
35	Museu de Hábitos e Costumes	Não	Não	Não
36	Museu do Cristal Glass Park			
37	Museu do Têxtil e da Moda da Universidade Regional de Blumenau	Não	Não	Não
38	Museu dos Clubes de Caça e Tiro de Blumenau	Não	Não	Não
39	Museu Hering	Não	Sim	Sim
40	Vapor Blumenau			
41	Museu José Maria Coelho de Ávila	Não	Não	Não
42	Museu Casa do Homem do Mar	Não	Não	Não
43	Museu Comunitário Engenho do Sertão			
44	Museu e Aquário Marinho			
45	Museu Família Schurmann			

Ordem	Nome da Instituição:	A Instituição possui acervo referente a temática africana e/ou afro-brasileira e/ou sobre o negro?	A instituição já organizou alguma exposição ou outro evento sobre a temática africana e/ou afro-brasileira e/ou o negro?	Possui imagens, fotos, vídeos ou outra documentação referente a exposição/ evento/outro?
46	Casa de Aldo Krieger	Não	Sim	Sim
47	Museu Arquidiocesano Dom Joaquim	Não	Sim	Sim
48	Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim	Não	Sim	Sim
49	Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado	Não	Sim	Não
50	Museu Histórico Municipal de Caibi	Não	Não	Não
51	Museu Municipal Bento Silvio Munhoz	Não	Não	Sim
52	Museu Santo Lat	Não	Não	Não
53	Museu Histórico e Arqueológico Sebastião Paz de Almeida	Sim	Sim	Sim
54	Museu Municipal de Campos Novos	Sim	Sim	Sim
55	Museu Serraria Weiss	Não	Não	Não
56	Museu Histórico Orty de Magalhães Machado	Não	Não	Não
57	Museu Histórico Dr. Vitor Almeida	Não	Não	Não
58	Centro de Memória da Cooperalfa/MaxiCrédito	Não	Não	Não
59	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - CEOM/Unochapecó	Não	Não	Não
60	Ecomuseu Laboratório Interativo de Educação Ambiental			
61	Galeria Municipal de Artes Dalme Marie Grando Rauen			
62	Memorial Paulo de Siqueira	Não	Sim	Sim
63	Museu Antônio Selistre de Campos	Não	Sim	Sim
64	Museu da Colonização de Chapecó	Não	Sim	Sim
65	Museu de Ciências Naturais			
66	Museu de História e Arte de Chapecó	Não	Sim	Sim
67	Museu Tropeiro Velho	Sim	Não	Não
68	Memorial Attílio Fontana	Não	Sim	Sim

Ordem	Nome da Instituição:	A Instituição possui acervo referente a temática africana e/ou afro-brasileira e/ou sobre o negro?	A instituição já organizou alguma exposição ou outro evento sobre a temática africana e/ou afro-brasileira e/ou o negro?	Possui imagens, fotos, vídeos ou outra documentação referente a exposição/ evento/outro?
69	Museu Angelo Spricigo			
70	Museu Histórico Municipal Hermano Zanoni	Não	Não	Não
71	Parque Estadual Fritz Plaumann	Não	Não	Não
72	Museu Irmão Luiz Godofredo Gratner	Sim	Sim	Sim
73	Casa da Cultura Professora Neusa Nunes Vieira	Não	Sim	Sim
74	Memorial Casa do Ferroviário Mario Ghisi			
75	Memorial Dino Gorini			
76	Museu Augusto Casagrande	Não	Sim	Sim
77	Museu Carlos Augusto Borba do Criciúma Esporte Clube			
78	Museu da Infância			
79	Museu de Zoologia Professora Morgana Cirimbelli Gaidzinski da UNESC			
80	Museu do Carvão	Não	Não	Não
81	Museu Mina Modelo Caetano Sônego	Não	Sim	Sim
82	Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense			
83	Centro de Memórias de Cunha Porã	Não	Não	Não
84	Museu Histórico Antônio Granemann de Souza	Não	Sim	Não
85	Casa da Memória de Florianópolis e Centro de Documentação	Não	Não	Não
86	Centro de Memória Documentação e Cultura do IFSC	Não	Sim	Sim
87	Centro de Visitação Projeto de Arqueologia Subaquática			
88	Ecomuseu Ribeirão da Ilha	Não	Não	Não
89	Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim			
90	Fortaleza de Santo Antonio			
91	Fortaleza de São José da Ponta Grossa			

Ordem	Nome da Instituição:	A Instituição possui acervo referente a temática africana e/ou afro-brasileira e/ou sobre o negro?	A instituição já organizou alguma exposição ou outro evento sobre a temática africana e/ou afro-brasileira e/ou o negro?	Possui imagens, fotos, vídeos ou outra documentação referente a exposição/ evento/outro?
92	Museu Aberto da Tartaruga Marinha			
93	Museu Arqueológico ao Ar Livre do Costão do Santinho	Não	Não	Não
94	Museu Contador Renato Gonçalves	Não	Não	Não
95	Museu da Escola Catarinense	Não	Sim	Sim
96	Museu da Polícia Militar de Santa Catarina Major Lara Ribas			
97	Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral	Não	Sim	Sim
98	Museu de Arte de Santa Catarina			
99	Museu de Geociências e Litoteca de Santa Catarina			
100	Museu de História Natural de Florianópolis			
101	Museu de Imagem e Som de Santa Catarina	Sim	Sim	Sim
102	Museu do Brinquedo da Ilha de Santa Catarina			
103	Museu do Centro Educacional Menino Jesus	Não	Sim	Sim
104	Museu do Esporte Catarinense			
105	Museu do Figueirense Futebol Clube	sim	Não	Não
106	Museu do Homem do Sambaqui Padre João Alfredo Rohr	Não	Não	Não
107	Museu do Índio			
108	Museu do Judiciário Catarinense			
109	Museu do Lixo			
110	Museu do Presépio			
111	Museu do Rádio			
112	Museu dos Brunidores	Não	Não	Não
113	Museu Fármaco Hospitalar			
114	Museu Fundação Hassis	Não	Não	Não

Ordem	Nome da Instituição:	A Instituição possui acervo referente a temática africana e/ou afro-brasileira e/ou sobre o negro?	A instituição já organizou alguma exposição ou outro evento sobre a temática africana e/ou afro-brasileira e/ou o negro?	Possui imagens, fotos, vídeos ou outra documentação referente a exposição/ evento/outro?
115	Museu Histórico de Santa Catarina	Não	Sim	Sim
116	Museu Sacro da Capela do Menino Deus	Não	Não	Não
117	Museu Victor Meirelles / Ibram	Sim	Sim	Sim
118	Museu Virtual In-pro			
119	O Mundo Ovo de Eli Heil	Sim	Não	Não
120	Planetário da Universidade Federal de Santa Catarina	Não	Não	Não
121	Museu Anton Eyng	Não	Não	Não
122	Casa da Cultura Lydia Frey			
123	Museu do Jagunço			
124	Museu da Paz			
125	Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim			
126	Museu Histórico Professor Edvino Carlos Holscher	Não	Não	Não
127	Museu Histórico de Guarujá do Sul			
128	Museu Colonial da Família Águida	Sim	Não	Não
129	Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann	Não	Não	Não
130	Museu Casa do Agente Ferroviário Anselmo Cargnin	Não	Sim	Não
131	Museu da Casa de Cultura Padre Bernardo Junkes	Não	Sim	Não
132	Museu Sacro Capela Santo Antonio	Não	Sim	Não
133	Museu da Baleia de Imbituba	Não	Não	Não
134	Museu da Freguesia de Mirim			
135	Museu das Conchas			
136	Museu Municipal Ferroviário Silvestre Ernesto da Silva			
137	João Baptista Riffel Centro de Memórias	Não	Não	Não

Ordem	Nome da Instituição:	A Instituição possui acervo referente a temática africana e/ou afro-brasileira e/ou sobre o negro?	A instituição já organizou alguma exposição ou outro evento sobre a temática africana e/ou afro-brasileira e/ou o negro?	Possui imagens, fotos, vídeos ou outra documentação referente a exposição/ evento/outro?
138	Museu Comunitário de Ipumirim	Não	Não	Não
139	Centro de Memórias de Iraceminha	Não	Não	Não
140	Museu Monge José Maria			
141	Museu Casarão Domit	Não	Não	Não
142	Casa da Cultura Alberton	Não	Não	Não
143	Casa da Memória Camarolli	Não	Não	Não
144	Casa da Cultura Dide Brandão			
145	Museu Etnoarqueológico de Itajaí			
146	Museu Histórico de Itajaí	Sim	Sim	Sim
147	Museu Almiro Theobaldo Muller	Não	Não	Não
149	Museu Edevaldo Ciro Thiesen	Não	Não	Não
150	Museu Municipal de Jacinto Machado	Não	Não	Não
151	Museu da Cidade de Jaguaruna	Não	Não	Não
152	Casa do Colonizador			
153	Museu di Ferramenta d'Affari del Nonni	Não	Não	Não
154	Museu do Expedicionário/Museu da Paz - FEB			
155	Museu Histórico de Jaraguá do Sul Emílio da Silva	Sim	Sim	Sim
156	Museu WEG de Ciência e Tecnologia	Não	Não	Não
157	Museu Wolfgang Weege - Parque Malwee			
158	Casa da Memória e Cemitério do Imigrante de Joinville	Não	Não	Não
159	Centro Cultural Deutsche Schule			
160	Estação da Memória	Não	Não	Não
161	Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville			

Ordem	Nome da Instituição:	A Instituição possui acervo referente a temática africana e/ou afro-brasileira e/ou sobre o negro?	A instituição já organizou alguma exposição ou outro evento sobre a temática africana e/ou afro-brasileira e/ou o negro?	Possui imagens, fotos, vídeos ou outra documentação referente a exposição/ evento/outro?
162	Museu Casa Fritz Alt			
163	Museu da Bicicleta	Não	Não	Não
164	Museu da Fundição			
165	Museu de Arte Contemporânea Luiz Henrique Schwanke	Não	Não	Não
166	Museu de Arte de Joinville	Sim	Não	Não
167	Museu do Ferro de Passar	Não	Não	Não
168	Museu Nacional da Imigração e da Colonização	Não	Sim	Sim
169	Museu Nacional dos Bombeiros Voluntários			
170	Casa da Memória de Lacerdópolis			
171	Memorial Nereu Ramos	Não	Não	Não
172	Museu do 1° Batalhão Ferroviário	Não	Não	Não
173	Museu Histórico Thiago de Castro			
174	Museu Malinverni Filho			
175	Casa de Anita			
177	Museu Anita Garibaldi			
178	Ecomuseu Municipal Serra do Rio do Rastro			
179	Museu Frei Miguel			
180	Museu da Terra e da Vida - Fundaçao Universidade do Contestado / Campus/ Mafra	Não	Não	Não
181	Centro Histórico Cultural Avetti Paledini Zilli	Sim	Não	Não
182	Museu Municipal Padre Fernando Nagel	Não	Não	Não
183	Museu Municipal de Massaranduba	Não	Não	Não
184	Museu Histórico Josette Dambrowski			

Ordem	Nome da Instituição:	A Instituição possui acervo referente a temática africana e/ou afro-brasileira e/ou sobre o negro?	A instituição já organizou alguma exposição ou outro evento sobre a temática africana e/ou afro-brasileira e/ou o negro?	Possui imagens, fotos, vídeos ou outra documentação referente a exposição/ evento/outro?
185	Museu Centro de Memórias Leopoldo Hermes	Não	Não	Não
186	Museu Municipal Pastor Karl Ramminger			
187	Casa da Cultura Italiana			
188	Museu Colonial			
189	Museu Madre Paulina			
190	Museu do Imigrante Cônego Miguel Giacca	Não	Não	Não
191	Museu ao Ar Livre Princesa Isabel	Não	Sim	Sim
192	Museu da Colonização de Palma Sola	Não	Não	Não
193	Museu Municipal Elmiro Wagner	Não	Não	Não
194	Museu da Colonização Italiana	Não	Não	Não
195	Museu Municipal de Pedras Grandes			
196	Museu Histórico de Penha			
197	Museu Municipal Magnus Leopoldo Kerber	Não	Não	Não
198	Museu Histórico de Pinhalzinho	Sim	Sim	Sim
199	Museu Municipal e Arquivo Histórico Pedro Lorenzoni	Não	Não	Não
200	Casa de Memória de Piratuba	Não	Não	Não
201	Casa do Imigrante Carl Weege			
202	Museu Casa do Escultor Erwin Teichmann			
203	Museu do Marceneiro	Não	Não	Não
204	Museu Pomerano	Não	Não	Não
205	Zoológico de Pomerode			
206	Parque Nacional das Araucárias			
207	Centro Eco Cultural Adventure House Ilha de Porto Belo			

Ordem	Nome da Instituição:	A Instituição possui acervo referente a temática africana e/ou afro-brasileira e/ou sobre o negro?	A instituição já organizou alguma exposição ou outro evento sobre a temática africana e/ou afro-brasileira e/ou o negro?	Possui imagens, fotos, vídeos ou outra documentação referente a exposição/ evento/outro?
208	Ecomuseu Univali	Não	Não	Não
209	Casa Cultural Aníbal Curi			
210	Museu Rural Cantina Antonio Patel			
211	Museu Rural Leovegildo Dalmas			
212	Museu Salustiano Costa Junior	Não	Não	Não
213	Museu do Imigrante de Presidente Getúlio			
214	Centro Histórico Expedicionário Dionísio João Camendolli			
215	Casa de Cultura Quilombo			
216	Casa de Campo Hercílio Luz	Não	Sim	Sim
217	Museu Municipal Vale do Rio do Peixe	Não	Não	Não
218	Museu da Madeira - Unidavi	Não	Sim	Sim
219	Museu de Arte de Rio do Sul	Não	Não	Não
220	Museu Histórico e Cultural Victor Lucas	Sim	Sim	Sim
221	Museu Municipal Carlos Lampe	Não	Sim	Sim
222	Museu dos Usos e Costumes da Gente Trentina			
223	Museu Dona Emília	Não	Sim	Sim
224	Museu Histórico de Santa Rosa de Lima			
225	Museu do Instituto Federal Catarinense	Não	Não	Não
226	Arquivo Histórico de São Bento do Sul			
227	Museu Augusto Klimmek	Não	Não	Não
228	Museu Municipal Sr. Felippe Maria Wolff	Não	Não	Não
229	Museu Natural Entomológico Ornith Bollmann	Não	Não	Não
230	Museu Oxford			

Ordem	Nome da Instituição:	A Instituição possui acervo referente a temática africana e/ou afro-brasileira e/ou sobre o negro?	A instituição já organizou alguma exposição ou outro evento sobre a temática africana e/ou afro-brasileira e/ou o negro?	Possui imagens, fotos, vídeos ou outra documentação referente a exposição/ evento/outro?
231	Museu da Colonização Professor Francisco Serafim Guilherme Schaden	Não	Não	Não
232	Casa da Memória de São Carlos	Não	Não	Não
233	Museu Municipal de São Carlos			
234	Museu de Arte Sacra da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça			
235	Museu Histórico de São Francisco do Sul			
236	Museu Nacional do Mar - Embarcações Brasileiras	Não	Não	Não
237	Museu Municipal de São João do Oeste	Não	Não	Não
238	Museu de Artes de São Joaquim			
239	Museu Histórico Municipal de São Joaquim			
240	Museu da Família Koerich	Sim	Sim	Sim
241	Museu Histórico Municipal de São José	Sim	Sim	Sim
242	Museu Arqueológico Municipal de Sâo José do Cedro			
243	Museu Municipal Comercindo Pederssetti			
244	Museu da Colonização			
245	Museu do Colonizador			
246	Museu Histórico Municipal Rui Arcádio Luchesi			
247	Museu Municipal Victorino Affonso Lenhardt			
248	Casa de Memória da Viúva Nute			
249	Centro de Memória Antônio Zanuzzo	Sim	Sim	Sim
250	Museu Entomológico Fritz Plaumann - Fundação Cultural de Seara	Sim	Sim	Sim
251	Museu Étnico Cultural ao Ar Livre			
252	Casa Emy Klug			
253	Museu Paleo Arqueológico e Histórico Prefeito Bertoldo Jacobsen	Não	Não	Não

Ordem	Nome da Instituição:	A Instituição possui acervo referente a temática africana e/ou afro-brasileira e/ou sobre o negro?	A instituição já organizou alguma exposição ou outro evento sobre a temática africana e/ou afro-brasileira e/ou o negro?	Possui imagens, fotos, vídeos ou outra documentação referente a exposição/ evento/outro?
254	Museu da Vitivinicultura de Santa Catarina	Não	Não	Não
255	Museu de Tijucas	Sim	Sim	Sim
256	Museu Casa do Poeta Lindolf Bell	Não	Não	Não
257	Museu da Música	Sim	Sim	Sim
258	Museu do Imigrante	Não	Não	Não
259	Museu do Patrimônio Histórico de Três Barras	Não	Sim	Sim
260	Museu Municipal de Treze de Maio			
261	Museu Municipal Ministro Andreas Thaler	Não	Não	Não
262	Museu Ferroviário de Tubarão	Não	Não	Não
263	Museu Universitário Walter Zumblick			
264	Museu Willy Zumblick			
265	Museu Público Municipal Ida Schneider	Não	Não	Não
266	Museu Municipal Lourenço Manenti	Não	Não	Não
267	Parque Nacional de São Joaquim			
268	Museu Histórico Municipal de Urussanga Monsenhor Agenor Neves Marques	Não	Não	Não
269	Museu Agrícola Fraiburgo			
270	Museu do Vinho Mario Pellegrin	Não	Não	Não
271	Museu Municipal do Milho	Não	Sim	Sim
272	Museu Municipal Marechal Bormann			

APÊNDICE 6 – Eventos realizados em Santa Catarina durante as Semanas dos Museus

Nº	Cidade	Nome da Instituição:	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
1	Abelardo Luz	Centro Municipal de Cultura Marlene Agatha Piccinin												1		1
2	Alfredo Wagner	Museu de Arqueologia de Lomba Alta										1	1	1		3
3	Araquari	Espaço de Memória de Araquari												1	1	2
4	Araquari	Museu da Imagem												2		2
5	Araranguá	Museu Histórico de Araranguá										3				3
6	Balneário Piçarras	Museu Oceanográfico Univali								1	1	1	1	1	1	6
7	Balneário Rincão	Museu Arqueológico Igrejinha Nossa Senhora dos Navegantes				1	1	1	1	2	2				5	13
8	Biguaçu	Casa dos Açores Museu Etnográfico				3	1		2	2						8
9	Blumenau	Ecomuseu Doutor Agobar Fagundes					1			1	2	1	1			6
10	Blumenau	Museu da Cerveja													1	1
11	Blumenau	Museu da Familia Colonial						2			1	4	3	2	5	17
12	Blumenau	Museu de Arte de Blumenau										3	1	7	1	12
13	Blumenau	Museu de Ecologia Fritz Müller													2	2
14	Blumenau	Museu de Hábitos e Costumes									1	3	7	2	5	18
15	Blumenau	Museu Hering									2	3	9	3	4	21
16	Bocaina do Sul	Museu José Maria Coelho de Ávila											1			1
17	Bombinhas	Museu Casa do Homem do Mar				1					1	1	1	1		5
18	Bombinhas	Museu Comunitário Engenho do Sertão								1	1		1			3
19	Brusque	Casa de Aldo Krieger			1								11	7	1	20
20	Brusque	Museu Arquidiocesano Dom Joaquim									1		3	1	8	13
21	Brusque	Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim										1	1	6	2	10
22	Caçador	Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado		1		1	1	1	1	1			1	1		8
23	Caibi	Museu Histórico Municipal de Caibi												1		1
24	Campo Alegre	Museu Municipal Bento Silvio Munhoz												1		1
25	Campo Alegre	Museu Santo Lat												3	1	4
26	Campos Novos	Museu Histórico e Arqueológico Sebastião Paz de Almeida				1	3				3	3	3	3	3	19
27	Campos Novos	Museu Serraria Weiss												3		3

Nº	Cidade	Nome da Instituição:	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
28	Canoinhas	Museu Histórico Orty de Magalhães Machado									1	1	1	1		4
29	Capinzal	Museu Histórico Dr. Vitor Almeida											3	5		8
30	Chapecó	Centro de Memória da Cooperalfa/MaxiCrédito													2	2
31	Chapecó	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - CEOM/Unochapecó		1	7		1		1	1	6	2	5	4	2	30
32	Chapecó	Museu Antônio Selistre de Campos						2	2	5	1					10
33	Chapecó	Museu da Colonização de Chapecó										1	1			2
34	Chapecó	Museu de História e Arte de Chapecó									1	1	3	3		8
35	Concórdia	Memorial Attílio Fontana		1	6	4	5	6	5		2	1	1	1	1	33
36	Concórdia	Museu Histórico Municipal Hermano Zanoni							5		10	5	1	6	3	30
37	Corupá	Museu Irmão Luiz Godofredo Gratner									1	1	4		1	7
38	Criciúma	Casa da Cultura Professora Neusa Nunes Vieira											6	14	3	23
39	Criciúma	Memorial Casa do Ferroviário Mario Ghisi											3	3	1	7
40	Criciúma	Museu Augusto Casagrande						4			2	4	5	4	1	20
41	Criciúma	Museu Carlos Augusto Borba do Criciúma Esporte Clube												2		2
42	Criciúma	Museu da Infância						1	1	1			4		7	14
43	Criciúma	Museu de Zoologia Professora Morgana Cirimbelli Gaidzinski da UNESC											3	5	4	12
44	Criciúma	Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense				1	1		1	1	3	4				11
45	Criciúma	Espaço Cultural UNESC							1	1		7	5		3	17
46	Criciúma	Memorial do Futebol											1			1
47	Criciúma	Numismática Silveira												7	5	12
48	Cunha Porã	Centro de Memórias de Cunha Porã										3				3
49	Curitibanos	Museu Histórico Antônio Granemann de Souza			2										1	3
50	Florianópolis	Casa da Memória de Florianópolis e Centro de Documentação									1	1	2			4
51	Florianópolis	Centro de Memória Documentação e Cultura do IFSC											1	2	11	14
52	Florianópolis	Ecomuseu Ribeirão da Ilha				1	1					1		1	2	6
53	Florianópolis	Museu Aberto da Tartaruga Marinha								8	5	9	13	7	4	46
54	Florianópolis	Museu Arqueológico ao Ar Livre do Costão do Santinho				1	1	8	3	1			2		1	17
55	Florianópolis	Museu da Escola Catarinense			12			8								20

Nº	Cidade	Nome da Instituição:	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
56	Florianópolis	Museu da Polícia Militar de Santa Catarina Major Lara Ribas					1	1								2
57	Florianópolis	Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral				1	2			1	3	2		1	1	11
58	Florianópolis	Museu de Arte de Santa Catarina				4				2	1	5	1	8	2	23
59	Florianópolis	Museu de História Natural de Florianópolis						1								1
60	Florianópolis	Museu de Imagem e Som de Santa Catarina					3	4		1	1	5	6	9	2	31
61	Florianópolis	Museu do Brinquedo da Ilha de Santa Catarina					1									1
62	Florianópolis	Museu do Centro Educacional Menino Jesus								1	1	1	1	1	1	6
63	Florianópolis	Museu do Figueirense Futebol Clube										9				9
64	Florianópolis	Museu do Homem do Sambaqui Padre João Alfredo Rohr														0
65	Florianópolis	Museu do Judiciário Catarinense									1			1	3	5
66	Florianópolis	Museu do Lixo												1		1
67	Florianópolis	Museu do Presépio					1									1
68	Florianópolis	Museu dos Brunidores				1	1	4	1	1			1		1	10
69	Florianópolis	Museu Fundação Hassis					2	5	3	2	5		1	3	1	22
70	Florianópolis	Museu Histórico de Santa Catarina			3	6	4	0	2	6	2	9	7	8	4	51
71	Florianópolis	Museu Sacro da Capela do Menino Deus			2									1		3
72	Florianópolis	Museu Victor Meirelles / Ibram		3	0	7	8	6	6	4	5	5	8	3	3	58
73	Florianópolis	Museu Virtual In-pro									1	1				2
74	Florianópolis	O Mundo Ovo de Eli Heil				3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12
75	Florianópolis	Curso de Graduação Museologia UFSC									1					1
76	Florianópolis	Fundação Cultural BADESC													1	1
77	Forquilhinha	Museu Anton Eyng								1	1				1	3
78	Fraiburgo	Casa da Cultura Lydia Frey								11						11
79	Fraiburgo	Museu do Jagunço								7				1		8
80	Guaraciaba	Museu Histórico Professor Edvino Carlos Holscher										1			1	2
81	Ibirama	Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann									6		7			13
82	Içara	Museu Casa do Agente Ferroviário Anselmo Cargnin							1	2	2		1	3	3	12
83	Içara	Museu da Casa de Cultura Padre Bernardo Junkes				1	1	1	1	2	2		2	1		11

Nº	Cidade	Nome da Instituição:	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
84	Içara	Museu Sacro Capela Santo Antonio				1	1	1	1	2	1		1	1		9
85	Indaial	Museu Municipal Ferroviário Silvestre Ernesto da Silva												1		1
86	Ipumirim	Museu Comunitário de Ipumirim							1	3	3			3		10
87	Iraceminha	Centro de Memórias de Iraceminha								1	1	1				3
88	Irani	Museu Monge José Maria									2					2
89	Itá	Casa da Memória Camarolli				2	1	1	1	2	1	1	1	1	2	13
90	Itajaí	Museu Etnoarqueológico de Itajaí									1	1	1	3	1	7
91	Itajaí	Museu Histórico de Itajaí								2	1	1	2			6
92	Itapiranga	Museu Almiro Theobaldo Muller								1			1	1	1	4
93	Jacinto Machado	Museu Municipal de Jacinto Machado														0
94	Jaraguá do Sul	Museu di Ferramenta d'Affari del Nonni										1				1
95	Jaraguá do Sul	Museu do Expedicionário/Museu da Paz - FEB													3	3
96	Jaraguá do Sul	Museu Histórico de Jaraguá do Sul Emílio da Silva											1	4	1	6
97	Jaraguá do Sul	Museu WEG de Ciência e Tecnologia						1	1			1	1		1	5
98	Jaraguá do Sul	Museu Wolfgang Weege - Parque Malwee					1	1	2		1	1	1		1	8
99	Joinville	Casa da Memória e Cemitério do Imigrante de Joinville								1	1					2
100	Joinville	Estação da Memória							3	11	1	1	16		1	33
101	Joinville	Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville			3	1	3		1	3	1	1	4			17
102	Joinville	Museu Casa Fritz Alt			1				1		1	1		2	2	8
103	Joinville	Museu da Bicicleta								1		1	1		1	4
104	Joinville	Museu de Arte Contemporânea Luiz Henrique Schwanke									2	1	6	1	1	11
105	Joinville	Museu de Arte de Joinville				1	1	1	3	3	5	6	5	6	3	34
106	Joinville	Museu Nacional da Imigração e da Colonização				1	1		1	4	1	2	1	3	4	18
107	Joinville	Arquivo Público de Joinville									1					1
108	Lages	Memorial Nereu Ramos										1	4	4		9
109	Lages	Museu do 1° Batalhão Ferroviário											10	6	6	22
110	Lages	Museu Histórico Thiago de Castro				8	9	4	6	11	8	8	10	8	6	78
111	Lages	Museu Malinverni Filho			2						1	2	5	4	4	18
112	Laguna	Casa de Anita										2				2

Nº	Cidade	Nome da Instituição:	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
113	Laguna	Museu Anita Garibaldi											3	1		4
114	Lauro Muller	Ecomuseu Municipal Serra do Rio do Rastro													4	4
115	Luzerna	Museu Frei Miguel		1												1
116	Mafra	Museu da Terra e da Vida - Fundaçao Universidade do Contestado / Campus/ Mafra			1	1	1	2	1		1		1	1	2	11
117	Maracajá	Centro Histórico Cultural Avetti Paledini Zilli										4	6			10
118	Maravilha	Museu Municipal Padre Fernando Nagel										2		2	2	6
119	Modelo	Museu Centro de Memórias Leopoldo Hermes														0
120	Mondaí	Museu Municipal Pastor Karl Ramminger								1	1					2
121	Orleans	Museu ao Ar Livre Princesa Isabel				1	1	3	4	2	6	3	3	4	3	30
122	Palmitos	Museu Municipal Elmiro Wagner												1		1
123	Peritiba	Museu Municipal Magnus Leopoldo Kerber													1	1
124	Pinhalzinho	Museu Histórico de Pinhalzinho								2	2	1	3	1	1	10
125	Pinheiro Preto	Museu Municipal e Arquivo Histórico Pedro Lorenzoni		1												1
126	Piratuba	Casa de Memória de Piratuba													1	1
127	Pomerode	Museu Pomerano									1	1			1	3
128	Pomerode	Zoológico de Pomerode												1		1
129	Porto Belo	Ecomuseu Univali							1		1	4	1	1	1	9
130	Rancho Queimado	Casa de Campo Hercílio Luz						1	1	1	4	3	3	3	2	18
131	Rio do Sul	Museu da Madeira - Unidavi												4		4
132	Rio do Sul	Museu Histórico e Cultural Victor Lucas							1		4			1	1	7
133	Rio Negrinho	Museu Municipal Carlos Lampe				1	8		4	7	6	2	4	7	1	40
134	Rodeio	Museu dos Usos e Costumes da Gente Trentina												2		2
135	Santa Rosa do Sul	Museu do Instituto Federal Catarinense										2	1			3
136	São Bento do Sul	Museu Municipal Sr. Felippe Maria Wolff				5	4	4		4	4	4	5	8	1	39
137	São Bento do Sul	Museu Natural Entomológico Ornith Bollmann										2	3	9	3	17
138	São Carlos	Casa da Memória de São Carlos											4			4
139	São Francisco do Sul	Museu Histórico de São Francisco do Sul												1	4	5
140	São Francisco do Sul	Museu Nacional do Mar - Embarcações Brasileiras					1	5				6	6	4	6	28

Nº	Cidade	Nome da Instituição:	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
141	São José	Museu Histórico Municipal de São José				1	1	3	3	5	1	1	1	4	2	22
142	São José	Centro de Documentação e Pesquisa Hospital Colônia Santana									2	2	1			5
143	São Ludgero	Museu da Colonização					1									1
144	São Miguel do Oeste	Museu Histórico Municipal Rui Arcádio Luchesi											1			1
145	Seara	Museu Entomológico Fritz Plaumann - Fundação Cultural de Seara										1	1			2
146	Taió	Museu Paleo Arqueológico e Histórico Prefeito Bertoldo Jacobsen									3	3	5	4		15
147	Tangará	Museu da Vitivinicultura de Santa Catarina									1	2		2		5
148	Tijucas	Museu de Tijucas											4	4	3	11
149	Timbó	Museu Casa do Poeta Lindolf Bell					5	1	1	5	1		2	1	1	17
150	Timbó	Museu da Música						1	1		5	3		1	1	12
151	Timbó	Museu do Imigrante									1	1		1	1	4
152	Três Barras	Museu do Patrimônio Histórico de Três Barras											1	1		2
153	Treze Tílias	Museu Municipal Ministro Andreas Thaler		1	1											2
154	Tubarão	Museu Ferroviário de Tubarão										3	1	2	6	12
155	Tubarão	Museu Universitário Walter Zumblick				2	5	2	2	2	5			2	1	21
156	Tubarão	Museu Willy Zumblick							1	3						4
157	Tunápolis	Museu Público Municipal Ida Schneider							1					1	1	3
158	Turvo	Museu Municipal Lourenço Manenti											1		1	2
159	Videira	Museu do Vinho Mario Pellegrin		1			1			1	1	1		1		6
160	Xanxerê	Museu Municipal do Milho									3	1	1	1	1	7

APÊNDICE 7 – Eventos com temática afro-brasileira realizados em Santa Catarina durante as Semanas de Museu

N.	Cidade	Nome da Instituição:	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
1	Abelardo Luz	Centro Municipal de Cultura Marlene Agatha Piccinin														0
2	Alfredo Wagner	Museu de Arqueologia de Lomba Alta														0
3	Araquari	Espaço de Memória de Araquari														0
4	Araquari	Museu da Imagem														0
5	Araranguá	Museu Histórico de Araranguá														0
6	Balneário Piçarras	Museu Oceanográfico Univali														0
7	Balneário Rincão	Museu Arqueológico Igrejinha Nossa Senhora dos Navegantes														0
8	Biguaçu	Casa dos Açores Museu Etnográfico														0
9	Blumenau	Ecomuseu Doutor Agobar Fagundes														0
10	Blumenau	Museu da Cerveja														0
11	Blumenau	Museu da Familia Colonial														0
12	Blumenau	Museu de Arte de Blumenau														0
13	Blumenau	Museu de Ecologia Fritz Müller														0
14	Blumenau	Museu de Hábitos e Costumes														0
15	Blumenau	Museu Hering														0
16	Bocaina do Sul	Museu José Maria Coelho de Ávila														0
17	Bombinhas	Museu Casa do Homem do Mar														0
18	Bombinhas	Museu Comunitário Engenho do Sertão														0
19	Brusque	Casa de Aldo Krieger														0
20	Brusque	Museu Arquidiocesano Dom Joaquim														0
21	Brusque	Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim														0
22	Caçador	Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado														0
23	Caibi	Museu Histórico Municipal de Caibi														0
24	Campo Alegre	Museu Municipal Bento Silvio Munhoz														0
25	Campo Alegre	Museu Santo Lat														0
26	Campos Novos	Museu Histórico e Arqueológico Sebastião Paz de Almeida														0
27	Campos Novos	Museu Serraria Weiss														0

N.	Cidade	Nome da Instituição:	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
28	Canoinhas	Museu Histórico Orty de Magalhães Machado														0
29	Capinzal	Museu Histórico Dr. Vitor Almeida														0
30	Chapecó	Centro de Memória da Cooperalfa/MaxiCrédito														0
31	Chapecó	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - CEOM/Unochapecó														0
32	Chapecó	Museu Antônio Selistre de Campos														0
33	Chapecó	Museu da Colonização de Chapecó														0
34	Chapecó	Museu de História e Arte de Chapecó														0
35	Concórdia	Memorial Attílio Fontana							1							1
36	Concórdia	Museu Histórico Municipal Hermano Zanoni														0
37	Corupá	Museu Irmão Luiz Godofredo Gratner														0
38	Criciúma	Casa da Cultura Professora Neusa Nunes Vieira														0
39	Criciúma	Memorial Casa do Ferroviário Mario Ghisi														0
40	Criciúma	Museu Augusto Casagrande														0
41	Criciúma	Museu Carlos Augusto Borba do Criciúma Esporte Clube														0
42	Criciúma	Museu da Infância														0
43	Criciúma	Museu de Zoologia Professora Morgana Cirimbelli Gaidzinski da UNESC														0
44	Criciúma	Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense														0
45	Criciúma	Espaço Cultural UNESC														0
46	Criciúma	Memorial do Futebol														0
47	Criciúma	Numismática Silveira														0
48	Cunha Porã	Centro de Memórias de Cunha Porã														0
49	Curitibanos	Museu Histórico Antônio Granemann de Souza														0
50	Florianópolis	Casa da Memória de Florianópolis e Centro de Documentação														0
51	Florianópolis	Centro de Memória Documentação e Cultura do IFSC														0
52	Florianópolis	Ecomuseu Ribeirão da Ilha														0
53	Florianópolis	Museu Aberto da Tartaruga Marinha								1						1
54	Florianópolis	Museu Arqueológico ao Ar Livre do Costão do Santinho														0
55	Florianópolis	Museu da Escola Catarinense														0

N.	Cidade	Nome da Instituição:	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
56	Florianópolis	Museu da Polícia Militar de Santa Catarina Major Lara Ribas														0
57	Florianópolis	Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral														0
58	Florianópolis	Museu de Arte de Santa Catarina														0
59	Florianópolis	Museu de História Natural de Florianópolis														0
60	Florianópolis	Museu de Imagem e Som de Santa Catarina														0
61	Florianópolis	Museu do Brinquedo da Ilha de Santa Catarina														0
62	Florianópolis	Museu do Centro Educacional Menino Jesus														0
63	Florianópolis	Museu do Figueirense Futebol Clube														0
64	Florianópolis	Museu do Homem do Sambaqui Padre João Alfredo Rohr														0
65	Florianópolis	Museu do Judiciário Catarinense														0
66	Florianópolis	Museu do Lixo														0
67	Florianópolis	Museu do Presépio														0
68	Florianópolis	Museu dos Brunidores														0
69	Florianópolis	Museu Fundação Hassis														0
70	Florianópolis	Museu Histórico de Santa Catarina														0
71	Florianópolis	Museu Sacro da Capela do Menino Deus														0
72	Florianópolis	Museu Victor Meirelles / Ibram														0
73	Florianópolis	Museu Virtual In-pro														0
74	Florianópolis	O Mundo Ovo de Eli Heil														0
75	Florianópolis	Curso de Graduação Museologia UFSC														0
76	Florianópolis	Fundação Cultural BADESC														0
77	Forquilhinha	Museu Anton Eyng														0
78	Fraiburgo	Casa da Cultura Lydia Frey														0
79	Fraiburgo	Museu do Jagunço														0
80	Guaraciaba	Museu Histórico Professor Edvino Carlos Holscher														0
81	Ibirama	Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann														0
82	Içara	Museu Casa do Agente Ferroviário Anselmo Cargnin														0
83	Içara	Museu da Casa de Cultura Padre Bernardo Junkes														0

N.	Cidade	Nome da Instituição:	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
84	Içara	Museu Sacro Capela Santo Antonio														0
85	Indaial	Museu Municipal Ferroviário Silvestre Ernesto da Silva														0
86	Ipumirim	Museu Comunitário de Ipumirim														0
87	Iraceminha	Centro de Memórias de Iraceminha														0
88	Irani	Museu Monge José Maria														0
89	Itá	Casa da Memória Camarolli														0
90	Itajaí	Museu Etnoarqueológico de Itajaí														0
91	Itajaí	Museu Histórico de Itajaí														0
92	Itapiranga	Museu Almiro Theobaldo Muller														0
93	Jacinto Machado	Museu Municipal de Jacinto Machado														0
94	Jaraguá do Sul	Museu di Ferramenta d'Affari del Nonni														0
95	Jaraguá do Sul	Museu do Expedicionário/Museu da Paz – FEB														0
96	Jaraguá do Sul	Museu Histórico de Jaraguá do Sul Emílio da Silva														0
97	Jaraguá do Sul	Museu WEG de Ciência e Tecnologia														0
98	Jaraguá do Sul	Museu Wolfgang Weege - Parque Malwee														0
99	Joinville	Casa da Memória e Cemitério do Imigrante de Joinville														0
100	Joinville	Estação da Memória								1						1
101	Joinville	Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville														0
102	Joinville	Museu Casa Fritz Alt														0
103	Joinville	Museu da Bicicleta														0
104	Joinville	Museu de Arte Contemporânea Luiz Henrique Schwanke														0
105	Joinville	Museu de Arte de Joinville														0
106	Joinville	Museu Nacional da Imigração e da Colonização														0
107	Joinville	Arquivo Público de Joinville														0
108	Lages	Memorial Nereu Ramos														0
109	Lages	Museu do 1° Batalhão Ferroviário														0
110	Lages	Museu Histórico Thiago de Castro														0
111	Lages	Museu Malinverni Filho														0

N.	Cidade	Nome da Instituição:	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
112	Laguna	Casa de Anita														0
113	Laguna	Museu Anita Garibaldi														0
114	Lauro Muller	Ecomuseu Municipal Serra do Rio do Rastro														0
115	Luzerna	Museu Frei Miguel														0
116	Mafra	Museu da Terra e da Vida - Fundaçao Universidade do Contestado / Campus/ Mafra														0
117	Maracajá	Centro Histórico Cultural Avetti Paledini Zilli														0
118	Maravilha	Museu Municipal Padre Fernando Nagel														0
119	Modelo	Museu Centro de Memórias Leopoldo Hermes														0
120	Mondaí	Museu Municipal Pastor Karl Ramminger														0
121	Orleans	Museu ao Ar Livre Princesa Isabel														0
122	Palmitos	Museu Municipal Elmiro Wagner														0
123	Peritiba	Museu Municipal Magnus Leopoldo Kerber														0
124	Pinhalzinho	Museu Histórico de Pinhalzinho														0
125	Pinheiro Preto	Museu Municipal e Arquivo Histórico Pedro Lorenzoni														0
126	Piratuba	Casa de Memória de Piratuba														0
127	Pomerode	Museu Pomerano														0
128	Pomerode	Zoológico de Pomerode														0
129	Porto Belo	Ecomuseu Univali														0
130	Rancho Queimado	Casa de Campo Hercílio Luz														0
131	Rio do Sul	Museu da Madeira - Unidavi														0
132	Rio do Sul	Museu Histórico e Cultural Victor Lucas														0
133	Rio Negrinho	Museu Municipal Carlos Lampe														0
134	Rodeio	Museu dos Usos e Costumes da Gente Trentina														0
135	Santa Rosa do Sul	Museu do Instituto Federal Catarinense														0
136	São Bento do Sul	Museu Municipal Sr. Felippe Maria Wolff														0
137	São Bento do Sul	Museu Natural Entomológico Ornith Bollmann														0
138	São Carlos	Casa da Memória de São Carlos														0
139	São Francisco do Sul	Museu Histórico de São Francisco do Sul														0

N.	Cidade	Nome da Instituição:	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
140	São Francisco do Sul	Museu Nacional do Mar - Embarcações Brasileiras														0
141	São José	Museu Histórico Municipal de São José						1								1
142	São José	Centro de Documentação e Pesquisa Hospital Colônia Santana														0
143	São Ludgero	Museu da Colonização														0
144	São Miguel do Oeste	Museu Histórico Municipal Rui Arcádio Luchesi														0
145	Seara	Museu Entomológico Fritz Plaumann - Fundação Cultural de Seara														0
146	Taió	Museu Paleo Arqueológico e Histórico Prefeito Bertoldo Jacobsen														0
147	Tangará	Museu da Vitivinicultura de Santa Catarina														0
148	Tijucas	Museu de Tijucas														0
149	Timbó	Museu Casa do Poeta Lindolf Bell														0
150	Timbó	Museu da Música														0
151	Timbó	Museu do Imigrante														0
152	Três Barras	Museu do Patrimônio Histórico de Três Barras														0
153	Treze Tílias	Museu Municipal Ministro Andreas Thaler														0
154	Tubarão	Museu Ferroviário de Tubarão														0
155	Tubarão	Museu Universitário Walter Zumblick								2						2
156	Tubarão	Museu Willy Zumblick														0
157	Tunápolis	Museu Público Municipal Ida Schneider														0
158	Turvo	Museu Municipal Lourenço Manenti														0
159	Videira	Museu do Vinho Mario Pellegrin														0
160	Xanxerê	Museu Municipal do Milho														0

APÊNDICE 8 – Eventos com temática afro-brasileira realizados em Santa Catarina durante as Primaveras de Museu

N.	Cidade	Nome da Instituição:	Eventos realizados									Eventos com temática afro								
			2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
1	Abelardo Luz	Centro Municipal de Cultura Marlene Agatha Piccinin									0									0
2	Alfredo Wagner	Museu de Arqueologia de Lomba Alta								2	2									0
3	Araquari	Espaço de Memória de Araquari							1		1							1		1
4	Araquari	Museu da Imagem									0									0
5	Araranguá	Museu Histórico de Araranguá									0									0
6	Balneário Piçarras	Museu Oceanográfico Univali					2				2									0
7	Balneário Rincão	Museu Arqueológico Igrejinha Nossa Senhora dos Navegantes		2							2									0
8	Biguaçu	Casa dos Açores Museu Etnográfico	3	1	1						5									0
9	Blumenau	Ecomuseu Doutor Agobar Fagundes	2		3	1					6									0
10	Blumenau	Museu da Cerveja									0									0
11	Blumenau	Museu da Familia Colonial		1	1	1	2	1	9	3	18							9		9
12	Blumenau	Museu de Arte de Blumenau					2	4	7	3	16							7		7
13	Blumenau	Museu de Ecologia Fritz Müller	3	1	1						5									0
14	Blumenau	Museu de Hábitos e Costumes					2	1	9	3	15							9		9
15	Blumenau	Museu Hering					8	3	3	8	22							3		3
16	Bocaina do Sul	Museu José Maria Coelho de Ávila									0									0
17	Bombinhas	Museu Casa do Homem do Mar					1				1									0
18	Bombinhas	Museu Comunitário Engenho do Sertão									0									0
19	Brusque	Casa de Aldo Krieger			1		1	1	14	1	18							14		14
20	Brusque	Museu Arquidiocesano Dom Joaquim							11	3	14							11		11
21	Brusque	Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim					1		5	3	9							5		5
22	Caçador	Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado	1	1		1			1	1	5									0
23	Caibi	Museu Histórico Municipal de Caibi							1		1									0
24	Campo Alegre	Museu Municipal Bento Silvio Munhoz									0									0
25	Campo Alegre	Museu Santo Lat									0									0
26	Campos Novos	Museu Histórico e Arqueológico Sebastião Paz de Almeida			2	4	1	2	1		10			1				1		2

N.	Cidade	Nome da Instituição:	Eventos realizados									Eventos com temática afro								
			2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
27	Campos Novos	Museu Serraria Weiss									0									0
28	Canoinhas	Museu Histórico Orty de Magalhães Machado			1		2		1	1	5									0
29	Capinzal	Museu Histórico Dr. Vitor Almeida									0									0
30	Chapecó	Centro de Memória da Cooperalfa/MaxiCrédito									0									0
31	Chapecó	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - CEOM/Unochapecó					5	2	6		13									0
32	Chapecó	Museu Antônio Selistre de Campos	3	1		1	4	2			11					1				1
33	Chapecó	Museu da Colonização de Chapecó								1	1									0
34	Chapecó	Museu de História e Arte de Chapecó					4		2		6					1		2		3
35	Concórdia	Memorial Attílio Fontana		2	5		1	1	2		11						1	2		3
36	Concórdia	Museu Histórico Municipal Hermano Zanoni					9	3	5	1	18							5		5
37	Corupá	Museu Irmão Luiz Godofredo Gratner						2	2	2	6							2		2
38	Criciúma	Casa da Cultura Professora Neusa Nunes Vieira							1	1	2							1		1
39	Criciúma	Memorial Casa do Ferroviário Mario Ghisi							2		2							2		2
40	Criciúma	Museu Augusto Casagrande		4				3	4		11							2		2
41	Criciúma	Museu Carlos Augusto Borba do Criciúma Esporte Clube									0									0
42	Criciúma	Museu da Infância					1	4	6		11							6		6
43	Criciúma	Museu de Zoologia Professora Morgana Cirimbelli Gaidzinski da UNESC					3	4	5		12							5		5
44	Criciúma	Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense		4							4									0
45	Criciúma	Espaço Cultural UNESC			1		1		3		5							2		2
46	Criciúma	Memorial do Futebol									0									0
47	Criciúma	Numismática Silveira							1		1									0
48	Cunha Porã	Centro de Memórias de Cunha Porã									0									0
49	Curitibanos	Museu Histórico Antônio Granemann de Souza	20					1	1		22							1		1
50	Florianópolis	Casa da Memória de Florianópolis e Centro de Documentação						1		1	2									0
51	Florianópolis	Centro de Memória Documentação e Cultura do IFSC							1		1									0
52	Florianópolis	Ecomuseu Ribeirão da Ilha						1		3	4									0

N.	Cidade	Nome da Instituição:	Eventos realizados									Eventos com temática afro								
			2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
53	Florianópolis	Museu Aberto da Tartaruga Marinha				4	6	6	8	8	32							1		1
54	Florianópolis	Museu Arqueológico ao Ar Livre do Costão do Santinho	1	1	1			1			4									0
55	Florianópolis	Museu da Escola Catarinense									0									0
56	Florianópolis	Museu da Polícia Militar de Santa Catarina Major Lara Ribas									0									0
57	Florianópolis	Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral					1		9	6	16							9		9
58	Florianópolis	Museu de Arte de Santa Catarina		1	1	1	2	2	9	7	23							9		9
59	Florianópolis	Museu de História Natural de Florianópolis									0									0
60	Florianópolis	Museu de Imagem e Som de Santa Catarina	1		1	1	1	2	8	5	19							8		8
61	Florianópolis	Museu do Brinquedo da Ilha de Santa Catarina									0									0
62	Florianópolis	Museu do Centro Educacional Menino Jesus			1	1	1	1	2	1	7							1		1
63	Florianópolis	Museu do Figueirense Futebol Clube									0									0
64	Florianópolis	Museu do Homem do Sambaqui Padre João Alfredo Rohr								1	1									0
65	Florianópolis	Museu do Judiciário Catarinense			1			2	1		4							1		1
66	Florianópolis	Museu do Lixo									0									0
67	Florianópolis	Museu do Presépio									0									0
68	Florianópolis	Museu dos Brunidores	1	1	1			1	1		5									0
69	Florianópolis	Museu Fundação Hassis			2					1	3									0
70	Florianópolis	Museu Histórico de Santa Catarina			1	4	3	5	10	2	25							5		5
71	Florianópolis	Museu Sacro da Capela do Menino Deus									0									0
72	Florianópolis	Museu Victor Meirelles / Ibram	3	5	5	3	7	6	1	4	34		2					1		3
73	Florianópolis	Museu Virtual In-pro									0									0
74	Florianópolis	O Mundo Ovo de Eli Heil			1	1	1	1	1		5									0
75	Florianópolis	Curso de Graduação Museologia UFSC							5	1	6							5		5
76	Florianópolis	Fundação Cultural BADESC							2		2									0
77	Forquilhinha	Museu Anton Eyng					1		1		2							1		1
78	Fraiburgo	Casa da Cultura Lydia Frey									0									0
79	Fraiburgo	Museu do Jagunço									0									0

N.	Cidade	Nome da Instituição:	Eventos realizados									Eventos com temática afro								
			2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
80	Guaraciaba	Museu Histórico Professor Edvino Carlos Holscher							1	1	2									0
81	Ibirama	Museu Municipal Eduardo de Lima e Silva Hoerhann									0									0
82	Içara	Museu Casa do Agente Ferroviário Anselmo Cargnin		1		1	2				4									0
83	Içara	Museu da Casa de Cultura Padre Bernardo Junkes		1					1		2							1		1
84	Içara	Museu Sacro Capela Santo Antonio		2							2									0
85	Indaial	Museu Municipal Ferroviário Silvestre Ernesto da Silva									0									0
86	Ipumirim	Museu Comunitário de Ipumirim			2						2									0
87	Iraceminha	Centro de Memórias de Iraceminha					1	1			2									0
88	Irani	Museu Monge José Maria									0									0
89	Itá	Casa da Memória Camarolli						1			1									0
90	Itajaí	Museu Etnoarqueológico de Itajaí					1	2	1		4							1		1
91	Itajaí	Museu Histórico de Itajaí			1	9	1	8	3		22							3		3
92	Itapiranga	Museu Almiro Theobaldo Muller				1			1		2							1		1
93	Jacinto Machado	Museu Municipal de Jacinto Machado								1	1									0
94	Jaraguá do Sul	Museu di Ferramenta d'Affari del Nonni									0									0
95	Jaraguá do Sul	Museu do Expedicionário/Museu da Paz - FEB						1		1	2									0
96	Jaraguá do Sul	Museu Histórico de Jaraguá do Sul Emílio da Silva					1		5	3	9							3		3
97	Jaraguá do Sul	Museu WEG de Ciência e Tecnologia	2					1		1	4									0
98	Jaraguá do Sul	Museu Wolfgang Weege - Parque Malwee	1		2		2			1	6									0
99	Joinville	Casa da Memória e Cemitério do Imigrante de Joinville			2				1		3							1		1
100	Joinville	Estação da Memória	1		12	2		2	4	3	24							4		4
101	Joinville	Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville	1		2	2	2	1	1		9									0
102	Joinville	Museu Casa Fritz Alt				1	2	1		2	6									0
103	Joinville	Museu da Bicicleta	1								1									0
104	Joinville	Museu de Arte Contemporânea Luiz Henrique Schwanke									0									0
105	Joinville	Museu de Arte de Joinville	1	1	3	9	11	9	6	2	42							6		6
106	Joinville	Museu Nacional da Imigração e da Colonização			1			1	2	1	5							2		2
107	Joinville	Arquivo Público de Joinville									0									0

N.	Cidade	Nome da Instituição:	Eventos realizados									Eventos com temática afro								
			2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
108	Lages	Memorial Nereu Ramos									0									0
109	Lages	Museu do 1° Batalhão Ferroviário						5		7	12									0
110	Lages	Museu Histórico Thiago de Castro					1	13			14									0
111	Lages	Museu Malinverni Filho									0									0
112	Laguna	Casa de Anita									0									0
113	Laguna	Museu Anita Garibaldi			1			14	3		18							3		3
114	Lauro Muller	Ecomuseu Municipal Serra do Rio do Rastro									0									0
115	Luzerna	Museu Frei Miguel									0									0
116	Mafra	Museu da Terra e da Vida - Fundaçao Universidade do Contestado / Campus/ Mafra	1								1									0
117	Maracajá	Centro Histórico Cultural Avetti Paledini Zilli					1				1									0
118	Maravilha	Museu Municipal Padre Fernando Nagel									0									0
119	Modelo	Museu Centro de Memórias Leopoldo Hermes							1	1	2									0
120	Mondaí	Museu Municipal Pastor Karl Ramminger									0									0
121	Orleans	Museu ao Ar Livre Princesa Isabel							4		4							4		4
122	Palmitos	Museu Municipal Elmiro Wagner							5		5									0
123	Peritiba	Museu Municipal Magnus Leopoldo Kerber						1	1		2									0
124	Pinhalzinho	Museu Histórico de Pinhalzinho	1			1			1		3									0
125	Pinheiro Preto	Museu Municipal e Arquivo Histórico Pedro Lorenzoni									0									0
126	Piratuba	Casa de Memória de Piratuba							2	1	3							2		2
127	Pomerode	Museu Pomerano								1	1									0
128	Pomerode	Zoológico de Pomerode									0									0
129	Porto Belo	Ecomuseu Univali									0									0
130	Rancho Queimado	Casa de Campo Hercílio Luz			1		2	2	3	3	11							3		3
131	Rio do Sul	Museu da Madeira - Unidavi									0									0
132	Rio do Sul	Museu Histórico e Cultural Victor Lucas			2		1		1		4							1		1
133	Rio Negrinho	Museu Municipal Carlos Lampe	5	1			5	3	5	4	23							5		5
134	Rodeio	Museu dos Usos e Costumes da Gente Trentina									0									0

N.	Cidade	Nome da Instituição:	Eventos realizados									Eventos com temática afro								
			2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
135	Santa Rosa do Sul	Museu do Instituto Federal Catarinense						1		1	2									0
136	São Bento do Sul	Museu Municipal Sr. Felippe Maria Wolff		1			2	3			6									0
137	São Bento do Sul	Museu Natural Entomológico Ornith Bollmann						3			3									0
138	São Carlos	Casa da Memória de São Carlos									0									0
139	São Francisco do Sul	Museu Histórico de São Francisco do Sul								1	1									0
140	São Francisco do Sul	Museu Nacional do Mar - Embarcações Brasileiras								3	3									0
141	São José	Museu Histórico Municipal de São José		1		2	1	1	5	5	15							5	1	6
142	São José	Centro de Documentação e Pesquisa Hospital Colônia Santana						2		2	4									0
143	São Ludgero	Museu da Colonização									0									0
144	São Miguel do Oeste	Museu Histórico Municipal Rui Arcádio Luchesi							1		1									0
145	Seara	Museu Entomológico Fritz Plaumann - Fundação Cultural de Seara									0									0
146	Taió	Museu Paleo Arqueológico e Histórico Prefeito Bertoldo Jacobsen									0									0
147	Tangará	Museu da Vitivinicultura de Santa Catarina				1		1			2									0
148	Tijucas	Museu de Tijucas							2	11	13							2		2
149	Timbó	Museu Casa do Poeta Lindolf Bell	1	1			1	1	1	1	6									0
150	Timbó	Museu da Música	1	1			2	1			5									0
151	Timbó	Museu do Imigrante		1				1			2									0
152	Três Barras	Museu do Patrimônio Histórico de Três Barras			1		1		1		3							1		1
153	Treze Tílias	Museu Municipal Ministro Andreas Thaler									0									0
154	Tubarão	Museu Ferroviário de Tubarão						1			1									0
155	Tubarão	Museu Universitário Walter Zumblick			1						1									0
156	Tubarão	Museu Willy Zumblick				4				1	5									0
157	Tunápolis	Museu Público Municipal Ida Schneider			1		1				2									0
158	Turvo	Museu Municipal Lourenço Manenti							1		1							1		1

N.	Cidade	Nome da Instituição:	Eventos realizados									Eventos com temática afro								
			2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
159	Videira	Museu do Vinho Mario Pellegrin					1	1	1		3							1		1
160	Xanxerê	Museu Municipal do Milho					2	1	1	1	5									0

APÊNDICE 9 – Projetos contemplados nos Editais de Modernização de Museus

Ano	Cidade	Museu	Projeto	Valor (R$)
2004	Caçador	Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado	Aquisição de equipamentos de segurança	34.695,65
2004	Joinville	Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville	Ampliação e qualificação da produção	18.512,00
2005/2006	Florianópolis	Museu da Universidade Federal de Santa Catarina	Projeto sistema de climatização, segurança e armazenamento do acervo do Museu Universitário	65.700,00
2005/2006	Pinhalzinho	Museu Histórico de Pinhalzinho	Modernização do Museu Histórico de Pinhalzinho	20.000,00
2007	Blumenau	Fundação Cultural de Blumenau, Museu de Arte de Blumenau e Museu da Família Colonial	Modernização do Complexo Museológico da Fundação Cultural de Blumenau	54.880,00
2007	Içara	Museu da Casa da Cultura Pe. Bernardo Junkes, Museu Arqueológico Igrejinha N. S. Navegantes, Museu Sacro e Espaço Cultural Capela de St. Antônio	Adequação do Espaço destinado à reserva técnica	43.086,30
2008	Criciúma	Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense - MUESC	Melhoria nas condições das exposições temporárias e permanentes mediante aquisição de móveis expositores do Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense	47.052,00
2008	Jaraguá do Sul	Museu Histórico de Jaraguá do Sul	Protegendo o patrimônio	28.875,14
2008	Timbó	Museu da Música	Modernização e dinamização do museu	100.000,00
2009	Criciúma	Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense	Aquisição de equipamentos para disponibi - lizar os acervos do Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense na rede mundial de computadores	100.618,00
2009	Florianópolis	Museu Universitário Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral - UFSC	Otimização dos espaços museológicos: sistema de armazenamento e adequação dos gabinetes de trabalho	149.147,10
2011/2012	Pinhalzinho	Museu Histórico de Pinhalzinho	Modernização do Museu Histórico de Pinhalzinho	125.000,00
2011/2012	Rio Negrinho	Museu Carlos Lampe	Projeto conservação- restauração	210.594.21
2011/2012	Florianópolis	Museu Universitário Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral - UFSC	Modernização dos Espaços Museais	183.426,98
2011/2012	Joinville	Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville	Exposição Itinerante	142.023,60
2011/2012	Treze Tílias	Museu Municipal Ministro Andreas Thaler	Modernização Museu Municipal	176.960,00
2011/2012	Pinheiro Preto	Museu e Arquivo Histórico Municipal	Modernização Museu e Arquivo Histórico Municipal	300.000,00
2011/2012	Xanxerê	Museu do Milho	Revitalização do Museu do Milho	133.395,00
2011/2012	Taió	Museu Paleo-Arqueológico e Histórico Prefeito Bertoldo Jacobsen	Modernização do Museu	260.000,00

2011/2012	Saudades	Museu Victorino Affonso Lenhardt	Modernização do Museu	125.000,00
2013/2014	Florianópolis	Fundação Catarinense de Cultura	Projeto de Conservação Preventiva para Museu Histórico de Santa Catarina	204.809,44
2013/2014	Rio Negrinho	Museu Carlos Lampe	Restauração do Museu Carlos Lampe	250.935,49
2013/2014	Joinville	Fundação Cultural de Joinville	Atualização e ampliação de Kit Didática a experimentação em foco	150.000.00
2013/2014	Florianópolis	Museu Hassis	Preservação e Digitalização do acervo Museu Hassis	155.000,00

APÊNDICE 10 – Projetos contemplados nos Editais de Modernização de Museus - Microprojetos

Ano	Cidade	Museu	Projeto	Valor (R$)
2011	Joinville	Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville	Salvaguarda do Acervo Histórico da Coleção Guilherme Tiburtius	20.000,00
2011	São Carlos	Casa de Memória de São Carlos-SC	Reaparelhamento de Reserva Técnica - Casa de Memória de São Carlos	20.000,00
2011	Imbituba	Museu da Baleia de Imbituba	Revitalização do Museu da Baleia de Imbituba	20.000,00
2011	Timbó	Museu do Imigrante de Timbó	Ações Educativas e Socioculturais no Museu do Imigrante	20.000,00
2011	Timbó	Museu da Música de Timbó	Ações Educativas do Museu da Música Timbó	30.000,00
2011	Florianópolis	Museu Hassis	Práticas e Descobertas	30.000,00
2011	Brusque	Instituto Aldo Krieger	Programação Cultural no Instituto Aldo Krieger	50.000,00
2012/2013	Florianópolis	Museu Hassis	Museu Hassis- Acessível Acesso	20.000,00
2012/2013	Florianópolis	Museu da Imagem e do Som e Museu de Santa Catarina	Diálogos entre MIS e MASC	20.000,00
2012/2013	Araranguá	Museu Histórico de Araranguá	Exposição Grupos Indígenas Catarinenses	20.000,00
2012/2013	Chapecó	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina	Comunicação do patrimônio arqueológico pré-colonial do Oeste de Santa Catarina	50.000,00
2012/2013	Pinhalzinho	Museu Histórico de Pinhalzinho	Feito a Mão: artesanato e cultura popular no Oeste de Santa Catarina	50.000,00
2012/2013	Concórdia	Museu Histórico Hermano Zanoni	Reaparelhamento e Modernização do Museu Histórico Hermano Zanoni	50.000,00
2012/2013	Lages	Museu Histórico Thiago de Castro	Ciclo de Atividades Museológicas - Numismática	50.000,00
2012/2013	Rio do Sul	Museu de Arte de Rio do Sul	Modernização e Difusão MARS - Museu de Arte de Rio do Sul	50.000,00

APÊNDICE 11 – Projetos contemplados nos Editais Mais Museus

Ano	Cidade	Museu	Projeto	Valor (R$)
2008	Agronômica	Museu Coleção de Memórias	Implantação do museu	20.090,00
2008	Palma Sola	Museu da Colonização	Museu da Colonização	52.681,21
2009	Tijucas	Museu Histórico de Tijucas ou Museu Histórico Tijucas	Criação do Museu Histórico de Tijucas	163.950,00
2010	Massaranduba	Museu Massaranduba	Museu Massaranduba	124.159,58
2011/2012	Formosa do Sul	Museu Histórico de Formosa do Sul	Implantação Museu Histórico de Formosa do Sul	125.000,00
2011/2012	Caxambu do Sul	Museu Histórico de Caxambu do Sul	Implantação Museu Histórico de Caxambu do Sul	125.000,00
2013/2014	Campo Erê	Museu Histórico de Campo Erê	Casa da Memória: implantação do Museu Histórico de Campo Erê	188.000,00
2013/2014	Navegantes	Museu Rio do Mar de Navegantes	Museu Rio do Mar de Navegantes	261.910,39
2013/2014	Riqueza	Prefeitura Municipal de Riqueza	Acervos da Memória: salvaguarda do patrimônio cultural material e imaterial de Riqueza	188.000,00
2013/2014	Urupema	Prefeitura Municipal de Urupema	Implantação da Casa da Cultura de Urupema	225.876,00

APÊNDICE 12 – Projetos premiados nos Editais Mais Museus

Ano	Cidade	Museu	Projeto	Premiação
2008	Jaraguá do Sul	Museu Wolgang Weege - Parque Malwee	Um olhar aproximado... revisitando os museus	Menção Honrosa
2008	Criciúma	Museu Histórico do Extremo Sul Catarinense	Bicho que educa	Menção Honrosa
2008	Florianópolis	Fundação Hassis Museu Hassis	Plásticas na escola	Menção Honrosa
2009	Pinhalzinho	Museu Histórico de Pinhalzinho	Exposições temáticas: educação patrimonial, história, cultura e arte	Publicação
2010	Joinville	Estação da Memória	Encontros com a memória	Publicação
2011	Criciúma	Fundação Educacional de Criciúma	Programa Arte Animal	8.000,00
2012	Joinville	Museu de Arte de Joinville	Projeto Multidisciplinar	10.000,00
2012	Timbó	Museu do Imigrante	Os Imigrantes e suas histórias maravilhosasAção sócio educativa do Museu do Imigrante	10.000,00
2012	Criciúma	Museu da Universidade do Extremo Sul Catarinense	Museus em Movimento: Rizomas	10.000,00
2012	Pinhalzinho	Museu Histórico de Pinhalzinho	Casa de Chão Batido: Representação da história dos caboclos do oeste de Santa Catarina	10.000,00
2012	Timbó	Casa do Poeta Lindolf Bell	Férias na Casa do Poeta	Menção Honrosa
2012	Florianópolis	Fundação Hassis	Projeto Museu Escola – Edição: Interação Museu e Escola – Reflexões sobre Mediação Educativa e Consonâncias com a Educação Contemporânea	Menção Honrosa

APÊNDICE 13 – Catálogo da Exposição Vozes que pulsam: Memória e cultura afro-brasileira em Santa Catarina